

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ILENA FELIPE BARROS

**NAS TRILHAS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO:
A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA ENTRE A TERRA E O ASSALARIAMENTO NA
AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO.**

RECIFE/PE

2014

ILENA FELIPE BARROS

**NAS TRILHAS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO:
A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA ENTRE A TERRA E O ASSALARIAMENTO NA
AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Profa. Orientadora: Dra. Ângela Santana do Amaral

RECIFE/PE

2014

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

B277n	<p>Barros, Ilena Felipe</p> <p>Nas trilhas do crédito fundiário: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira de Pernambuco / Ilena Felipe Barros. - Recife: O Autor, 2014.</p> <p>324 folhas : il. 30 cm.</p> <p>Orientadora: Prof^a. Dra. Ângela Santana do Amaral.</p> <p>Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.</p> <p>Inclui referências, apêndices e anexo.</p> <p>1. Reforma Agrária. 2. Tipos de assentamento agrário. 3. Salários agrícolas. I. Amaral, Ângela Santana do (Orientadora). II.Título.</p> <p>361 CDD (22.ed.)</p> <p>UFPE (CSA 2014 – 144)</p>
-------	---

ILENA FELIPE BARROS

**NAS TRILHAS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO:
A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA ENTRE A TERRA E O ASSALARIAMENTO NA
AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Profa. Orientadora: Dra. Ângela Santana do Amaral

Aprovado em ____/____/____.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ângela Santana do Amaral (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Eliana Costa Guerra (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Mônica Rodrigues Costa (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Juliane Feix Peruzzo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Laura Susana Duque Arrazolla (Suplente Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Maria das Graças e Silva (Suplente Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

A minha mãe Helena (in memoriam) e ao meu pai José Augusto. Ela detentora do antigo primário, Ele analfabeto. Tiveram duas filhas e um filho (in memoriam) e implementaram uma luta diária para educá-las, para ensinar os valores humanos e solidários, para inseri-las no mundo encantado da leitura e da literatura brasileira. Meus pais realizaram o sonho de deixar para suas filhas a maravilha que é a construção do conhecimento e a educação. Minha sincera gratidão e amor.

Aos trabalhadores/as rurais que lutam pela terra. Com eles e elas aprendi a valorizar as lutas sociais e os movimentos em defesa da vida e da reforma agrária popular e camponesa. Resistentes como mandacaru, fortes como lajedo, caminhantes no chão desse país para encontrar o lugar de assentar seus sonhos e construir a felicidade da grande colheita. Meu compromisso em construir, junto com vocês, o dia em que a liberdade triunfará e reinará a alegria e a utopia. Pátria livre, venceremos!!!!

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer se constitui humano, afetivo e significativo no momento de encerramento desse ciclo da minha vida. Não trilhei esse caminho, sozinha. Nessa jornada, contei com a participação de muitas pessoas que tiveram importância fundamental para conclusão desse trabalho.

A Divindade Superior, pela proteção e bênção.

Quero agradecer a minha família, principalmente a minha mãe, que acompanhou dois anos dessa caminhada, me abençoando, fazendo chá para eu estudar, cuidando de mim com tanto amor. Sinto tanto sua falta! Minha irmã, meu pai e meu sobrinho, agradeço a compreensão pelas ausências e o apoio nas horas alegres e tristes. Os grandes amores da minha vida.

Ao grupo de amigas/os (Késsia, Diana, Divaneide, Ailma, Miriam, Dalvanir, Rayane, Eliana, Flávio, Vlademir, Luciano, Ruy, Denes, Juliano, Analba, Marcelange, Gardênia, Arca, Ailza) pela partilha da vida, do amor, da amizade há mais de 15 anos. Vocês foram fundamentais para eu concluir esse trabalho, pelos muitos momentos de incentivo e força na minha trajetória. A célebre frase de Denes revela esse momento: *“Quem tem um amigo, tem um tesouro”*. À Gardênia Margarida pela alegria, amor, irreverência e força sempre presentes. A essência do ser humano reside no cuidado e no amor. Amo vocês!

A alegria e doçura de Gabi e Anita, me fazendo sorrir sempre. Vocês são os amores de dinda.

As amigas/os da FATERN: Cláudia Gabriele, Joana, Cláudia Roseane, Ângela, Jacimara, Aline, Mariane, Suzana, Paula, Marizeth, Josiane, Érica, Késia, Carlos André, Jean Claude, Michelle, Julimar, Manuela, Augusto, Neyrian, Maria José, Wilsa, Wellington, Willian e Simone por se alegrarem comigo e me levantarem quando estava triste. A nossa coragem e dedicação a docência no ensino superior privado e luta contra a precarização do trabalho. Agradeço com carinho a vocês.

As amigas Cláudia Roseane e Joana Prado, por todas as horas de partilha de vida, apoio nas dificuldades da produção científica, amizade sincera e afeto. Vocês participaram desse momento. Obrigada por acreditarem no meu potencial e me incentivarem a concluir essa tese.

Aos querido/as Thiago Wagner, Leonir Leon e Evani pela presença amorosa e amizade verdadeira, sempre me dando força e acreditando na minha capacidade profissional. Ao lado de vocês a vida fica mais alegre.

A todas/os as/os minhas/meus alunos/as da Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte (FATERN), que marcaram minha vida na docência. Agradecer pela oportunidade de ter amadurecido e crescido com vocês; pelas inquietações e questões do conteúdo das disciplinas, colocadas para discussão em sala de aula; pela disponibilidade que vocês tiveram para construir conhecimento, contribuindo para meu amadurecimento humano, teórico e metodológico.

Ao grupo que construiu o Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza (CEAHS), entidade que fiz parte e desenvolvi muitos trabalhos em assentamentos rurais, acampamentos de luta pela terra, comunidades tradicionais, lugares que me fizeram crescer como pessoa, profissional e cidadã brasileira na luta por direitos e por reforma agrária.

As grandes companheiras do Coletivo Leila Diniz, Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte e da Articulação de Mulheres Brasileiras, que me impulsionam na grande missão de construir o feminismo e defender os direitos humanos das mulheres. Ao lado de vocês, eu me torno mais forte. Meu carinho todo especial a minha querida companheira Analba Brazão, que sempre esteve do meu lado, dedicando afeto e incentivo.

Aos companheiros/as da Consulta Popular e do Levante Popular da Juventude que me instigam na vida política, me transformando e me desafiando a cada luta. Agradeço a compreensão por todas as ausências na militância política.

Aos queridos/as amigos/as de Recife (Mirian, Flávio, Carmem, Mônica, Analba, Raimundo Cajá, Paulo Afonso, Eduardo Mara e Gleisa) pelo carinho em me acolher em suas residências nesses quatro anos, me possibilitando aconchego, alimentação, passeios, conversas alegres, camas macias, corações afetuosos e muitas descobertas. Cada um/a em especial me apoiou e animou para não desistir, sempre acreditando no meu potencial.

Minha amiga Mônica Costa, pelo carinho que recebi em Recife, nos momentos que estive em sua casa e na sua companhia. As conversas, os passeios, as risadas e a partilha da vida. Você é linda!!!

Ao querido amigo, Flávio Lyra, pelas conversas sobre a realidade do campo, ajudando a elucidar questões importantes da pesquisa.

A amiga Clariça Ribeiro, pelas longas horas de estudo e partilha da vida.

Ao meu querido Antônio Galdino pela força, amizade, carinho, disponibilidade e contribuição na tabulação dos dados e organização dos gráficos dessa tese.

A amiga Miriam e o amigo Hiago pela disponibilidade em discutir os resultados da pesquisa e contribuir para as análises dos dados.

Aos queridos/as companheiros/as do MST/RN e MST/PE, movimento que tenho a grata alegria de participar, especialmente na Secretaria de Formação. Com vocês aprendo todos os dias o valor da vida, da terra mãe e da reforma agrária camponesa e popular.

As instituições FETARN, FETAPE, ITERPE, IPA Buenos Aires, STR de Itambé, STR Tamandaré, Secretaria de Reordenamento Agrário/MDA pela doação de material sobre o PNCF, concessão de dados e informações imprescindíveis ao objeto de estudo.

A minha querida orientadora, Profa. Dra. Ângela Amaral, pela grandeza de suas orientações, pela clareza do método, pelo incentivo e o carinho, pela exigência na centralidade das categorias teóricas que foram fundamentais para concluir esse trabalho. Tenho muita admiração e afeto por você.

A Profa. Dra. Ana Elizabete Motta pela magnitude das disciplinas Estudos Avançados em Serviço Social, Seminário de Tese I e II, onde pude acumular conhecimento e definir meu objeto de estudo.

A minha querida Profa. Dra. Severina Garcia de Araújo, agradeço pela disponibilidade em ler meu material e realizar momentos de troca de conhecimentos, me acolhendo em sua residência e disponibilizando sua biblioteca. A sua profundidade sobre o método de Marx e sua grandeza como pesquisadora e intelectual da questão agrária brasileira me ensinaram muito. Tenho a honra e alegria de ter sido sua orientanda. Você é minha referência na Questão Agrária e Serviço Social.

A Profa. Dra. Maria das Graças e Silva, pela disponibilidade em participar da qualificação do projeto de tese e da pré-banca. Sua contribuição foi muito importante para aprofundamento do objeto de estudo.

A Profa. Dra. Denise Câmara pela grande contribuição no momento da pesquisa, pois suas orientações e esclarecimentos foram fundamentais para definição do projeto de qualificação e dos instrumentos de pesquisa.

A Profa. Dra. Eliana Costa Guerra, pelo incentivo e carinho, sempre muito atenciosa ao me receber em sua residência para discutir o conteúdo da tese. Obrigada

pelo companheirismo, pelas competentes análises da tese e pela participação na pré-banca e na banca de defesa final.

Agradeço ainda, a Profa. Dra. Mônica Rodrigues Costa, Profa. Dra. Rosineide Cordeiro, Profa. Dra. Juliane Peruzzo e Profa. Dra. Laura Suzana Duque Arrazolla pela atenção e carinho em participar da banca de defesa da tese, disponibilizando seu tempo para análises e contribuições.

A minha turma do doutorado pelas tantas amizades, pelos momentos de estudo e crescimento, pelas risadas e brincadeiras, pelas horas de debates até a descoberta do objeto de pesquisa. Agradeço também a turma do doutorado de 2011, especialmente Fátima, Clariça, Moisés e Assuero que me acolheram em seu grupo de estudos para a disciplina de Estado, Direitos e Políticas Sociais, ministrada pelo Prof. Dr. Marco Mondaini. Com vocês foi tudo mais fácil e alegre.

Agradeço à coordenadora Profa. Ana Vieira, ao corpo docente e as funcionárias do programa pela atenção, seriedade, competência e dedicação na condução do programa.

Agradeço a D. Maria José, comerciante da rodoviária de Natal, que de forma anônima, foi fundamental para viagem semanal a Recife, durante as disciplinas. Ela cuidou sem saber, da segurança da minha alimentação e estava sempre atenciosa comigo antes da viagem. Deus a proteja!!

A FACEPE pela concessão da bolsa de estudos que me possibilitou participar de eventos, congressos científicos, aquisição de livros e as despesas das viagens Natal/Recife.

Foi realmente tudo muito prazeroso e desafiador. Foi lindo!!

EPÍGRAFE

“As colunas da injustiça sei que só vão desabar quando o meu povo, sabendo que existe, souber achar dentro da vida o caminho que leva à libertação. Vai tardar, mas saberá que esse caminho começa na dor que ascende uma estrela no centro da servidão. De quem já sabe, o dever (luz repartida) é dizer. Quando a verdade for flama nos olhos da multidão, o que em nós hoje é palavra no povo vai ser ação.”

(Thiago de Mello)

RESUMO

Este trabalho estuda as determinações econômicas, políticas e ideológicas da expansão do capital no campo, que acaba reduzindo a possibilidade de uma reforma agrária demandada pelos trabalhadores rurais, e favorece a implantação de programas de Reforma Agrária de Mercado – especialmente o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF. O lócus da pesquisa foi os Assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina localizados na área canavieira de Pernambuco que adquiriram a terra pelo PNCF e ao mesmo tempo, mantém-se no trabalho assalariado na agroindústria canavieira de Pernambuco. O suposto desse estudo é que a reforma agrária de mercado atende os interesses da expansão do capital financeiro na agricultura, portanto mantém a acumulação capitalista no campo e um contingente de trabalhadores rurais sem terra. Daí não ter enfrentado a pobreza rural, visto que os trabalhadores assentados continuam no assalariamento, subordinados à grande propriedade rural e ao agronegócio; além de submetidos a precárias condições materiais de vida. Na realidade, o que se evidenciou é que a reforma agrária de mercado faz parte de um conjunto de estratégias que favorece a expansão do capital na agricultura, não alterando a estrutura fundiária presente secularmente no desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Embora o crédito para compra da terra e para assistência técnica aos pequenos agricultores gere melhorias nas condições de vida, elas não são suficientes para superação da pobreza, pois suas causas são inerentes ao modo de produção capitalista. A estratégia de Reforma Agrária de Mercado se traduz numa associação entre mercado de terra e manutenção do latifúndio, gerando pobreza e concentração fundiária. No caso em análise, as famílias continuam vivendo do corte da cana-de-açúcar, sucumbidas num conjunto de desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Palavras chaves: reforma agrária de mercado; assalariamento rural; assentamento.

ABSTRACT

This paper studies the economic, political and ideological determination of capital expansion in the field, which eventually reduces the possibility of an agrarian reform demanded by rural workers, and promotes the implementation of programs of Agrarian Reform Market-especially the National Land Credit Program-PNCF. The locus of the research was settlements Santa Clara and Catherine Mill located in the sugar cane area of Pernambuco who acquired the land by PNCF and at the same time, keep on wage labor in sugar cane industry of Pernambuco. The allged this study is that the land market reform serves the interests of the expansion of finance capital in agriculture, thus maintaining capitalistic cumulation in the field and a number of rural landless workers. It does not have face rural poverty, since the settlers remaining salaried workers, subordinates the large farm and agribusiness; besides undergoing precarious material condition of life. In reality, what is revealed is that the land market reform is part of a set of strategies which favors the expansion of capital in agriculture, not changing the agrarian structure in this secular Brazilian socio economic development. Although credit for the purchase of land and technical assistance to small farmers generate improvements in living conditions, they are not sufficient to overcome poverty because their causes are inherent in the capitalist mode of production. The strategy of Agrarian Reform Market translates an association between land market and maintenance of large estates, generating poverty and land concentration. In this case, the families still living cutting of cane sugar, succumb to a range of social, economic, political and cultural inequalities.

Key words: agricultural market reform; rural wage; settlement.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Comparativo da Agricultura Familiar x Agronegócio.....	130
Quadro 02 – Principais Produtos Exportados pelo Agronegócio Brasileiro em 2013.....	134
Quadro 03 – Produção de Cana, Açúcar e Etanol de Pernambuco 2005/2013.	159
Quadro 04 – Usinas em Funcionamento em Pernambuco.....	160
Quadro 05 – Pagamento das Primeiras Parcelas do Programa Cédula da Terra em 2002.....	190
Quadro 06 – Linha CPR do PNCF.....	198
Quadro 07 – Linha CAF do PNCF.....	199

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de Localização do Município de Água Preta.....	236
Figura 02 – Mapa de Localização do Município de Itambé.....	239

LISTA DE SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira de Agribusines

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AGRAFNP – Consultoria Técnica e Econômica para o Setor de Agronegócio

AIMTR/SUL – Articulação Independente de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul

ANMTR - Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais

ASSOCENE - Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES - Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

BID - Bando Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAF - Consolidação da Agricultura Familiar

CCQs - Círculos de Controle de Qualidade

CE - Ceará

CEAHS - Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CF – CPR – Crédito Fundiário – Combate a Pobreza Rural

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFP - Comissão de Financiamento da Produção

CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento

CMDs - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CO² - Gás Carbônico

COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COMVAP - Companhia Agroindustrial Vale dos Parnaíba

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Pernambuco

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

COOPAGEL - Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CPR – Combate a Pobreza Rural

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CTRIN-DTRIG - Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil – Departamento do Trigo Nacional da SUNAB - Superintendência Nacional de Abastecimento

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

D-D – Dinheiro, dinheiro

DDT – Diclorodifeniltricloroetano (agrotóxico utilizado nas fazendas de agronegócio)

DESER – Departamento de Estudos Sócioeconômicos Rurais

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos

D-M-D – Dinheiro, mercadoria, dinheiro

DNTR/CUT - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores

ECO 92 – Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - 1992

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPIs - Equipamentos de Proteção Individual

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

EUA – Estados Unidos da América

EUR– Euro

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FATERN – Faculdade de Excelência do Rio Grande do Norte

FESAN - Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

FETAGs – Federações dos Trabalhadores na Agricultura

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco

FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMN – Fundo Mútuo Nacional

FNRA - Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GTP – Grupo Temático de Pesquisa

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócioeconômicas

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICN - Instituto Cidadania do Nordeste

I&D – Inovação e Desenvolvimento

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDE - Investimento Direto Externo

IFMs - Instituições Financeiras Multilaterais

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPM - Índice de Pobreza Multidimensional

ITERPE – Instituto de Terras de Pernambuco

ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Inter-vivos

LDC– Louis Dreyfus Commodities

LECGeo - Laboratório de estudos sobre Espaço, Cultura e Política da Universidade Federal de Pernambuco

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MAB – Movimento de Atingidos por Barragens

MAMA - Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEB – Movimento de Educação de Base

MLST - Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR/NE- Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

MNP - Movimento Nacional dos Produtores

MP – Medida Provisória

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

NPT - Nossa Primeira Terra

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organizações das Nações Unidas

P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas

PA – Pará

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAM - Programa de Alimentação Mundial

PAP - Plano Agrícola e Pecuário

PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PB - Paraíba

PBF – Programa Bolsa Família

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCPR - Programa de Combate a Pobreza Rural

PCT - Projeto de Cooperação Técnica – Crédito Fundiário

PE – Pernambuco

PEATER-PE - Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar de Pernambuco

PI - Piauí

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PLANALSUCAR - Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar

PLS - Projeto de Lei do Senado

PMDSs - Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POSDR – Partido Operário da Social Democracia Russa

PR - Paraná

PRO-ÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PROATER-PE - Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

QG – Quartel General

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RO– Rondônia

RS – Rio Grande do Sul

SAA - Sindicato do Açúcar e do Alcool

SAC - Sistema de Análise e Contratação

SAR – Serviço de Assistência Rural
SAT - Subprojeto de Aquisição de Terras
SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa
SIB – Subprojeto de Investimento Básico
SIC - Subprojeto de Infraestrutura Comunitária
SINDAÇÚCAR - Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco
SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SMMT - Sistema de Monitoramento do Mercado de Terra
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário
SRB – Sociedade Rural Brasileira
SP – São Paulo
SPC - Serviço Nacional de Proteção ao Crédito
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUAPE- Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUNAB - Superintendência Nacional de Abastecimento
TCP – Projeto de Cooperação Técnica
TDA - Títulos da Dívida Agrária
UDR – União Democrática Ruralista
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
ULTAB- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
USP – Universidade de São Paulo
UTE - Unidade Técnica Estadual
UTN - Unidade Técnica Nacional
VBPA - Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO I: CAPITALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	40
1.1 – Acumulação Capitalista no Campo: Uma Reflexão a partir dos Clássicos da Tradição Marxista.....	41
1.1.1 – A Questão da Terra na Tradição Marxista: Uma Síntese a partir das Formulações de Karl Marx, Vladimir Lênin e Karl Kautsky.....	42
1.1.2 – A Questão da Terra na Formação Sócio-histórica Brasileira: As Reflexões de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e José de Souza Martins.....	54
1.2 – Configurações da Questão Agrária no Brasil Contemporâneo.....	70
1.2.1 - A luta pela Reforma Agrária Pós-Constituição de 1988.....	81
1.3 – Trabalho Assalariado no Campo e as Novas Formas de Exploração.....	94
CAPÍTULO II: AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO NORDESTE: AS METAMORFOSES DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO.....	109
2.1 – A Mundialização do Capital e suas Repercussões no Campo.....	109
2.1.1 – Condicionantes Históricas e Desdobramentos do Processo de Mundialização do Capital.....	110
2.1.2 – Mundialização Financeira: Repercussões no Meio Ambiente e na Vida da Classe Trabalhadora.....	119
2.2 – Agronegócio: Avanço do Capital sobre a Terra.....	127
2.2.1 – O Agronegócio e seus Rebatimentos na Vida dos Trabalhadores/as e no Meio Ambiente.....	127
2.2.2 – O Agronegócio no Brasil: Identidade e Atuação da Burguesia Agrária.....	138
2.3 – A Região Nordeste e a Dinâmica de Acumulação de Capital, por meio do Agronegócio.....	144
2.4 – A Produção de Cana-de-Açúcar no Nordeste do Brasil: Traços Históricos e Particularidades Contemporâneas.....	151
2.5 – Expansão e Valorização do Agronegócio na Zona Canvieira de Pernambuco.....	157
2.6 – Reestruturação Produtiva e Exploração do Trabalho no Canavieiro: Modernização, Super Exploração do Trabalho e Resistência dos Trabalhadores.....	162
CAPÍTULO III: REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO – A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?.....	173
3.1 – O Banco Mundial e a Reforma Agrária de Mercado: Quando a Terra se torna uma Mercadoria.....	173
3.2 - A Agenda do Banco Mundial para o Brasil: Novas Ações, Velhas “Roupagegens”.....	182
3.3 – O Programa Nacional de Crédito Fundiário: Quando o Sonho do Acesso a Terra se torna um Problema.....	194
3.4 – A Realidade Sócioeconômica dos Assentamentos Rurais do PNCF: uma Caracterização a partir das Pesquisas Governamentais.....	202
3.4.1 – O Desenvolvimento dos Projetos de Assentamento.....	202

3.4.2 - Tramitação e Aprovação dos Projetos do PNCF.....	223
3.4.3 – Breves Considerações sobre as Pesquisas Governamentais.....	227
CAPÍTULO IV: OS ASSENTAMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO EM PERNAMBUCO: A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA ENTRE A TERRA E O CANAVIAL.....	232
4.1 – A Realidade Sócio-econômica dos Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara, do PNCF, na Zona da Mata de Pernambuco: Quando a Vida pede Passagem.....	232
4.1.1 - Caracterização dos Municípios de Água Preta e Itambé.....	236
4.1.2 - Assentamento Engenho Catarina – Município de Itambé – Zona da Mata Norte.....	240
4.1.3 - Assentamento Santa Clara - Município de Água Preta – Zona da Mata Sul.....	245
4.1.4 - O Significado da Terra para as Famílias Assentadas no Engenho Catarina e em Santa Clara.....	250
4.1.5 - As Condições de Educação nos Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara.....	254
4.1.6 - O Acesso aos Programas Sociais nos Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara.....	259
4.2 – As Condições de Trabalho e de Produção das Famílias Assentadas no Engenho Catarina e em Santa Clara, do PNCF, em Pernambuco.....	262
4.2.1 - A Produção Agrícola e o Assalariamento Rural nos Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara.....	265
4.2.2 - A Renda Familiar nos Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara.....	275
4.2.3 - A Saúde dos Assentados do Engenho Catarina e Santa Clara.....	281
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	289
REFERÊNCIAS.....	301
APÊNDICES.....	317
Apêndice 1 – Roteiro de entrevista com a associação dos assentamentos.....	317
Apêndice 2 – Roteiro de entrevista com as famílias assentadas.....	320
ANEXO.....	323
Anexo 1 – Assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário na Zona da Mata de Pernambuco.....	323

INTRODUÇÃO



(Cândido Portinari)

“Sonhar enfim com a vida, com respeito e igualdade.
Sonhar com dignidade e um mundo não dividido.
Com um povo tão sabido que chega até ser medonho.
Sonhar em fazer do sonho um grande acontecimento;
onde os dedos se cruzando, segurem a delicadeza e,
acalem a pureza de quem sonha, mas lutando”.

(Ademar Bogo)

INTRODUÇÃO:

“Debulhar o trigo, recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão, e se fartar de pão [...] Afagar a terra, conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação, de fecundar o chão”.
(Milton Nascimento)

O percurso para construir essa tese de doutorado não começou há quatro anos, mas faz parte de toda formação acadêmica desde a graduação, especialização, mestrado e doutorado; se referencia também na trajetória profissional em áreas de conflito agrário, assentamentos rurais, comunidades tradicionais e na participação nos movimentos de luta pela terra, especialmente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST/RN. A vivência e a pesquisa em Serviço Social e Questão Agrária são motivações há algumas décadas¹.

Na trajetória de participação como Assistente Social no Serviço de Assistência Rural – SAR (1993/1998) e no Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza – CEAHS (1998/2011) pude vivenciar de perto os desafios, os dilemas, as conquistas e o cotidiano de trabalhadores/as rurais sem terra, posseiros, arrendatários, pescadores, diaristas, assentados e pequenos produtores rurais. A resistência dos/as trabalhadores/as rurais nos processos de expropriação e violência foram fundamentais para o comprometimento político-ideológico com a transformação societária, com outra sociabilidade. Portanto, a vivência e a militância política junto aos movimentos de luta pela terra, motivaram a busca por aprofundamento teórico-metodológico da questão agrária brasileira.

¹ Essa introdução não poderia deixar de apresentar a trajetória de envolvimento com a questão agrária desde meados da década de 1980, momento em que participei como estagiária do Serviço de Assistência Rural – SAR, da Arquidiocese de Natal e alguns anos depois fiz parte da equipe de educadores/as. Em 1988/1989 integrei a equipe do SAR como estagiária curricular para conclusão da graduação em Serviço Social pela UFRN e em 1993 passei na seleção para ser assistente social da instituição, permanecendo até 1998. Entre 1998 a 2011 integrei a equipe de educadores do Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza (CEAHS), desenvolvendo ações em áreas de conflito agrário, assentamentos rurais, comunidades tradicionais. Nessa trajetória de atuação no meio rural realizei a Especialização em Políticas Sociais pela UFRN (1995/1997), estudando a área canavieira do Rio Grande do Norte; em 2002/2005 realizei o Mestrado em Serviço Social pela UFRN, analisando a participação das mulheres em conflitos agrários e no doutorado pela UFPE analisando a reforma agrária de mercado. Em 2007 e 2010 participei da Pesquisa de Avaliação de Impacto do PNCF, coordenada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo em convênio com o MDA. Atualmente integro o corpo docente da Escola Nordeste Florestan Fernandes do MST; o setor de formação do MST/RN e participo da coordenação pedagógica do PRONERA – Curso de Ciências Sociais, em parceria com a UFRN.

Assim, durante o período de 1993 a 1998, como integrante da equipe técnica do SAR, na condição de Assistente Social foi possível vivenciar a primeira experiência profissional no campo. A atuação permitiu a aproximação com posseiros, arrendatários, meeiros e outras categorias de trabalhadores rurais que resistiam a processos de grilagem e expulsão de terras onde viviam e trabalhavam há anos, realizada por fazendeiros e/ou empresas agrícolas nacionais e internacionais. Na mesma equipe atuou com assalariados/as da área canavieira (região agreste) e fruticultura irrigada (região do Vale do Açu e Mossoró); como também, participou de processos organizativos de mulheres trabalhadoras rurais, sindicatos rurais e movimentos sociais do campo.

A partir de meados 1998, integrou a equipe de educadores do Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza (CEAHS)², que desde a sua fundação (em 1998) até seu fechamento (2011) desenvolveu ações em áreas de conflito agrário, assentamentos rurais, comunidades tradicionais, comunidades de pescadores/as e pequenos centros urbanos, prestando assessoria técnica e social, apoiando o movimento sindical e de luta pela reforma agrária; atuando pela gestão democrática das políticas públicas e pela melhoria da qualidade de vida das populações rurais através do acesso aos direitos sociais. Foi também, uma instituição que investiu na formação política sujeitos coletivos críticos capazes de vocalizar as suas necessidades e interesses, formando homens e mulheres para o exercício da cidadania ativa. Nesta direção, articulou-se com forças dos movimentos sociais populares, que buscam encontrar respostas para o estado de indignação e exclusão política e social das populações pobres do Nordeste. (CEAHS, 2004).

Acrescenta-se a essas experiências a “[...] opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993), constituindo-se como um dos princípios fundamentais do exercício profissional do/a Assistente Social.

As pesquisas, que vem sendo realizadas no âmbito da formação profissional sobre Serviço Social e Questão Agrária³, têm sido fundamentais para superar a

² A missão do CEAHS: “Potencializar os sujeitos políticos coletivos, contribuindo para o fortalecimento de seus movimentos e das organizações da sociedade civil, empenhados na consolidação da democracia com justiça social e equidade de gênero, construindo a cidadania o desenvolvimento sustentável e a solidariedade dentro de uma visão holística”.

³ A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) tem em sua estrutura organizativa a formação de Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) e entre estes, o GTP de Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, que reúne pesquisadores/as de todo Brasil e possui como ementa: Propriedade privada da terra, trabalho e formas de produção e reprodução capitalista;

fragmentação do conhecimento e a dicotomia urbana e rural na análise da realidade brasileira. Desvelar a questão agrária e suas expressões sócio-históricas é imprimir aprofundamento da questão social, em sua totalidade, particularidades e singularidades, como objeto da formação e do fazer profissional. Os esforços empreendidos, especialmente nas últimas décadas, por diversos grupos de pesquisa sobre a questão agrária expressam o compromisso ético-político de diversos profissionais, em ampla articulação e sintonia com o projeto profissional.

Como bem afirma Araújo (em entrevista a Dal Moro, 2000, p. 455), a atual dinâmica do capital mundializado exige pesquisas permanentes sobre a questão agrária, articulada a questão urbana.

A questão agrária se impõe como um campo de estudo à profissão a medida mesmo em que a ofensiva do capital mundializado provoca grandes transformações ou as induz, o que atinge, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e o mundo do trabalho na sua totalidade, e, como tal, provoca o alargamento da classe trabalhadora sob diferentes formas e expressões. Trata-se, pois, da dinâmica do metabolismo do capital que atinge a estrutura de classe [...] o que impõe, entre outros desafios, mergulhar no estudo do universo do trabalho, cada vez mais fragmentado, heterogeneizado, precarizado e constantemente (des)realizado nas cidades e nos campos.

Posto isso, é importante afirmar a importância da pesquisa no mundo rural, suas particularidades e singularidades. Assim, o objeto dessa tese tem origem durante a participação na equipe da pesquisa “*Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)*” sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), ocorrida em 2007/2010, onde foi possível conhecer de perto a realidade cotidiana das famílias inseridas no Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF nos estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

No percurso da pesquisa, coordenada pela ESALQ/USP, observou-se a tendência às estratégias de mercado na realização desse programa de reforma agrária. Naquele momento, forma um entendimento de que essa política de reforma agrária de

Apropriação privada dos recursos naturais; Impactos da reconfiguração das atividades econômicas no campo e na cidade sobre o mundo do trabalho. Desenvolvimento capitalista, o papel do Estado e a particularidade brasileira e latinoamericana: mundialização do capital e manifestações da crise estrutural do capital na cidade e no campo; Gestão ambiental pública e privada e o Serviço Social; O Serviço Social e a educação ambiental crítica; Formação profissional e questão urbana, agrária e ambiental.

mercado mantém os interesses do atual desenvolvimento do capital no campo e não atende às necessidades por terra de uma massa de trabalhadores sobranes desse processo. Daí, o interesse em aprofundar esse tema e desvelar as particularidades da expansão do capital no campo, que possibilitou a implantação da reforma agrária de mercado e sua relação com o assalariamento rural, na área canavieira de Pernambuco.

A participação nessa pesquisa sobre o PNCF permitiu conhecer os assentamentos do PNCF em alguns estados do Nordeste e escolher para a pesquisa do doutorado, os assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara, por apresentarem uma particularidade: as famílias acessaram a terra, mas não conseguiram ter renda suficiente para seu sustento, tendo que permanecer no assalariamento rural nas usinas da região.

Assim, essa tese de doutorado tem por objeto de estudo: as determinações econômicas, políticas e ideológicas da expansão do capital no campo, que acabam reduzindo a possibilidade de uma reforma agrária demandada pelos trabalhadores rurais e favorece a implantação de programas de Reforma Agrária de Mercado – especialmente o PNCF. O lócus da pesquisa foi os Assentamentos Santa Clara, município de Água Preta e Assentamento Engenho Catarina, município de Itambé, ambos localizados na área canavieira de Pernambuco, que adquiriram a terra pelo PNCF e ao mesmo tempo, mantém-se no trabalho assalariado na agroindústria canavieira de Pernambuco.

A realidade desses assentamentos possibilitou elaborar o objeto dessa tese e construir o objetivo geral, qual seja: Analisar as transformações ocorridas no desenvolvimento do capitalismo no campo, no contexto do Brasil contemporâneo, apreendendo as suas estratégias de produção e reprodução, o apoio e intervenção estatal e o surgimento da Reforma Agrária de Mercado. E os objetivos específicos: 1) Conhecer as mudanças ocorridas nas condições de vida das famílias a partir da aquisição da terra e entrada no PNCF nos assentamentos da área canavieira de Pernambuco; 2) Apreender a configuração histórica do trabalho assalariado, na agroindústria canavieira, identificando os elos que o mantém no contexto da reforma agrária de mercado; 3) Analisar as políticas agrárias desenvolvidas nas últimas décadas, especialmente o Programa Nacional de Crédito Fundiário, no contexto da luta pela terra no Brasil contemporâneo.

O suposto desse estudo é que a reforma agrária de mercado atende os interesses da expansão do capital financeiro na agricultura, portanto, mantém a

acumulação capitalista no campo e um contingente de trabalhadores rurais sem terra. Daí não ter enfrentado a pobreza rural, visto que os trabalhadores assentados continuam no assalariamento, subordinados à grande propriedade rural e ao agronegócio; além de submetidos a precárias condições materiais de vida.

Para apreender de forma aprofundada os determinantes da expansão do capital no campo e o surgimento da reforma agrária de mercado foi necessário realizar uma imersão na literatura da questão agrária brasileira para apropriar-se de algumas categorias temáticas que se articulam com o tema central da tese, são elas: expansão e crise do capital/padrão de intervenção estatal; questão agrária/reforma agrária; reforma agrária de mercado; trabalho assalariado rural/acumulação e reprodução capitalista no campo.

A temática da reforma agrária de mercado é relativamente nova para os grupos de pesquisas rurais das universidades brasileiras. Todavia, alguns intelectuais e pesquisadores têm se debruçado sobre as questões que envolvem essa política pública para o campo, centrando suas análises na execução dos programas, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Dos estudos sobre Reforma Agrária de Mercado, destacam-se as formulações de Leonilde Sérvolo Medeiros (2002; 2010; 1989); Sergio Sauer (2004; 2006) e João Márcio Pereira (2006; 2010; 2010b). A primeira realizou estudo sobre a implantação dos programas de reforma agrária de mercado e as reações contrárias a estes, dos movimentos sociais rurais no contexto da década de 1990. O segundo dedicou-se a desvelar as condições de vida e produção das famílias assentadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O terceiro expõe vasta pesquisa sobre a intervenção do Banco Mundial e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) nos países da América Latina e Caribe, com atenção especial para a agenda agrária dessas instituições e os programas e projetos para o campo, desenvolvidos nos países; dentre eles, a reforma agrária de mercado. Outros autores também contribuíram para análise dos programas de reforma agrária de mercado: Manuel Neto (2004); Antônio Márcio Buainain (1999); Mônica Dias Martins (2004) e Zander Navarro (2010).

A inserção na literatura clássica contribuiu para apreender o significado da acumulação capitalista no campo e para dar suporte à leitura da realidade brasileira, base da primeira parte do capítulo um. Para esse aprofundamento utilizou-se: Karl Marx (2008, 1983, 1996, 1971, 1982, 1983b, 1981); Karl Kautsky (1968); Lênin (2012,

1980, 1985); Caio Prado Júnior (2007); Florestan Fernandes (2008); José de Souza Martins (1985, 1991, 1981, 1995).

Para compreender os elos que articulam a expansão capitalista no campo com a mundialização do capital, foram utilizadas as análises de: François Chesnais (1996, 2005, 1998); Octávio Ianni (2004); Jean Zingales (2013); Michel Chossudovsky (1999); David Harvey (2004, 2005); Marilda Villela Iamamoto (2010).

Para compreensão dos nexos que se relacionam com a reforma agrária de mercado, foi preciso um aprofundamento sobre a questão agrária brasileira na atualidade e a estratégia do agronegócio, utilizando as pesquisas e formulações de: Guilherme Delgado (1985, 2010, 2012, 2013) realiza um profundo estudo sobre a expansão do capital financeiro na agricultura, a partir da modernização conservadora da década de 1970 à avassaladora arquitetura do agronegócio. George Marine (1991) realiza uma incursão sobre a modernização agrícola no Brasil da década de 1970. Regina Bruno (2009) procede a importante pesquisa sobre o agronegócio e a atuação da burguesia agrária. Antônio Thomaz Júnior (2008) discute a questão agrária e o lugar de subalternidade do campesinato. Sérgio Pereira Leite (2012, 2004); Delma Pessanha Neves (2012) e Severina Garcia de Araújo (1992, 2005) analisam a questão agrária no Brasil e a formação dos assentamentos. Miguel Carter (2010) empreende análise da atualidade da questão agrária brasileira e suas particularidades no desenvolvimento do capital no campo. Os autores Ariovaldo Umbelino Oliveira (2010, 2013), João Pedro Stédile (1997, 2005, 2005b, 2013, 2002); Emir Sader (2013) e Bernardo Mançano Fernandes (2001, 2013, 2009) analisam a atuação dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef em relação às políticas de reforma agrária e seus investimentos no agronegócio.

No tocante à realidade do Nordeste e o estudo sobre os complexos sucroalcooleiros, campo empírico da tese, foram fundamentais as pesquisas de: Tânia Bacelar (2000); Raquel Santos Sant'ana (2012); Francisco Alves (2006, 2007); José Roberto Novaes (2007); Severina Garcia de Araújo (2010, 1999, 2009, 2010); Marilda Villela Iamamoto (2001); Maria Conceição D'incão (1981); Rosimeire Aparecida Scopinho (1995); Antônio Thomaz Júnior (2002); Maria Aparecida de Moraes Silva (2011, 2009) Maria Augusta Tavares (2009). Todos esses/as autores/as refletem as repercussões sociais da modernização conservadora na área canavieira; as condições de vida e trabalho dos canavieiros; a expansão capitalista na monocultura da cana-de-açúcar.

O processo de aproximação com objeto de estudo suscitou algumas questões: Por que há uma permanência dos trabalhadores no assalariamento rural a despeito do PNCF? Como acontece o processo de exploração e expropriação dos trabalhadores rurais assentados pelo PNCF, que vivem do assalariamento rural em áreas do agronegócio? Quais os elos que articulam a reforma agrária de mercado e o assalariamento rural? Quais as condições de vida das famílias a partir da aquisição da terra e entrada no PNCF? Essas questões foram sendo aprofundadas com a literatura e as aproximações sucessivas com o objeto de estudo, através de intensa pesquisa de campo.

Breves Considerações sobre o Objeto de Estudo

“Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado no silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da história”.

(José de Souza Martins).

As transformações ocorridas nas últimas décadas nas formas de reprodução e acumulação do capital inauguraram um novo ciclo do desenvolvimento capitalista, caracterizado pela mundialização da esfera financeira. A mundialização da economia está amparada nos grupos e empresas transnacionais, de capital industrial associada ao capital financeiro que comandam a acumulação, com apoio estatal. Nessa nova ordem mundial, altera-se o processo produtivo, criando novas relações de trabalho e acentuando as desigualdades sociais, produzidas pelo sistema capitalista. Esse período caracteriza-se pela acumulação flexível, para alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo custo, ou seja, um processo de super exploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e os efeitos de barbarização da vida social. (BEHRING, 2003, p. 40)

No campo assiste-se à inserção desse capital financeiro, através do agronegócio que tem como prioridade a monocultura de grãos, cana-de-açúcar, fruticultura, pecuária, eucaliptos, soja, milho, laranja, algodão e etanol. Estes produtos estão relacionados com a nova inserção do Brasil na acumulação do capital globalizado.

Na concepção de Delgado (2010, p.93), o agronegócio “[...] é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária”. Essa associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio da política de Estado, ou seja, conta com a mediação do estado.

A hegemonia do agronegócio sustenta-se no modelo agro-exportador de *commodities*, em grande escala e com uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos, não permitindo outra forma de produção agrícola. São complexos agroindustriais com grandes investimentos em tecnologia e mecanização; formas de gestão e controle da força de trabalho assalariada; e ainda, um aparato midiático que dissemina as ideias necessárias para convencer que esse é o único modelo viável de produção de alimentos.

De acordo com Fernandes (2013, p.191-192), o agronegócio é “[...] a expressão capitalista da modernização da agricultura, que tem se apropriado dos latifúndios e das terras do campesinato para se territorializar”. Esse modelo de desenvolvimento na agricultura dificulta a realização da reforma agrária demandada pelos movimentos de luta pela reforma agrária.

Nas últimas décadas, as lutas por terra trabalho e justiça no campo têm sido desqualificadas, alvos da criminalização e judicialização, penalizando os trabalhadores rurais, suas lideranças e movimentos. Do ponto de vista capitalista, a reforma agrária é uma política pública de ajuda aos pobres do campo, que ao acessarem a terra deveriam se integrar aos sistemas agroindustriais capitalistas, como fornecedores de matéria-prima.

Essa concepção embasou as formulações do modelo de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial, sob o argumento de combate à pobreza rural. Na atualidade, a Reforma Agrária de Mercado é defendida pelo governo federal como uma alternativa para resolução da desigualdade no campo. Entretanto, ela tem reforçado os processos de exploração e de expropriação dos trabalhadores rurais, no momento em que os insere de forma precária e seletiva no mercado de terra, via Programa Nacional de Crédito Fundiário, provocando processos de endividamento e criando “ilusões”. Desta forma, a reforma agrária de mercado se apresenta como uma política social de combate à pobreza rural, mas faz parte do mesmo processo de ajuste estrutural do Estado, ao capitalismo financeiro e globalizado.

De acordo com Delgado (2010, p.92), no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso desenvolveu-se um movimento de ajuste ultraliberal que desvalorizou a renda fundiária e promoveu a queda na renda agrícola, dificultando a política de reforma agrária. Isso facilitou a implantação dos programas de reforma agrária de mercado, com participação direta de um agente financeiro.

Essa nova proposta de reforma agrária de mercado trouxe várias atribuições para as famílias assentadas, através das associações, que antes eram funções do INCRA. O próprio “[...] assentado passava a ser visto como um empreendedor que deveria se ajustar ao mundo dos negócios e nele se mostrar competitivo”. (MEDEIROS, 2002, p. 69)

Uma das medidas mais importantes do Governo Fernando Henrique Cardoso, para implementar a reforma agrária de mercado, foi a implantação do Programa Cédula da Terra (1997) nos Estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, como política de combate à pobreza, amparadas nos princípios e determinações do Banco Mundial.

Outro programa implantado, também nessa lógica de mercado, foi o Banco da Terra em 1998, designado pelo governo de “nova revolução agrária”, evitando os conflitos decorrentes da luta pela terra, isso porque os trabalhadores rurais teriam os recursos suficientes para obtenção de terras, e não necessitariam de realizar ocupações. E um terceiro programa - o Crédito Fundiário - iniciado no Nordeste em 2003, contando com o aporte financeiro do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Banco Mundial. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) tem por objetivo constituir-se em mecanismo de acesso à terra, complementar ao Plano Nacional de Reforma Agrária, visando contribuir para a ampliação e a consolidação da agricultura familiar. Especialmente, o PNCF busca como resultado, a criação de ocupações produtivas permanentes para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a conseqüente melhoria das condições de vida da população rural, por meio do acesso à terra, de investimentos produtivos e de infraestrutura.

Neste programa de reforma agrária de mercado, é retirada do Estado sua função de agente mediador no processo de mudança da estrutura fundiária e transferida a responsabilidade para a sociedade civil. Assim, trabalhadores rurais sem terra e/ou pequenos proprietários interessados em obter seu pedaço de chão ou aumentar sua área passariam a se organizar em associações voltadas à compra de terra. Estas associações obteriam empréstimos de uma agência financeira determinada pelo

governo federal e a comprariam diretamente de seu proprietário. Nessa proposta, a associação assumiria a dívida do crédito fundiário no valor estabelecido pela transação financeira realizada pelo banco.

Na verdade, o PNCF tem adquirido terras de pequeno (minifúndio) e médio porte (médiofundio), aquelas cujos proprietários não têm mais interesse em produzir ou estão em situação de falência de sua pequena e média produção. Assim, destina essas terras aos programas de reforma agrária do Governo Federal, mantendo intactas a estrutura fundiária e a concentração da terra.

Ainda sobre o PNCF, observa-se que, após a compra da terra, as famílias começam a vivenciar outros problemas: ausência de políticas sociais de saúde, educação, saneamento, transporte, segurança, estradas, comercialização, etc que garantam a sobrevivência nas áreas adquiridas. Outro problema é a ausência de organizações políticas destes trabalhadores. As associações formadas são, na sua maioria, compostas de membros da mesma família, cujas reivindicações se esgotam com o processo de aquisição da terra. Essas associações cumprem um papel de regularizar juridicamente a posse da terra e não parecem se constituir em um instrumento de luta política dos trabalhadores rurais sem terra. Além disso, fracionam os demandantes da terra, esvaziam as reivindicações por uma reforma agrária camponesa ampla e o processo de organização coletiva dos trabalhadores rurais. Na realidade, a “reforma agrária de mercado” não supera as múltiplas expressões da questão social postas no campo, não alterando a estrutura fundiária, base secular do desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Os limites dos recursos para aquisição das terras levam à compra de terras em áreas pouco dinâmicas, menos valorizadas, com sérios problemas de produtividade do solo e dos recursos naturais disponíveis (principalmente recursos hídricos). Isso tem como consequência a redução da produção agrícola, refletindo diretamente na renda das famílias e na capacidade de pagamento da terra, dos projetos produtivos e de sua permanência no assentamento.

As relações desenvolvidas no interior dos assentamentos do PNCF estão subordinadas às determinações do capital. Embora o crédito para compra da terra e para assistência técnica aos pequenos agricultores gere melhorias nas condições de vida, elas não são suficientes para afirmar que esteja se superando a pobreza, pois suas causas são inerentes ao modo de produção capitalista. A estratégia de Reforma Agrária de Mercado se traduz numa associação entre mercado de terra e manutenção

do latifúndio, gerando em última instância pobreza e concentração fundiária. No caso em análise, as famílias continuam vivendo do corte da cana-de-açúcar, sucumbidas num conjunto de desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, determinantes históricos da condição de subdesenvolvimento.

Em Pernambuco, lócus da pesquisa, os assentamentos do PNCF totalizam 192, ocupando uma área de 49.348,90 hectares e atingindo 2.465 famílias. Os assentamentos estabelecidos na área canavieira (Mata Sul e Norte) apresentam uma relação direta com as agroindústrias, pois todos os assentamentos plantam cana-de-açúcar para as usinas. Em época de safra, os jovens e adultos se assalariam no corte da cana-de-açúcar. Isso reflete o quanto os trabalhadores rurais, que estão no PNCF, estão subordinados à grande propriedade rural monocultora.

Os assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina não fogem à realidade exposta acima, são partes dessa totalidade, com particularidades, dada sua inserção na Zona da Mata de Pernambuco, coberta pela cana-de-açúcar. Com as dificuldades de produção e assistência técnica na nova terra, as famílias vêm no assalariamento a única forma de garantir a sobrevivência da família. É comum, em áreas de monocultivo e concentração fundiária por grupos econômicos e grandes proprietários de terra, os trabalhadores rurais assentados pela via do PNCF se tornarem assalariados ou destinarem suas terras à produção da monocultura praticando preços inferiores aos do mercado para o agronegócio.

O Percorso Teórico-Metodológico:

“O conhecimento é assim:
ri de si mesmo e de suas certezas.
É meta de forma, metamorfose
Movimento, fluir do tempo
que tanto cria como arrasa
A nos mostrar que para o vôo
é preciso tanto o casulo como a asa”.
(Mauro Iasi)

A presente investigação percorreu os caminhos da pesquisa científica e a construção do conhecimento a partir de uma realidade concreta, no sentido de desvelar suas particularidades e singularidades. A pesquisa parte de uma dada realidade empírica, de um conhecimento superficial da realidade a ser analisada. Na formulação de Minayo (1994, p. 17) “[...] nada pode ser intelectualmente um problema, [ou seja, de

pesquisa], se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. O conhecimento permite elucidar a realidade.

A pesquisa, pois, é fundamental para a formação profissional e o conhecimento que deriva da prática profissional. A apreensão do real, em uma perspectiva de totalidade, não se coloca imediatamente de modo pronto e acabado, mas se constrói, através da pesquisa científica. Neste sentido, “[...] a pesquisa garante o status de maioria para a profissão”. (GUERRA, 2009, p.702)

Dessa forma, buscou-se conhecer o real, para contribuir na sua transformação. A perspectiva de totalidade inscrita no método de Marx é a opção teórico-metodológica desse estudo, na busca de apreender o real em suas múltiplas determinações, relacionando aparência e essência em sua relação dialética. Parte da premissa de que “[...] a realidade, os fatos, os acontecimentos, precisam ser desmascarados, desvendados. Daí esse percurso entre o que é a aparência e a essência, entre a parte e o todo e o singular e o universal” (IANNI, s/d, p. 03-04).

Ao discutir o método de Marx, Netto (2011) reforça essa perspectiva e aborda o papel do pesquisador/a.

[...] o objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. (NETTO, 2011, p. 22).

Com base nesta perspectiva metodológica e tendo em conta a natureza do objeto de estudo, foi adotada a abordagem qualitativa, considerando que este tipo de pesquisa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

O campo empírico da pesquisa, já citado, compreende os assentamentos Santa Clara, no município de Água Preta e Assentamento Engenho Catarina, no município de

Itambé. Os dois implantados pelo PNCF e situados na área canavieira de Pernambuco, envolvidos com as usinas no fornecimento de cana-de-açúcar e de força de trabalho no período da safra.

O Assentamento Engenho Catarina está localizado no município de Itambé, na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Criado em 2007, é composto por sete famílias. Antes de adquirirem a terra, essas famílias viviam do assalariamento na cana-de-açúcar no período da safra, como diaristas em fazendas do município e como rendeiros desse imóvel. Nessa área funcionou um engenho de cana-de-açúcar com 40,5 hectares, falido há mais de 20 anos. Todas as famílias já implantaram atividade produtiva de subsistência macaxeira, milho, feijão, hortaliças, batatas, sendo parte dessa produção para auto-consumo e outra parte comercializada na feira do município e com atravessadores da região. Na época da safra da cana-de-açúcar, as usinas da região contratam os assentados como assalariados temporários, para as diversas funções produtivas, sendo predominante o corte da cana.

O Assentamento Santa Clara está localizado no município de Água Preta, na Zona da Mata Sul, estado de Pernambuco. Possui uma área total de 180 hectares, sendo 40 hectares de área de reserva legal⁴ e 10,08 hectares para cada lote individual. Toda a terra está distribuída entre 14 famílias oriundas dos municípios de Água Preta, Ribeirão, Joaquim Nabuco e Palmares. Esta fazenda era o Engenho Cumbe de Cima, produtor de cana-de-açúcar, desativado em 1997 e na época da negociação de compra/venda com o PNCF estava improdutivo. Na produção agrícola, os/as trabalhadores/as têm investido em culturas de subsistência (milho, feijão, mandioca, macaxeira, batata, hortaliças e fruteiras) comercializadas com atravessadores da região; e em cana-de-açúcar para fornecer às Usinas Pumaty SA (Joaquim Nabuco) e Interiorana Serviços e Construções Ltda (Ribeirão).

A pesquisa de campo compreendeu a realização de entrevistas semi-estruturadas com os dirigentes das associações dos dois assentamentos rurais do

⁴ Reserva Legal está definida no atual Código Florestal, que estabelece no “[...] Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa”. Na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 “[...] estabelece normas gerais com o fundamento central da proteção e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa em harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico”.

PNCF em Pernambuco, permitindo à pesquisadora aprofundar as questões em debate, indo além dos elementos colocados no roteiro, contribuindo para colher outras informações relevantes para o estudo do objeto, devidamente anotadas em diário de campo. Os dados e informações, coletados com base no roteiro de entrevista, possibilitaram uma reflexão qualitativa (ver anexos 1 e 2). Foi utilizado também um questionário aplicado com as 22 famílias assentadas, fazendo um levantamento das suas condições de vida a partir do ingresso no PNCF. No assentamento Santa Clara, 14 questionários foram respondidos apenas pelo trabalhador/assentado, visto que suas famílias não moram na propriedade. No assentamento Engenho Catarina, as 8 famílias (assentado e esposa) responderam o questionário.

O processo investigativo abrangeu o estudo bibliográfico de vasta produção de autores clássicos e contemporâneos sobre o desenvolvimento e crise do capital e sua expansão no campo; a questão agrária brasileira; a intervenção estatal para realização de políticas de reforma agrária, ou mesmo políticas de assentamentos; o investimento do Banco Mundial no combate à pobreza rural; a implantação da reforma agrária de mercado; trabalho assalariado rural e as contradições postas na realidade da vida de trabalhadores da cana-de-açúcar que adquiriram terra pelo PNCF.

Durante a investigação, foram realizadas coleta, sistematização e análise dos dados, de forma a proporcionar a compreensão, interpretação e aprofundamento das diversas categorias teóricas constitutivas do objeto de estudo. A revisão bibliográfica específica sobre o tema em estudo e outros temas transversais indispensáveis ao conhecimento científico, acompanharam todo o processo de investigação. O período demarcado para estudo compreendeu os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, estendendo-se entre 2003 a 2010.

A pesquisa também analisou os documentos e publicações da Secretaria de Reordenamento Agrário⁵ do Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre o PNCF, apreendendo seu significado, objetivos, discurso, metas, avaliação dos assentamentos e o desenvolvimento do PNCF no Brasil. Na esteira dessa pesquisa documental foi realizado um levantamento de dados sobre os assentamentos do PNCF, que

⁵ Os documentos analisados sobre o PNCF foram: “Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Estudos de Reordenamento Agrário nº 6. Brasília, 2007”; “Programa Nacional de Crédito Fundiário: Uma Avaliação Qualitativa (2003 – 2010). Estudos de Reordenamento Agrário nº 7. Brasília, 2011”; “Trajetória do Crédito Fundiário: da implantação a consolidação. Brasília, 2006”; “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural. Brasília, 1999”; “Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário, 2005. Brasília: MDA, 2005”.

contemplou: caracterização geral, área de abrangência, número de famílias, formas de organização, produção, historicidade do processo de implantação do assentamento, infraestrutura, tipo de relação com as usinas da região, existência ou não de assistência técnica, relação com as instituições estatais e da sociedade civil, articulação com os agentes financeiros.

A análise dos assentamentos levou em consideração suas características, destacando-os como espaço diversificado, reproduzindo relações de cooperação, mas também de conflito entre Estado e famílias, famílias e assistência técnica, famílias e famílias. De acordo com Leite (2012, p.109), “[...] os assentamentos assumem, então, configurações distintas – coletivos/individuais; agrícolas/pluriativos; habitações em lotes/agrovilas; frutos de programas governamentais estaduais/federais; com poucas/muitas famílias; organizados e/ou politicamente representados por associações de assentados, cooperativas, movimentos sociais, religiosos, sindicais, etc [...]”.

Vale ressaltar que a trajetória teórico-metodológica foi norteadada por uma análise crítica, a partir da ótica dos trabalhadores e de seus movimentos, tendo como centralidade as contradições sociais e a totalidade para maior apreensão da realidade em estudo.

Assim, a estrutura dessa tese está dividida em quatro capítulos e as considerações finais. O capítulo um apresenta, de forma sucinta, a dinâmica e desenvolvimento do capitalismo no campo no Brasil Contemporâneo, especialmente na fase monopolista, momento em que ocorrem profundas mudanças no meio rural fruto da modernização conservadora. O capítulo parte da reflexão dos clássicos da tradição marxista; faz uma breve análise da questão agrária brasileira a partir do processo de modernização conservadora e a luta por reforma agrária pós-Constituição de 1988 e finaliza com um debate sobre o trabalho assalariado no campo.

No capítulo dois debruça-se sobre os determinantes da nova ordem mundial do capital e suas repercussões no campo e a ação do Estado brasileiro para ajustar o país à globalização da economia. Destina-se, ainda, a analisar a realidade sócio-econômica do Nordeste e da produção canavieira no Brasil e em Pernambuco. Parte-se da análise da estratégia de investimento no agronegócio - expresso na agroindústria da cana-de-açúcar - e seus desdobramentos e repercussões nas condições de trabalho dos assalariados rurais canavieiros em Pernambuco.

O capítulo três destina-se a analisar as estratégias do Banco Mundial no que se refere à questão agrária e sua implementação via reforma agrária de mercado que se

concretizou, no Brasil, na implantação dos programas Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário. Trata ainda, de uma apreciação crítica sobre os assentamentos rurais criados no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Brasil, foco desta tese.

O capítulo quatro destina-se a analisar os assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina do Programa Nacional de Crédito Fundiário na região da agroindústria canavieira de Pernambuco, como uma particularidade da realidade brasileira. Nesse sentido, foi realizada uma análise dos resultados da pesquisa de campo, apresentando uma caracterização desses assentamentos, suas condições de vida, a produção agrícola, a relação com o assalariamento rural e com a reforma agrária.

Nas considerações finais, buscou-se fazer as sínteses do percurso da pesquisa, apreendendo o objeto em sua totalidade e localizando-o no desenvolvimento de expansão do capital financeiro na agricultura. Há, porém lacunas postas pela pesquisa que não foram tratadas no espaço limitado dessa tese, merecendo outros aprofundamentos, desdobramentos e futuras pesquisas.

1 - CAPITALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL



(Cândido Portinari – Os Retirantes – 1944)

“Por onde passei,
plantei a cerca farpada,
plantei a queimada.
Por onde passei,
plantei a morte matada.
Por onde passei,
matei a tribo calada,
a roça suada,
a terra esperada...
Por onde passei,
tendo tudo em lei,
eu plantei o nada”.

(D. Pedro Casaldáliga- Confissões do Latifúndio)

1 - CAPITALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

“Malditas sejam todas as cercas!
 Malditas todas as propriedades privadas
 Que nos privam de viver e amar!
 Malditas sejam todas as leis
 Amanhadas por umas poucas mãos
 Para ampararem cercas e bois
 E fazer a terra escrava e escravos os humanos!”
 (D. Pedro Casaldáliga).

Para analisar as determinações econômicas, políticas e ideológicas da expansão do capital no campo, que acaba reduzindo a possibilidade de uma reforma agrária demandada pelos trabalhadores rurais, e favorece a implantação de programas de Reforma Agrária de Mercado – especialmente o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, objeto desta tese, se faz necessário apreender à questão agrária brasileira e as relações de poder político, econômico, social e cultural, perpassada por interesses de classes antagônicas. A questão agrária envolve de um lado, grandes proprietários e grupos econômicos; e do outro, trabalhadores/as rurais ou camponeses (posseiro, meeiro, arrendatário, assalariado, parceiro, pequeno produtor ou agricultor rural, diarista, sitiante, sem terra e outros)⁶ historicamente submetidos a processos perversos de expropriação, exploração e violência.

⁶ É importante definir, de forma breve e sintética, esses diferentes segmentos de trabalhadores rurais, presentes no campo, todos eles determinados pelas relações de produção com a terra. Entretanto, há entre as regiões do Brasil várias diferenças quanto às nomenclaturas desses segmentos, mas de forma geral pode-se apresentar algumas delas: 1) **O posseiro** é aquele que ocupa uma porção de terra que não tem dono; ou que é improdutiva e está abandonada pelo dono; ou é terra devoluta. Ele não possui o documento legal da propriedade e está sujeito a ação de grileiros. Nessa área ele produz agricultura de subsistência com sua família. 2) **O meeiro** é aquele que aluga uma parte da terra ao proprietário para cultivar produtos de subsistência e paga o aluguel com 50% da produção agrícola que conseguiu produzir. 3) **O arrendatário** é aquele que arrenda por um determinado tempo uma pequena faixa de terra da grande propriedade rural, para produção de subsistência e paga anualmente (em dinheiro - \$ - ou em grãos) um aluguel pelo uso da terra. 4) **O assalariado** é aquele que está sob o regime de trabalho (com carteira assinada ou não) em grandes propriedades e/ou agroindústrias, que pode ser no mesmo município onde mora ou em outros Estados, às vezes longe da sua moradia de origem. 5) **O Parceiro** é aquele que aluga uma parte da terra do proprietário e paga com produtos agrícolas. 6) **O pequeno produtor ou agricultor rural** é aquele que possui uma pequena terra, minifúndio, que trabalha em regime de agricultura familiar e comercializa sua produção nas feiras e comércio local. 7) **O diarista** é aquele trabalhador rural que trabalha fazendo pequenos serviços diários em fazendas próximas de sua moradia. 8) **O Sitiante** é aquele que vive em um pequeno sítio, com poucos hectares, cedido pelo proprietário e planta apenas para sobreviver, podendo ser expulso a qualquer tempo pelo proprietário. 9) **O trabalhador rural sem terra** é aquele que não possui a terra, nem é pequeno produtor rural e está submetido a diferentes relações de trabalho no campo: ora é diarista, ora é assalariado temporário, ora é meeiro e na maioria das vezes migra com sua família para as grandes cidades para sobreviver.

Em vista disso, a experiência analisada não é um acontecimento isolado, mas faz parte de uma trajetória histórica de âmbito nacional que envolve amplos segmentos das classes subalternas rurais que foram excluídas e/ou incluídas perversamente no desenvolvimento do capital no campo e que realizam processos de lutas por terra, trabalho e melhores condições de vida no meio rural. Trata-se da questão agrária, marcada por movimentos de lutas, revoltas e resistências desencadeadas por homens e mulheres do campo, em diferentes períodos históricos.

Aqui se pretende apresentar, de forma sucinta, a dinâmica e desenvolvimento do capitalismo no campo no Brasil Contemporâneo, especialmente na fase monopolista, momento em que ocorrem profundas mudanças no meio rural, fruto da modernização conservadora. O capítulo parte da reflexão dos clássicos da tradição marxista; faz uma breve análise da questão agrária brasileira a partir do processo de redemocratização e finaliza com um debate sobre o trabalho assalariado no campo, com desdobramentos da dinâmica de acumulação na contemporaneidade.

Dessa forma, foi baseado nos clássicos que se estabeleceu ou se construiu o debate da esquerda brasileira sobre a questão agrária e as diferentes abordagens que desembocaram em estratégias e ações políticas distintas.

1.1- Acumulação Capitalista no Campo: Uma Reflexão a partir dos Clássicos da Tradição Marxista.

A discussão sobre acumulação capitalista no campo será analisada com base na tradição marxista clássica e contemporânea do Brasil e orientada pelos debates sobre a questão agrária, os sujeitos e movimentos sociais envolvidos na luta por terra, trabalho e dignidade para o meio rural. Dessa forma, o que interessa realizar aqui é uma breve síntese das formulações de alguns autores clássicos e contemporâneos da tradição marxista, considerando principalmente seu pensamento sobre a acumulação capitalista no campo, para à luz dessas reflexões empreender a viagem analítica do tempo histórico atual. Para isso foram utilizadas algumas obras importantes de cada autor⁷. A finalidade desse estudo dos clássicos é extrair conceitos centrais, ainda válidos, para movimentá-los e proceder à leitura da realidade contemporânea e ainda

⁷ De Karl Marx foram utilizados: O Capital – Livro 3, volume 6 (2008); Livro 2 – volume 2 (1971). De Karl Kautsky foi utilizada a obra “A Questão Agrária”, (1968). De Lênin foi abordado “O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907”, (1980b); “Lênin e a Questão Agrária” (2012); entre outras.

apreender as contradições e vieses do real a partir da análise da tradição marxista. Vale considerar também que outros importantes autores problematizaram a questão agrária no século XX, podendo ser incorporados posteriormente, em outros estudos.

Na tradição marxista clássica a questão agrária aparece de duas formas: a partir da análise das relações de propriedade e de produção vigentes no meio rural e do debate sobre as classes sociais em movimento no campo, onde o campesinato se apresenta como classe em transição que advém da ordem feudal e continuará a existir no capitalismo e/ou como uma classe de transição entre a burguesia e o proletariado.

O campesinato foi compreendido por Karl Marx e Friedrich Engels como um grupo social em extinção à medida que o sistema feudal ruísse e o capitalismo se consolidasse como modo de produção. Mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, os camponeses não desapareceram, pelo contrário, o capital se apropriou da terra, da agricultura e da sua força de trabalho, realizando um imenso processo de expropriação e transformando a produção agrícola e as relações sociais, a partir da lei geral de acumulação.

1.1.1 – A Questão da Terra na Tradição Marxista: Uma Síntese a partir das Formulações de Karl Marx, Vladimir Lênin e Karl Kautsky.

O desenvolvimento do capital no campo é determinado pela apropriação privada do principal bem natural e meio de trabalho para produção de alimento: a terra. Desta forma, dominam-se os recursos naturais (terra, água, etc), torna a produção de alimento voltada para o mercado e subjuga a força de trabalho, separando os meios de produção daqueles que produzem a riqueza e, conseqüentemente, a renda; sendo esta última apropriada por quem concentra a terra.

Marx (1983) considera o campesinato como uma camada social em extinção à medida que o capitalismo se consolidasse, indicando que há uma acumulação primitiva do capital que favorece as condições necessárias para construção do capital industrial. Os camponeses expropriados de suas terras, de seus instrumentos de trabalho e de sua força física e mental para produção, com base capitalista, criam um mercado consumidor interno, contribuindo para uma nova forma de propriedade privada, marcada por relações sociais, diferentes daquelas presentes na sociedade feudal.

O processo de acumulação primitiva, analisado por Marx, favorece a apreensão da origem da produção capitalista, com os mais diferentes mecanismos de apropriação da terra, dentre os quais se destacam: expropriação de camponeses; usurpação de terras comunais; perda da agricultura camponesa e comunal; mercantilização da força de trabalho de camponeses; apropriação das riquezas naturais; dentre outros. Como destaca o autor,

Desintegrada a velha sociedade de alto a baixo por esse processo de transformação, convertidos os trabalhadores em proletários e suas condições de trabalho em capital, posto o modo capitalista de produção a andar com seus próprios pés, passa a desdobrar-se uma outra etapa [...]. O que tem de ser expropriado agora não é mais aquele trabalhador independente e sim o capitalista que explora muitos trabalhadores. Essa expropriação se opera pela ação das leis iminentes à própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. (MARX, 1971, p. 881).

No primeiro momento da acumulação primitiva do capital tem-se a destruição das terras coletivas e verifica-se a expropriação dos camponeses, para instalar-se a propriedade privada dos meios de produção e alcançar a reprodução e acumulação capitalista. Assim,

A expropriação do produtor direto é levada a cabo com o vandalismo mais implacável, sob o impulso das paixões mais infames, mais vis e mais mesquinamente odiosas. A propriedade privada, obtida com o esforço pessoal, baseada por assim dizer na identificação do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é suplantada pela propriedade capitalista, fundamentada na exploração do trabalho alheio, livre apenas formalmente. (MARX, 1971, p. 880).

Nesse período de acumulação primitiva, os camponeses trabalhavam na terra para sua sobrevivência, para o senhor e o Estado feudais, agora expropriados dos meios de produção (a terra) precisam vender sua força de trabalho e adquirir os produtos no mercado interno. E assim, constituem-se trabalhadores livres e assalariados. Nesse modo de produção “[...] o trabalho assalariado não é criado em sua plenitude senão pela ação do capital sobre a propriedade da terra”. (MARX, 1980 apud lamamoto, 2001, p. 64 e 65).

Ao analisar a sociedade inglesa do século XIX, Marx (1983) buscou desvelar a propriedade fundiária, como meio de produção capitalista, à medida que a terra é expropriada do senhor feudal ou do camponês, para produzir mais valia, mesmo sem

fazer investimentos, e transformá-la em meio de produção para obtenção de lucro. Nessa forma de apropriação da terra, o capital produz e se reproduz na agricultura ao mesmo tempo em que pauperiza os camponeses, que são obrigados ao assalariamento. Com efeito,

O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção, e do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro. (MARX, 2008, p. 823 e 824).

Ao apropriar-se da terra, o capital transforma a agricultura (produção agrícola) e o solo (terra) em valor econômico, através da renda fundiária. “[...] o monopólio da propriedade da terra é pressuposto histórico e fica sendo base constante do modo capitalista de produção” (Marx, 2008, p. 826). O capitalismo no campo produz e reproduz o camponês, o capitalista arrendatário e o capitalista proprietário da terra. Os camponeses são os trabalhadores agrícolas assalariados expropriados da terra; o capitalista arrendatário é aquele que aluga a terra e explora a agricultura, como forma de produzir capital; o proprietário da terra concentra riqueza e renda sem nenhum investimento na terra, apenas especulando e acumulando capital a partir do valor pago anualmente pelo arrendatário. A renda fundiária é, pois produzida pelo valor pago ao proprietário da terra pelo arrendatário. É a valorização econômica da terra, como explica Marx em passagem de “O Capital”,

Chama-se essa quantia de renda fundiária, e tanto faz que seja paga por terra lavrada, ou por terreno de construção, mina, pesca, floresta etc. Esse pagamento se efetua durante todo o período em que o proprietário contratualmente emprestou, alugou o solo ao arrendatário. Assim, a renda fundiária é a forma em que se realiza economicamente, se valoriza a propriedade fundiária. (MARX, 2008, p. 827 e 828).

Marx (2008, p. 832) define renda fundiária como sendo: “[...] determinada quantia que o proprietário do solo recebe anualmente pelo arrendamento de um pedaço do globo terrestre”, pago pelo arrendatário para o uso da terra.

Nesse conjunto de relações sociais no campo, na análise de Marx (2008) são identificadas as três classes da sociedade moderna – o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário de terra. Quando o capital monopoliza a terra ocorre a transformação da agricultura - de mera exploração tradicional e familiar - para

um investimento científico, mecanizado, tecnológico e privado de um grupo e/ou um proprietário de terra; em seguida, “[...] dissocia por completo a propriedade fundiária das relações senhoriais e de sujeição”, ou seja, separa a terra de todo o processo de produção familiar, sendo agora tributo em dinheiro que o seu monopólio permite acumular pelo proprietário, a partir da renda paga pelo arrendatário e pelo capitalista industrial, que necessita da produção agrícola para gerar os produtos industrializados. Dessa forma, “[...] a propriedade fundiária adquire assim sua forma puramente econômica”. A consequência dessa produção agrícola, agora em grande escala, é o empobrecimento aviltante dos camponeses. (Marx, 2008, p. 827).

No momento em que a terra é capturada pelo capital, através do arrendatário capitalista, esse realiza todos os investimentos necessários à produção agrícola – cultivo da terra, tecnologia, mecanização, etc – melhorando o solo, aumentando a produção para o mercado interno e transformando a terra de simples matéria da produção familiar em capital-terra. O arrendatário capitalista também aplica na produção agrícola diversos capitais fixos que demoram a se desgastar e são incorporados à valorização da terra. Ao término do contrato de arrendamento, o proprietário da terra tem acrescido seu capital pelos investimentos feitos na terra e pela renda fundiária. Assim, “[...] cresce sua renda, ou o valor da terra fica aumentado no caso de querer vendê-la”. (Marx, 2008, p. 829). Desta forma, o proprietário de terra se apropria da riqueza gerada pela produção agrícola e pelo processo social que se estabeleceu no seu desenvolvimento.

Desse modo, a renda fundiária capitaliza a valorização da terra, determinando seu preço. Ela também é composta por parte da dedução do lucro médio da produção e do salário dos trabalhadores assalariados – a mais valia. Essa parte do lucro e do salário adquire a forma de renda fundiária que é paga pelo arrendatário ao proprietário da terra. Nota-se que os investimentos de capitais fixos e a força de trabalho são incorporados ao solo, em forma de renda fundiária. É uma espoliação contínua e cruel. O proprietário de terra que nada fez na agricultura, apodera-se da riqueza produzida. Ao passo que a renda fundiária cresce, há um aumento do preço da terra e a desvalorização do trabalho e dos salários.

A renda fundiária só pode desenvolver-se como renda monetária no sistema de produção capitalista, na produção de mercadorias, visto que a produção agrícola é produção de mercadoria e está submetida ao desenvolvimento das relações sociais de

produção de mais-valia. Os produtos agrícolas se tornam mercadorias com valor de troca. Nesse processo de valorização, o trabalho torna-se fundamental/central.

A produção de mais-valia e de produto excedente aumenta na mesma medida em que, com a produção capitalista, a produção de mercadorias cresce e, por conseguinte a produção de valor. E na mesma medida em que aquela aumenta, desenvolve-se a capacidade da propriedade fundiária de apoderar-se – em virtude do monopólio sobre a terra – de parte crescente da mais-valia, e de elevar por isso o valor da sua renda e o próprio preço do solo. (MARX, 2008, p. 849).

Sinteticamente, identificou-se no pensamento de Karl Marx, a forma como o capital se desenvolveu no campo, através da concentração da terra e da acumulação da renda fundiária. Enquanto Marx analisou a renda fundiária, Lênin debruçou-se sobre a questão da aliança operária camponesa para construção de novas relações sociais, as relações socialistas.

Ao discutir a questão agrária na Rússia, Lênin (2012) afirma,

A existência da propriedade agrária latifundiária na Rússia constitui a base material do poder dos latifundiários feudais e uma premissa da possível restauração da monarquia. Esse sistema de propriedade agrária condena inexoravelmente a imensa maioria da população da Rússia, o campesinato, a viver na miséria, na submissão e ignorância, e o país, em seu conjunto, ao atraso em todas as esferas da vida. (LÊNIN, 2012, p.11).

A Revolução Russa de 1917 colocou na pauta política o debate sobre os camponeses e o destino da agricultura. Numa sociedade feudal, marcada pelo absolutismo czarista, os camponeses viviam num regime de servidão, subjugados e considerados “gente vil”, “casta inferior”. Esse regime de servidão não dava nenhuma liberdade ao camponês, que não podia possuir bens, adquirir terra, deslocar-se para onde quisesse, nem abandonar a aldeia sem a permissão do proprietário da terra, entre outros preceitos que negava direitos sociais, políticos e econômicos à população rural.

Sob esse domínio de servidão, os camponeses ainda eram submetidos a castigos corporais, sem o direito de escolher seus representantes no governo, ou escolher o trabalho. Também não faziam proposição de leis, e lhes era negado o direito de se organizar ou realizar assembléias. Portanto, os camponeses não tinham liberdades políticas, nem civis. Esse regime de servidão ainda obrigava os camponeses a pagarem impostos pelo uso da terra e total obediência aos seus senhores.

Com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, Lênin entende que o campesinato se extinguirá, ao passo que se proletarizará, pois perderá o domínio de seu território e dos meios de produção ou então se tornará um pequeno capitalista, à medida que trocar a produção tradicional familiar para se transformar em produtor de mercadorias. A proletarização do campesinato é ocasionada pela expropriação das suas terras e dos meios de sobrevivência, sofrendo um longo processo de ruína e de deterioração, como afirma o próprio autor:

[...] a tendência fundamental e principal do capitalismo consiste na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura. Contudo, esta eliminação não deve ser compreendida *apenas* no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode também assumir a forma de um longo processo de ruína, de deterioração da situação econômica dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e por décadas. Esta deterioração se traduz no trabalho excessivo ou na péssima alimentação do pequeno agricultor, no seu endividamento, no fato de que o gado é mal alimentado e, em geral, de baixa qualidade, a terra não é bem cultivada, trabalhada, adubada, etc.; não há progresso técnico, etc. (LÊNIN, 1980, p. 64).

Entre os anos 1905 e 1907, a Rússia vivia um momento pré-revolucionário, que colocava em evidência duas possibilidades para o campesinato: primeiro, certo aburguesamento por parte de uma minoria; e segundo, o assalariamento da massa de trabalhadores rurais. Assim, Lênin defendia a direção da revolução por parte da classe proletária e a aliança com o campesinato para eliminar todo regime de servidão e modernizar a agricultura. Também era prioridade nesse processo: nacionalizar as terras para separar a burguesia dos latifundiários; promover o desenvolvimento do capitalismo no campo e buscar os camponeses pobres para o lado do proletariado.

A nacionalização das terras e sua distribuição aos camponeses não foi defendida em 1907, e reaparece após dez anos na obra “Resolução Sobre a Questão Agrária” para “VII Conferência (de abril) de toda a Rússia do Partido Operário da Social Democracia Russa (POSDR)”, já após a Revolução Russa de fevereiro de 1917 e durante o governo provisório⁸. Nessa obra datada de 1917, Lênin afirma a nacionalização das terras como uma medida burguesa que:

⁸ Governo Provisório da Revolução Russa de 1917 foi instalado em Petrogrado, após a revolução socialista de fevereiro de 1917. Era um governo de transição até a eleição da assembleia e para manter os serviços essenciais do governo.

[...] significa liberdade da luta de classe e a liberdade do uso fruto da terra, no grau mais elevado possível e concebível na sociedade capitalista, de todos os apêndices não burgueses. Além disso, a nacionalização da terra, como abolição da propriedade privada sobre a terra, representaria na prática um golpe tão poderoso na propriedade de todos os meios de produção em geral que o partido do proletariado deve prestar todo o seu concurso a essa transformação. (LÊNIN, 2012b, p.12)

Quanto ao “Decreto sobre a Terra”, apontava cinco itens (LENIN, 1982, p.403-405): 1) A propriedade latifundiária da terra é abolida imediatamente sem qualquer indenização. 2) As propriedades dos latifundiários, bem como todas as terras de apanágio, dos mosteiros e da Igreja, com todo o seu gado e alfaias, edifícios e todas as dependências, passam a ficar à disposição dos comités agrários de *vólost* e dos Sovietes de deputados camponeses de *uesd* até à Assembléia Constituinte. 3) Qualquer estrago dos bens confiscados, que doravante pertencem a todo o povo, é declarado crime grave, punível pelo tribunal revolucionário. 4) Para dirigir a realização das grandes transformações agrárias, até à sua resolução definitiva pela Assembléia Constituinte, deve servir em toda a parte o seguinte mandato camponês, elaborado pela Redação do *Izvéstia Vserossínskogo Soveta Krestíánskikh Deputátov*, na base dos 242 mandatos camponeses locais, e publicado no número 88 deste *Izvéstia* (Petrogrado, nº88, 19 de Agosto de 1917). 5) Não se confiscam as terras dos simples camponeses e dos simples cossacos.

Em 1920, Lênin esboçava as teses sobre a questão agrária para o Congresso da II Internacional Comunista (15 de julho de 1920) defendendo uma resolução da qual constam alguns dos seguintes aspectos (LÊNIN, 1980b, p. 49-60): 1. Só o proletariado urbano e industrial, dirigido pelo Partido Comunista, pode libertar as massas trabalhadoras rurais do jugo do capital e dos latifundiários, e os trabalhadores da cidade da opressão do capital, da ruína econômica e das guerras imperialistas. Só a aliança camponesa e operária derrubará os grandes latifundiários e a burguesia. 2. As massas de trabalhadores rurais devem estar ao lado do proletariado urbano e são elas, o proletariado agrícola, os operários rurais assalariados, os semiproletários que trabalham em parcelas, os pequenos camponeses que conduzirão a revolução. Cabe ao partido comunista organizá-los. 3. A população rural, embrutecida ao extremo, dispersa, oprimida, condenada em todos os países mais avançados a vegetar em condições de vida semibárbaras, interessada do ponto-de-vista econômico, social e cultural no triunfo do socialismo, é capaz de apoiar energicamente o proletariado

revolucionário. 4. Confiscar imediatamente e absolutamente as terras dos latifundiários e grandes proprietários e repartir as terras entregando-as em usufruto dos camponeses. 5. À medida que se consolida o poder proletário na cidade e no campo, é preciso tender, de modo sistemático, a aproveitar as forças que possuíam as grandes experiências, de conhecimento, e de capacidade de organização para consolidar a grande agricultura socialista. 6. É necessário para consolidar a vitória socialista, reorganizar toda a indústria com base na grande produção coletiva e na técnica moderna, para criar a base material para elevar em larga escala a produtividade do trabalho agrícola e do trabalho agropecuário estimulando a todos a passarem a grande agricultura coletiva e mecanizada. 7. Criar células comunistas para desenvolver uma luta intensa de agitação expondo reivindicações, explicando as agrúrias da exploração e da opressão, com vistas a organizar sistematicamente os operários do campo e da cidade para a construção do socialismo.

As contribuições teóricas de Lênin sobre a questão agrária evidenciam que a amplitude da temática e a diversidade dos problemas estruturais e conjunturais, postas pelas “[...] contradições de classe, que se aprofunda e se exacerba” (LÊNIN, 1980b, p. 100).

Enquanto na Rússia se viveu um regime de servidão, absolutista e feudal superado pelo modo de produção capitalista, e posteriormente pela Revolução Socialista de 1917; na Alemanha a realidade era de um capitalismo em processo de consolidação, apesar de ainda existirem formas pré-capitalistas.

Para Kautsky (1968) a questão agrária era estrutural no capitalismo por não comungar a pequena produção camponesa com a grande exploração do capital no domínio da agricultura. Segundo o autor, os camponeses constituíam uma camada social a ser desvelada dentro da proposta de construção do socialismo, pois ora aliava-se aos interesses da burguesia, ora com o proletariado, dificultando a organização política no campo e criando incertezas nas lutas sociais em curso. Havia, na sociedade da época, ainda outras frações de classes, para além dos capitalistas e proletários, que representavam formas pré-capitalistas.

[...] o antagonismo da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado não é o único antagonismo social de nosso tempo. Ao lado dessas duas classes, e através dela, existem muitas outras – e entre elas os cimos como os porões da sociedade, aqui os monarcas e seus cortesões, acolá as diferentes espécies do proletariado andrajoso (lumpenproletariat) – todas as camadas que são em parte resíduos de formas sociais pré-capitalistas e em parte produzidas, ou ao menos

favorecidas, no seu crescimento, pelas necessidades do próprio capitalismo [...]. (KAUTSKY, 1968, p.21)

Kautsky (1968) afirma que os camponeses seriam resignificados a partir das transformações ocorridas no campo, com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas na agricultura. Assim, “[...] a evolução da agricultura não se coloca em oposição à indústria [...] ambas tendem para o mesmo fim”. (KAUTSKY, 1968, p.23). A própria indústria modificará o caráter da produção rural.

No final do século XIX, já havia um processo de industrialização em curso e muitos camponeses migraram para as cidades e ingressaram no trabalho assalariado e no mercado de consumo. Isso provoca mudanças no campo, como a sazonalidade das atividades agrícolas e um excedente de mão de obra. À medida que os camponeses passavam ao assalariamento, diminuía seu tempo na sua própria terra, obrigando-os a vender mais força de trabalho nas cidades e na indústria que se consolidava.

De acordo com Kautsky (1968) identificou-se que há a persistência do campesinato, mesmo sob o desenvolvimento do capitalismo no campo.

[...] não chegou a se verificar aquele rápido desaparecimento do pequeno estabelecimento, fato que se esperava ou temia acontecer no continente, conforme sucedera na Inglaterra depois da maciça e triunfal entrada do grande estabelecimento capitalista a partir dos anos 50. Verifica-se, pelo contrário, aqui e acolá, a tendência de certa multiplicação do número de estabelecimentos com pequenas dimensões territoriais [...] (KAUTSKY, 1968, p.121).

As mudanças provocadas pela industrialização chegaram à agricultura, com novos instrumentos de trabalho e ferramentas que foram fabricados e contribuíram para os avanços na agricultura, sob o domínio do capital. Assim, “[...] as túnicas e as peles de animais foram substituídas por roupas de tecido, os sapatos de palha pelas botas de couro e assim por diante” (KAUTSKY, 1968, p. 18). O camponês passou “[...] a depender do mercado que a ele se revelava mais caprichoso e imprevisível que o tempo” (p. 19).

Com as alterações introduzidas na agricultura pelo sistema capitalista, ocorreram mudanças na forma como os camponeses produziam e se relacionavam entre si e com a terra. No feudalismo, a propriedade era comunitária e cada aldeia era auto-suficiente, produziam no sistema de afolhamento e tudo era combinado com os

aldeões, inclusive a cultura a ser plantada. Havia um sistema de três rotações que não necessitava do mercado externo para abastecimento de produtos. Havia um equilíbrio, de modo que a produção era correspondente ao número de pessoas por extensão de terra. Com o desenvolvimento da indústria e do comércio ocorre a destruição da produção feudal.

Agora surgia, todavia, um mercado caracterizado por necessidades variáveis; desenvolvia-se, assim, a desigualdade entre os companheiros da mesma aldeia, dos quais alguns só produziam em suas terras o suficiente para o próprio uso, enquanto outros produziam quantidades excedentes. [...] A transferência para esse modo de produção exigia que se acabasse com a forma de compromisso existente entre o comunismo do solo e a propriedade particular que o modo de produção medieval representava; tornou-se necessário estabelecer a propriedade plena, partilhar a pastagem comunitária, suspender o uso comunitário do solo e a obrigatoriedade do afolhamento (KAUTSKY, 1968, p. 33).

Nas análises de Kautsky sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o autor observa que o capital assume um padrão próprio de produção no campo, estruturado sob dois pilares: “[...] a propriedade privada com referência à terra e o caráter mercantil dos produtos agrícolas” (KAUTSKY, 1968, p. 57). O processo de acumulação no campo transforma as relações sociais, culturais e econômicas, através da divisão social do trabalho e da mercantilização da produção agrícola. Nesse sentido, o autor afirma que “[...] no momento em que se institucionaliza a propriedade privada da terra e esta se torna produtora de mercadorias, os respectivos lotes isolados também se transformam em mercadorias” (KAUTSKY, 1968, p. 76). Assim,

Essa forma de economia nada tem em comum, em absoluto, com o sistema de três rotações. Ao lado da divisão do trabalho distribuído entre os diferentes estabelecimentos da sociedade em particular, ainda se desenvolve a divisão do trabalho dentro do próprio estabelecimento pelo menos dentro dos maiores. Na agricultura feudal o grande estabelecimento de exploração agrícola, sob esse aspecto, não era essencialmente superior ao pequeno. A maioria das forças envolvidas no trabalho, tanto humanas, como animais, era fornecida ao senhor pelos súditos, os camponeses, que deveriam efetuar suas corvéias pessoais, além dos trabalhos manuais e serviços nos quais estes utilizavam suas próprias ferramentas e utensílios, carretas, arado, etc. A diferença entre o grande e o pequeno estabelecimento agrícola não era determinada, no caso, pelo melhor equipamento e pela maior especialização do trabalho no primeiro, mas pela atitude do camponês obrigado à corveia (KAUTSKY, 1968, p. 40-41).

As transformações ocorridas na agricultura, com a penetração do capital, esfacelaram a produção agrícola das aldeias na forma tradicional. As terras aráveis foram destinadas a pastagens no sentido de aumentar a produção de lã; acentuou-se o pleno direito de posse sobre a terra dos grandes proprietários; acabou-se a obrigatoriedade de produção de cereais nas terras que não estavam cultivando pastagens. A consequência de todas essas transformações foi a destruição quase total da agricultura camponesa.

A forma como o capital se apropriou da agricultura, impedia que a produção camponesa de alimentos tivesse continuidade, pois os camponeses necessitavam se deslocar para a indústria e não tinham tempo de cultivar a terra. Assim, os alimentos foram sendo capturados pela produção capitalista. O desenvolvimento econômico do capital atrela a agricultura e destrói todas as formas tradicionais de cultivo da terra. Por conseguinte, o campesinato, atrelando-o ao seu processo de acumulação e reprodução.

Além de toda análise da forma como o capital foi se apropriando da agricultura e mudando o campo, Kautsky discutiu também a renda fundiária, entendendo que a terra não é mercadoria, nem produzida pelo trabalho humano. Portanto, seu preço deverá ser medido pela renda fundiária. Kautsky identifica a renda fundiária como sendo os rendimentos obtidos com a capacidade do solo, os recursos naturais e hídricos, o clima, sem custos de capital. São as potencialidades da terra que aumentam a produção agrícola, sem aumentar os investimentos em equipamentos, insumos agrícolas, mecanização. Portanto, são recursos obtidos, sem inserir capital no processo produtivo, diferente do processo industrial. A renda fundiária pode também ser medida pela circulação dos produtos agrícolas e se diferencia da produção de mais-valia.

Na indústria, o lucro extraordinário proveniente de condições mais favoráveis de produção constitui sempre um fenômeno excepcional e transitório. Na agricultura, pelo contrário, a situação é bem diversa com referência ao lucro extra, proveniente da produtividade desigual e dos tipos diversos de solo. Essa produtividade diversa é o resultado de condições naturais e constitui uma grandeza específica e determinada dentre as condições técnicas existentes. Mesmo admitindo que todas as outras condições de produção sejam perfeitamente idênticas para os diversos agricultores, as diferenças qualitativas do solo continuam existindo. Por isso a renda fundiária não se iguala ao lucro extra da indústria; não constitui um fenômeno passageiro, mas duradouro (KAUTSKY, 1968, p. 68).

Kautsky (1968) localiza no desenvolvimento da agricultura, do seu tempo e no seu país, dois grandes mecanismos de exploração da terra: o grande empreendimento agrícola, que emprega mão-de-obra assalariada, mecanizado, com equipamentos e insumos agrícolas, produção em larga escala, proletarização da população rural. E a pequena produção agrícola, a agricultura camponesa, com utilização de força de trabalho familiar, que não compete com a grande propriedade fundiária, não insere seus produtos no mercado de consumo; pelo contrário, os produtos são comercializados nas pequenas cidades e na circunvizinhança da terra. As técnicas de utilização e manejo da agricultura são bastante diferentes e divergentes entre esses dois modelos de agricultura. Kautsky ainda afirma que a agricultura camponesa sobreviverá aos ditames do capital e conseguirá criar alternativas de se desenvolver através das cooperativas agrícolas.

Entretanto esse processo não é hegemônico, há particularidades e singularidades entre países e regiões de conformidade com seu processo de formação sócio-histórica. Assim, é necessário atentar para tais particularidades e singularidades. No caso brasileiro, o espaço rural tem se transformado em intensidade variável a cada ciclo de desenvolvimento do capitalismo. As breves considerações sobre acumulação capitalista no campo, a partir desses clássicos da economia política, contribuíram para refletir a expansão capitalista na agricultura na atualidade.

A ampliação do agronegócio⁹, das fronteiras agrícolas e dos monocultivos tem atingido altas taxas de lucratividade e reconfigurado o espaço rural brasileiro. O deslocamento dessas atividades agropecuárias para diferentes territórios tem expropriado milhares de famílias camponesas, povos tradicionais e originários; migração e êxodo rural; inviabilidade de demarcação de terras indígenas; adensamento de médias e grandes cidades; recusa em realizar a reforma agrária camponesa; entre outras conseqüências desse processo de acumulação capitalista no campo. A não realização da reforma agrária demandada pelos movimentos sociais rurais e a execução de políticas agrárias, a exemplo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) vem contribuindo para consolidação desse processo de expansão do agronegócio e do capital financeiro na agricultura.

⁹ De acordo com dados do Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento (MAPA), as exportações do agronegócio mantiveram sua trajetória em alta ao longo de 2013, chegando a US\$ 93,6 bilhões entre janeiro e novembro deste ano. Um aumento de US\$ 4,9 bilhões em relação ao mesmo período de 2012. (Maiores informações e dados, ver capítulo II, item 2.2 desta tese).

Dessa forma, o estudo dos clássicos evidenciou as contradições no processo de desenvolvimento do capital no campo e contribui para elucidar questões latentes no meio rural na atualidade, a exemplo do que acontece nos assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina do PNCF, campo empírico dessa tese, localizados na área canavieira de Pernambuco, que sobrevivem da produção de cana-de-açúcar e não conseguiram mesmo com o acesso a terra, sair do assalariamento rural.

1.1.2 – A Questão da Terra na Formação Sócio-histórica Brasileira: As Reflexões de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e José de Souza Martins.

A questão agrária tem sido alvo de longos debates políticos e teóricos e suas origens remontam ao processo de colonização brasileira, que produziu a constituição de identidades e também de rupturas, determinadas por contextos históricos. A colonização brasileira criou as bases para a concentração fundiária, no momento em que Portugal fez uma opção por desenvolver a colônia a partir de grandes extensões de terras, utilização de mão-de-obra escrava e da monocultura. Esses três elementos determinaram a forma de apropriação da terra e dos recursos naturais. O processo de colonização brasileira, marcado pelo Escambo e pelo sistema agroexportador determinou a propriedade privada da terra¹⁰.

O Brasil tinha papel de fornecer produtos primários, atendendo, assim a economia da metrópole portuguesa ao fortalecer seu papel no lucrativo mercado mundial em formação¹¹. Como também, serviu de base para o processo de acumulação originária do capital¹² nos países centrais e do capitalismo dependente nas colônias de exploração. Tudo estava voltado para o lucro e para a acumulação primitiva de capitais. Com o interesse de povoar e explorar o Brasil, para acumulação do capital

¹⁰ O nosso clima, a diversidade de recursos naturais e a terra de boa qualidade determinaram a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho: ser fornecedor de matéria-prima para metrópole, por meio do modelo agroexportador. Para desempenhar esse papel, a Coroa Portuguesa escravizou os povos originários e posteriormente, grandes contingentes de populações africanas.

¹¹ Andrade (1986, p.55) descreve esse momento histórico: “A costa nordestina foi, inegavelmente, dentre a grande extensão litorânea brasileira, a primeira a ser explorada. Por ela passavam as naus que da Europa vinham para a Terra de Santa Cruz; nela encontravam, por trás dos recifes, penetrando nos estuários por um dos dois quilômetros, abrigo contra as forças da natureza e contra os inimigos. Nela havia também pau-brasil, largamente utilizado na Europa pela indústria da tinta”.

¹² “Por acumulação primitiva de capital na formação social brasileira concebemos as atividades que representam processos de acumulação do capital através dos diversos mecanismos ainda não essencialmente capitalistas, ou seja, ainda não fundados na produção de mais-valia mediante exploração do trabalho assalariado livre”. (Consulta Popular, 2011, p. 25)

européu, Portugal instituiu o Sistema de Capitánias Hereditárias e a fase das Sesmarias¹³. Aqui se consagra a propriedade privada da terra.

A colonização se configurou como “[...] uma vasta empresa comercial”, cujo único objetivo era fornecer produtos primários de alto valor para o mercado externo, tendo como base a produção agrícola e mineradora realizada em grande escala. Ela se organiza em torno de “[...] grandes unidades produtoras que reúnem um número relativamente avultado de trabalhadores, [...] recrutados de outras raças, indígenas do continente ou negros africanos importados e dirigidos pelo colono branco”. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 29 e 31).

O Brasil nasce sob a égide do capitalismo. As relações externas determinaram o ritmo do seu desenvolvimento. A acumulação baseada na dependência do latifúndio, da monocultura e da exploração da força de trabalho escravizada, formou uma grande massa de trabalhadores rurais despossuída da terra, de moradia própria e das condições dignas de vida e sobrevivência.

Na segunda metade do século 19, o debate da questão agrária toma grande dimensão nos espaços de poder. Nesse momento, a Coroa Portuguesa percebendo o fim do trabalho escravo¹⁴ e preocupada com suas conseqüências realiza ampla campanha para atrair europeus camponeses pobres para trabalhar nas fazendas de monoculturas e instituiu a primeira Lei de Terras, nº 601, em 1850. Essa lei regulamenta a posse da propriedade fundiária e determina o acesso a ela, sendo exclusiva de pessoas que pagassem uma quantia em dinheiro a Coroa Portuguesa e registrassem a terra em cartório. Isso vai assegurar a disponibilidade de mão-de-obra nas fazendas de monocultura, sob a forma de trabalho assalariado e livre. Uma vez libertos, a população escrava se mantinha no latifúndio, sendo explorada e

¹³ Nesse momento eram concedidas grandes extensões de terra, pela Coroa Portuguesa, a donatários, pessoas de confiança da nobreza que lhes teria obediência e fidelidade. Cabia ao donatário à produção agrícola, a exploração dos recursos naturais, recolhimento de percentual da produção obtida no cultivo da terra, e concessão de terras aqueles que tivessem condições de produzir. Além disso, podiam escravizar índios para usá-los no trabalho agrícola e doméstico, tendo, também poderes de exportá-los. Martins (1982, p.71) ao analisar esse processo, afirma: “O regime de sesmarias era radicalmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos. A sesmaria não tinha os atributos da propriedade fundiária de hoje em nosso país. A efetiva ocupação de terra, como trabalho, constituía-se da apropriação, revertendo a Coroa o terreno que num certo prazo não fosse trabalhado. Num país em que a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, e escravidão negra, os “bastardos”, os que não tinham sangue limpo, os mestiços de branco e de índios, estavam destituídos do direito de herança, ao mesmo tempo em que excluídos da economia escravista”.

¹⁴ Em meados do século XIX, o Brasil passava por grandes transformações sociais e havia a iminência do fim do trabalho escravo, dada às denúncias e críticas públicas condenando o tráfico de pessoas africanas pelos países da Europa. Além disso, a luta dos negros escravos pela libertação potencializava nas senzalas as constantes fugas para os quilombos.

reproduzindo o capital. Outra conseqüência social dessa lei foi á consolidação do grande latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil. Portanto, a Lei de Terras significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Com isso a terra foi transformada em uma mercadoria á qual somente os ricos poderiam ter acesso. (STÉDILE, 1997, p. 11).

De acordo com Martins (1981, p. 59),

A Lei de Terras e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações do regime escravista, criavam as condições que garantissem, ao mesmo, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho a grande lavoura.

No processo colonial e imperial a terra foi coberta por monocultura de açúcar, algodão, tabaco, cacau, café, arroz, todos essenciais para o desenvolvimento do capitalismo externo, para formação e manutenção do latifúndio e do poder do grande proprietário de terra. As culturas de subsistência eram plantadas consorciadas com a monocultura: entre as carreiras de cana-de-açúcar espalhava-se a mandioca e a macaxeira; entre o plantio de algodão, cultivava-se o milho e o feijão.

De fato, Prado Júnior adverte que “[...] a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nele habita”. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 73). Assim, o autor supracitado, sintetiza o balanço geral dos três séculos de colonização como “[...] incoerência e instabilidade no povoamento, pobreza e miséria na economia, dissolução nos costumes, inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos”. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 356).

No latifúndio monocultor, o proprietário da terra, se constituiu senhor absoluto e exerce o poder sobre a população que trabalhava na produção agrícola, sendo obedecido, servido e respeitado, inclusive fora dos limites de sua fazenda. Esse mesmo senhor-de-engenho era o chefe político local, dominando todas as esferas econômica, social, política, cultural e ideológica. Esse poder cumpriu um papel

importante na conformação da cultura política das classes dominantes na formação sócio-histórica brasileira.

No debate sobre a formação social brasileira¹⁵, a questão agrária vem sendo estudada, pesquisada e discutida há décadas por intelectuais, centros de pesquisas, partidos políticos de esquerda, movimentos sociais e universidades. Ela entra no debate político nacional do pós-guerra (1945), quando se estabelecem várias posições em favor da reforma agrária¹⁶. A partir de 1946, durante a Assembléia Nacional Constituinte, a questão fundiária é debatida e pela primeira vez é defendida a função social da terra. Mas, haverá também os discursos contrários que defendem a modernização conservadora vitoriosa no pós-golpe militar de 1964.

A questão agrária se configura a partir do desenvolvimento capitalista no campo, envolvendo trabalhadores rurais e seus movimentos sociais de luta pela terra, de um lado; e do outro, proprietários fundiários e empresas nacionais e transnacionais ligadas à produção agrícola e seus derivados. A propriedade da terra representa para os

¹⁵ No final do século 19 e início do século 20, realiza-se uma transição marcada por um conjunto de transformações econômicas e políticas que lançou as bases para o avanço do capitalismo no Brasil. O conteúdo fundamental dessa transição reside, portanto, na abolição da escravatura em 1888, na proclamação da República em 1889 e na Constituição Republicana de 1891. Essa transição que consolidou o avanço do capitalismo no Brasil foi hegemonizada pelo setor agrário-exportador apoiado em formas camponesas dependentes que continham aspectos pré-capitalistas amplamente disseminados. Surgia então uma nova aliança de classes entre a velha oligarquia rural, a nascente burguesia industrial, e os capitalistas industriais de capital internacional que vieram dos Estados Unidos e da Europa implantar suas fábricas, em busca de mão de obra barata. A implantação da indústria no Brasil, realizada tardiamente em relação à revolução industrial inglesa – meados do século 18 – foi resultado de investimentos de três formas básicas de capital. Primeiro, a transformação do capital da oligarquia rural, originário das exportações agrícolas, que foram investidos em fábricas. Segundo, o Estado brasileiro utilizou uma grande parte dos recursos públicos para realizar investimentos nos transportes e na indústria, seja na indústria básica, como a siderurgia, seja na indústria de bens de consumo, associado a capitalistas privados. E, terceiro, foram os capitalistas estrangeiros que trouxeram suas indústrias e investiram sozinhos ou associados a outros capitalistas. (Consulta Popular, 2011, p. 28)

¹⁶ Durante os anos 1930 e 1940, o país passou por uma série de transformações. As eleições ocorridas em 1946 de certa forma podem ser caracterizadas como um marco nesse processo: pela primeira vez era eleita democraticamente uma Assembléia Constituinte. Embora a maioria de seus membros fossem conservadores e ligados aos fazendeiros e latifundiários, uma bancada de 12 deputados e senadores do Partido Comunista Brasileiro, que obtiveram o terceiro lugar no cômputo geral dos votos, fizeram a diferença. Foi nessa constituinte que pela primeira vez se falou em Reforma Agrária. Defendeu-se a tese de que a propriedade da terra no Brasil estava concentrada nas mãos de uma minoria, e que isso constituía grave problema, pois impedia o progresso econômico do meio rural e a distribuição de renda e justiça social. Para enfrentar esse problema era necessário, portanto fazer uma reforma no modo como a propriedade da terra se dividia – uma reforma agrária que distribuísse terras a quem nela quisesse trabalhar. Essa idéia foi apresentada pelo então senador Luis Carlos Prestes. A proposta do senador Prestes incorporava à Constituição o preceito de que todas as terras mal utilizadas deveriam ser desapropriadas e voltar ao patrimônio do Estado, para que este fizesse uma redistribuição a quem de fato quisesse produzir. Aparecia, assim, o conceito de que a propriedade da terra deveria estar vinculada ao uso social para produção. Infelizmente, as teses de Prestes foram derrotadas pela ampla maioria conservadora do Parlamento. Mas, o debate trouxe uma novidade para constituinte: o preceito de que o Governo poderia desapropriar terras, se isso fosse de interesse social. Entretanto, a existência do preceito constitucional não era suficiente para impedir que a ausência de uma política de distribuição de terras gerasse conflitos sociais. (STÉDILE, 1997, p. 11-13)

trabalhadores rurais a alternativa de ter sobrevivência, moradia, trabalho, segurança para si e sua família. Estão sujeitos a processos de expropriação e violência, podendo transformar-se em trabalhadores assalariados pelo desenvolvimento das forças capitalistas no campo. Para os latifundiários e empresas transnacionais, a terra representa a acumulação de riqueza, o lucro, ativo financeiro e reserva de valor.

Assim há, no Brasil, uma vasta literatura, com estudos sobre a questão agrária, em especial num determinado período (pré-1964) quando ela emerge no debate e assume visibilidade nacional. Esses estudos buscaram analisar a realidade brasileira à luz de conhecimentos acumulados sobre a dinâmica do modo de produção capitalista no país e seu desenvolvimento na agricultura. Nos estudos dos teóricos brasileiros podem-se identificar interpretações diferentes sobre a questão agrária no Brasil.

Nessas interpretações sobre o entendimento da questão agrária há um grupo de intelectuais e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, hegemonizou as idéias da esquerda nas décadas de 1930 a 1960, defendendo a reforma agrária. Caio Prado Júnior concentrou suas análises sobre as relações sociais agrárias e de trabalho no meio rural, identificando uma superexploração dos trabalhadores rurais e a tendência ao assalariamento, defendendo em primeiro lugar uma legislação trabalhista e num segundo momento a reforma agrária. Alberto Passos Guimarães¹⁷ identifica resquícios feudais nos latifúndios. Outro expoente do PCB foi Ignácio Rangel¹⁸ que discutiu a superpopulação rural sobrando do desenvolvimento econômico brasileiro e identificou na expansão urbana e nos mercados externos uma possibilidade para solução da superpopulação rural. São também representantes desse debate Maurice Dobb, Néelson Werneck Sodré¹⁹ e Mário Vinhas.

¹⁷ Alberto Passos Guimarães: Em 1963 publicou sua principal obra sobre a questão agrária, o livro *Quatro Séculos de Latifúndio*. "Para o autor a origem do latifúndio, conceito a partir do qual designava a concentração fundiária, estava no processo de colonização dos territórios indígenas pelos portugueses no século XVI. Esse processo aconteceu em um momento de transição na Europa de um modo de produção feudal para um modo de produção capitalista. Para assegurar seu domínio sobre o novo território conquistado, Portugal exportou para o Brasil relações econômicas e instituições políticas pretéritas. Em outras palavras, a estrutura nobiliárquica e o poder feudal". (Disponível em <http://www.anpuh.org>. Acesso em 13/08/2013).

¹⁸ Ignácio Rangel: "A questão central, tal como foi colocada por Rangel em *A Questão Agrária Brasileira*, é a formação de um capital mercantil avançado, oligopólico. A criação dos oligopólios no campo da comercialização dos bens agrícolas para o mercado urbano interno foi, em sua origem, um progresso indiscutível. Era uma forma eficaz de organização do suprimento dos grandes centros urbanos. Esse oligopólio, juntamente com o comércio grossista representava o aspecto externo do latifúndio." (Rangel, 1967, p. 36). (PEDRÃO, Fernando Cardoso. Ignácio Rangel. *Revista Estudos Avançados*, vol.15 nº41, São Paulo, Jan/Abr 2001. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 13/08/2013)

¹⁹ Nelson Werneck Sodré: "Em sua tentativa de compreender os processos históricos que deram origem às diversas classes sociais brasileiras, em especial à burguesia nacional e suas relações com as demais classes, Sodré se apóia na visão econômica de tradição marxista, utilizando a categoria modo de

Outra contribuição importante para o debate da questão agrária foi a do economista Celso Furtado quando esteve à frente da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). A proposição de desenvolvimento da CEPAL sustenta a necessidade de “[...] mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo devido à rigidez da oferta de alimentos, às pressões da demanda urbana e industrial. Esse problema segundo Furtado, tende a gerar tensões estruturais sobre a inflação e crises freqüentes de abastecimento de alimentos” (DELGADO, 2010, p.83)

Há ainda, a posição da Igreja Católica sobre a questão agrária, amparada em cartas pastorais, declarações de bispos, documentos e encíclicas que mudaram a mentalidade da Igreja em favor da reforma agrária²⁰. O engajamento da Igreja Católica na década de 1960 ocorre num momento em disputa pela organização do campesinato e a formação dos sindicatos rurais.

A partir da sua Doutrina Social, a Igreja legitima o princípio da “função social da propriedade”, idéia que irá se inscrever nas normas do Estatuto da Terra, promulgado em novembro de 1964. Ela substitui a tradicional concepção jurídica da propriedade, proveniente da Lei de Terras de 1850, que trata a terra como uma simples mercadoria. É nesse período que a Igreja começa a tratar a realidade agrária do país como fonte de grave injustiça e exclusão social. (DELGADO, 2010, p.83)

Outros intelectuais que realizaram o debate da questão agrária detinham um pensamento conservador frente à luta pela reforma agrária, representado principalmente por Delfim Neto e seu grupo de economistas da Universidade de São Paulo (USP). Para esse grupo a “questão agrária e as relações de trabalho prevalentes no meio rural não são problemas econômicos relevantes, pois essa estrutura agrária teria cumprido de modo adequado às funções básicas da agricultura no desenvolvimento econômico”. (DELGADO, 2010, p. 84).

Após o golpe militar de 1964, a tese dos economistas da Universidade de São Paulo - USP se mantém e instala-se o processo de modernização conservadora na agricultura, tendo o Sistema Nacional de Crédito Rural seu principal instrumento de

produção como base da análise. Tanto sua linha de pesquisa, quanto as ações políticas aproximam-se do comunismo”. (IPEA. Revista Desafios do Desenvolvimento. Ano 8. Edição 68 - 16/10/2011. (Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 13/08/2013).

²⁰ Para maior análise do pensamento da Igreja Católica sobre a questão agrária ver: Poletto (2010); Oliveira (1986); Carvalho (1985); Martins (1989); entre outros.

fomento para produção agrícola. Parte da intelectualidade e até representantes do Estado entenderam não existir mais uma questão agrária. Esse pensamento está ancorado nas obras de Fernando Henrique Cardoso, Francisco Graziano, Zander Navarro, dentre outros.

Outros estudiosos procederam à análise do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, excluindo dos seus estudos a perspectiva da luta de classes e sua potencialidade revolucionária. São partidários desses estudos José Graziano da Silva²¹ e Ricardo Abramovay²².

Existe também um grupo de estudiosos que compreende o processo de desenvolvimento do capital no país como sendo combinado e contraditório, e que no campo já se desenvolviam as forças capitalistas de produção. À proporção que esse desenvolvimento avança, produz relações sociais puramente capitalistas e essas relações reproduzem relações camponesas de produção. São caudatários dessa perspectiva Caio Prado Júnior, José Vicente Tavares, Florestan Fernandes, José de Souza Martins, dentre outros.

As abordagens priorizadas, neste capítulo, para debater a acumulação capitalista no campo brasileiro se reportam aos estudos de Caio Prado Júnior (2007)²³, Florestan Fernandes (2008)²⁴ e José de Souza Martins (1995; 1991)²⁵. Esses estudos contribuíram para desvelar as relações capitalistas de produção na agricultura no processo de formação sócio-histórica brasileira, revelando-se importantes para

²¹ José Graziano Silva: “Nas análises do autor são destacadas as mudanças do padrão tecnológico na agricultura, partindo do princípio de que a terra se constitui em um elemento importante do próprio capital”. Para Silva o sentido fundamental do desenvolvimento do capitalismo no campo é a própria industrialização da agricultura, “o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção” (p. 45). “Por entender que o camponato está inserido no capitalismo como parte dele, em que o capital encontra formas de se apropriar do excedente da produção camponesa, numa estrutura produtiva, por meio da qual atrela a produção camponesa à produção capitalista. Silva defende a hipótese de que não há alternativa ao camponês, a não ser contribuir com a reprodução do capital com sua produção ou com sua força de trabalho.” (FELICIO, 2011, p. 122).

²² Ricardo Abramovay: “Para o autor a agricultura familiar é a principal forma social do progresso técnico no campo que se desenvolveu, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, e é a principal produtora de alimentos e fibras das nações mais desenvolvidas. A integração ao mercado, a capacidade de incorporar os principais avanços técnicos e a capacidade de responder às políticas governamentais são características da agricultura familiar, distinguindo-a da agricultura camponesa”. Abramovay afirma que o camponês possui racionalidade econômica incompleta e é parcial sua inserção em mercados incompletos, pois, “o capitalismo é, por definição, avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais” (p.129). Por conseguinte, o futuro do camponês consiste em se metamorfosear em agricultor familiar. “Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho” (p.127). (FELICIO, 2011, p. 116).

²³ De Caio Prado Júnior foi utilizada a obra “A Questão Agrária” (2007).

²⁴ De Florestan Fernandes foi utilizada a obra “Sociedade de Classe e Desenvolvimento” (2008).

²⁵ De José de Souza Martins foram utilizadas as obras “Os Camponeses e a Política no Brasil” (1995) e “Expropriação e Violência” (1991).

entender o que acontece na atualidade nos assentamentos do PNCF, especialmente nos assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina, lócus da pesquisa de campo dessa tese, situadas na área canavieira de Pernambuco.

Nesses assentamentos, as famílias desenvolvem uma dupla relação com a produção agrícola: realizam a produção familiar e de cana-de-açúcar para as usinas da região; como também são assalariados temporários na época da safra da cana-de-açúcar. Essa particularidade integra a totalidade do desenvolvimento do capital no campo. O estudo desses autores contribuiu para elucidar questões presentes no cotidiano dessas famílias.

Prado Júnior (2007), principal teórico clássico da esquerda na análise da questão agrária brasileira, sustenta o debate por mais de duas décadas. Ele faz parte de uma geração de pensadores e intelectuais preocupados com a formação social, econômica e política brasileira. Para este autor, a especificidade da nossa formação foi se constituindo ao longo do processo histórico carregada de aspectos do processo de colonização, o que ele chama de “*sentido da colonização*”. A questão agrária surge, pois, como um dos problemas cruciais a serem enfrentados para suplantarmos os traços e características da formação colonial, que permanecem ativos no desenvolvimento das forças produtivas e na precariedade das relações de trabalho.

No dizer de Prado Júnior (2000), há uma permanência do nosso passado colonial latente na sociedade brasileira.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. (PRADO Jr., 2000, p.20),

Para o autor, a concentração de terra em domínio de uma minoria de grandes proprietários de terra, caracteriza a economia agrária brasileira, como também determina o contexto social, político e cultural do país que deriva da concentração fundiária e da forma de exploração da terra, cujas heranças coloniais são elementos importantes.

A estrutura fundiária é extremamente desigual: de um lado encontra-se um pequeno grupo de grandes proprietários de terras, que ocupam as melhores áreas, com acesso a recursos hídricos e naturais e uma ótima localização para comercialização dos produtos agrícolas. Do outro lado, está uma massa de trabalhadores rurais sem terra, que dispõem unicamente da força de trabalho, sem nenhum direito e vivendo em condições miseráveis.

De acordo com Prado Junior (2007), é importante, pois, situar a questão agrária brasileira,

E colocá-la em seus devidos termos, que vêm a ser, em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do país, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária. (PRADO Jr., 2007, p. 18).

A concentração fundiária é a principal característica da estrutura agrária brasileira. Ela tem um duplo efeito: primeiro, possui um vasto espaço territorial para implementação de empreendimentos agrícolas capitalistas; segundo, dispõe de mão-de-obra abundante para assegurar a produção a baixo preço. Desse modo, “[...] uma minoria de grandes proprietários concentra em suas mãos a maior parte das terras, deixando à massa uma reduzida sobra em que ela angustiosamente se comprime” (PRADO Jr., 2007, p. 42)

A resolução da questão agrária se insere na perspectiva da Revolução Brasileira, concebida como um estágio de transição entre o passado colonial e o futuro do Brasil-Nação. Assim, Prado Jr. (1966) define revolução como:

Revolução em seu sentido real e profundo significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. (PRADO Jr., 1966, p. 2).

O objetivo principal da Revolução Brasileira, na acepção de Prado Jr. era romper com a pobreza absoluta que estava sucumbida a população rural, pois apenas com isso essas pessoas/famílias inseriam-se de forma equilibrada no desenvolvimento capitalista. Só com as boas condições sociais e materiais, os trabalhadores rurais poderiam contribuir para a consolidação do mercado interno. Ao compasso da construção da integração nacional, a questão agrária assumiria papel fundante e é no campo que se encontram as características e contradições primordiais da colonização.

[...] é na situação sócio-econômica presente no campo brasileiro que se encontram as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país atravessa. É aí que a herança da nossa formação colonial deixou seus mais profundos traços, e os mais significativos do ponto de vista social. E assim a superação do estatuto colonial que representa como vimos à linha mestra da revolução brasileira, encontra no campo os principais e essenciais obstáculos a seu processamento. (PRADO Jr., 1966, p.203)

Prado Júnior (2007) vincula a reforma agrária a solução para superar as precárias condições de vida dos trabalhadores rurais sem terra. Para isso, duas medidas seriam fundamentais: a primeira seria garantia à proteção social, trabalhista e previdenciária para os trabalhadores rurais; a segunda, ter maiores oportunidades de acesso à terra.

Na concepção deste autor (2007), a primeira medida seria concretizada através da instituição de uma legislação trabalhista para os trabalhadores rurais, propondo uma remuneração numa estrutura híbrida, ou seja, uma parte era o pagamento em dinheiro e a outra parte o direito de permanecer nas terras dos proprietários. Lógico que isso beneficiaria o latifundiário, pois as atividades agrícolas eram temporárias e teria sempre um conjunto de trabalhadores rurais a seu serviço, sem receber salário, apenas plantando para sua subsistência. Apesar disso, os trabalhadores rurais garantiriam o mínimo de sobrevivência com a produção de alimentos. O acesso aos direitos trabalhistas no campo, e o aumento dos salários, causariam um impacto sobre as despesas com a produção, impulsionando o avanço técnico agropecuário, pois os pagamentos de salários são um elemento propulsor para os proprietários introduzirem técnicas e mecanização a produção agropecuária. O avanço técnico iria aumentar a produção e conseqüentemente a lucratividade. Para os trabalhadores rurais, essa legislação trabalhista lhes garantiria uma melhor qualidade de vida.

A segunda medida, seria realizada mediante a ampliação do acesso à terra pelos trabalhadores rurais. A reforma agrária estaria vinculada às leis trabalhistas para o campo. A legislação trabalhista proporcionaria a desconcentração fundiária, visto que os proprietários que não conseguissem manter a produção agrícola e os salários seriam levados a vender suas propriedades a baixo preço para o Estado. Nesse momento, o Estado executaria uma política de reforma agrária para os trabalhadores rurais sem terra.

Na visão de Prado Júnior (2007) a solução dos problemas agrários contribuiria para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora. Dessa forma, o operariado

aumentaria o consumo e se organizaria no país um mercado interno e a produção centrar-se-ia no abastecimento das necessidades locais. Dessa forma, se delimitavam os critérios para a constituição da Nação.

Os estudos de Caio Prado Júnior, dentre outros aspectos, contribuíram para a elaboração de uma teoria da Revolução Brasileira que considera as características da formação histórica do país. Suas análises da questão agrária denunciaram a exploração da força de trabalho na grande propriedade rural, que evidenciou relações capitalistas de produção e uma massa de trabalhadores despossuídos de dignidade, terra e trabalho.

Ao analisar a questão agrária Florestan Fernandes (2008), por sua vez afirma que a economia agrária sofre (e sofreu) três influências estruturais no desenvolvimento do capitalismo, que aparecem no primeiro momento de modernização da economia pós-período escravista no Brasil, ganhando força no período agrário exportador do café e da expansão urbano industrial no pós-1930.

A primeira influência refere-se à dependência do Brasil à economia agrária como estratégia de acumulação originária do capital. Assim, toda riqueza que migra do campo para cidade serve de base para reprodução de sociedades urbanas, estruturação do mercado consumidor, integração do trabalho assalariado em setores diferentes, intensificação da divisão social do trabalho. A economia agrária possibilitou a expansão urbana e comercial do Brasil. A população rural expropriada e despossuída da terra terá na cidade um lugar onde tentará sobreviver se transformando num trabalhador semilivre e assalariado.

[...] para que o capital possa reproduzir na economia urbana o trabalhador assalariado, é necessário que exista na economia agrária o capital que reproduz o trabalhador semilivre. Do mesmo modo, o despossuído, que não logra sequer a proletarização na economia agrária, está na raiz das possibilidades de trabalho assalariado do operário urbano. (FERNANDES, 2008, p. 182)

A segunda influência é indireta. A perspectiva cultural da época do apogeu do café exigiu dos proprietários de terra uma nova orientação e comportamento econômico diferente de períodos anteriores. A expansão da economia urbana-comercial e até mesmo urbana-industrial fez surgir um proprietário de terra que se preocupava e praticava o entesouramento, “[...] como um elemento de acumulação capitalista”. O excedente da economia agrária era investido nas oportunidades que se

abriam no mercado capitalista moderno. Nesse momento histórico, as frações da classe dominante de maior envergadura ou tinham uma posição importante na economia agrária, ou acumulavam vultosas fortunas advindas da produção rural. Ao assumir posição no meio urbano, evidenciavam as contribuições da economia agrária na organização do sistema econômico das cidades. Desse modo,

[...] a economia agrária serviu de suporte tanto para a diferenciação dos papéis econômicos dos seus agentes em condições de praticar, de algum modo, a apropriação do excedente econômico que ela gerava, quanto para a diferenciação das funções do capital comercial e do mercado interno. (FERNANDES, 2008, p. 183)

A terceira influência refere-se ao contexto das classes sociais e de suas frações no meio rural. Na economia agrária, por longo período, coexistiram (ou coexistem) formas capitalistas de mercantilização com formas pré-capitalistas e capitalistas de produção de mercadorias. A saída do excedente da economia agrária para fora do país ou para os centros urbano-industriais da economia interna ocasionou impacto sobre a organização e diferenciação do meio social rural.

Nessa perspectiva foram se formando três grupos ou categorias de indivíduos na estrutura da economia agrária: agentes econômicos que realizavam a expropriação capitalista; os agentes econômicos semilivres ou livres, assalariados ou não que podiam poupar o excedente da produção de subsistência e ter o mínimo de mobilidade socioeconômica na sociedade; os semiassalariados, que mesmo na pobreza extrema conseguiam vender a força de trabalho, transformando-a em mercadoria nas relações capitalistas de produção. Há ainda, uma massa de trabalhadores rurais excluída de todo o processo de desenvolvimento da economia urbano-comercial e/ou urbano-industrial articulada à economia agrária, que possui apenas a força de trabalho para ser vendida ao proprietário de terra.

Essa vasta população rural está despossuída de qualquer compensação ou direitos sociais, sob a égide do capitalismo. Para Fernandes (2008) estes,

Constituem um vasto contingente dos condenados do sistema, os segmentos da população brasileira que suportam os maiores sacrifícios, decorrentes dos custos diretos ou indiretos da existência de uma sociedade de classes e da prosperidade urbana, mas que são ignorados na partilha dos benefícios da “civilização” e do “progresso”. (FERNANDES, 2008, p. 184)

Ao discutir a acumulação do capital no campo, Martins (1995) analisa as contradições presentes na propriedade privada da terra, no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, e a subordinação da renda da terra ao capital. Considera o autor que “[...] a terra não pode ser confundida com o capital: não pode ser analisada em suas conseqüências sociais, econômicas e políticas como se fosse capital igual àquele representado pelos outros meios de produção” (MARTINS, 1995, p. 160).

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar e vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. [...] O questionamento da propriedade fundiária, levado a efeito na prática de milhares de lavradores neste momento, leva-os, mesmo que não queiram, a encontrar pela frente o novo barão da terra, o grande capital nacional e multinacional. Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência (MARTINS, 1995, p. 177).

Para este autor, a expansão capitalista no campo acontece sob dois processos combinados: expropriação e exploração. Esses processos atingem os trabalhadores rurais (posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros, pequenos agricultores, sitiantes, dentre outras categorias), expropriados de suas terras e submetidos à migração para áreas distantes; migram para médias e grandes cidades para compor o operariado urbano, resultando na urbanização e favelização.

A expropriação atinge dois grandes grupos: de um lado, grandes empresas/latifundiários; de outro, categorias de trabalhadores rurais que lutam pela posse da terra (posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros, assalariados, pequenos produtores rurais, outros). Isso ocorre no país, via políticas públicas, com empresários e latifundiários favorecidos pelo Estado, por meio de incentivos e de investimentos na agricultura, expulsando milhões de camponeses de suas terras. A grilagem torna-se um dos mecanismos privilegiados da expropriação, que constitui,

[...] uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. O capital só pode crescer, só pode se reproduzir, a custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, uma lei básica

do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho. (MARTINS, 1991, p. 50)

O desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil e a forma de organização da sociedade burguesa industrial, objetivando a reprodução ampliada do capital, garantem a acumulação e concentração da riqueza e da propriedade fundiária. O aumento dos níveis de produtividade do trabalho, condição fundamental para garantir a reprodução do capital, gesta um grave movimento de exploração, extração da mais-valia e expropriação dos trabalhadores. No contexto brasileiro, as expressões desse processo de acumulação do capital são intensas. A formação social e econômica do país, subordinadas aos interesses do capitalismo central, revela a lógica do capital que se reproduz em todas as esferas da vida, no espaço rural e no espaço urbano. A apropriação da terra pelo capital forja uma intensa expropriação dos camponeses, que migram para os centros urbanos e se constituem força de trabalho a quaisquer condições e relações sociais, inaugurando o perverso processo de favelização nas médias e grandes cidades. As conseqüências são explicitadas na vida cotidiana da classe trabalhadora: sem terra, sem moradia, sem vida digna. Desta forma, questão agrária e urbana se articulam dialeticamente, sob a égide do desenvolvimento capitalista.

Aqueles que não encontram lugar na cidade tornam-se trabalhadores avulsos em outras regiões do país, conhecidos como “bóias-frias”, “volantes”, “clandestinos”. Os empregos são sazonais, impedindo-os de trabalhar todos os meses do ano. E, ainda, violam os direitos trabalhistas e humanos. É emblemático o caso dos trabalhadores canavieiros do Nordeste que se deslocam para as fazendas de cana-de-açúcar no Sudeste à procura de trabalho e renda. Além dos canavieiros, outros trabalhadores rurais desempregados nas médias e grandes cidades, nos lugarejos e pequenos sítios cujo trabalho na agricultura não assegura sua reprodução e de suas famílias, também engrossam as fileiras da migração.

Na década de 1970, encontrava-se na região Norte a venda de homens para empreiteiros utilizarem no desmatamento da Amazônia e instalação das fazendas, geralmente de pecuária. A venda desses trabalhadores é sempre justificada pela dívida por eles contraída durante a viagem, com alimentação e transporte. A dívida é transferida para o empreiteiro que o comprou, transformando-os em escravos enquanto

tidos como necessários. Quando tentam fugir são castigados ou executados, pois a sua força de trabalho pertence ao empregador.

Esse mesmo trabalhador expropriado pode desencadear o conflito de terra. Nesses conflitos os trabalhadores rurais utilizam vários instrumentos de luta política: ocupar sua própria terra; buscar apoios de órgãos governamentais e não-governamentais; publicizar e denunciar a problemática da terra; entre outras estratégias de luta.

No processo de expropriação há, ainda, outra forma que os trabalhadores rurais e suas famílias são submetidos: tornarem-se trabalhadores assalariados ou em regime de trabalho escravo em terra que eram suas. Onde o capital se instala, as terras aumentam seu preço, aquece o mercado fundiário e, face a especulação fundiária, os trabalhadores não conseguem adquiri-las, sendo obrigados a viver sob o jugo desse processo de reprodução e acumulação capitalista.

Como analisa Martins (1991),

A instauração do divórcio entre trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, a matéria-prima – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo [...] A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, a outra face do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do mesmo trabalhador que já foi expropriado. (MARTINS, 1991, p. 50-52)

Outra situação degradante que o capital submete os trabalhadores rurais é o fato de continuarem na sua terra, mas produzirem para grandes empresas capitalistas, geralmente indústrias de cana-de-açúcar, leite, uva, carne, fumo, tomate, ervilha, laranja, frutas em geral. Essas empresas determinam o produto, a forma de produção, o preço da mercadoria e subjugam o produto do seu trabalho. Os agricultores passam a trabalhar em regime integrado, mas quem se apropria do lucro dessa produção são as empresas, que repassam o produto para o mercado consumidor com preços exorbitantes. “Na verdade, estamos diante de uma clara transferência de renda, da pequena agricultura para o grande capital”. (MARTINS, 1991, p.48)

A propriedade capitalista é um regime distinto de propriedade. Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para

trabalhar, possuídos agora pelo capitalista. Nesse caso, a propriedade capitalista é uma variante da propriedade privada, que dela se distingue porque é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho. (MARTINS, 1991, p. 54).

Sabe-se que o capital para se expandir, reproduzir-se e acumular-se necessita do trabalho alheio, da expropriação e da exploração da força de trabalho. Nesse processo de crescimento, gesta contradições inerentes ao seu desenvolvimento: ele precisa subjugar o trabalho e ao mesmo tempo, cada vez mais aumenta o desemprego, o subemprego e o trabalho temporário. A produção agrícola sob a égide do capital não é familiar e artesanal, pelo contrário, é uma produção social, baseada na divisão do trabalho de camponeses expropriados de suas terras. E ao mesmo tempo, o capital se apropria de forma privada dos resultados dessa produção. Quando os trabalhadores rurais se apossam da terra, eles o fazem com a intenção de produzir alimentos, diferente do capitalista, cujo intuito é o lucro. “É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista”. (MARTINS, 1991, p. 56)

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade do lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador não recebe lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos do capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. (MARTINS, 1991, p. 54)

A apropriação e exploração da terra pelo capital, além de produzir as contradições inerentes ao seu crescimento, produz também a renda fundiária, impedindo os agricultores de terem acesso à ela. O capital opera em todo processo econômico da produção agrícola e industrial e na circulação das mercadorias, dominando a terra, os recursos naturais e a força de trabalho.

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o

trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve a vontade do capitalista de se dedicar a agricultura. (MARTINS, 1991, p. 55).

O estudo dos clássicos da questão agrária brasileira evidenciou a importância da temática para desvelar a formação e a realidade social, política e econômica do espaço rural brasileiro, e possibilitou a apreensão do significado da acumulação capitalista no campo. A conjuntura atual do campo é fruto do processo de desenvolvimento capitalista no país, com particularidades rurais, que aprofundam as desigualdades e geram uma massa de trabalhadores rurais expropriados da terra. Ademais, as questões presentes no meio rural na atualidade estão articuladas ao processo mais geral de acumulação do capitalismo em suas diferentes fases de reprodução.

O surgimento da proposta de programas de Reforma Agrária de Mercado é algo que se insere na dinâmica desse desenvolvimento capitalista na agricultura, hoje hegemônico pelo agronegócio, pela monocultura, pela expansão das exportações de produtos primários, gerando as *commodities*, a captura da renda da terra e de uma massa de trabalhadores rurais pauperizados. Assim, pode-se analisar esse processo na particularidade dos assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina, localizados na área canavieira de Pernambuco, que sobrevivem do assalariamento rural e da produção de cana-de-açúcar.

1.2– Configurações da Questão Agrária no Brasil Contemporâneo

A questão agrária é permeada por um movimento de lutas sociais que questiona a estrutura fundiária, concentrada sob o domínio de uma classe que detém o monopólio da terra. Desde a década de 1950, os movimentos sociais rurais passam a reivindicar uma reforma agrária ampla, como parte de um projeto de desenvolvimento para o país que incluía os grandes contingentes de trabalhadores rurais excluídos do acesso à terra e condições de produzir. A questão agrária é, portanto, entendida como uma questão política e surge com a emergência e o desenvolvimento do capitalismo e sua necessidade de expansão de mercados; reprodução e acumulação.

Desta forma, historicamente, as classes subalternas do campo são submetidos/as a processos de expropriação, violência e exploração sob as mais variadas formas, exercidas pelos grandes proprietários de terras, pelos seus prepostos

e pelo Estado, através da Polícia Militar e de outros órgãos. A reação dos trabalhadores frente às diversas formas e condições de exploração nas fazendas, se expressa na organização de lutas e resistências, em diferentes momentos históricos²⁶.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela emergência de conflitos, tensões e movimentos sociais rurais em luta pela permanência na terra. Logo, ganham o cenário político nacional diversos movimentos sociais do campo, especialmente as Ligas Camponesas²⁷, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)²⁸ e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB)²⁹. As principais reivindicações centravam-se em torno de questões como direito à terra, direitos trabalhistas para os assalariados e a reforma agrária. “A adesão a essa bandeira supunha também uma condenação à concentração da propriedade da terra e à improdutividade”. (MEDEIROS, 2010, p. 117).

²⁶ Pode-se destacar as históricas lutas de Canudos (1893-1897); a Guerra de Contestado (1912-1916); os confrontos de posseiros, moradores e colonos com fazendeiros (entre 1930-1945); a organização das Ligas Camponesas contra coronéis e usineiros no Nordeste e a fundação dos Sindicatos Rurais (décadas 1950/1960); a resistência de posseiros, arrendatários, seringueiros, atingidos por barragens entre outros (meados dos anos 1970 e início dos anos 1980) e o surgimento do MST e as ocupações de terra a partir dos anos 1980 e sua intensificação nos anos 1990. Sobre essas lutas existe vasta literatura.

²⁷ Ligas Camponesas: No início da década de 1960, em Pernambuco, muitos dos antigos engenhos estavam confiados a foreiros. Agricultores usavam terras abandonadas por seus donos em troca do foro, uma espécie de aluguel. Em 1955, os donos do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão/PE, impuseram o aumento do preço do foro e tentaram expulsar os foreiros da terra. Nessa mesma época o deputado e advogado Francisco Julião, do PSB, passou a apoiar a luta desses foreiros. Existia no município uma instituição de auxílio mútuo que servia para dar enterro aos pobres trabalhadores rurais – Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Nessa instituição, os foreiros passaram a se organizar e fundaram a Liga Camponesa da Galiléia. Em poucos anos novas ligas foram fundadas por todo Nordeste e depois em várias partes do Brasil. Em 1962 ocorreram vários encontros e congressos das ligas camponesas, reunindo trabalhadores rurais de todo Brasil. A essa altura a consciência camponesa estava formada no sentido da luta em torno de uma reforma agrária radical e com o lema “REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA”. Alguns líderes importantes das ligas: Clodomir Moraes; Padre Alípio Freitas; João Pedro Teixeira (Liga de Sapé/PB); Elizabeth Teixeira (esposa de Pedro Teixeira), entre outros. Muitos desses foram assassinados pela Ditadura Militar. (MORISSAWA, 2001, p. 92-93)

²⁸ MASTER – Movimentos dos Agricultores Sem Terra: Surgiu no final da década de 1950 no Rio Grande do Sul, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros no município de Encruzilhada do Sul. Nos anos seguintes disseminou-se por todo o estado gaúcho. Para o movimento, eram considerados agricultores sem terra o assalariado rural, o parceiro, o peão e também os pequenos proprietários e seus filhos. Em 1962 iniciou os acampamentos, uma forma particular de organizar suas ações. Diferente dos foreiros de Pernambuco, que resistiam para não serem expulsos da terra, a luta dos integrantes do Máster era para entrar na terra. O movimento cresceu com apoio do PTB de Leonel Brizola. Os principais líderes foram: João sem terra; Jair Calixto; Muller. (MORISSAWA, 2001, p. 94)

²⁹ ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas: Criada pelo PCB, em 1954, a ULTAB tinha por finalidade coordenar as associações camponesas e criar as condições para uma aliança política entre os operários e os trabalhadores rurais. Em geral seus líderes eram camponeses, mas havia uns poucos indicados pelo PCB. Essa organização foi criada aos poucos em todos os estados, com exceção do Rio Grande do Sul, onde havia o MASTER, e em Pernambuco onde havia as Ligas Camponesas. Seus principais líderes foram Lindolfo Silva e Nestor Veras. Este último seqüestrado pela ditadura militar em São Paulo e jamais encontrado. (MORISSAWA, 2001, p. 94)

Essa intensa organização política dos trabalhadores rurais, com as mais variadas lutas, por todo território nacional marcaram as bases políticas dos movimentos sociais do campo, determinadas pelas contradições do processo de acumulação do capital, intensificado a partir da chamada modernização conservadora, e da concentração da terra e do poder, nas décadas de 1960/1970.

A Modernização Conservadora e o Capital Financeiro na Agricultura

Ao debruçar-se sobre os fundamentos que desencadearam a atual acumulação capitalista no campo, remonta-se ao período recente da história da ditadura militar, no qual foram instaladas as bases da modernização conservadora da agricultura, que justifica os atuais padrões de desenvolvimento do capital financeiro no campo, agora sob a égide do agronegócio. A diferença do momento atual da época do regime militar é que o agronegócio foi implantado numa trajetória de consolidação da democracia, forte apoio parlamentar, articulação com os grandes proprietários de terra, adesão dos governos federais ao ideário neoliberal, com a deriva da Constituição de 1988 e da prerrogativa da função social da terra. Outro aspecto que vale ressaltar é o seu caráter primário-exportador, completamente diferente da estratégia dos governos militares, que desencadearam a modernização conservadora marcada pela industrialização e inovações tecnológicas em complexos agroindustriais.

Nesse momento, o capital assume sua fase monopolista e uma característica essencial é apropriar-se do Estado, para garantir os lucros dos monopólios da economia. Trata-se segundo Netto (1991, p. 31) de “[...] benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis [...]”. O Estado assume, portanto, um papel de incentivador da acumulação capitalista, fornecendo energia e matérias-primas essenciais à produção. E ainda, o projeto de modernização conservadora promoveu,

[...] a internalização e a territorialização do imperialismo; uma concentração tal da propriedade e da renda que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica e vocacionado para fomentar e atender demandas enormemente elitizadas no mercado interno e direcionado desde e para o exterior; a constituição de uma estrutura de classes fortemente polarizada; um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo; a acentuação vigorosa da

concentração geopolíticas das riquezas sociais, aprofundando brutais desigualdades regionais. (NETTO, 1991, p.32)

O Estado tratou a modernização conservadora no campo em duas direções: de um lado visou atender os interesses dos grandes capitais monopolistas e sua vinculação ao latifúndio; de outro atendeu às reivindicações dos movimentos sociais do campo, especialmente as Ligas Camponesas e minimizou os níveis acelerados de pauperização da população rural. No campo, esse projeto modernizador altera radicalmente a estrutura da produção agrícola, assemelhando-a à produtividade e rentabilidade de países já desenvolvidos, intensificando a industrialização das empresas rurais, através de subsídios, incentivos fiscais, políticas de créditos agrícolas, regularização fundiária e novas tecnologias, no sentido de equiparar o padrão de produtividade aos países mais desenvolvidos.

De acordo com Araújo (1992), o Estado passa a atuar como organizador da economia e administrador das crises advindas das contradições do capitalismo monopolista. A inserção e intervenção do Estado na economia garantem a implementação desse projeto de modernização conservadora na indústria e na agricultura. A elite brasileira acelera o processo de concentração e centralização do capital.

Nesse momento histórico, o Estado tratou de atender os interesses do capital monopolista e responder, de alguma forma, os setores que haviam se organizado na luta pela terra e pela reforma agrária no pré-64. A estratégia do Estado foi garantir um aparato estatal que atenda aos interesses dos latifundiários, empresas e grupos econômicos. Para a massa de trabalhadores/as rurais sem terra e pequenos proprietários restou, em grande medida, a exclusão progressiva do modelo de desenvolvimento implantado.

De acordo com Delgado (2010), o processo de modernização técnica da agricultura teve como características:

[...] mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, equipamentos de irrigação e outros implementos). [...] ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais, como os oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo têxtil e bebidas. Esses blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio. (DELGADO, 2010, p. 85 e 86).

Ainda segundo Delgado (1985), o desenvolvimento técnico e econômico da agricultura brasileira iniciado a partir da segunda metade dos anos 1960 e até final dos 1970, caracterizou-se pela aceleração industrial no campo e a integração do capital financeiro à grande empresa rural, associado ao mercado de terras. A partir disso, acontecem mudanças na base técnica produtiva. Diversificam-se as exportações e organizam-se grandes grupos econômicos, sociedades anônimas e bancos de investimentos. Assim,

[...] a mudança na base técnica de produção rural e a constituição integrada do complexo agroindustrial tornam-se viáveis a partir do desenho de um sistema financeiro especialmente concebido para induzir e promover as mudanças técnicas e a associação dos grupos sociais reunidos no processo de modernização conservadora: grande capital, Estado e proprietários rurais. (DELGADO, 1985, p. 111)

As mudanças que marcam a agricultura brasileira nos anos 1970 provocam uma reconfiguração da concentração fundiária, possibilitando a expropriação de milhões de trabalhadores rurais, mas também, a reação de grande parte de categorias de trabalhadores que voltam à organização política. A partir de então, novos conflitos agrários explodem pelo país, marcando a questão agrária brasileira na retomada da luta pela terra. Como afirma Delgado (1985),

A formação de uma estratégia de capital financeiro na agricultura brasileira estrutura-se com a modernização técnica da década de 1970, que impulsiona a agroindústria mediante o crédito rural subsidiado, e aprofunda a valorização da propriedade fundiária, com ou sem a sua modernização técnica.

Na década de 1970, a modernização conservadora foi intensificada na agricultura brasileira, num gigantesco processo de articulação com a economia urbana e industrial do período. Contudo, a modernização se efetivou com a articulação, desencadeada pelo Estado, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para operar a política agrícola, articulada com os institutos por produto: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); Instituto Brasileiro do Café (IBC); Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil – Departamento do Trigo Nacional da Superintendência Nacional de Abastecimento (CTRIN-DTRIG); Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC); Comissão de Financiamento da Produção (CFP), que passaram a realizar a política agrícola por setor e por região de produção associada à política agrícola e comercial mais geral.

Essa iniciativa do Estado brasileiro, no dizer de Delgado (2012),

[...] induzia a produção de mercadorias setoriais por intermédio dos incentivos fiscais e financeiros protetores das margens de lucro dos fazendeiros que alteravam sua base técnica; e também a valorização patrimonial dos que ampliavam a fronteira de terras apropriadas para fins produtivos ou especulativos. (DELGADO, 2012, p. 14)

Dessa forma, a modernização conservadora nasce articulada ao complexo industrial internacional, a oligarquia rural, aos setores do capital urbano, imbricados nas políticas estatais para a agricultura. Nesse processo, a terra é capturada e se transforma em ativo financeiro. O mercado de terra assume a centralidade, ou seja, além de integrar indústria e agricultura, o grande capital investe no mercado de terra “[...] perseguindo a valorização financeira dos títulos de propriedade, semelhante à valorização dos ativos financeiros em geral”. (DELGADO, 1985, p.10-13)

Destacando-se não apenas seu papel de financiador, por intermédio do sistema de crédito e das políticas de comércio exterior e de preços, mas ainda: 1) na articulação orgânica do Departamento de Bens de Produção da Indústria para a Agricultura (reestruturação do sistema de pesquisa e extensão rural e complementação da produção interna de bens de capital e de insumos básicos agroquímicos); 2) estruturação de uma política fundiária, cuja execução prática se traduz em proteção e favorecimento a propriedade territorial. (DELGADO, 1985, p. 12).

Desse modo, a modernização conservadora estabeleceu uma série de mecanismos, especialmente o crédito rural agrícola, principal estratégia da modernização tecnológica para concretizar as estruturas dos complexos agroindustriais, privilegiando culturas para exportação, capaz de gerar demanda por máquinas, implementos e insumos agrícolas. Assim, “[...] foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas”. (MARINE, 1991, p.02)

Desse modo, as transformações ocorridas com o processo de modernização conservadora provocaram uma desigualdade na distribuição social e espacial da divisão do trabalho na agricultura: as grandes propriedades, onde foram implantados os complexos agroindustriais obtiveram as melhores terras, acesso a crédito subsidiado, assistência técnica, pesquisa agropecuária, tecnologia, mecanização, tudo com o

intuito de produzir para o mercado internacional. Os médios produtores rurais foram submetidos a terras menos férteis, utilizando práticas agrícolas tradicionais, sem assistência técnica ou tecnologia e produzindo para o mercado interno. Os pequenos produtores rurais ficaram a margem desse processo de modernização, sendo expropriados de suas comunidades de acordo com as leis da acumulação do capital no campo.

Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo. Além da mecanização expulsar a mão-de-obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido pela "territorialização do capital". Isto provocou um forte êxodo rural (de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-80), além de crescente assalariamento da força de trabalho agrícola, muito da qual passou a residir nas cidades. (MARINE, 1991, p. 03)

Na década de 1980, houve uma retração do crédito subsidiado para agricultura, caindo de \$ 250 bilhões para \$ 124 bilhões de cruzados, em valores constantes (da época); mas os complexos agroindustriais não foram sucumbidos com as novas estratégias econômicas. Na verdade não houve uma eliminação total do crédito para agropecuária. Com efeito, ocorreu uma seletividade dos beneficiários, aqueles com maior desempenho no mercado e que dispunham de mecanismos de valorização, incentivos e subsídios, além de preços mínimos, como por exemplo, a cana-de-açúcar - protegida pelo Programa Nacional do Alcool (Pro-álcool) - o trigo, a soja, o cacau, o algodão e a laranja - todos beneficiados por mecanismos especiais relacionados aos esforços de ajuste externo ou por fatores externos.

A modernização conservadora processada a partir dos anos 1960 tem seus reflexos até a atualidade com a expansão do agronegócio. O atual modelo de desenvolvimento capitalista da agricultura, primário-exportador, está ancorado num duplo processo de superexploração dos recursos naturais e do trabalho humano para atender as exigências do capital internacional e supri-lo externamente com as exportações primárias, correspondendo ao mesmo tempo a uma apropriação privada da renda fundiária (da terra, das jazidas minerais e dos campos de petróleo).

Os antecedentes históricos do agronegócio estão basicamente em duas crises cambiais que se processaram na economia brasileira – 1982 e 1999. A primeira

interrompe a estratégia de modernização conservadora, expansão dos complexos agroindustriais, mercados de terras e sistema de crédito rural, sustentáculos do capital financeiro na agricultura no período de 1965/1985. “A acumulação de capital, sob múltiplas formas, é integrada ao capital aplicado em terra. E nessa integração de capitais, a captura da renda da terra é essencial”. (DELGADO, 2012, p. 91-92). A segunda marca a construção de novo projeto de acumulação do capital na agricultura – o agronegócio.

As décadas de 1980 e 1990 marcam uma fase de profundas mudanças na política agrícola e agrária dos governos brasileiros. A Constituição de 1988, no título da “Ordem Social” contém três capítulos (Cap. II – Seguridade Social; Cap. VI – Do Meio Ambiente; Cap. VIII – Dos Índios) que explicitam a proteção ao trabalho rural e limites ao direito de propriedade fundiária, na medida em que estabelece a função social da terra. Mas se recorrer ao título da “Ordem Econômica”, ali está contida as bases que fundamentam juridicamente o novo projeto de desenvolvimento rural, diferente da modernização conservadora.

O contexto dos anos pós Constituição, década de 1990, três abordagens vão direcionar as normativas jurídicas, econômicas e políticas da questão agrária e agrícola: primeiro a herança do projeto de modernização conservadora; segundo as articulações internacionais e nacionais para implantação do ideário neoliberal³⁰, embasado pela desregulamentação, livre comércio, ajuste estrutural e reforma do Estado; terceiro a pressão dos movimentos sociais e da própria Carta Magna que garantia direitos sociais e democráticos para população brasileira.

Destas, a vertente neoliberal se sobressai e o governo brasileiro realiza a desmontagem das instituições estatais³¹ gestoras do projeto de modernização conservadora, sem, no entanto, construir de imediato as bases do projeto de agronegócio, até a crise cambial de 1999. Também ocorre ao longo desse período uma

³⁰ “O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, compreendendo a produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidades; compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais”. (IANNI, 2004, p. 313).

³¹ A Lei nº 8.029 de 12/04/1990 autoriza o poder executivo a extinguir o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); Instituto Brasileiro do Café (IBC); Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC); Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). No art. 7º transfere todo acervo e o orçamento do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). No art. 19º, § II autoriza a fusão da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), e da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que passarão a constituir a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), vinculada ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

reestruturação da política comercial operada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), nos preços agrícolas e no fomento produtivo dos Planos Anuais de Safra. Por fim, uma redução anual do montante de crédito rural, principal fomento da agricultura capitalista, derivado do próprio desmonte das instituições estatais.

E ainda,

[...] forte implementação dos acordos de comércio e de uma política cambial a partir de 1994, que combinados à minimização da intervenção estatal promoveram nítido recuo na expansão da agricultura capitalista e forte processo de desvalorização da renda fundiária, expressa pela queda no preço da terra. (DELGADO, 2012, p.84)

As várias reformas empreendidas no período de 1994-1999 na política agrícola e comercial: extinção de estatais; destruição do monopólio estatal de compra de trigo; diminuição dos investimentos em infraestrutura comercial (portos, malha viária, etc); arrefecimento em pesquisas; redução da intervenção nos preços de garantia safra, sem formação de estoques, provocados pela queda dos preços de *commodities*³² da renda agrícola, e conseqüente redução do saldo comercial agrícola.

O desmonte da política agrícola e comercial gerou a transferência para dívida pública mobiliária federal de uma grande quantidade de débitos privados, passivos estes transformados em títulos da dívida pública, ficando sob a responsabilidade do Tesouro Público. Dessa forma ficou impraticável a realização de novas subvenções à política agrícola, daí a queda substancial do crédito rural nos anos 1990. Essa crise obriga o governo a buscar empréstimo junto ao FMI, em três operações sucessivas – 1999, 2001 e 2003.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, lança-se a estratégia externa de agronegócio e dinamização do setor agroexportador, que se consolidará no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, associada à nova política econômica mundial de financeirização do capital. Nesse momento, o governo difunde a estratégia de gerar saldos de comércio exterior, no sentido de suprir o déficit da Conta Corrente, priorizando a agricultura capitalista do agronegócio na agenda macroeconômica externa e na política agrícola interna.

Delgado (2012) refere-se ao agronegócio como:

³² Commodities são produtos de origem mineral ou vegetal, geralmente em estado bruto ou com pouco beneficiamento, produzidos em massa e com características homogêneas, independente de sua origem. Seu preço, normalmente, é definido pela demanda, e não pelo produtor. Alguns exemplos de commodities são soja, café, açúcar, ferro e alumínio. (RIGOTTO e ROSA, 2012, p. 91)

[...] uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de política de Estado. (DELGADO, 2012, p.94)

A força que tem o agronegócio a partir do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso foi propiciada por algumas ações: 1) programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais do agronegócio; 2) Direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (EMBRAPA), em sintonia com empresas multinacionais do agronegócio; 3) Regulação frouxa do mercado de terras, de sorte a deixar fora do controle público das terras devolutas, mas aquelas que não cumprem sua função social, além daquelas autodeclaradas produtivas; 4) Mudança na política cambial, que ao eliminar naquela conjuntura de valorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico; 5) Reativa-se a provisão do crédito rural nos planos safras, especialmente no período 2003-2010. (DELGADO, 2012, p. 94)

Com essas medidas, o agronegócio é bem recepcionado no plano internacional, crescendo na pauta das exportações a carne bovina, carne de frango, soja, milho, açúcar-álcool e celulose de madeira; além de produtos minerais. Os valores médios também aumentaram, de 50 bilhões de dólares no período de 1995-1999 cresce para cerca de 200 bilhões, no final da década de 2000. Mas são os produtos básicos que elevaram a balança comercial, que salta de 25% da pauta para 45% em 2010. Quando acrescidos aos produtos semimanufaturados evoluem de 44% em 1995-1999 para 54,3% no triênio 2008-2010.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado pela Lei nº 4.829 em 05/11/1965, elemento fundante da modernização técnica da agricultura, volta a ser executado com uma nova roupagem econômica, utilizando recursos financeiros públicos e privados para aplicação em atividades do setor rural. Uma típica articulação entre política monetária e fiscal que garantiu a transferência de recursos subvencionados para o crédito rural, mantendo a preferência dos recursos públicos em expansão e fornecendo subvenções direcionadas ao agronegócio.

As aplicações dos créditos rurais voltam a crescer a partir de 1998 e se expandem na década de 2000, tendo uma taxa média de 9,5% a.a., crescendo cerca de 148% no período de 2001-2010. As fontes de recursos do SNCR são diversas, mantendo a prioridade para os fundos públicos, acrescidos de 15% oriundos de Fundos Constitucionais e FINAME-BNDES³³, 25% da Poupança Rural, entre outras fontes.

De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2009), entre os anos de 2000-2010 foram utilizados no SNCR um montante de 86,6 bilhões de reais, ou seja, cerca de 7,9 bilhões de reais anuais médios, distribuídos em subvenções de juros do crédito rural, subvenções da política de preços e subvenções para rolagem da dívida agrária.

A expansão dos complexos agroindustriais também é uma marca significativa desse período de apogeu do agronegócio, crescendo substancialmente a frente da economia brasileira. Há uma centralização no comércio exterior por produtos alimentares e rações de animais (carnes, açúcar, soja), que representa mais da metade das exportações, seguida de produtos florestais (madeira, celulose de madeira), couros e calçados. Só o setor sulcroalcooleiro cresceu 277,6% nos anos de 2000-2005, carnes com 318%, soja com 125%, couros e calçado com 118,1%, fumo e tabaco com 102,8%. (MAPA, 2009). Ao passo que crescem na balança comercial, acumulam capital, há um intenso processo de miséria na vida da classe trabalhadora, especialmente do campo.

O que fica evidente nos anos 2000 é o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda da terra, juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciados no agronegócio. (DELGADO, 2012, p. 109)

A direção econômica dos anos 1990/2000 consolida a entrada do Brasil na política neoliberal, com atração de capital externo. Os governos desse período fizeram opção pela não realização da reforma agrária, quando muito executaram uma política de assentamentos rurais e forte apoio ao agronegócio, que se configura como “[...] um arranjo de economia política que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais”. (DELGADO, 2010, p. 108).

³³ Financiamento, por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES.

Esse processo de modernização conservadora e do capital financeiro na agricultura está intimamente articulado aos interesses das classes dominantes (com frações nacionais e internacionais), representadas pelas grandes empresas transnacionais capitalistas, com vínculos comerciais e financeiros com o capital bancário, latifundiários, grileiros, especuladores de terras, setor químico-farmacêutico, agroalimentar, madeireiro, minerador e extrativista. Esse projeto em curso desde meados dos anos 1970 determina as regras e o padrão hegemônico do desenvolvimento rural, colocando em cheque a produção da organização do trabalho familiar e camponês.

1.2.1 - A luta pela Reforma Agrária Pós-Constituição de 1988:

A luta pela reforma agrária no Brasil atinge as diversas categorias de trabalhadores rurais (sem terra, posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros, foreiros, assalariados, pequenos produtores rurais, etc) e seus movimentos; que enfrentam os obstáculos e estratégias contrárias a sua realização por parte de grandes empresas nacionais, transnacionais e latifundiários. As transformações ocorridas na agricultura brasileira têm sido basilar para o desenvolvimento dessas lutas.

De acordo com Leite e Ávila (2007, p. 13), a reforma agrária configura não apenas uma política de distribuição fundiária (da terra), mas uma política geral envolvendo o acesso a recursos naturais (terra, água, etc), ao financiamento da produção agrícola, à tecnologia, ao mercado, ao trabalho, à moradia, às políticas sociais.

A Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 184 estabelece que:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988).

A existência de um contingente de trabalhadores rurais sem terra³⁴ que vivem em condições precárias sobrando para os interesses do capital, tem notoriedade a partir dos processos de expropriação e violência vivenciados pela modernização conservadora dos Governos Militares. O Estado ditatorial interrompe as lutas pela terra e por reformas de base, desencadeadas no pré-1964, momento em que a bandeira da reforma agrária se transforma em questão nacional. A expansão do capital financeiro na agricultura se espraia pela década de 1980 até a atualidade, favorecendo o agronegócio, as transnacionais, captura da renda fundiária e a reprodução do capital no campo.

Nos anos 1980, os movimentos sociais no campo ganham novo espaço de expressão: ressurgem as lutas camponesas que já vinham sendo gestadas desde meados dos anos 1970, a exemplo do MST³⁵; reorganiza-se a CONTAG; fortalece-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada na segunda metade dos anos 1970, e surgem várias organizações não governamentais de apoio político às lutas no campo. Além disso, muda a forma de encaminhamento dos conflitos agrários e investe-se em ocupações de latifúndios, estratégia criada pelo MST.

Além do MST, outros movimentos rearticulam-se no cenário político nacional dos anos 1980. É emblemática a experiência de greve dos canavieiros de Pernambuco, em 1979, que se transformou em modelo para o assalariamento rural e espalhou-se por todo Nordeste, conquistando direitos trabalhistas e inaugurando um novo sindicalismo rural. Datam também desse período, as diversas mobilizações dos pequenos agricultores que pressionaram o Governo Federal em busca da definição de um Plano Safra para pequena produção agrícola. Também nessa época, pode-se destacar a organização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que lutava contra a instalação de grandes hidrelétricas, que desapropriavam em curto espaço de tempo toda uma população de agricultores, que eram obrigados a abandonar suas terras, suas casas e um conjunto de relações sociais estruturadas.

³⁴ De acordo com MST (2012) calcula-se a existência, no Brasil, de cerca de 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra, dos quais, 186 mil estão acampadas.

³⁵ O MST começa a se organizar no cenário político brasileiro em meados dos anos 1970, sob a articulação da CPT e se oficializa como movimento social em 1984, num grande encontro de trabalhadores rurais sem terra, na cidade de Cascavel/PR. A partir daí o MST passa a ser um dos principais sujeitos sociais a pressionar o governo federal por uma reforma agrária ampla que atenda as demandas dos trabalhadores rurais sem terra. O MST passa a atuar principalmente com a ocupação de latifúndio, que se constitui como uma forma aglutinadora dos trabalhadores rurais sem terra e suas famílias. Como expressa Stedile e Fernandes (1999, p. 115) “passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança”. A terra é um bem natural e deve estar a serviço de toda sociedade.

No contexto dos anos 1980, as mulheres trabalhadoras rurais também entram na cena política nacional e protagonizaram a organização dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais do Sul e do Nordeste³⁶, em um cenário de lutas de classe e construção de novos espaços de participação. Os dois movimentos surgiram da participação das mulheres nas lutas do campo e, de forma específica, de acordo com as características de cada realidade. No Nordeste, a participação foi desencadeada a partir dos conflitos agrários, das lutas dos/as assalariadas rurais da cana de açúcar e da participação nos sindicatos rurais.

No cenário dos anos 1980, é evidente que o tema da reforma agrária foi forçado pelos movimentos sociais do campo a voltar ao debate político nacional no início da Nova República. Para mediar os conflitos agrários, o Governo convidou José Gomes da Silva para presidência do INCRA e propôs que apresentasse ao Congresso Nacional o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O objetivo do plano era dar aplicabilidade rápida ao Estatuto da Terra e beneficiar posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários, assentando 1,4 milhões de famílias. Mas o PNRA aprovado e assinado pelo Presidente Sarney era muito diferente do plano apresentado pela equipe do INCRA. O mesmo sofreu diversas alterações, fruto da reação dos grandes proprietários de terra e da União Democrática Ruralista (UDR). Em 1989, final do Governo Sarney, haviam sido assentadas apenas 82.690 famílias, ou seja, 6% do total previsto pelo PNRA.

Como analisa Medeiros (1983, s/p),

A ênfase na negociação como substituto à desapropriação eliminou o caráter punitivo que as desapropriações teriam, na medida em que previam utilizar como base de avaliação o valor fiscal da propriedade. A polêmica que se abriu em torno do que é imóvel "produtivo" levou a que, na redação final do PNRA (e nos documentos subsequentes), ficasse preservado todo o imóvel rural, fosse latifúndio por exploração ou

³⁶ No início dos anos 1980, as mulheres trabalhadoras rurais começam a ganhar visibilidade nas lutas sociais do campo e sua participação dá origem a várias organizações específicas de mulheres trabalhadoras rurais nas diversas regiões do Brasil, lutando por reforma agrária e políticas públicas para o campo. Nesse sentido, pode-se afirmar que em todas as realidades específicas do campo brasileiro, há organizações e movimentos de mulheres trabalhadoras rurais: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE); Articulação Independente de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR/SUL); Conselho Nacional de Seringueiras; Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão e Região Norte; Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA); Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR); Mulheres do Nordeste Paraense; Secretaria da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores - Setorial Rural; Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG; Coletivo de Gênero da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar (FETRAF); Setor de Gênero do MST; Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); entre outros que surgiram de forma mais localizada, resultado de lutas mais específicas em várias partes do Brasil e em diferentes momentos conjunturais.

dimensão, desde que cumprisse a função social prevista no Estatuto da Terra. [...] Inverteu-se a leitura contida no Estatuto da Terra sobre os imóveis que tivessem alta incidência de arrendatários ou parceiros. Nesse caso, desde que os proprietários cumprissem os princípios legais reguladores dos contratos, não se fariam desapropriações. Com isso, criavam-se condições para a revalorização de formas de exploração da terra que se mostravam, de há muito, geradoras de conflitos e que sempre tiveram a marca da precária utilização e do absentismo patronal, traço característico do que se considerava "latifúndio". [...] outro aspecto foi a retomada da preocupação com a utilização das terras públicas, o que se agrega à tendência de não dar peso político às desapropriações.

Vale destacar que, ainda na década de 1980, há uma intensificação da luta pela terra em todo país, principalmente de posseiros, tendo como reação a violência que se seguiu patrocinada pela burguesia agrária, tornando o campo um barril de pólvora, tal o número de assassinatos, desaparecimentos, ameaças de morte, atentados, queima de roças, etc. Essas ações foram desencadeadas pela UDR, organização dos grandes proprietários de terra para desmobilizar os movimentos sociais no campo. A UDR foi criada pelos latifundiários e suas organizações durante o processo de debates do I PNRA, na Nova República, em meio aos intensos conflitos desencadeados pelo processo de modernização conservadora no campo.

A violência no campo, que é segundo Marx, inerente ao processo de acumulação originária do capital, tendo como núcleo central a questão da propriedade privada da terra; tem sido uma estratégia dos grandes proprietários de terras e grupos econômicos para desmobilizar os movimentos sociais rurais, intimidar os grupos envolvidos nos conflitos agrários, manter o projeto de modernização conservadora, a expansão do agronegócio e a apropriação do capital ao campo.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (2012), os dados registrados na década de 1980, entre os anos de 1985 a 1990, apresentam um número de 563 assassinatos; sendo 26% na região Nordeste, 30% no Norte, 9% no Sudeste, 2% no Sul e 8% no Centro Oeste. Na atualidade, os dados compilados pela CPT em 2011 indicam certa redução geral de conflitos – de 777, em 2010, para 686, em 2011, queda de 12%. Entretanto, esses números continuam altos, o que demonstra que a violência se mantém e faz parte da estrutura agrária do país e da forma como o capitalismo contemporâneo vem exercendo seu domínio no âmbito da propriedade da terra.

A estratégia de fomentar a violência contra as diversas categorias de trabalhadores rurais tem sido um recurso utilizado pelos proprietários de terra para manter seu poder econômico e político e assegurar a expulsão dos trabalhadores rurais

das suas terras. Nessa violência, já se comprovou amplamente que estão envolvidos jagunços e pistoleiros profissionais, até soldados, oficiais de justiça e os próprios juízes. Essa violência adquiriu um papel fundamental e estruturante da ação dos grupos econômicos que concentram a terra, principalmente depois da criação da União Democrática Ruralista. Essa organização patronal passou a atuar em consonância com as demais entidades existentes (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Sociedade Rural Brasileira - SRB, Sociedade Nacional de Agricultura - SNA). A frase *“para cada fazenda invadida, um padre morto”* foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação e marca a atuação contundente desse setor ruralista, que reúne especialmente pecuaristas de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Pará e Maranhão.

No governo de Fernando Collor de Melo (1990 a 1992) assiste-se ao desmonte do aparato estatal e administrativo; fortalecimento do setor agropecuário; concentração da propriedade da terra e aceleração da expulsão de pequenos produtores rurais em áreas de conflito e famílias sem terra acampadas em todo país. Em 1992, o Governo lança o Programa Terra Brasil com a intenção de desapropriar 2,9 milhões de hectares; assentar 50 mil novas famílias; destinar 114 bilhões de cruzeiros para o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) aos já assentados; assistir tecnicamente e com recursos as 98 mil famílias assentadas; emancipar 10 mil famílias assentadas; destinar 30 bilhões de cruzeiros do Banco do Brasil para crédito a pequenos agricultores. Meses depois, o programa não foi concretizado e o impeachment de Collor foi realizado pelo Congresso Nacional e Senado Federal.

No governo de Itamar Franco³⁷ (1993 a 1994), o tema da reforma agrária volta à cena política governamental e passa a ser associado à questão da fome e da segurança alimentar. Ressalta-se nesse governo a promulgação da Lei Agrária³⁸ (27/01/1993) que regulamentava as desapropriações para fins de reforma agrária. Essa lei apresentava alguns aspectos: recolocava a questão da função social da propriedade da terra como principal critério de desapropriação; definia em até 4 módulos a pequena propriedade e entre 4 a 15 módulos a média propriedade, mas determinava que nenhuma propriedade abaixo de 300 hectares podia ser desapropriada; garantia que os sem terra seriam assentados em suas regiões de moradia; entre outros. A Lei Agrária

³⁷ O Vice-presidente Itamar Franco assume a presidência do Brasil, após o impeachment de Collor de Melo.

³⁸ Lei Agrária de 1993: Lei nº 8.629 - Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

também incluiu o mecanismo denominado de Rito Sumário, componente dos mecanismos inerentes as exigências da Nova República de 1988 no que se refere à reforma agrária, que acelera o processo de desapropriação, exigindo que a Justiça decida em até 120 dias se a propriedade é ou não passível de desapropriação.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária é pautada forçosamente pelos movimentos de luta pela terra, especialmente o MST. O governo enfrentou pressão e manifestações por todo país, em especial a partir do massacre de Corumbiara e Eldorado dos Carajás³⁹. Ainda teve que enfrentar a realização da Marcha a Brasília⁴⁰, realizada pelo MST e o Grito da Terra Brasil⁴¹, realizado pela CONTAG. A Marcha a Brasília inaugura uma nova estratégia no processo político-pedagógico do MST. Essa efervescência política no campo provocou a formação de vários conflitos agrários, que resultou na conquista de diversos assentamentos rurais em todas as regiões do Brasil. Durante seus dois mandatos governamentais, Fernando Henrique Cardoso assentou 375 mil famílias.

Nesse período, o Governo de Fernando Henrique Cardoso realiza as políticas de ajuste estrutural e os agricultores familiares são considerados sujeitos atrasados e a

³⁹ O Massacre de Eldorado dos Carajás provocou a morte de dezenove sem-terra ocorrido em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, decorrente da ação da polícia do Estado do Pará. O confronto ocorreu quando 1.500 sem-terra que estavam acampados na região decidiram fazer uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras, principalmente as da Fazenda Macaxeira. A Polícia Militar foi encarregada de tirá-los do local, porque estariam obstruindo a rodovia PA-150, que liga a capital do Estado, Belém, ao sul do Estado. A ordem para a ação policial partiu do Secretário de Segurança do Pará, Paulo Sette Câmara, que declarou, depois do ocorrido, que autorizara "usar a força necessária, inclusive atirar". De acordo com os sem-terra ouvidos pela imprensa na época, os policiais chegaram ao local jogando bombas de gás lacrimogêneo. Os Sem Terra possuíam apenas suas ferramentas de trabalho como foices, facões, enxadas, paus, etc. Os Sem Terra insistiram em permanecer no local. A polícia, diante da situação, começou a atirar em direção à multidão. Dezenove pessoas morreram na hora, outras duas morreram anos depois, vítimas das seqüelas, e outras sessenta e sete ficaram feridas.

⁴⁰ Marcha a Brasília realizada em abril de 1997 pelo MST com o lema "Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça", que saiu de três diferentes regiões do país rumo a Brasília. Durante dois meses, trabalhadores e trabalhadoras caminharam para denunciar a inexistência de uma política de Reforma Agrária brasileira. Essa marcha dá início a jornada de lutas do MST que acontece todos os anos no mês de abril em homenagem aos trabalhadores rurais assassinados nos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Essa ação é popularmente conhecida como "Abril Vermelho". (Disponível em www.mst.org.br, acesso em 26/10/2011).

⁴¹ Grito da Terra Brasil trata-se do principal evento da agenda do movimento sindical do campo, reúne milhares de trabalhadores e das trabalhadoras rurais de todo o País em Brasília. O Grito da Terra Brasil é uma mobilização promovida pela CONTAG e apoiada pelas FETAGs e pelos STRs e possui um caráter reivindicatório. É por essa razão que a manifestação pode ser considerada como uma espécie de data-base dos agricultores familiares, dos trabalhadores sem-terra e dos assalariados e das assalariadas rurais brasileiras. O primeiro Grito da Terra Brasil foi organizado em 1995 e teve como saldo imediato a criação de uma linha de crédito no valor de R\$ 1,5 milhão para a agricultura familiar. Desde então as FETAGs também promovem os Gritos da Terra Estaduais, que negociam com os governos estaduais a pauta de reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. (Disponível em www.contag.org.br, acesso em 26/10/2011).

única forma de se desenvolverem “[...] é se transformarem num agricultor familiar integrado ao capital”. (FERNANDES, 2013).

De acordo com Delgado (2010, p.92), o primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso desenvolveu-se um movimento de ajuste ultraliberal que desvalorizou a renda fundiária e promoveu a queda na renda agrícola, dificultando a política de reforma agrária. Isso facilitou a implantação dos programas de reforma agrária de mercado, com participação direta de um agente financeiro.

Esses programas de Reforma Agrária de Mercado fazem parte das estratégias do Banco Mundial para o campo, via políticas de ajuste estrutural que têm estimulado a privatização de terras públicas e comunitárias, das águas e florestas. De acordo com essa concepção os Estados nacionais abrem mão de realizar a desconcentração da terra, através de uma política pública de reforma agrária e deformação de assentamentos rurais para famílias sem terra; e passam a promover programas de Reforma Agrária via mercado. No Brasil, os Governos Federais já implantaram três programas, quais sejam: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário⁴².

Nesse período a violência no campo continua ser um mecanismo de repressão aos movimentos sociais do campo e suas lideranças. Segundo dados da CPT (2012), os conflitos por terra se reduziram de 535, em 2010, para 439, em 2011. Os conflitos por água de 65, em 2010, declinaram para 29, em 2011. Já os conflitos trabalhistas, concretamente o trabalho escravo apresentou elevação. Em 2010, neste período, foram registradas 177 denúncias de trabalho escravo. Em 2011, este número se elevou para 218. Já os assassinatos de trabalhadores rurais, no período de janeiro a setembro de 2011, somam 17, 32% a menos que os assassinatos em igual período de 2010, 25. Como sempre, a região Norte lidera, com 12 trabalhadores mortos, dos quais 09 ocorreram no Estado do Pará⁴³. Esses assassinatos refletem o compromisso dessas lideranças com a luta pela defesa das florestas, da terra, da água e do meio ambiente. Registram-se ainda, em 2011, duas mortes de quilombolas e duas de indígenas. (CPT, 2012)

⁴² As estratégias do Banco Mundial para o campo e os programas de Reforma Agrária de Mercado implantados no Brasil estão analisados no capítulo III desta tese.

⁴³ O primeiro assassinato que teve maior repercussão em 2011 foi o do casal Maria do Espírito Santo e seu esposo José Claudio Ribeiro da Silva, no Pará. O assassinato ocorreu no mesmo dia em que era aprovado na Câmara dos Deputados, o novo Código Florestal. A eles se seguiu o de Adelino Ramos, em Rondônia, um dos sobreviventes do massacre de Corumbiara. E o terceiro, já no final do ano, no Mato Grosso do Sul, do Cacique Nísio Gomes. Todas essas pessoas envolvidas na luta pela terra e a defesa do meio ambiente e da floresta. (CPT, 2012)

Em 2013⁴⁴ registrou-se um crescimento exponencial de 32% nos Conflitos pela Água, sendo o maior número de conflitos pela água está relacionado com a construção de hidrelétricas, 44 ocorrências, e cresce em áreas de mineração, 31 ocorrências. São mais freqüentes no Nordeste, 43%, seguido do Norte com 25%, e Sudeste, 18%. Como em anos anteriores, os conflitos ganham em intensidade nas áreas para onde o capital avança, sobretudo a Amazônia. Diferentemente do restante do Brasil, onde o número de expulsões e despejos diminuiu em relação a 2012, na Amazônia ocorreu o inverso: o número de famílias expulsas cresceu em 11%, e o de famílias despejadas em 76% (passaram de 1.795 para 3.167). Também teve crescimento acentuado de 126%, o número de famílias com casas destruídas, e as com bens destruídos 19%. O Acre destacou-se pelo aumento de 1.038% em relação ao número de casas destruídas. Passou de 26 para 296. Também no Acre, a atuação de pistoleiros ou de milícias armadas mais que quadruplicou: de 90 famílias afetadas por ações de pistoleiros em 2012, este número saltou para 380. (CPT, 2013)

Durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, as pressões dos movimentos sociais rurais continuam fortes para realização de uma política de reforma agrária que resolva as desigualdades no campo. Fernandes (2013) afirma que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva precisa enfrentar duas questões estruturais para realização da reforma agrária: a permanência do campesinato em estado de subalternidade ao capitalismo agrário, por meio da renda da terra; e a ineficiência das políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa e familiar.

Nesse sentido, Fernandes (2013) afirma,

Para implantar a reforma agrária é preciso muito mais do que a desconcentração fundiária, é imprescindível eliminar a hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento da agropecuária e reconhecer a importância das diferentes relações de produção, como a familiar, a associativa e a cooperativa. (FERNANDES, 2013, p.191)

⁴⁴ Os conflitos envolvendo povos indígenas se multiplicaram em 2013. “As ações de indígenas se espalharam de Norte a Sul do País. Foram 156 manifestações, envolvendo 35.208 indígenas. Foram também 61 retomadas de antigos territórios. Por diversas vezes, no Pará, o canteiro de obras da Hidrelétrica de Belo Monte, foi ocupado e os Munduruku, da região do Tapajós, queimaram o documento que lhes foi enviado, porque os representantes do governo federal se negaram a encontrar-se com eles numa aldeia. No Mato Grosso do Sul, a luta dos Terena e dos Guarani Kaiowá pela reconquista das terras das quais foram esbulhados, ganhou dimensões dramáticas, com mortes, ferimentos e prisões de indígenas. O mesmo aconteceu na Bahia, com os Tupinambá. Os dados de 2013 são de estontear: 15 dos 34 assassinatos registrados são de indígenas. São também indígenas 10 das 15 vítimas de tentativas de assassinato, e 33 das 241 pessoas ameaçadas de morte. Em nenhum outro período desta publicação se tem registro semelhante”. (CPT, 2013)

Essa lógica de desenvolvimento rural subordina a agricultura camponesa e familiar ao capital, expresso no agronegócio, caracterizando a posição do Brasil no sistema de reprodução ampliada do capital mundial. Essas políticas de desenvolvimento rural podem romper com essa dependência, mas a questão agrária foi retirada ou teve pouco investimento durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. O período entre 2003 a 2010, a política de reforma agrária foi parcial, não sendo, na sua maioria, originadas pelas desapropriações, mas sim pela regularização fundiária de terras da União. E isso só foi possível pela mobilização dos movimentos sociais rurais, predominantemente do MST e CONTAG. Há registro de 7.707 conflitos agrários no Brasil, durante o período de 2003 a 2010, intensificando a pressão sobre o governo para realização de uma reforma agrária que atenda às demandas dos camponeses.

Na perspectiva capitalista, a reforma agrária é concebida como uma política pública para pobre, para doar um pedaço de chão para sem terra, como benesse do governo, que ajuda os pobres, para depois integrá-lo ao capital e torná-lo moderno e competitivo. Essa lógica admite que o agronegócio seja a maior e mais bem sucedida mudança que se operou no desenvolvimento rural brasileiro, afirmando ser a única via possível para agricultura. Claro que essa concepção de desenvolvimento rural não incorporará os camponeses e agricultores familiares ao capitalismo. Pelo contrário, parte deles continuará como camponeses médios e pobres e a maior parte será expropriada e desterritorializada. Eles não se encontram fora da dinâmica de reprodução do capital, isso faz parte do processo de desenvolvimento das relações capitalistas no campo.

A realização da reforma agrária contribui para frear esse processo injusto, que torna os camponeses uma população de miseráveis e subjulgados aos capitalistas e proprietários de terra, que se apropriam da riqueza de seu trabalho e de sua produção, concentrando terra e poder. E ainda, os camponeses são alvo dos programas sociais do governo, sobrevivendo em condições precárias e desumanas. Apesar das diversas políticas de apoio a pequenas e média produção rural, realizadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, essas não foram suficientes para diminuir os níveis de subordinação e subalternidade do campesinato ao agronegócio. A reforma agrária é uma política de desenvolvimento territorial e não política social redistributiva, daí ter que enfrentar a concentração da grande propriedade fundiária para realizá-la.

Em 2003, no início do governo Lula, Plínio de Arruda Sampaio apresentou uma proposta de II Plano Nacional de Reforma Agrária⁴⁵(PNRA) que concebia diversas formas de aquisição da terra, desde desapropriações, regularização, permuta, compra e venda. A mesma objetivava assentar um milhão de famílias entre 2004 e 2007.

Nas palavras de Sampaio (2005),

Realizar uma reforma agrária ampla coloca a necessidade de combinar adequadamente a magnitude das ações da desconcentração da propriedade fundiária com as ações dirigidas a assegurar a qualidade dos assentamentos, medida pelos recursos técnicos e financeiros postos a disposição das famílias assentadas, a fim de que possam explorar economicamente a terra e auferir renda suficiente para viver com dignidade. Em outras palavras, a distribuição de terra precisa atingir magnitude suficiente para provocar modificações na estrutura agrária do país. Caso contrário, os mecanismos regressivos dessa estrutura continuarão a operar, gerando pobreza, desigualdade e exclusão no meio rural. (SAMPAIO, 2005, p. 126).

Apesar de prever atingir mais de um milhão de famílias, o II PNRA “não enfrentaria o problema da concentração fundiária e da subalternidade do campesinato, pois priorizava a regularização e a integração do campesinato no capitalismo”. (FERNANDES, 2013, p.195). Do montante de famílias previstas para ter acesso à terra no II PNRA, apenas 37% da meta foi cumprida durante os dois mandatos do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, sendo 74% com regularização fundiária e 11% com desapropriações e o restante em outras modalidades de obtenção de terras. Consolidava-se a vitória do agronegócio e a regularização fundiária como ações de reforma agrária do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Enquanto prossegue a política de favorecimento ao agronegócio, calcula-se a existência, no Brasil, de cerca de 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra, dos quais, 186 mil estão acampadas. Os latifúndios, com mais de mil hectares, somam menos de 1% das propriedades e controlam 44,42% das terras concentradas no poder de grandes proprietários de terra que investem em agronegócio ou especulam as terras improdutivas no mercado financeiro. Registram-se em 2012, 193 áreas com processos judiciais que impedem sua aquisição pelo INCRA. São mais de 986 mil hectares de terras, em todo o país, que dependem da Justiça para a sua liberação para a Reforma Agrária. (Informativo MST - Abril/2012).

⁴⁵ O II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA foi elaborado por Plínio de Arruda Sampaio e uma equipe de pesquisadores/as e estudiosos/as da questão agrária brasileira e apresentado ao governo Lula em 2003.

Esse ínfimo investimento na reforma agrária também é perceptível nos dados do INCRA Nacional, que demonstra um declínio no processo de desapropriação de terras pelo Plano Nacional de Reforma Agrária. Em 2005, obteve-se um total de 874 projetos de assentamentos executados. Em 2009, caiu para 297 projetos. Então se tinha quase 900 projetos executados ao ano, em 2005, cai para 700 em 2006, para 400 em 2007, 330 em 2008 e 297 em 2009, o que mostra uma nítida desaceleração. Em número de famílias, a queda passa de 100 mil em 2005 para pouco mais de 20 mil famílias assentadas, em 2009. Entre o período 2003/2010 foram realizados 3.602 projetos de assentamentos rurais para fins de reforma agrária. (INCRA, 2012)⁴⁶.

Com os investimentos direcionados ao agronegócio, aumenta a demanda por terra em todo país e limita-se a política de assentamentos desencadeada pelo INCRA. Delgado (2010, p. 105) ao analisar o II PNRA do governo Luiz Inácio Lula da Silva, identifica:

A problemática agrária brasileira como promotora de um duplo desemprego – da força de trabalho rural e das terras improdutivas controladas pelo latifúndio. Por um lado, isso descarta trabalhadores e pequenos produtores dos mercados agrícolas, e, por outro, permite que um grande estoque de terra ociosa seja apropriada pelo latifúndio.

Na atual gestão da Presidenta Dilma Rousseff, os dados do INCRA Nacional demonstram que o governo está bem atrás do que Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores/PT) realizaram no primeiro ano de seus respectivos governos. Em 2011, 22.021 famílias conquistaram lotes em assentamentos, o que representa 51% da marca de Fernando Henrique Cardoso em 1995, quando 42.912 foram assentadas. Já em relação ao governo Lula, Dilma atingiu 61% do resultado de seu antecessor, que em 2003 assentou 36.301 famílias. No mês de abril/2012, o Ministério do Planejamento cortou 60% do orçamento do INCRA Nacional. Esse recurso é suficiente apenas para o pagamento de salários dos servidores. Foram cortados os recursos para obtenção de terras, instalação de assentamentos, para desenvolvimento da agricultura familiar e para a educação do campo. (Informativo MST - Abril/2012).

Essa diminuição dos investimentos na reforma agrária poderá agravar as expressões da questão social no campo. Como analisa Delgado (2010):

⁴⁶ Informações disponíveis em <http://www.incra.gov.br>. Acesso em 20/04/2013.

A nova fase de expansão do agronegócio gera a ampliação do setor de subsistência, uma massa de trabalhadores desocupados e camponeses sem excedentes, descartados do novo processo de modernização técnica da agropecuária. (DELGADO, 2010, p. 105)

A pobreza e a precarização das condições materiais da vida das famílias no campo tem sido uma consequência da estrutura fundiária desigual e da falta de políticas públicas adequadas ao desenvolvimento da pequena e média produção rural. Relações capitalistas econômicas, sociais, políticas e culturais reproduzem o poder do latifúndio, concentrando riqueza e terra. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, no Brasil a renda média mensal de uma família assentada é de R\$ 505,55, sendo Rondônia o estado com menor renda de R\$ 176,54 e São Paulo o estado de maior renda, com R\$ 1.266,36. Essas famílias têm muitas dificuldades de sobreviverem com uma renda tão baixa, necessitando da ajuda do governo. Os dados do Ministério do Desenvolvimento Social indicam que 37% das famílias assentadas são beneficiárias do Programa Bolsa Família. A baixa renda dos agricultores está relacionada à subalternidade da produção camponesa ao mercado capitalista.

Os dados sobre a estrutura fundiária brasileira, reunidos no II PNRA, demonstram a concentração da terra e explicam de certa forma a pobreza no meio rural e a opção pelo agronegócio. As grandes propriedades representavam 1,6% dos imóveis (69.123), de um total de 4.238.421 imóveis rurais, ocupando 43,7% (183.463.319 ha) de uma área total de 420.345.382 hectares. Por outro lado, as pequenas propriedades representavam 85,2% dos imóveis (3.611.429), ocupando 20,1% do território (84.373.860 ha). Ou seja, continua a permanência do latifúndio e da concentração fundiária.

Outro dado, também presente no II PNRA (2003), que acentua a desigualdade da estrutura fundiária no Brasil, são as terras públicas devolutas. O Brasil possui uma área territorial de 851 milhões de hectares, sendo desta área 102 milhões de hectares de unidades de conservação ambiental; 128 milhões de hectares de terras indígenas; 420 milhões de áreas cadastradas no INCRA como imóveis rurais. E ainda, 30 milhões de hectares de águas territoriais internas, áreas urbanas, rodovias e posses que deveriam ser regularizadas e outros 170 milhões de hectares de terras devolutas, a maioria cercada de forma irregular por grandes proprietários de terra. O Censo Agropecuário de 2006 identificou 310 milhões de hectares de terras devolutas. Quase um quarto das terras do país pertence à União e estão sob o domínio do latifúndio sem nenhuma regularização.

A apropriação privada das terras devolutas tem sido realizada pelos grandes proprietários de terra através da grilagem, que encontram apoio em cartórios locais para registro ilegal dessas terras. Há ainda, outros dados que confirmam o caráter capitalista e concentrador da terra no Brasil. Os 420 milhões de hectares registrados no INCRA pertencem a 4,2 milhões de imóveis rurais. Entre estes, a área média nas grandes propriedades é de 2.700 hectares, enquanto nas pequenas é de 25 hectares, ou seja, mais de 100 vezes menor. Entre estas áreas o INCRA detectou 120 milhões de hectares de terras improdutivas, o que nos leva a crer que parte da grande propriedade rural é improdutiva.

O latifúndio tem sido um dos principais mecanismos de reprodução do capital na agricultura, especialmente a partir da implantação da modernização conservadora, como bem exposto acima, conduzindo o processo de acumulação e consagrando a profunda injustiça social e a violência desse padrão de desenvolvimento rural.

A terra funciona como reserva de valor, eis aqui seu caráter capitalista de acumulação de riqueza. Ou serve para gerar renda no mercado financeiro especulativo ou serve como reserva patrimonial. Aqui o capital se desenvolve sem necessariamente, se apropriar da produção agrícola, a terra é a mercadoria. “A propriedade fundiária adquire assim sua forma puramente econômica” (Marx, 2008, p. 827).

Nessa nova configuração do campo há a articulação dos interesses das oligarquias latifundiárias tradicionais, com empresas transnacionais, instituições estatais financeiras, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e instituições científicas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com as grandes corporações industriais-financeiras como Monsanto, Cargill, Bunge & Born, Syngenta entre outras.

Esse modelo de desenvolvimento para o campo tem ampliado o número de conflitos agrários. Em 2013 registraram-se 847 áreas em conflito no Brasil, atingindo 99.798 famílias. Este número é ligeiramente menor que o de 2012 (110.130). Mesmo assim o número de conflitos, em 2013, atingiu uma cifra que é amplamente superior à média anual do período 1985-2006, que foi de 671. Em 2013 os movimentos sociais foram responsáveis por 244 conflitos (230 ocupações e 14 acampamentos), 18,9% do total. Isso diz que 81,1% dos conflitos são provocados pela ação de fazendeiros, grileiros, madeireiros, empresários ou mineradores – Poder Privado - através de assassinatos ou expulsões, ou pela ação do Poder Público, através das ações do Poder Executivo e do Judiciário por meio de prisões e ações de despejo. (CPT, 2013).

Portanto, com a execução de uma política de reforma agrária, centrada na pequena e média produção rural, uma família teria dignidade para viver da terra, pois ela pressupõe políticas de educação, saúde, crédito, comercialização, tecnologia, agroecologia, etc.

Historicamente, a luta pelo acesso e permanência na terra tem sido uma forma dos/as trabalhadores/as rurais garantirem o acesso aos direitos sociais básicos. A concentração de terra implica a ampliação dos latifúndios, do capital, da riqueza e do poder; bem como reduz a produção direta de alimentos básicos – feijão, mandioca, hortaliças, batata, macaxeira – voltados para o mercado interno consumidor. Além disso, provoca um grave estado de miséria para um contingente sem terra que se aglutina nas periferias das sedes dos municípios, ampliando as desigualdades sociais.

1.3– Trabalho Assalariado no Campo e Novas Formas de Exploração

As atuais relações de trabalho no campo, expressas, sobretudo no assalariamento rural e na exploração intensiva da força de trabalho pelas grandes propriedades de monocultura e do agronegócio, são processos que têm raiz na formação sócio-histórica brasileira. A realidade das famílias dos Assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina são expressões dessa totalidade do desenvolvimento capitalista em curso no campo. As explorações a que os trabalhadores rurais assalariados estão submetidos ocorreram de diversas formas e em contextos históricos diferentes. Essa exploração explicita-se no emprego sazonal e intermitente, subemprego, desemprego estrutural e situações análogas ao trabalho escravo.

Desde a extinção do trabalho escravo e instalação do trabalho assalariado “[...] a sujeição do trabalho livre à ordem econômica passa a requerer o controle efetivo sobre a terra, elemento básico para evitar a dispersão da força de trabalho dos núcleos de acumulação”. (MOREIRA, 1995, p. 139). Os escravos libertos, os imigrantes europeus e os trabalhadores rurais livres passam a configurar a força de trabalho prioritária dos grandes latifúndios de monocultura. Para as classes subalternas desse período, a nova estrutura do trabalho livre tinha uma intensa relação de autoritarismo, repressão e sujeição da força de trabalho ao poder da oligarquia, da organização econômica e da estrutura herdada do escravismo.

Outra relação de trabalho que se estabeleceu no campo foi o colonato. Com o Programa de Imigração estima-se que entre 1875-1914, mais de 1,6 milhões de

camponeses europeus chegaram ao Brasil. A maior parte desses migrantes foram para a região sul, por causa do clima, recebendo um lote de terra com 25 a 50 hectares; outra parte seguiu para São Paulo e Rio de Janeiro, para trabalhar nas fazendas de café, sob o regime de colonato⁴⁷. O próprio Estado assumiu a dianteira desse processo, não só com a Lei de Terras de 1850, mas também a execução do Programa de Imigração para assegurar o processo de acumulação capitalista.

Nesse sistema de produção agrícola – o colonato - o controle da propriedade privada da terra era exclusivo do fazendeiro, que dispunha do seu uso da maneira que lhe fosse adequada e da forma que julgasse correta, mesmo que a terra tivesse sido adquirida por métodos escusos e/ou ilícitos. Esse sistema de produção agrícola conferia ao fazendeiro poder econômico, político, social, administrativo, jurídico, moral e cultural; além de dono das terras, era também patrão. Outro aspecto importante do colonato era o uso da força de trabalho do imigrante, enquanto trabalhadores “livres”, mas submetidos a um sistema de dominação e exploração na grande propriedade rural. Essa convivência não foi pacífica e não esteve isenta de conflitos e tensões.

Martins (1981) analisa essas relações sociais na produção e reflete que:

As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. (MARTINS, 1981, p.18).

Nesse período também é emblemática a ocupação do território nacional, o deslocamento para o interior de milhares de trabalhadores que não encontraram lugar nas fazendas de monoculturas do litoral e adentraram o interior, dedicando-se à agricultura de subsistência. Estes trabalhadores não tinham propriedade privada da terra, mas a ocupavam de forma individual e coletiva, dando origem ao camponês sertanejo e suas comunidades.

⁴⁷ O regime de produção sob a forma de colonato, assim rotulado por sociólogos, foi o estabelecimento de relações sociais específicas na produção de café, entre os fazendeiros e os colonos, não se tendo notícias de sua adoção em nenhum outro país. Por esse sistema, os colonos recebiam a lavoura de café pronta, formada anteriormente pelo trabalho escravo, recebiam uma casa para moradia e o direito de usar uma área de aproximadamente dois hectares por família, para o cultivo de produtos de subsistência, e de criar pequenos animais logrando, assim, melhores condições de sobrevivência. Cada família cuidava de determinado número de pés de café e recebia por essa mão-de-obra, no final da colheita, o pagamento em produto, ou seja, em café, que poderia ser vendido junto, ou separado, com o do patrão. A esse regime de colonato sujeitaram-se milhares de famílias migrantes, em especial da Itália e da Espanha. (STÉDILE, 2005, p. 25, 26)

Essas formas de relações de trabalho vão sendo substituídas com a intensificação do trabalho assalariado no campo, que só se consolidou de forma significativa na segunda metade do século XX, na década de 1970, por ocasião da chamada modernização conservadora ou penetração do capital no campo, momento em que ocorre a industrialização da agricultura.

No processo de expansão do capitalismo no campo há de se considerar dois elementos: o primeiro é que há uma massa de trabalhadores rurais expropriados da terra que só dependem de sua força de trabalho e de sua família. O segundo diz respeito ao contingente de camponeses expulsos dos seus territórios, agora transformados em proletários rurais. É o que acontece nos assentamentos do Programa Nacional do Crédito Fundiário – PNCF, implantados na Zona da Mata de Pernambuco, pois os trabalhadores rurais assentados não conseguem sobreviver apenas da terra e continuam no assalariamento da cana-de-açúcar.

Assim, é que Marx (1996) explica esse movimento:

o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. (MARX, 1996, p.830)

No processo de produção e reprodução do capital no campo, o trabalhador rural, já expropriado da terra, possui agora apenas a força de trabalho. Portanto, é um trabalhador livre para vendê-la ao proprietário de terra. Estes estabelecem entre si uma relação de troca. Um vende a força de trabalho e o outro compra. Um fornece trabalho e outro paga com salário o trabalho realizado. Transforma-se em uma relação de liberdade e igualdade, nos moldes do sistema capitalista e profundamente contraditória. Livres porque lhes é permitido realizar relações de trocas, contratos entre si. Iguais porque o mercado permite aos dois, proprietários de terra e trabalhadores rurais, as condições de trocar e vender o que possuem (salário X trabalho). Dessa forma, “[...] no capitalismo, só é pessoa quem troca, quem tem o que trocar e tem liberdade para fazê-lo”. (MARTINS, 1995, p.153).

A relação de troca no capitalismo (trabalho X salário) significa a parte de cada um no processo de produção. Quem paga o salário, o faz com uma parte do seu capital, para pagar o trabalho realizado. Assim, o trabalho é apropriado pelo capital,

que compra a força de trabalho, que lhe é útil. Dessa forma, a força de trabalho se transforma em mercadoria, que é a única na produção capitalista que pode criar mais valor. Só o trabalho produz riqueza e o salário é a medida do tempo socialmente necessário para produzir mercadoria. O valor da força de trabalho é calculado pela parte do valor produzido pelo trabalhador, que se transforma em seu salário, para contribuir na sua reprodução social e retornar a produção capitalista, como trabalhador do capital. É, portanto, um processo que combina liberdade e sujeição.

Dessa forma, o interesse do capitalista pela força de trabalho do trabalhador é que a essa força de trabalho é a única mercadoria que poderá gerar mais valor e riqueza para o capitalista. A troca entre salário e trabalho é uma troca desigual, posto que o salário do trabalhador só o reproduz socialmente; mas a riqueza produzida pelo trabalho, cresce e acumula-se cotidianamente. Por isso é uma relação de troca desigual. O trabalho assalariado no capitalismo produz uma relação econômica profundamente desigual. O lucro gerado pelo trabalhador não fica com ele, é a riqueza apropriada pelo capitalista. Mesmo entendendo que é o trabalho que gera essa riqueza, ela não aparece como fruto do trabalho, mas como produto do capital.

Essa relação desigual é uma relação de exploração, injusta. É também alienadora, pois o trabalhador vende a força de trabalho, sua capacidade criadora de mercadorias, que se converte em capital e se transforma estranha ao trabalhador, alienada a ele. Como ele não tem outra opção senão a venda de seu único bem ao capital vende aquilo que ele mesmo produziu e se defronta com um império que lhe é estranho, que não lhe pertence e que subjuga toda sua capacidade de trabalho.

Quando o trabalhador se depara com o império que ele mesmo construiu, ele não entende que é seu trabalho que gera a riqueza, mas como uma aparência, esse trabalhador percebe que ele depende do capital e não o contrário. Ele se aliena e se entrega ao capital, e toda mercadoria produzida pelo seu trabalho ganha forma fetichizada. Ele não aparece como o grande arquiteto desse capital, mas como parte dele. A realidade e as relações sociais no capitalismo aparecem de forma contrária ao que realmente são. Elas são encobertas, são mascaradas.

Esse aspecto figurativo que aparece no fetichismo da mercadoria refere-se à aparência dos produtos, fruto do trabalho. As mercadorias surgem como criadoras da riqueza são fetichizadas ao mesmo tempo em que os trabalhadores são coisificados, reduzidos apenas a força vital que produz valor. O fetichismo da mercadoria é uma

representação das relações sociais de alienação contida no processo de produção de mercadorias.

Assim para Marx (1996),

A relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que acontece com os produtos da mão humana no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. (MARX, 1996, p. 81)

As mercadorias produzidas pelo trabalho mediam as relações sociais no capitalismo. As pessoas são menos importantes no processo produtivo. O que tem relevância são as mercadorias que podem ser comercializadas e acumular capital. Entre as pessoas, interpolam-se mercadorias, objetos. Assim, pode-se afirmar que o capital é trabalho humano acumulado, no campo e na cidade.

Como Marx (1996), bem assinala sobre as relações sociais de trabalho.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (MARX, 1996, p.81)

Quando a produção capitalista alcança níveis de amadurecimento e desenvolvimento de forças produtivas, ela não se limita apenas ao divórcio do trabalhador dos meios de produção, mas também, gera a sua reprodução cada vez mais intensa. O modo de produção capitalista tem na sua essência a exploração da força de trabalho, pois ela é utilizada para produzir um valor a mais dela mesma, a mais valia, pois o burguês tem ao final do processo de produção um valor bem superior ao valor do salário.

Os valores produzidos pelos operários não lhes pertencem, pertencem aos proprietários das matérias primas, das máquinas, que lhes permitem comprar a força de trabalho da classe operária. Assim, os

operários trocam sua mercadoria (a força de trabalho) pela mercadoria do capitalista (o dinheiro) (MARX, 1996, p.25)

Os trabalhadores rurais expropriados submetem-se as mais variadas formas de assalariamento rural e seus condicionantes e vendem sua força de trabalho para continuar existindo enquanto indivíduo. O salário que recebem visa assegurar a reprodução da vida material, dos meios necessários a sua existência. No entanto, esse trabalhador rural não possui uma vida digna, pois não lhe pertence o produto do seu trabalho, tornando a vida miserável e vulnerável.

O salário mínimo equivalendo a soma do valor dos meios de subsistência, necessários a reprodução da força de trabalho, o seu consumo, se faz de imediato. Resta ao trabalhador assalariado, para poder continuar reproduzindo sua força de trabalho, utilizar o tempo durante o qual estes meios asseguram a sua existência, para produzir novos meios de subsistência, que venham substituir aqueles que são consumidos. O ritmo irregular com que sua força de trabalho é explorada nem sempre lhe permite continuar produzindo novos meios de subsistência. Isto lhe confere uma instabilidade econômica que se reflete nas condições de extrema miserabilidade em que vive (D'INCÃO, 1981, p. 88)

À proporção que o capital se reproduz em escala ampliada no campo, joga no mercado interno um número maior de trabalhadores rurais assalariados, que se veem na iminência de migrar para as cidades e periferias, engrossando as fileiras do exército de reserva, aumentando a oferta de trabalhadores “livres”. É essa massa de expropriados da terra que gera a riqueza nas agroindústrias e, conseqüentemente, a acumulação do capital na agricultura.

Marx (1996) reflete esse processo de acumulação num duplo movimento de trabalho e de produção de valor, e diz,

Com a acumulação, e o desenvolvimento da produtividade do trabalho que acompanha, o poder de súbita expansão do capital também cresce [...] A massa de riqueza social, que se torna transbordante com o progresso da acumulação e pode ser transformada em capital adicional, lança-se freneticamente aos ramos de produção antigos cujos mercados se ampliam subitamente ou aos novos. Nesses casos, grandes massas de homens têm de estar disponíveis para serem lançadas nos postos decisivos, sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos. Esse aumento é criado pelo simples processo de liberar continuamente parte dos trabalhadores, com métodos que diminuem o número dos empregados em relação à produção aumentada. (MARX, 1996, p.592-3)

Tais reflexões permitem afirmar que o assalariamento rural não tem como mediação a posse da terra ou da morada, mas, a força de trabalho que se desenvolve, ora em caráter permanente ora em caráter temporário, sazonal. Atualmente o trabalho sazonal vem se constituindo em forma quase predominante nas várias monoculturas. Muitos trabalhadores assentados ou pequenos produtores rurais encontram no assalariamento temporário uma forma para aumentar a renda familiar, e ao mesmo tempo manter a sua terra. Há também outras categorias no campo que se mantêm do trabalho assalariado paralelo a relações tradicionais de trabalho, a exemplo de parceiros, de posseiros ou arrendatários que passam parte do ano na condição de assalariado em agroindústrias.

O trabalho assalariado no campo é, na maioria das vezes, sazonal, temporário. Os trabalhadores sazonais, volantes ou bóias-frias não têm lugar, ou não conseguem criar raízes comunitárias e culturais. São contratados para tarefas parciais da produção agroindustrial, em períodos de safra. Esses trabalhadores transitam anualmente de uma safra para outra das monoculturas, cruzam o céu do país, deixando para trás suas famílias, seus projetos, seu território. Muitas vezes se acomodam nas fazendas de monocultura em lugares insalubres, sem infraestrutura adequada para sua sobrevivência, ficando vulneráveis a doenças e ataques de insetos. Acrescenta-se ainda a violação de direitos trabalhistas, previdenciários e humanos.

Na expressão de D'Incão (1981),

Quando o proprietário utilizava parceiros e arrendatários ele compensava a sua falta de capital, recebendo a parcela de produção destes últimos. À medida que a mecanização vai sendo introduzida na agricultura, em decorrência da própria acumulação, dos financiamentos, trazendo consigo o aumento da produtividade do trabalho, e a conseqüente diminuição da mão de obra necessária torna-se mais vantajosa para o empresário à exploração da força de trabalho pelo sistema de assalariado. Ex: nas grandes empresas mecanizadas, o bóia fria faz nela o papel de trabalhador fixo, embora contratado e remunerado nos termos usuais de trabalhador volante. (D'INCÃO, 1981, p.120).

O trabalho assalariado rural, numa forma temporária, sazonal e volante consolida o sistema capitalista, permitindo sua reprodução e acumulação de forma ampliada no campo. Essa modalidade de trabalho acentua as contradições do próprio capital, no momento em que expande as desigualdades sociais que lhes são inerentes,

e as relações sociais entre aqueles que detêm os meios de produção e a massa que é obrigada a vender seu único bem, a força de trabalho para sobreviver.

Essa realidade do trabalho assalariado rural pode ser evidenciada nos dados do Censo Agropecuário (2006), que detectou 1.209.420 empregados permanentes e 271.250 empregados temporários com carteira assinada, totalizando 1.480.670 empregados rurais formalizados. Por outro lado, foram 1.059.076 empregados permanentes e 1.872.028 empregados temporários sem carteira assinada, chegando a um total de 2.931.104 empregados rurais informais. Os trabalhadores contratados temporariamente chegam a 45% do total. (IBGE, 2006b)

O desenvolvimento das relações sociais capitalistas de produção no campo consolida-se pela expansão do agronegócio, da agricultura capitalista, que se mantém sob a concentração fundiária, dominação dos recursos naturais, substituição do trabalho com base no arrendamento e parceria, pelo trabalho assalariado (volante, sazonal, temporário). Esta modalidade de trabalho atende satisfatoriamente as necessidades do capital. Conseqüentemente ocorre a diminuição da agricultura camponesa e familiar e acirramento de conflitos agrários, comprometendo as formas de sobrevivência dos trabalhadores rurais.

Marx (1971) ao se referir a esse processo da agricultura capitalista e afirma,

[...] na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtém-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. (MARX, 1971, p.578-9)

De acordo com a PNAD/IBGE (2009), o Brasil rural ocupa cerca de 15,7 milhões de pessoas, o que representa 17% de toda a força de trabalho ocupada no país. Desse total, 4,8 milhões são assalariados rurais, mas apenas 1,6 milhões possuem carteira de trabalho assinada e 3,2 milhões trabalham sem nenhuma proteção social e previdenciária⁴⁸.

Em relação à caracterização desses trabalhadores, a PNAD/IBGE (2011) mostra que a grande maioria dos assalariados rurais é do sexo masculino, recebem entre um e meio salário mensal e possuem até quatro anos de escolaridade. Mais de 70% dos

⁴⁸ Vale ressaltar que no capítulo 4 há uma análise das condições do trabalho assalariado na produção canavieira e no caso específico dessa tese, as condições de trabalho dos assentados em Santa Clara e Engenho Catarina, em Pernambuco.

assalariados rurais das diversas monoculturas habitam nas periferias dos municípios médios e pequenos povoados, onde sobrevivem em condições de miséria, insalubridade e precárias condições materiais. Estes têm ainda que conviver com o desemprego, dado o processo acelerado de mecanização e automação das agroindústrias. Somente no setor sulcroalcooleiro 80 mil postos de trabalhos foram extintos entre 2007 e 2010. Acrescenta-se ainda, a ausência de qualificação profissional, escolaridade, políticas sociais, proteção previdenciária, social e de saúde.

As relações sociais de produção que o agronegócio constrói reforçam esse caráter capitalista da propriedade privada da terra. Além disso, o agronegócio se mantém sob a exploração do trabalho de camponeses expropriados da terra ou impedidos de possuí-la, sob a forma de assalariamento rural ou relações de trabalho análogas à escravidão, denominada de escravidão moderna ou contemporânea. Um fenômeno que vem ocorrendo por todo o mundo no âmbito da mundialização do capital, conforme denuncia a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seus relatórios de 2005 a 2009.

No Brasil, conforme afirma Araújo (2010),

A incidência de tais relações, o uso predatório da força de trabalho, a violação da legislação trabalhista, o trabalho degradante estão presentes em todas as regiões produtoras da cana-de-açúcar, soja, algodão, fruticultura, pecuária, entre outros ramos produtivos. E envolvem setores de ponta, empresas nacionais e transnacionais. Longe de significar resquícios de modos de produção arcaicos, que sobreviveram temporariamente à introdução do capitalismo, a utilização dessas formas de trabalho constitui um instrumento que o próprio capital vem lançando mão para facilitar a acumulação em seu processo de expansão. (ARAÚJO, 2010, p. 255).

Autores como Harvey (2004), se referem à chamada escravidão contemporânea que se desenvolve em áreas de alta tecnologia produtiva de um lado; e do outro trabalho assalariado degradante e precário. O capital subjuga o trabalho e na seqüência o explora de forma intensa.

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, em 2010 ocorreram 204 denúncias de trabalho escravo, envolvendo 4.163 trabalhadores, dos quais 2.914 foram libertos das fazendas do agronegócio. As regiões do país que mais se utilizam do trabalho escravo são as regiões centro-oeste e norte, exatamente onde há uma concentração da terra, do monocultivo e dos recursos naturais. Nessas regiões há também, um número significativo de conflitos agrários. Em 2012, os dados da CPT

revelaram 168 casos de trabalho escravo e 2.952 pessoas envolvidas em conflitos trabalhistas, entre escravidão e superexploração.

Vale destacar, ainda, os dados registrados em 2013, dos 2.242 trabalhadores resgatados no Brasil, 858 foram libertados em canteiros; o que representa 38% do total. Para efeito de comparação, o segundo setor com mais resgates no ano passado foi o da agropecuária (criação animal, canaviais e outras lavouras), com 827, ou 37%, seguido pela indústria têxtil, com 122, ou 5%. O aumento de casos na área urbana vem acompanhado do avanço das fronteiras agrícolas sobre o desmatamento, marcado por degradação ambiental e social. (CPT, 2013).

Na área rural, chamam atenção os casos relacionados à produção e extração de madeira como reflorestamento, produção de carvão vegetal, extrativismo vegetal e o próprio desmatamento em si. Os números chamam a atenção, mas é a realidade dos resgatados tanto na cidade quanto no campo que ajuda a melhor compreender a dimensão e a gravidade do problema. Entre as vítimas estão migrantes de algumas das regiões mais pobres ou desiguais do país, com histórias de vida marcadas por violações e falta de oportunidades. (CPT, 2013).

Nota-se que as atividades coercitivas de domínio da força de trabalho no meio rural não foram extintas com a abolição da escravatura. Essas práticas tiveram presentes na ocupação de territórios da região norte e centro-oeste, nas décadas de 1970 e 1980, predominantemente nos estados de Mato Grosso e Pará e atualmente na região da Amazônia⁴⁹.

De acordo com Martins (1994), a formação dessas fazendas reeditava formas cruéis de exploração da força de trabalho.

Para formação de muitas fazendas, muitos trabalhadores foram submetidos a condições subumanas de trabalho, controlados muitas vezes, pela violência física exercida por pistoleiros, reforçada pelo isolamento geográfico e dificuldade de locomoção na região. (MARTINS, 1994, p. 5)

⁴⁹ Como em anos anteriores, os conflitos ganham em intensidade nas áreas para onde o capital avança, sobretudo a Amazônia. Diferentemente do restante do Brasil, onde o número de expulsões e despejos diminuiu em relação a 2012, na Amazônia ocorreu o inverso: o número de famílias expulsas cresceu em 11%, e o de famílias despejadas em 76% (passaram de 1.795 para 3.167). Também teve crescimento acentuado de 126%, o número de famílias com casas destruídas, e as com bens destruídos 19%. O Acre destacou-se pelo aumento de 1.038% em relação ao número de casas destruídas. Passou de 26 para 296. Também no Acre, a atuação de pistoleiros ou de milícias armadas mais que quadruplicou: de 90 famílias afetadas por ações de pistoleiros em 2012, este número saltou para 380. Na Amazônia, se concentram 20 dos 34 assassinatos, 174 das 241 pessoas ameaçadas de morte, 63 dos 143 presos, e 129 dos 243 agredidos. Das Populações Tradicionais que, em 2013, foram vítimas de algum tipo de violência, 55% se localizavam na Amazônia. (CPT, Conflitos no Campo em 2013).

Infelizmente o trabalho escravo está longe de ser erradicado no Brasil, apesar das iniciativas desencadeadas pelo Governo Federal, para coibi-lo, através do Ministério do Trabalho e Ministério Público, e pela ação de diversas organizações da sociedade civil. Constata-se a reincidência de proprietários de terras que foram fiscalizados e autuados por essa prática pelo órgão de fiscalização; como também de trabalhadores rurais que foram resgatados. Na década de 1990 ocorreram diversas mobilizações no Brasil, com apoio de organismos internacionais de defesa de direitos humanos, para denunciar e criar mecanismos legais de extinção dessa prática. Em 2003 foi aprovado e criado o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo⁵⁰. Em 06 de junho de 2014, o Senado aprova a Emenda Constitucional nº 81 que traz em seu art. 243:

Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. Parágrafo Único: Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.

Em pesquisa sobre trabalho escravo, realizada pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006/2008), foi constatado um perfil sócio econômico desses trabalhadores assim caracterizados: são do sexo masculino, negros, com baixa escolaridade e/ou analfabetos, a maior parte é de origem do nordeste e rural, são os principais responsáveis pela renda familiar. E ainda, uma parte dos trabalhadores vive sem famílias ou perderam o contato com elas, são os *peões de trecho*, sem moradia fixa, que são mais vulneráveis às violências. (BRUNO, 2009, p. 162).

⁵⁰ A lei 10.803, de 11/12/2003 altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Art. 149 - Reduzir alguém a condição análoga a de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Pena: reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente a violência. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte de trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. § 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I – contra criança ou adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Os trabalhadores que se submetem ao trabalho escravo, só o fazem por estarem em situação limite de sobrevivência, tendo que agüentar a humilhação e exploração, tendendo, inclusive, a naturalizar essas relações de dominação. Ora,

[...] a reprodução desses trabalhadores depende, cada vez mais, do circuito mercantil, seja para garantir a sobrevivência imediata da família, como a compra de alimentos, seja para ter acesso a bens de consumo, como os eletrodomésticos, peças de vestuário, serviços, etc cada vez mais, passam a fazer parte do modo de vida mesmo de pequenos e distantes povoados rurais. (BRUNO, 2009, p. 164).

Há de se considerar também que os trabalhadores rurais que se encontram nessa situação de escravidão contemporânea tendem a valorizar o pagamento de salário, mesmo sem contrato formal, e relações pessoais respeitadas e gentis. Esses são os principais critérios para estes trabalhadores aceitarem de forma positiva a servidão. A exploração exacerbada fica encoberta frente a esses critérios. A quebra desses acordos pelos empregadores e/ou gatos é motivo para encaminharem denúncias aos órgãos de proteção aos direitos humanos e trabalhistas. Para estes trabalhadores, a escravidão significa: exploração, maus tratos, humilhação, trabalho não pago e privação de liberdade. (BRUNO, 2009, p. 166-7).

A análise dessa realidade contemporânea permite dizer que o trabalho escravo e o trabalho assalariado marcam a vida laboral no campo, que está submetida às mudanças ocorridas no processo de acumulação do capital nas últimas décadas. Desde os anos 1970, o capital vem passando por profundas transformações e uma reestruturação produtiva para superar o seu estágio de crise de acumulação e reprodução.

Como assevera Thomaz Júnior (2008, p. 283), a arquitetura do capital “[...] impõe aos camponeses o impasse de classe: negar o modo camponês/familiar de reprodução social, e adotar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem”. É emblemático o que acontece nos assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina, onde coexistem formas diferenciadas de relações de produção e de trabalho, ora proprietário da terra, sob a identidade de assentado, ao mesmo tempo em que são assalariados rurais canavieiros, submetidos à lógica perversa do capital. São diferentes estratégias que “[...] reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias e a conseqüente vigência do trabalho estranhado” (ANTUNES, 2011, p. 78)

[...] sob a vigência e mando do capital o trabalho estranhado é, por conseqüência, desefetivação, desidentidade e desrealização, especialmente nos últimos tempos com a crescente e intensa mobilidade de formas de expressão e da plasticidade do trabalho vivenciadas pelo trabalhador diante dos signos imperantes do século 21. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 286)

O metabolismo do capital em escala mundial e as transformações que vêm se processando no campo se espriam nas relações sociais de trabalho, sendo na maior parte resultando em atividades laborativas precarizadas e informais. Os grandes proprietários fundiários e as empresas transnacionais do agronegócio incorporaram a flexibilização, a automação e a tecnologia de ponta no processo produtivo, justificada por motivos econômicos, políticos e legais, excluindo centenas de trabalhadores rurais e substituindo-os por máquinas e poucos homens para seu manejo. Esse processo tem provocado a pauperização de centenas de trabalhadores rurais sem terra e assalariados desempregados.

A precarização da força de trabalho (do trabalho vivo) em geral assume formas sócio-histórico-geográficas diferenciadas ao longo do processo de desenvolvimento capitalista. Esse processo de (des)efetivação e (des)realização do trabalho, em suas múltiplas determinações (objetivas e subjetivas), assume especificidades no interior da dinâmica estrutural do metabolismo do capital, em nível mundial. (THOMAZ JUNIOR, 2008, p. 285)

De acordo com os estudos de Ornaghi (2004), monoculturas que possuem elevado grau de mecanização e tecnologia, a exemplo da soja, do algodão e da cana-de-açúcar, utilizam em média apenas um trabalhador assalariado para cada 200 hectares. Ainda, segundo o autor, um tratorista para a limpeza do campo, faz o trabalho de cinquenta trabalhadores rurais em um dia.

Alguns exemplos são importantes: o maior produtor de algodão do país adquiriu 18 colheitadeiras por R\$ 7,2 milhões, o que levou à demissão de 200 empregados. Depois que a colheitadeira passa fica o restolho de algodão. Os desempregados são autorizados a juntá-lo e vendê-lo por R\$ 4,00 cada saco de 15 kg. A colhedora de cana, marca 3510 John Deere, custa R\$ 1,1 milhão, substitui de 80 a 100 trabalhadores, tem vida útil de 10 anos, funciona 20 horas por dia sem intervalos e colhe 1,2 mil toneladas por dia. (ORNAGHI, 2004).

Outro exemplo ilustra a redução dos custos entre produção mecanizada e manual no setor sucroalcooleiro, de acordo com os estudos de Giglioti e Cataneo

(2009) que concluíram: a) na produção de cana (em uma Usina de Açúcar e Álcool na região do Bariri/SP) o custo da tonelada no corte manual era de R\$ 6,92; no corte manual terceirizado era de R\$ 8,14 e no corte mecanizado de R\$ 5,04, ou seja, 27,17% a menos em relação ao corte manual e 32% a menos em relação ao corte manual terceirizado; b) na compra de uma colhedora de R\$ 700.000,00 que substitui 103,59 trabalhadores, considera-se: cada cortador ganha em média 647,00 por mês. Há 3 turnos de trabalho e 8 horas. O salário do operador de máquina colhedora era em 2005, R\$ 1600,00. Logo, $103,59 \times R\$ 647,00 = R\$ 67.022,73$; mais a manutenção da máquina R\$ 8.500,00; mais a força-de-trabalho de três operadores que são R\$ 4.800,00 por mês, totalizando um custo mensal de R\$ 80.322,73. Portanto para adquirir a máquina o valor corresponde ao custo de 8,71 meses. Se a safra vai de março a dezembro, portanto 10 meses, o custo da máquina se cobre em apenas uma safra, dispensando 103,59 trabalhadores.

A dinâmica das transformações ocorridas no mundo do trabalho camponês nas últimas décadas repercute nas mudanças efetivas, objetivas e subjetivas na vida dos trabalhadores do campo. A reestruturação produtiva e a expansão do capital financeiro na agricultura se expressam através dos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e na concepção de livre mercado da Organização Mundial do Comércio (OMC). As relações de trabalho aí produzidas são parte do metabolismo do capital, determinando a vida real dos camponeses e suas lutas e resistências.

Essas condições e formas de trabalho assalariado nas fazendas do agronegócio são degradantes e violam constantemente a legislação trabalhista vigente no país. Essas experiências de trabalho assalariado e as diferentes formas de exploração da força de trabalho estão presentes na realidade das famílias dos assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina (lócus da pesquisa de campo dessa tese), configurando uma inserção do capital financeiro na agricultura, em âmbito local, com conseqüências para a vida dos assentados e para as relações de trabalho assalariado na agroindústria canavieira de Pernambuco.

2 - AGROINDUSTRIA CANAVIEIRA NO NORDESTE: AS METAMORFOSES DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO



(Cândido Portinari – Colheita da Cana)

“A foice que decepa a cana
Deixa em mim as cicatrizes.
O meu patrão deitado em berço esplêndido
Quando pisa o chão com botina,
Pisa onde deitei raízes,
Onde forrei minha esteira,
Pra descansar meu corpo moído
Da minha dura rotina.
Que tal qual a cana ficou um bagaço[...].”
(Emanuel Galvão - Cana de Açúcar)

2 - AGROINDUSTRIA CANAVIEIRA NO NORDESTE: AS METAMORFOSES DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO

O branco que adoça meu café
 nesta manhã de Ipanema
 não foi produzido por mim,
 nem surgiu no açucareiro por milagre [...]
 Este açúcar era cana
 e veio dos canaviais extensos
 que não nascem por acaso no regaço do vale.
 Em lugares distantes, onde não há hospitais nem escolas,
 homens que não sabem ler e morrem de fome aos 27 anos
 plantaram e colheram a cana que viraria açúcar.
 Em usinas escuras, homens de vida amarga e dura
 produziram este açúcar branco e puro
 com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.
 (Ferreira Gullar - O Açúcar)

Nesse capítulo priorizou-se a análise da mundialização do capital e seus impactos no campo, apreendendo a ação do Estado brasileiro para ajustar o país à globalização da economia e os investimentos em agronegócio. Nesse processo, observou-se a tendência de mercado em grandes complexos agroindustriais, especialmente o setor sucroalcooleiro, base econômica da região Nordeste. As reflexões partem da análise da estratégia de investimento no agronegócio - expresso na agroindústria da cana-de-açúcar - e suas conseqüências nas condições de vida e trabalho dos assalariados rurais canavieiros em Pernambuco.

2.1 – A Mundialização do Capital e suas Repercussões no Campo

O final do século XX é marcado por profundas transformações nas formas de produção e acumulação do capital. Ciência e tecnologia proporcionam uma série de inovações para a vida individual e social do planeta. Os sistemas de comunicação por satélites e por cabo, a microeletrônica, a robótica, a engenharia genética, a biotecnologia, a nanotecnologia, a informática contribuem para uma conexão em rede e em tempo real da produção, dos mercados e das finanças, inaugurando uma nova fase de acumulação e organização do capital no mundo.

2.1.1 – Condicionantes Históricos e Desdobramentos do Processo de Mundialização do Capital.

A partir da década de 1970, o capital, em condições específicas e em conjunturas diferenciadas em cada país, vivenciou uma crise estrutural impactando nas formas de sua produção, reprodução e acumulação. A nova ofensiva do capital a partir dessa década foi propiciada por: 1) A força intrínseca do capital adquirida graças à longa fase de acumulação dos "trinta anos gloriosos". 2) As novas tecnologias que as corporações transnacionais, perseguidas pela concorrência dos grupos japoneses, souberam utilizar para seus próprios fins, principalmente com o intuito de modificar suas relações com os trabalhadores assalariados e as organizações sindicais. 3) Um apoio fundamental por parte dos próprios Estados capitalistas, sob a forma das políticas de liberalização, desregulamentação e privatização (as políticas neoliberais). É na virada da década de 70 para 80, no bojo da ofensiva do capital na produção (a reestruturação produtiva) e da ofensiva do capital na política (o neoliberalismo) que se dá o "ponto de partida" para a mundialização do capital. (ALVES, 1999)

Mas é através das mudanças impostas pelas políticas neoliberais de liberalização, desregulamentação e de privatização, que ocorre o triunfo do mercado. A partir daí, um novo regime mundial de acumulação do capital, se edifica no planeta, marcando e transformando a composição orgânica e o funcionamento do capitalismo. Essa nova etapa do capitalismo foi denominada por Chesnais (1996) de mundialização do capital⁵¹.

O termo "mercado" é a palavra que serve hoje para designar pudicamente a propriedade privada dos meios de produção; a posse de ativos patrimoniais que comandam a apropriação sobre uma grande escala de riquezas criadas por outrem; uma economia explicitamente orientada para os objetivos únicos de rentabilidade e de competitividade e nas quais somente as demandas monetárias solventes são reconhecidas. (CHESNAIS, 1996)

De acordo com Chesnais (1996) a mundialização do capital tem sua origem como:

Resultado de dois movimentos conjuntos, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação

⁵¹A mundialização do capital é caracterizada por outros autores como sendo marcada pela "produção destrutiva" (Mészáros, 1997) ou ainda pela "acumulação flexível" (Harvey, 1993).

ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. (CHESNAIS, 1996, p. 24).

As principais características desse processo foram a centralização do capital e a descentralização das operações produtivas, comerciais, financeiras, industriais, inaugurando uma nova geopolítica no mundo. Os grupos industriais e multinacionais impulsionam a economia global, com novas formas de gestão, controle do processo de trabalho, da mão-de-obra, da produção, dos lucros e dos mercados. Chesnais (1996) utiliza a nomenclatura de *oligopólio* para designar essas empresas que se organizam ao redor do mundo, através do investimento direto externo, em grandes grupos multinacionais, na organização da produção, da circulação de mercadorias, da gestão, de novas tecnologias. Esse grupo de empresas possibilita o domínio do capital pelo oligopólio no mundo, ultrapassando o espaço territorial do país de origem.

As indústrias caracterizadas por estruturas de oligopólio mundial são aquelas em que as quebras na cadeia mundial de dependência recíproca entre os oligopólios deram lugar a uma situação na qual a interdependência (entre oligopólios) transcende tranquilamente as fronteiras nacionais. Essa situação nova não é produto da estratégia de uma empresa, nem sequer de várias: Representa o resultado de um movimento de conjunto, no qual os acontecimentos políticos cumpriram um papel muito importante. As estratégias das companhias integraram-se como componentes desse movimento, que foi se tornando uma avalanche, à medida que cada grande grupo começou a entender as novas regras do jogo e, conseqüentemente, a desenvolver seus investimentos no exterior. (CHESNAIS, 1996, p. 116).

As novas empresas ganham o mercado mundial; são as chamadas empresas-rede, centralizadas de modo que o capital apodera-se de parte da mais-valia das empresas nacionais/locais subordinadas aos oligopólios e espalhadas pelo mundo inteiro. Elas não arriscam capitais e investem em novo tipo de capital produtivo com alta taxa de mais-valia e conseqüentemente, de lucro.

Para tudo que pertence à esfera visível das mercadorias, são os grupos industriais transnacionais (os FMN) que têm a condição de assentar a dominação política e social do capitalismo. Porém, não são eles que comandam o movimento do conjunto da acumulação hoje. Ao término de uma evolução de vinte anos, são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do

investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado. (CHESNAIS, 2005, p. 08)

No que tange às formas assumidas pela mundialização, há três eixos que delineiam a atual configuração do sistema produtivo, comercial e financeiro no mundo: 1) os processos de concentração e centralização do capital das economias centrais do capitalismo, articuladas com os investimentos diretos externos (IDE). 2) as transformações tecnológicas e científicas que propiciaram a exploração da produção local, da força de trabalho e dos insumos governamentais. 3) os fatores políticos, assumidos pelo novo papel do Estado, a formação de blocos econômicos regionais e a dívida das nações do terceiro mundo.

Esses três grandes eixos que articulam e configuram a nova ordem do capital mundial caracterizam-se: 1) pela a formação de blocos econômicos, importantes espaços de acumulação de capital, onde funciona a concorrência global. Os mega blocos gestam a interdependência dos países centrais; administram as vantagens comerciais em favor dos países centrais e regulam a macroeconomia a partir de instrumentos políticos. 2) pelo processo de fusões e aquisições na economia mundial. Esse processo busca amparar as grandes corporações industriais e financeiras de condições estruturais para enfrentarem a globalização de forma cômoda no mercado internacional. De posse dos investimentos diretos externos foi possível as grandes corporações realizarem as fusões, que se tornaram mais ágeis, fáceis e vantajosas, numa sinergia nos negócios internacionais⁵². Em 3) pela disputa entre as grandes nações pela hegemonia da acumulação do capital. Os Estados Unidos disputam com a União Européia e o Japão o controle da macroeconomia mundial; e a China tem se colocado como um país que vem se articulando com uma política de contraposição ao domínio norte-americano. (COSTA, 2008, p. 35-38).

A marca fundamental da mundialização é, sobretudo, a dinâmica e estrutura de desenvolvimento do capital financeiro. Dessa forma, para a acumulação financeira ser ampliada foi necessário a desregulamentação das finanças, o crescimento da dívida pública, o aparecimento de organizações financeiras como os fundos mútuos, fundos de pensão, companhias de seguros, indústria bélica, entre outros. As conseqüências desse processo de mundialização foram o aumento do desemprego crônico,

⁵² Ao observar o desempenho dos IDE nos anos 1990, constata-se grande diferença nos seus valores em 2000: Em 1991 o IDE era de US\$ 198,1 bilhões, enquanto as fusões e aquisições atingiam US\$ 80,7 bilhões, ou 40,3% do total; em 2000 o IDE somou US\$ 1,270 trilhões, enquanto as fusões e aquisições alcançaram US\$ 1,143 trilhões, cerca de 90% do total do IDE. (COSTA, 2008, p. 37)

devastação ambiental, guerra, miséria, precarização das relações de trabalho, perda da soberania nacional e desmonte do sistema de proteção social.

Assim, o capitalismo cria um novo padrão de produtividade combinando ciência, tecnologia avançada e grandes investimentos. Modifica-se a organização dos processos de produção; altera-se o perfil de habilidades, educação e qualificação dos trabalhadores; surgem novos modelos de administração das empresas; articulam-se redes de informações informatizadas facilitando o domínio das relações sociais de trabalho. Paralelo a esse processo, parte da humanidade experimenta a fome, o desemprego, a miséria, excluída dos processos produtivos e dos direitos sociais de cidadãos e cidadãs. O capitalismo contemporâneo desenvolveu a chamada revolução técnico-científica, onde a ciência é tomada como força produtiva mais importante, imprimindo uma nova feição ao capital e ao mundo do trabalho.

Essa fase de mundialização também atinge as esferas jurídicas e políticas dos Estados nacionais. A vitória do mercado financeirizado só foi possível dada à intervenção de acordos e tratados internacionais que absorvem a economia nacional e atinge sua soberania. O capital toma conta do espaço mundial, em sua totalidade. Assim, acordos como o Consenso de Washington⁵³, Tratado de Marrakech⁵⁴ e o Tratado de Maastrich⁵⁵ estabelecem as condições jurídicas e políticas para o reino do capital financeiro, criando as condições para a livre entrada nos estados nacionais de

⁵³ Consenso de Washington em novembro de 1989: foi realizada uma série de reuniões e seminários para a avaliação dos efeitos dos ajustes econômicos na América Latina. Esses encontros contaram com a participação de técnicos das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), de representantes dos Estados Unidos e dos países latino-americanos, além de acadêmicos de diferentes países. O esforço culminou na celebração de um acordo entre o Banco Mundial, o FMI, o Bando Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo dos Estados Unidos, no qual aparecem descritas as políticas de juste estrutural recomendadas para a região. Entre essas "regras" que deveriam ser adotadas pelos países para promover o desenvolvimento econômico e social estavam: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação e desburocratização, direito à propriedade intelectual. Como o consenso, as IFMs e o governo dos Estados Unidos fizeram o pacto de expandir essas medidas ainda mais, introduzindo-as como condicionalidades para o crédito em todos os acordos de colaboração assinados a partir daquele momento.

⁵⁴ Tratado de Marrakech cria a Organização Mundial do Comércio (OMC). A OMC é uma organização que supervisiona e libera o comércio internacional. Surgiu oficialmente em 1 de janeiro de 1995, com o Acordo de Marrakech, em substituição ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que começou em 1948. A organização lida com a regulamentação do comércio entre os seus países-membros; fornece uma estrutura para negociação e formalização de acordos comerciais e um processo de resolução de conflitos que visa reforçar a adesão dos participantes aos acordos da OMC, que são assinados pelos representantes dos governos dos Estados-membros e ratificados pelos parlamentos nacionais. A maior parte das questões que a OMC se concentra é proveniente de negociações comerciais anteriores, especialmente a partir da Rodada Uruguai (1986-1994).

⁵⁵ Tratado de Maastrich cria a Unificação Européia com os seguintes objetivos: reforçar a legitimidade democrática das instituições; melhorar a eficácia das instituições; instaurar uma União Econômica e Monetária; desenvolver a vertente social da Comunidade; Instituir uma política externa e de segurança comum.

corporações transnacionais e organizações multilaterais – Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), representantes fiéis da burguesia internacional.

Marx e Engels (1996) em *O Manifesto do Partido Comunista* anunciam essa tendência de expansão do capital para o mundo, a saber: “a necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexão em todos os lugares”. (MARX, 1996, p.14)

Na primeira fase da mundialização (de 1982 a 1994)⁵⁶, traduzida pela liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros, foi fundamental a dívida pública, com o endividamento das economias nacionais. A dívida pública é a estratégia mais poderosa dos rentistas, devido às altas taxas de juros, mais elevadas que a inflação e o crescimento do produto interno bruto, fazendo aumentar de forma assustadora as dívidas dos governos. A dívida pública gera pressão sobre as pequenas e médias empresas e uma retração nas despesas com incentivos e créditos a indústria e agricultura, como também os investimentos em políticas e programas sociais.

Na segunda fase da mundialização (a partir de 1994), o mercado da bolsa de valores ganha expressão com a compra de ações de empresas industriais pelas instituições financeiras. Essas instituições passam a determinar todo sistema de produção da empresa adquirida: tecnologia, produtividade, formas de gestão e controle da força de trabalho, processo de trabalho, sistema organizacional, gestão financeira e administrativa, entre outros. As conseqüências desse processo recaem sobre os trabalhadores, com aumento do desemprego estrutural, baixos salários, flexibilização dos direitos trabalhistas e previdenciários, trabalho temporário, competitividade entre os trabalhadores, perda do poder sindical, alargamento da jornada de trabalho, intensificação do trabalho, controle ideológico e a precarização das condições de vida.

Esse processo provoca a formação de dois grupos de trabalhadores no mercado de trabalho. Por um lado, um grupo altamente especializado e qualificado, com bons salários, direitos trabalhistas e previdenciários, contratos formais. Por outro lado, uma massa de trabalhadores medianos, sujeitos ao trabalho temporário, sem garantias contratuais seguras, com habilidades profissionais facilmente encontradas no mercado. Esse aspecto altera a composição da força de trabalho e amplia o desemprego

⁵⁶ Informações baseadas nos estudos de Costa (2008).

estrutural, atingindo alguns segmentos populacionais como idosos, jovens pobres e negros, grupos étnico-raciais, mulheres, camponeses, migrantes, vulneráveis ao trabalho clandestino e até análogo a escravidão, especialmente em áreas de agronegócio.

Tais mudanças encontram-se na origem do sofrimento do trabalho e da falta deste, que conduz à ociosidade forçada enormes segmentos de trabalhadores aptos ao trabalho, mas alijados do mercado de trabalho, engrossando a superpopulação relativa para as necessidades médias do capital. (IAMAMOTO, 2010, p. 119).

Os escritos de Marx (livro II do Capital) sobre o desenvolvimento e reprodução do capital, esclarecem como a acumulação se processa através da capacidade do capital industrial e produtivo superar o capital comercial e submeter às operações em benefício da sua hegemonia. No capitalismo contemporâneo, o capital comercial encontrou uma forma de sobreviver gerando bens de consumo e estratégias de extração de mais-valia. Na forma atual do capital dinheiro, este assume um modo próprio, através de um conjunto de operações financeiras, que se impõem sobre o capital industrial, produtivo e comercial, num regime de acumulação rentista.

Às vésperas do século XXI, a humanidade vive, com efeito, sob a palmatória de um capitalismo rentista e parasitário, cujo funcionamento e modo de reprodução são comandados cada dia mais claramente pelas prioridades do capital-dinheiro concentrado. Esse capital-dinheiro, ou capital financeiro vive de rendas que derivam da partilha da mais-valia, isto é, em dedução do lucro bruto de exploração do capital industrial. As figuras ou as modalidades de valorização cada vez mais variadas que o capital dinheiro imaginou derivam todas daquela do capital portador de juros, do qual Marx diz que ela é “a forma mais reificada, a mais fetichizada da relação capitalista” (CHESNAIS, 1996, p. 64).

Essa etapa do capitalismo se traduz na forma fetichizada do capital concentrado em sua forma-dinheiro. Isso revela o significado da mundialização do capital “é, mais do que qualquer outra, [é a mundialização] do capital monetário, o que conserva a forma dinheiro, valorizando-se no interior da esfera financeira, mas nutrindo-se de punções sobre os rendimentos criados no curso da produção de valor e mais-valia”. (CHESNAIS, 1998, p. 31).

A financeirização do capital contempla a concentração e centralização bancária, gerando a absorção de pequenos bancos por grandes grupos ou consórcios. No sistema bancário tem-se a transformação do capital monetário inativo em ativo, ou seja,

gera lucro no momento em que converte todo tido de valor monetário em capital. E ainda, subordina todas as rendas comerciais e industriais de todas as empresas, corporações e de toda sociedade. Como bem reflete Iamamoto (2010),

O capital financeiro envolve a fusão do capital bancário e industrial em condições de monopólio capitalista, redundando na concentração da produção e na fusão de bancos com a indústria. A gestão desses monopólios converte-se em dominação da oligarquia financeira, que tende a crescer com os lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com terras, dentre outros mecanismos. Desdobra-se na monopolização da renda da terra pelo monopólio bancário e industrial, espalhando-se o domínio dessa oligarquia financeira para todas as dimensões da vida social, independente dos regimes políticos. (IAMAMOTO, 2010, p. 101).

Na mundialização do capital portador de juros concebe-se o fetiche da sua produção e reprodução, originando D-D', capital que se autovaloriza sem apoiar-se na produção de mercadorias (D-M-D). Quando Marx (1983b) analisa a finança e a conversão de dinheiro em capital, este expressa à aparência de possuidor do dinheiro individual quando é capitalista industrial. O possuidor do dinheiro pode transformar a conversão do dinheiro em capital, como prestamista e ganhar o status de capitalista passivo. Assim, o dinheiro assume valor de uso, pois produz lucro, quando transformado em capital. Dessa forma, para o prestamista (possuidor do dinheiro), o capital portador de juros surge sob a forma fetichizada do capital, D-D', sem considerar a produção real e a extração de mais-valia. No entanto, o capital na dependência do prestamista não se valoriza, precisa voltar ao movimento real de reprodução e acumulação do capital, D-M-D'. Os juros são parte do lucro, mas para o capital portador de juros, este é parte do próprio capital.

Enquanto o juro é apenas parte do lucro, isto é, da mais-valia que o capitalista funcionante extorque do trabalhador, o juro aparece agora, ao contrário, como o fruto próprio do capital, como o original, e o lucro, agora na forma de ganho empresarial, como mero acessório aditivo que lhe advém do processo de reprodução. Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche-capital está acabada. A figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução – a mistificação do capital em sua forma crua. (MARX, 1983b, p. 294)

O dinheiro que se transformou em capital, sob a forma de portador de juros, expressa no movimento D-D', resulta da valorização da essência do dinheiro que se fez

capital de aplicação no mercado das finanças. : “No capital portador de juros, a relação capitalista atinge a forma mais reificada, mais fetichista. Temos nessa forma D-D’, dinheiro que gera dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os dois extremos”. (MARX, 1981, p. 450).

Segundo Chesnais (2005), o capital portador de juros,

Busca fazer dinheiro sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos. (CHESNAIS, 2005, p. 35).

O movimento de ascensão das finanças internacionais não foi apenas resultado do movimento do capital, mas teve contribuição dos Estados capitalistas. Esta contribuição se desenvolveu amparada em duas formas: a) por meio da desregulamentação das operações financeiras promovida por estes Estados; b) pela forma como esses Estados passaram a financiar suas dívidas públicas. “O crescimento do mercado internacional de títulos da dívida foi amplamente sustentado pelos empréstimos públicos. A dívida pública constitui atualmente o suporte privilegiado das aplicações internacionais”. (PLIHON, 1995, p. 68).

As ações de desregulamentação possibilitam a ampliação da acumulação financeira e dar maior mobilidade ao capital. Elas já haviam sido experimentadas nos Estados Unidos desde as décadas 1950/1960/1970, embora a desregulamentação e liberalização ganhassem amplitude mundial agora nos anos 1980 e 1990. A dívida pública então vai ter papel fundamental para atender interesses de financiamento dos Estados e dos grupos que concentram o capital financeiro – fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguro, etc. Chesnais (1998) analisa esse aspecto e expõe:

a formação dos mercados de bônus liberalizados veio responder às necessidades, ou atender aos interesses, de dois grupos de atores importantes: os governos e os grandes grupos que centralizavam poupança. Atendeu [...] às necessidades de financiamento de déficit orçamentários dos governos dos países industrializados. [...] A mercadorização dos títulos públicos marcou a entrada da economia mundial na era das taxas de juros reais positiva. Ela pôs nas mãos dos investidores financeiros a capacidade de determinar o nível de remuneração dos empréstimos, isto é, das taxas de juros a longo prazo [...] A securitização da dívida pública provocou a exploração da dívida

federal norte americana [...] a qual era de 322 bilhões de dólares em 1970, 906 bilhões de dólares em 1980 e 4.061 bilhões de dólares em 1992. (CHESNAIS, 1998, p. 26-27).

Dessa forma os credores do Estado estabelecem suas vantagens econômicas e financeiras, fazendo saques antes mesmo do débito nos cofres públicos da arrecadação dos impostos. Nesse sentido, Marx (1982, p.19) adverte que “a acumulação de capital da dívida pública significa [...] apenas a multiplicação de uma classe de credores do Estado autorizados a retirar antecipadamente para si certas somas do montante dos impostos”.

O resultado da lógica do capital mundializado, em sua forma mais fetichizada, amparada na dívida pública, revela-se nas políticas econômicas dos Estados, facilitando a execução de políticas de privatizações⁵⁷ de empresas estatais nos países em desenvolvimento. Essa lógica sustentou a acumulação financeira do capital, exaltando o “privado”, em detrimento do “público”.

A extensão que ganhou o mundo das finanças foi gigantesca nas últimas décadas, crescendo as transações nos mercados de câmbio, sem relação direta com o comércio de mercadorias. Isso só aconteceu, dada à liberalização dos fluxos de capital em âmbito mundial e criação de taxas de câmbio flutuantes pelos países capitalistas centrais desde os anos 1970.

Essa expansão da financeirização do capital tem como protagonistas da acumulação, entre outros, os fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguros, etc. Os fundos de pensão e os fundos mútuos são os maiores responsáveis pela movimentação financeira mundial, podendo ser visualizada pelos seguintes dados: os fundos de pensão e os fundos mútuos no mercado financeiro de Paris foram responsáveis por mais de 90% das transações em ações e pelos movimentos diários dos preços das ações. Já nos Estados Unidos, nos últimos anos, os fundos de pensão centralizam 21% das ações, os fundos mútuos 19% e as companhias de seguros em torno de 8%, ou seja, absorvem cerca de 50% das ações. (COSTA, 2008)

Estes fundos se nutrem de poupanças dos trabalhadores assalariados e de famílias ricas e milionárias. Atualmente são os principais responsáveis pelas ações das empresas capitalistas e credores expressivos dos Estados, por meio da aquisição de

⁵⁷ O processo de privatização de empresas estatais no Brasil foi um negócio em que o “governo financia a compra no leilão, vende “moedas podres” em longo prazo e ainda financia os investimentos que os “compradores” precisam fazer [...] E, para aumentar os lucros dos futuros “compradores”, o governo “engole” dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização”. (BIONDI, 2001, p. 25-26)

títulos da dívida pública destes. Ao cumprir seu papel de credor exigem que os Estados executem políticas financeiras que lhes garantam a rentabilidade em suas aplicações e altas taxas de juros. Como Marx (1996) já analisava “[...] o movimento do capital é insaciável”.

Na esfera do capital financeiro, sua aparência reveste-se do poder de gerar dinheiro e mais dinheiro no mundo das finanças, como se fosse possível criar riquezas longe da produção e da extração de mais valia. O campo financeiro gesta-se das riquezas do capital produtivo e da força de trabalho. Iamamoto apud Chesnais (2010, p. 109) reflete esse aspecto quando esclarece que,

É sobre os grupos industriais que repousa a atividade de valorização do capital na indústria, os serviços, o setor energético e a grande agricultura, da qual depende tanto a existência material das sociedades nas quais camponeses e artesãos foram quase que totalmente destruídos, quanto a extração da mais-valia destinada a passar para as mãos dos capitais financeiros.

Os efeitos da mundialização do capital na vida da população mundial tem sido aviltantes. Crescem as desigualdades entre países ricos e pobres e no interior de cada país as desigualdades de classes sociais e entre uma região e outra. É inerente ao processo de mundialização da economia a deterioração da vida e do trabalho em todo mundo, não apenas nos países periféricos. Assiste-se aos ajustes nas economias do centro do capitalismo e queda das democracias e do estado de bem-estar social. São inúmeros os direitos dos trabalhadores flexibilizados e crescente o número de desempregados formais.

2.1.2 – Mundialização Financeira: Repercussões no Meio Ambiente e na Vida da Classe Trabalhadora.

No seio desse processo sócio-histórico de mundialização e financeirização do capital ocorre a III Revolução Industrial e surge um complexo de reestruturação produtiva que opera no mundo do trabalho as mais diversas formas de exploração e violência da força de trabalho. Nesse contexto, emerge a revolução tecnológica da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais, resultando na precarização do labor e da vida da classe trabalhadora.

Na atual fase do capital como não se pode eliminar o trabalho vivo, os conglomerados capitalistas, reduzem-no em algumas áreas e ampliam-no em outras para atender a acumulação do capital financeiro. A divisão internacional do trabalho é modificada bem como a organização da produção.

Giovanni e Antunes (2004, p. 337-341) identificaram, em suas pesquisas sobre o mundo do trabalho, várias tendências na absorção da força de trabalho, proveniente da reestruturação produtiva e da nova ordem do capital: 1) Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais. 2) Contrário a tendência anterior, está ocorrendo um aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global. 3) aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado. Mas, quando se trata da temática salarial, os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais. 4) É perceptível também, particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”, que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização. 5) Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural. 6) Paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho.

Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos “trabalhos voluntários” etc. O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista. 7) Como desdobramento destas tendências anteriormente apontadas, vem se desenvolvendo no mundo do trabalho uma crescente expansão do trabalho no chamado “Terceiro Setor”, assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado. 8) Expansão do trabalho em domicílio, permitida pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas. Por meio da telemática, com a expansão das formas de flexibilização e precarização do trabalho, com o avanço da horizontalização do capital produtivo, o trabalho produtivo doméstico vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo. 9) No contexto do capitalismo mundializado, dado pela transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo, a configuração do mundo do trabalho é cada vez mais transnacional. Com a reconfiguração, tanto do espaço quanto do tempo de produção, novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem, além de inserirem-se cada vez mais no mercado mundial, como a indústria automotiva, na qual os carros mundiais praticamente substituem o carro nacional.

Todas essas tendências provenientes da relação da classe trabalhadora com o mundo do trabalho têm afetado diretamente a sua qualidade de vida. De acordo com dados do IBGE (2012), os níveis de ocupação/desocupação no Brasil, tendo como referência o ano de 2012, registram taxa de desemprego de 6,1% em 2012, inferior aos 6,7% de 2011. As seis principais regiões metropolitanas do país apontaram uma taxa de desemprego de 5,5% em 2012. De acordo com a PNAD 2012, todas as regiões registraram queda nas taxas de desemprego, com destaque para o Sudeste, onde o índice passou de 7% em 2011 para 6,1% em 2012. O Sul teve o menor índice de 2012 (4,1%). Já o Nordeste teve a maior taxa (7,6%). Nas regiões Centro-Oeste e Norte, os índices foram 5,2% e 6,3%, respectivamente. Em relação às faixas etárias: quanto maior a faixa de idade, menor o desemprego. A taxa entre 15 e 17 anos ficou em 21%. Entre os jovens de 18 a 24 anos foi 13,2%. (IBGE, PNAD, 2012)

Entre 25 e 49 anos, cai para 4,8%, atingindo 2,2% para a faixa de 50 anos ou mais. O contingente de desempregados passou de 6,6 milhões em 2011 para 6,2 milhões em 2012, uma queda de 7,2%. Desse total, em 2012, a maioria era mulher (57,8%), jovem de 18 a 24 anos (34,6%), negro (59,9%) e sem o ensino médio completo (53,1%). A população ocupada cresceu 1,6%, ao passar de 92,5 milhões de pessoas em 2011 para 93,9 milhões em 2012. A maioria está empregada no setor de serviços, que apresentou crescimento de 2,2% em relação a 2011 e continuou sendo o principal setor do mercado de trabalho, com 42,4 milhões de pessoas (45,2% do total da população ocupada). (IBGE, PNAD, 2012)

Esses dados do mundo do trabalho evidenciam a nova dinâmica do capital que fomenta um movimento pendular da classe trabalhadora. De acordo com Antunes (2011), há menos empregos e mais homens e mulheres se submetendo a trabalhos precarizados.

Por um lado, cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade [...] configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX [...] No outro lado do pêndulo, cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global. (ANTUNES, 2011, p. 103)

No Brasil, em 30 anos, o índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* médio no conjunto dos municípios brasileiros caiu 22,8%, passando de 0,31, em 1980, para 0,24 em 2010. Embora entre as décadas de 1970 e 1980, a desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio nos municípios tenha aumentado, a partir dos anos de 1990, o índice de Gini registra trajetória de queda. Nesse mesmo período de tempo, a região Nordeste foi a que registrou a maior queda no grau de desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios (39,3%) e a região Norte apresentou a menor redução no índice de Gini (14,9%). Atualmente, o menor índice de Gini encontra-se na região Centro Oeste (0,12), enquanto o maior é de responsabilidade da região Norte (0,18). Para os estados da federação, Paraíba (0,11) possui o menor grau de desigualdade e o estado de Roraima (0,19) tem o maior índice de Gini. Nos últimos 30 anos, o estado da Paraíba (-47,9%) foi o que apresentou a maior queda no índice de Gini, enquanto Roraima (22,8%) teve a mais alta elevação no

grau de desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios. (IPEA, 2011).

Esses dados refletem a nova morfologia do trabalho que atinge operários industriais, assalariados rurais e de serviço, e as novas funções do proletariado como as trabalhadoras de telemarketing e call center, motoboys, digitadores de bancos, assalariados de fast-food e hipermercados, e os trabalhadores rurais escravos e semi-escravos das fazendas do agronegócio e tantos outros/as que labutam diariamente pela sobrevivência. No mundo do trabalho hoje, cada vez menos empregos e muito mais trabalho em ritmo e intensidade. Um enorme contingente de trabalhadores/as urbanos e rurais exercendo atividades laborais precárias, parciais, temporários e inseridos na barbárie do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2011, p. 104)

As mudanças no mundo do trabalho propiciaram a elevação da produtividade, especialmente a partir dos anos 1990, através da reorganização da produção com redução de número de trabalhadores, da intensificação da jornada de trabalho, surgimento dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*, das subcontratações e terceirizações, rebaixamento de salários, transferências de unidades produtivas do país de origem da empresa, oriundos da lógica de acumulação flexível e do modelo japonês. Cada vez mais o *trabalho vivo* (a força vital que produz riqueza pelas mãos/mentes dos trabalhadores) vem sendo substituído pelo maquinário digital e informatizado presente no *trabalho morto*.

Nessa nova dinâmica do mundo do trabalho, os conglomerados capitalistas têm concebido um novo tipo de trabalhador, agora denominado “colaborador”. Um trabalhador polivalente, multifuncional, totalmente diferente do modelo taylorista e fordista, em ritmo muito acelerado e mais extração de mais-valia. Essa tem sido a lógica de todos os setores da produção, do comércio, da gestão e administração, da financeirização, da comunicação e marketing e do agronegócio.

A lucratividade do capital mundializado não é utilizada para melhorar os níveis de vida da população mundial, pelo contrário, assiste-se a crescente precarização das condições materiais da vida e a perda dos direitos sociais, políticos e econômicos, historicamente conquistados pelas lutas da classe trabalhadora.

Atualmente, o 1% mais rico da população mundial detém cerca de 40% dos bens globais, enquanto a metade mais pobre é dona de apenas 1%.⁵⁸ O estudo mostra que a desigualdade de renda aumentou em 11% nos países em desenvolvimento entre 1990

⁵⁸ Dados do Relatório da ONU intitulado “Humanidade Dividida: Confrontando a Desigualdade nos Países em Desenvolvimento”, 2014.

e 2010. Uma maioria significativa dos domicílios de países em desenvolvimento, mais de 75% da população - vive hoje em sociedades onde a renda é distribuída mais injustamente do que era na década de 1990. (PNUD, 2014)

Outros dados foram expressos por Netto (2008) baseado em estudo de Alex F. Mello (1999),

Os países ricos, que representam apenas 15% da população mundial, controlam mais de 80% do rendimento global, sendo que aqueles do hemisfério sul, com 58% dos habitantes da terra, não chegam a 5% da renda total. Considerando, porém, a população mundial em seu conjunto, os números do *apartheid* global se estampam com maior clareza: os 20% mais pobres dispõem apenas de 0,5% do rendimento mundial, enquanto os mais ricos dispõem de 79%. Basta para isso pensar que um único banco de investimento, o Goldman Sachs, divide anualmente o seu lucro de U\$ 2,5 bilhões de dólares entre 161 pessoas, enquanto um país africano como a Tanzânia, com um PIB de apenas U\$ 2,2 bilhões, tem de sustentar 25 bilhões de habitantes. A concentração chegou ao ponto de o patrimônio conjunto dos raros 447 bilionários que há no mundo ser equivalente à renda somada da metade mais pobre da população mundial – cerca de 2,8 bilhões de pessoas. (NETTO, 2008, p. 6-7).

Seguindo essa lógica, dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) revelam que “[...] o número de pessoas graves e permanentemente subalimentadas no planeta chegava, em 2010, a 925 milhões, frente aos 1.023 milhões em 2009. Assim, quase um bilhão de seres humanos, dentre os 6,7 bilhões que vivem no planeta, padecem de fome permanentemente”. (ZIEGLER, 2013, p.31-32)

O direito humano à alimentação⁵⁹ constitui condição básica, garantida por cada país e inalienável para cada ser humano no planeta. Com as fusões das empresas capitalistas, a agricultura do planeta foi atingida reunindo empresas de diferentes ramos da produção. Empresas que fabricam remédios, a agrotóxicos, passando por adubos químicos e sementes, se unificaram em grandes conglomerados. São em torno de dez empresas que controlam a produção de alimentos e grãos no mundo: Du Pont (Norte-americana), a Monsanto (que comprou a Cargill, a Phamarcia, Upjohn, etc), a Novartis (Suíça que comprou a Ciba Geigy, a sandoz, a Sygent); a Adventis

⁵⁹ O direito humano a alimentação está no artigo 11º do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: “o direito a alimentação é o direito a ter acesso regular, permanente e livre, diretamente ou por meio de compras monetárias, a um alimento qualitativo e quantitativamente adequado e suficiente, que corresponda às tradições culturais do povo de que é originário o consumidor e que lhe assegure uma vida psíquica e física, individual e coletiva, livre de angústia, satisfatória e digna”. (Adotado pela Assembléia Geral da ONU em 16 de dezembro de 1966)

(Francesa, que comprou a Rhone-Poulec, a Hoechst, etc.) o grupo Limagrain, (Francês) a Bayer e Basf (alemães) e Agribiotech (Norte-americana), a Dow Chemical (Norte-americana), Astra Zeneca (Britânica).

Essas empresas dominam e controlam a produção de grãos, comércio, a fabricação de remédios e de agrotóxicos, e conseqüentemente as sementes. A ONU e suas agências especializadas consideram que há dois tipos de fome no mundo: a fome estrutural⁶⁰ e a fome conjuntural⁶¹. E ainda, os três grandes grupos de pessoas mais vulneráveis à fome no globo são, de acordo com a FAO, os pobres rurais, os pobres urbanos e as vítimas de catástrofes.

Com relação aos pobres rurais, a FAO registra que dos 6,7 bilhões de seres humanos que habitam a terra, pouco menos da metade vive no campo. Estes não têm o suficiente para se alimentar com dignidade, não dispõem de água potável, nem de eletricidade, os serviços públicos de saúde, educação, saneamento, higiene sanitária, entre outros, quase inexistem em áreas rurais de todos os países, especialmente dos países do Sul. E ainda, 90% dos camponeses dos países do Sul têm apenas a enxada, a foice e o machete, como instrumentos de trabalho para produzir na terra. “Dos 1,2 bilhões de seres humanos que, segundo critérios do Banco Mundial, vivem em extrema pobreza (ou seja, com uma renda diária inferior a U\$ 1,25 dólar), 75% vivem no campo”. (ZIEGLER, 2013, p. 39)

Centenas de famílias camponesas espalhadas pelo mundo vivem em condições muito precárias de sobrevivência e a produção de subsistência é insuficiente para ter dignidade de vida e segurança alimentar. Muitos trabalhadores rurais são migrantes, arrendatários, meeiros, posseiros, assalariados sazonais, sem terra, submetidos à superexploração e ao trabalho análogo a escravidão pelos proprietários de terras e latifundiários, em fazendas de agronegócio. As estatísticas da FAO estimam, ainda, que há cerca de 500 milhões de trabalhadores rurais sem terra no mundo e afirma “*estes são os mais pobres, entre os pobres da terra*”. E ainda, 500 milhões de

⁶⁰ A fome estrutural “é própria das estruturas de produção insuficientemente desenvolvidas dos países do Sul. Ela é permanente, pouco espetacular e se reproduz biologicamente: a cada ano, milhões de mães subalimentadas dão a luz milhões de crianças deficientes. A fome estrutural significa destruição psíquica e física, aniquilação da dignidade, sofrimento sem fim”. (ZIEGLER, 2013, p.37)

⁶¹ A fome conjuntural “[...] é algo altamente visível [...] ela se produz quando, repentinamente, uma catástrofe natural – gafanhotos, seca ou inundações assolam uma região – ou uma guerra destrói o tecido social, arruína a economia, empurra centenas de milhares de vítimas aos acampamentos de pessoas deslocadas no interior do país ou de refugiados para além-fronteira. Nessas circunstâncias, não se pode semear nem colher. São destruídos os mercados, as estradas são bloqueadas e as pontes bombardeadas. As instituições estatais deixam de funcionar. Para os milhões de vítimas amontoadas nos acampamentos, a última salvação está no Programa de Alimentação Mundial (PAM)”. (ZIEGLER, 2013, p.37-38)

agricultores do Sul não têm acesso a sementes selecionadas e insumos minerais e 25% das colheitas mundiais são destruídas pelas intempéries da natureza.

Essa realidade está expressa nas palavras de Ziegler (2013),

Inúmeros camponeses vivem na miséria por uma ou outra das três razões seguintes. Uns são trabalhadores migrantes sem terra ou arrendatários superexplorados pelos proprietários [...] outros, se tem terra, não possuem títulos de propriedade suficientemente sólidos [...] outros, ainda, se possuem terra própria, a dimensão e a qualidade desta são insuficientes para que possam alimentar decentemente a sua família. (ZIEGLER, 2013, p. 39)

Chesnais (1996) chama atenção para os efeitos devastadores da mundialização do capital, afirmando a reaparição, nos países pobres, das piores calamidades de desnutrição, isto é a fome, doenças e pandemias devastadoras. Estas calamidades não são “naturais”, assim como não o são, nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o aumento do desemprego, das precariedades e dos sem-teto. Elas atingem populações que são marginalizadas e excluídas do círculo da satisfação das necessidades básicas, portanto bases da civilização, em razão da sua incapacidade de transformar essas necessidades imediatas em demanda solvente, em demanda monetária. Logo, essa exclusão é de natureza econômica. Em certos casos, ela é recente, e em todos os países, se agravou enormemente em relação à situação dos anos 1970. Ela é o produto direto da destruição sob o efeito da desregulamentação e da liberalização dos câmbios, não simplesmente de empregos, mas de sistemas de produção inteiros que asseguravam antes a reprodução social de comunidades de camponeses, pescadores, artesãos. É neste contexto de marginalização, senão de profundas desigualdades de tantos países do sistema mundial de trocas, que se coloca o aumento da fome, das pandemias e das guerras civis em inúmeras partes do mundo.

Nas palavras de Chossudovsky (1999),

No Sul, no Leste e no Norte, uma minoria social privilegiada acumulou grande riqueza em prejuízo da grande maioria da população. Essa nova ordem financeira internacional é nutrida pela pobreza humana e pela destruição do meio ambiente. Ela gera o *apartheid* social, estimula o racismo e os conflitos étnicos, solapa os direitos das mulheres e, freqüentemente, precipita países em confronto destrutivos entre nacionalidades. Além disso, as reformas – visto que são aplicadas

simultaneamente em mais de cem países – levam a uma globalização da pobreza, processo de aniquila a subsistência humana e destrói a sociedade no Sul, Leste e Norte. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 27)

Esses elementos são esclarecedores para apreender os impactos da mundialização do capital sobre a terra, as populações rurais e os destinos da reforma agrária, da agricultura familiar e camponesa. No campo verifica-se a instalação e expansão das corporações multinacionais e transnacionais em toda a produção agrícola, determinando as relações sociais de produção e reprodução ampliada do capital, na sua forma denominada de agronegócio. Aos trabalhadores rurais, especialmente os assalariados nas monoculturas, que geram e criam as riquezas para os capitalistas, potencializam os processos de exploração e expropriação violenta.

É neste cenário de financeirização da economia que o agronegócio ganha todo sentido para o grande capital.

2.2 – Agronegócio: Avanço do Capital sobre a Terra

Em função do movimento de mundialização e expansão do capital sobre todos os setores da economia, identifica-se, na atualidade, a existência de dois modelos de agricultura, que estão em disputa no cenário brasileiro. De um lado o agronegócio ou *agribusiness*, representado pela burguesia agrária e articulado ao capital financeiro internacional; e do outro a agricultura camponesa com base na produção familiar e de alimentos, sustentada pelos trabalhadores rurais assentados, sítiantes, posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros e pequenos produtores rurais.

2.2.1 – O Agronegócio e seus Rebatimentos na Vida dos Trabalhadores e no Meio Ambiente.

Nas últimas décadas, a agricultura em todo mundo tem sofrido as incursões do capital financeiro no sentido de produzir em escala global sob as regras do mercado e da acumulação. No caso específico da agricultura, o capital financeiro tem controlado a produção e a comercialização dos produtos agrícolas. Destaca-se nesse cenário a aquisição de empresas de diferentes ramos da produção agrícola, por bancos com os excedentes do capital financeiro. Isso acarretou um crescimento surpreendente dessas empresas que tiveram um investimento de um capital acumulado que estava fora dos

processos agrícolas, contribuindo para dominarem a produção, o comércio, os insumos, as máquinas agrícolas, os medicamentos, os agrotóxicos⁶², as ferramentas, etc. Em segundo lugar, essas empresas, fortalecidas pelo capital financeiro e favorecidas pela dolarização da economia mundial, entraram nas economias nacionais e adquiriram as empresas e a produção agrícola local. Outra forma de controle utilizada pelo capital financeiro tem sido às normas e regras impostas pelas IFMs (especialmente o Banco Mundial, FMI e OMC) quanto à produção e comércio agrícola, obedecendo aos interesses das grandes empresas e obrigando os governos locais a liberar o comércio dos produtos.

Há ainda, uma forte dependência quanto ao crédito bancário e à industrialização da agricultura. Esses créditos financiam o domínio da agricultura pela indústria em todo mundo. Nessa lógica globalizada, os governos locais diminuíram ou praticamente abandonaram as políticas públicas de comércio local e para agricultura camponesa. Os governos liberaram os mercados nacionais e executaram as políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo em favor das grandes transnacionais, através de isenções fiscais nas importações e exportações e taxas de juros favoráveis ao modelo de agricultura capitalista.

Com a crise do capital em 2008, os investimentos mais significativos para os grandes grupos econômicos foram aplicar seus capitais voláteis em ativos fixos como terra, minério, matéria-prima agrícola, água, território rico em biodiversidade e em produção de energias renováveis, como usinas de etanol e hidroelétricas.

Como afirma Stédile (2013),

Esses capitais financeiros se dirigiam às bolsas de mercadorias agrícolas e de minérios para aplicar seus ativos e assim especular no mercado futuro ou simplesmente transformar o dinheiro em mercadorias futuras. Esse movimento gerou uma elevação exagerada nos preços dos produtos agrícolas negociados pelas empresas nas bolsas mundiais de mercadorias [...] eles são resultado dos movimentos especulativos e do controle oligopólico dos mercados agrícolas por essas grandes empresas. (STEDILE, 2013, p. 23)

⁶² De acordo com a lei nº 7.802, de 11/07/1989, regulamentada pelo decreto nº 4.074, de 04/01/2002, os agrotóxicos são: “produtos e componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na produção de florestas nativas ou implantadas, e em outros ecossistemas e também ambientes urbanos, hídricos e industriais; cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. São considerados, também, como agrotóxicos, substâncias e produtos como desfolhantes, dessecantes, estimulantes e inibidores de crescimento”. (BRASIL, 2002)

Sob a hegemonia do capital financeiro, as empresas transnacionais concentraram o controle da produção e do comércio de produtos agrícolas, principalmente a agroindústria de soja, milho, cana-de-açúcar e laticínios e o monocultivo de eucalipto para celulose e carvão (siderurgia). Esse controle favoreceu o aumento dos preços dos produtos agrícolas e dos insumos em âmbito mundial, obtendo lucros extraordinários e conseqüentemente, gerando a falência de pequenos e médios produtores locais que não conseguem produzir no mesmo padrão imposto pelas empresas capitalistas. A concentração da produção agrícola atinge um pequeno número de proprietários de terra articulados com as empresas. No Brasil, “[...] 10% de todos os estabelecimentos agrícolas do país controlam 80% do valor da produção”. (STEDILE, 2013, p. 25)

Essas empresas estrangeiras expandem seus negócios na agricultura capitalista controlando um volume significativo de hectares de terras no Brasil, tendo como prioridade a produção de soja em todas as regiões do Brasil; a cana-de-açúcar no centro-sudeste; a celulose no sul da Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul; madeira para carvão na região Norte e Minas Gerais; frutas irrigadas no semiárido; camarão em cativeiro no litoral do Nordeste; pecuária nas regiões degradadas e fronteiras agrícolas; algodão no Centro Oeste. (STEDILE, 2013, p. 29)

Os governos brasileiros vêm sistematicamente criando às condições macroeconômicas favoráveis a expansão do agronegócio, proporcionando a aliança da propriedade fundiária com o capital financeiro, de modo a ampliar e proteger as terras improdutivas para futuras transações e acumulação do capital, o que impede a reforma agrária.

A partir de 1998, a crise internacional afeta a economia brasileira pela enorme fuga de capital e altera a política econômica, forçando modificações do sistema cambial. A política de comércio exterior se transforma e a estratégia encontrada é gerar saldos comerciais e suprir o déficit da conta corrente. Volta-se então, para investimento em exportações de produtos agrícolas e minerais. Dessa forma, a agricultura capitalista é fundamental para capturar o excedente econômico e recuperar a economia brasileira.

Durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999/2002), os investimentos no agronegócio são reforçados através das seguintes iniciativas: a) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; b) um explícito direcionamento do sistema

público de pesquisa agropecuária (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/EMBRAPA), operando em sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; c) uma regulação frouxa do mercado de terras, de modo a deixar fora o controle público às terras devolutas, mais aquelas que declaram não cumprir a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; d) a mudança da política cambial torna a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional a estratégia de ajustamento macroeconômico; e) a provisão de crédito rural nos Planos Safra é retomada em vigor no período de 2003-2010. (DELGADO, 2013, p.64-65)

Essa lógica de reprodução do capital no campo, que se desenvolve no controle da produção agrícola, nos insumos e na expansão dos produtos para exportação só foi possível, em função da aliança que se produziu entre as empresas multinacionais com os fazendeiros e grandes proprietários de terra. Os fazendeiros se associam subordinadamente às corporações do capital financeiro e dispõem de grandes extensões de terra, da depredação do meio ambiente e da superexploração do trabalho agrícola, muitas vezes com uso da força de trabalho em condições análogas ao trabalho escravo. Exemplo disso são as empresas estabelecidas no Brasil produtoras de cana-de-açúcar, fruticultura, soja, pecuária, arroz, etc. Dos 130 milhões de toneladas de grãos produzidos, nada menos de 110 milhões são apenas de soja e milho. A pecuária bovina fica com 300 milhões de hectares, para produzir para exportação. Essa forma de monocultivo exaure os recursos naturais, o solo, o lençol freático e afeta a qualidade e localização das águas. O monocultivo destrói a biodiversidade e desequilibra o meio ambiente da região⁶³.

Com relação aos investimentos governamentais na agricultura, observa-se que há uma estratégia do Estado brasileiro em reforçar o agronegócio. É exemplar o investimento de 92 bilhões que destinou para safra a 2009/2010, contra 15 bilhões na agricultura familiar para o mesmo período. Além disso, pode-se observar na tabela abaixo que o agronegócio detém um número significativo de imóveis rurais com maior volume de hectares, contra os valores da agricultura familiar. Isso demonstra o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro centrado na propriedade privada da terra, revelando a intrínseca relação entre a burguesia agrária e o capital.

⁶³ Informações disponíveis em www.mst.org.br, acesso em 10/06/2011.

Quadro 01: Comparativo da Agricultura Familiar X Agronegócio

País/Região Estado	Agricultura Familiar		Agronegócio	
	Nº Estabelecimentos	Área (Ha)	Nº Estabelecimentos	Área (Ha)
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940
Nordeste	2.187.295	28.332.599	266.711	47.261.842
PE	275.740	967.070	21.607	4.128.905

Fonte: IBGE, 2006b

Este volume de terra concentrada demonstra também a dinâmica do mercado de terras no Brasil. A região de fronteira agrícola do cerrado, que é considerada a mais rentável do país é composta pelos Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Nesses territórios, os preços médios das terras brasileiras variam entre R\$ 4 mil e R\$ 5 mil por hectare. No entanto, em Santa Catarina, o hectare para pastagem é vendido em média a R\$ 13 mil. Para grãos, o valor médio é de R\$ 21 mil por hectare. (IBGE, 2006b)

As Estatísticas da Consultoria Técnica e Econômica para o Setor de Agronegócio - AGRAFNP⁶⁴ mostram que,

[...] a valorização média das terras em Tocantins, em 36 meses, no período de maio e junho de 2007, a março e abril de 2010, foi de 68,1%, e em 12 meses, de 2009 a 2010, de 17,9%. No mesmo período, em 36 meses, no Piauí, as terras valorizaram 70,1%, e em 12 meses, 2%. Já no Maranhão, o valor do hectare avançou 54,1%, em 36 meses, e 16,8%, em 12 meses. (AGRAFNP, 2012).

Nota-se que há um aquecimento do mercado de terras no Brasil, exatamente, nas áreas que concentram a monocultura, o latifúndio e o agronegócio. Quando o capital se apropria da terra, este o faz num processo de concentração da riqueza que tem na propriedade privada da terra um caráter rentista, próprio do desenvolvimento capitalista brasileiro. Desse modo,

Ao mesmo tempo em que este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, implantando o trabalho assalariado, produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção, a peoagem e suas diferentes formas de

⁶⁴ Informações colhidas no site que a AGRAFNP mantém sobre o agronegócio. A AGRAFNP é uma empresa de consultoria técnica e econômica voltada para o setor de agronegócios. Produz uma série de publicações especializadas, possuindo uma posição destacada no mercado por sua credibilidade e qualidade de informação. (Disponível em www.portaldoagronegocio.com.br. Acesso em 04/05/2012).

“escravidão pela dívida” etc., todas necessárias a sua lógica de desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2010, p. 287).

Esse mercado de terras, associado à produção de monocultura gera uma grande renda fundiária que é convertida em capital. De acordo com Barros e Adami (2012)⁶⁵, nos últimos 12 anos, o agronegócio brasileiro tem contribuído fortemente com a geração de divisas para o País. Entre 2000 e 2011, o volume exportado cresceu quase 155% e os preços externos, 131%. O saldo comercial avançou mais de 400%, acumulando US\$ 412,3 bilhões, dos quais US\$ 61,9 bilhões só em 2011. Evidencia-se, assim, a grande importância do país na produção e exportação de produtos agrícolas.

Segundo a FAO (2013), a despesa pública total em inovação e desenvolvimento (I&D) agrícolas aumentou, sobretudo por países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, que, juntamente com Angola, está entre os sete países que concentram metade das terras com potencial agrícola. A China e a Índia são responsáveis por metade do investimento em I&D, mas o Brasil também está na lista, tendo duplicado a produção de cana-de-açúcar na última década e se tornado um dos maiores exportadores agrícolas, sobretudo de oleaginosas e produtos pecuários.

Esses dados evidenciam que a política dos grandes oligopólios e seu investimento em agronegócio aumenta o domínio sobre os países pobres pelas transnacionais, além do controle sobre a biodiversidade e a biotecnologia, inviabilizando a reforma agrária e a agricultura familiar e camponesa. E ainda, provoca a desigualdade social, o êxodo rural e a fome.

Ressalta-se que, desde a ditadura militar, os governos brasileiros vêm investindo na agricultura, através da expansão de complexos agroindustriais, articulado com o capital financeiro internacional. Já nesse período, ocorre um processo de articulação entre o capital agroindustrial, o sistema de crédito a agricultura e a agroindústria e a propriedade fundiária no sentido de estruturar e sustentar a modernização conservadora da agricultura. Nesse sentido, “[...] o mercado de terras e o crédito rural, sob o patrocínio do Estado, são peças essenciais para possibilitar a estratégia de capital financeiro na agricultura” (DELGADO, 2013, p. 60-61)

É nesse momento em que o capital aplicado à terra proporciona a acumulação desse mesmo capital, tendo a renda da terra como elemento fundante para sua

⁶⁵Professores pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP).

reprodução. Seguindo a mesma lógica, o sistema de crédito rural para a agricultura contribuiu para construção de complexos agroindustriais e para cumprir a função do capital em ampliar as taxas de lucro, agora em variados setores e ramos da produção agrícola.

No atual modelo de agricultura brasileira, o agronegócio se constitui uma das estratégias da política macroeconômica do governo federal. Como nos informa Bruno (2009)

O agronegócio despontou como palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação. (BRUNO, 2009, p. 114)

Na primeira década do século XXI ocorre um significativo sucesso em exportações do setor primário, de 50 bilhões de dólares no período de 1995/1999 cresce para cerca de 200 bilhões no final dos anos 2000. Em relação aos produtos básicos, estes saltam de 25% da pauta de exportações para 45% ao final da década de 2000. Quando adicionam aos produtos básicos os resultados dos produtos semimanufaturados, das agroindústrias e minérios, tem-se um volume de 54,3% das exportações nas safras 2008/2010. (IBGE, 2013)

No mercado mundial do agronegócio, o Brasil precisa exportar e importar, mesmo que tenha condições favoráveis para produzir aquilo que importa. Os capitalistas internacionais se beneficiam e aumentam seus lucros com as exportações. O Brasil tem um lugar privilegiado no mundo capitalizado, sendo um dos principais fornecedores e exportadores de alimentos, minério de ferro, aviões, produtos florestais (celulose, papel, madeira e seus derivados).

De acordo com dados do Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento (MAPA), as exportações do agronegócio mantiveram sua trajetória em alta ao longo de 2013, chegando a US\$ 93,6 bilhões entre janeiro e novembro deste ano. Um aumento de US\$ 4,9 bilhões em relação ao mesmo período de 2012. O resultado ratifica a posição do Brasil como protagonista mundial na produção e exportação de alimentos e confere ao país à primeira colocação no comércio internacional de café, açúcar, suco de laranja, carne bovina, carne de frango e soja em grãos. A agropecuária segue o mesmo caminho. O Brasil possui o maior rebanho comercial de bovinos do mundo, com aproximadamente 210 milhões de cabeças, e crescimento permanente na

produção de suínos e aves, o Brasil contabilizou US\$ 15,4 bilhões na exportação de carnes entre janeiro e novembro de 2013, aumento de 7,3% em relação ao mesmo período de 2012.

Ainda tendo como referência os dados do MAPA, para a safra 2013/14, o volume de recursos à disposição dos produtores é o maior da história do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), com um total de R\$ 136 bilhões. Os recursos contemplados pelo PAP registram alta de 18% sobre a safra anterior. Deste montante, R\$ 97,6 bilhões são para financiamentos de custeio e comercialização e R\$ 38,4 bilhões para os programas de investimento. Os financiamentos para a agricultura empresarial, entre julho e outubro de 2013, somaram R\$ 57,4 bilhões, um aumento de 46% em relação ao mesmo período da safra anterior, que foi de R\$ 39,2 bilhões. Os produtores rurais contrataram R\$ 45,7 bilhões pelas modalidades de custeio e comercialização e R\$ 11,7 bilhões pela de investimento. A previsão do Valor Bruto da Produção (VBPA) para 2013 é de R\$ 433,8 bilhões. Do total estimado para este ano, R\$ 267,6 bilhões referem-se às lavouras e R\$ 166,2 bilhões à pecuária, ou seja, um crescimento de 9,8% e 8,6%, respectivamente, em relação ao ano passado.

No quadro abaixo observa-se o volume das exportações do agronegócio no ano de 2013, a partir dos dados do MAPA.

Quadro 02: Principais Produtos Exportados pelo Agronegócio Brasileiro em 2013

Produto	Valor Exportado	Alta/Comparação do Período Anterior	Toneladas
Complexo da Soja	US\$ 30,3 bilhões	19%	56,4 milhões
Açúcar	US\$ 10,9 bilhões	- 6,7%	24,8 milhões
Papel e Celulose	US\$ 6,5 bilhões	8,2%	10,6 milhões
Milho	US\$ 5,6 bilhões	25%	23,5 milhões
Café	US\$ 4,9 bilhões	- 16,8%	1,6 milhão
Fumo e seus produtos	US\$ 3,1 bilhões	1%	596 mil
Couros e seus produtos	US\$ 2,7 bilhões	14,6%	465 mil
Madeiras e suas obras	US\$ 2,3 bilhões	4,4%	3,4 milhões

Fonte: Relatório da Gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2013.

O agronegócio está representado no latifúndio e na monocultura, sustentados pelas empresas multinacionais que controlam a terra, os recursos naturais, as sementes e a força de trabalho. Nessa lógica de produção, há um uso intensivo de mecanização, que expulsa força de trabalho para aumentar a produtividade do trabalho agrícola, cujo sentido é de uma agricultura sem trabalhadores rurais. Também é reconhecido o uso abusivo de agrotóxicos, como forma de aumentar a produtividade da

lavoura e do trabalho, à base de venenos, sem nenhum controle, causando todo tipo de degradação do meio ambiente⁶⁶, destruindo a fertilidade natural do solo e seus micro-organismos, contaminando as águas dos lençóis freáticos e a atmosfera.

Dados do Relatório Anual da FAO (2013) registram que a agricultura e a pecuária, com o uso de fertilizantes sintéticos, têm aumentado a contribuição para o aquecimento global, sendo responsável, entre 2000 e 2010, por mais 1,6% das emissões de gases de efeito estufa.

Rigotto e Rosa (2012, p. 88) advertem para o fato dos agrotóxicos serem biocidas muito ofensivos à saúde humana, pois estão associados a uma série de intoxicações agudas. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), os biocidas produzem, a cada ano, de 3 a 5 milhões de intoxicações agudas, especialmente em países em desenvolvimento. Dados da Fundação Getúlio Vargas, entre 1989 a 2004 foram notificados no Brasil 1.055.897 casos de intoxicação humana por agrotóxicos e 6.632 óbitos pelo mesmo motivo. Em 2008, 32,7% das intoxicações no Brasil tiveram como principal agente tóxico envolvido os agrotóxicos de uso agrícola.

Atualmente existem no mundo cerca de vinte grandes indústrias fabricantes de agrotóxicos, com um volume de vendas da ordem de 20 bilhões de dólares por ano e uma produção de 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos, dos quais 39% são herbicidas; 33% são inseticidas; 22% são fungicidas; e 6% outros grupos químicos. As principais companhias agroquímicas que controlam o mercado são Syngenta, Bayer, Monsanto, Basf, Dow AgroSciences, DuPont e Nufarm. O faturamento anual líquido das vendas de agrotóxicos cresceu 18,6% de 2006 a 2007; e 36,2% de 2007 a 2008. O uso intensivo dos agrotóxicos nas monoculturas do agronegócio no Brasil foi intensificado a partir da modernização conservadora. (RIGOTO e ROSA, 2012, p.86-88)

⁶⁶ Em 2011, mais de 30 entidades da sociedade civil brasileira – movimentos sociais, entidades ambientalistas e de estudantes, organizações ligadas à área da saúde e grupos de pesquisadores – lançaram a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. A Campanha pretende abrir um debate com a população sobre a falta de fiscalização no uso, consumo e venda de agrotóxicos, ademais disso sobre a contaminação dos solos e das águas, bem como denunciar os impactos dos venenos na saúde dos trabalhadores, das comunidades rurais e dos consumidores nas cidades. Para além de denunciar as mazelas causadas pelas empresas e pelo uso de agrotóxicos, é preciso construir formas de restringir o uso de venenos e de impedir a sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e iniciativas legais e jurídicas. Outro campo de atuação da campanha é o anúncio da possibilidade de construção de um modelo agrícola diferente, baseado na agricultura camponesa e agroecológica. Uma das ações da campanha foi o lançamento do filme “O Veneno está na mesa” de Silvio Tendler, que vem se constituindo como forte instrumento de mobilização e de formação em comunidades rurais e urbanas para fomentar o debate sobre o uso dos agrotóxicos na agricultura brasileira e suas consequências para a saúde da população. (Caderno de Formação da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, 2011).

Em 2008, o Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de agrotóxicos, movimentando 6,62 bilhões de dólares em 2008 para um consumo de 725,6 mil toneladas de agrotóxicos – o que representa 3,7 quilos de agrotóxicos por habitante. Em 2009 as vendas atingiram 789.974 toneladas. A partir de 1997, o governo federal passou a conceder isenção de 60% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para agrotóxicos e isenção total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além de dispensa de contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). (RIGOTO e ROSA, 2012, p. 86-88)

Rigotto e Rosa (2012, p. 88) alertam para uso de outros produtos disponíveis no mercado brasileiro, além dos agrotóxicos, que complexificam a exposição e os danos à saúde humana e os impactos negativos sobre o meio ambiente. São inseticidas, fungicidas, herbicidas, raticidas, acaricidas, desfoliantes, nematocidas, molusquicidas e fumigantes. Atualmente, existem pelo menos 1.500 ingredientes ativos distribuídos em 15 mil diferentes formulações comerciais no mercado mundial.

Outra característica do agronegócio é o uso cada vez maior de sementes transgênicas⁶⁷, padronizadas, agredindo o meio ambiente, as culturas locais, a biodiversidade e as sementes crioulas. Tudo isso para alcançar a maior taxa de lucro em menos tempo. Acrescentam-se, ainda, em sua fase atual a dependência do capital financeiro com o objetivo de drenar os lucros imensos da terra para os bancos; domínio da genética das sementes híbridas e transgênicas controladas pelas multinacionais; mecanização pesada e agressiva ao solo e ao meio ambiente; padronização produtiva empobrecendo a dieta alimentar da população; alta utilização de insumos derivados de petróleo e da química dos agrovenenos.

⁶⁷ Transgênicos “são plantas geneticamente modificadas, através da biotecnologia e significam: a) modificação genética de organismo, plantas, animais e alguns vírus; b) a produção de materiais e substâncias a partir de seres vivos. Nesse processo são utilizados conhecimentos de áreas como genética, bioquímica e biologia celular. A biossegurança é o conjunto de ações voltadas para a preservação, minimização ou eliminação dos riscos inerentes às atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços, riscos que podem comprometer a saúde humana, dos animais, das plantas e do meio ambiente [...] Em 1986, a Monsanto desenvolveu e patenteou a soja transgênica (Roundup Ready) e na década de 1990 já aumentou a área cultivada. O aumento da plantação de transgênica apresenta o maior índice de adoção registrado até hoje quando comparado com qualquer outra tecnologia na área de agricultura [...] O registro de incidentes com organismos geneticamente modificados mostra a ocorrência de contaminações genéticas, cultivos ilegais e efeitos colaterais agrícolas negativos em 44 países, com média de 14,2 desses ao ano, sendo 35% deles relacionados ao milho transgênico”. (AUGUSTO, 2012, p. 759-763)

O agronegócio a partir do início do século XXI, faz emergir com mais força a valorização da terra, portanto da renda fundiária, que reflete o *boom* de *commodities* no mercado de terra e arrendamentos. A apropriação da terra pública e/ou privada sempre foi uma marca da expansão agrícola, quando ocorre a associação de grandes proprietários de terra, o capital e os organismos governamentais que gestam as políticas fundiárias. A terra como recurso natural, não produzida pela força de trabalho, se transforma em mercadoria, pela renda fundiária.

Nessa linha de raciocínio, vale destacar uma característica histórica que a terra é um bem natural e se transforma em mercadoria para que ocorra o desenvolvimento capitalista. De acordo com Martins (1986).

A terra transformada em mercadoria tem efeitos bem diferentes das outras mercadorias que se caracterizam por serem produtos do trabalho humano. A terra é uma mercadoria completamente distinta das demais. A diferença está em que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. Todas as verdadeiras mercadorias se realizam na sua utilidade e na sua utilização; elas se realizam nas mãos de quem as possui e usa. A terra não é propriamente mercadoria, mas equivalente de mercadoria. Para que possa produzir renda – que é o seu uso capitalista – a terra não exige que o ter e o usar estejam juntos. Nas outras mercadorias, o ter é condição do usar e o usar é a realização do ter; no caso da terra, na sociedade capitalista não é necessário que estejam juntos. (MARTINS, 1986, p. 32-33).

Esse caráter capitalista da propriedade privada da terra incide sobre a renda fundiária que é extraída pelo capitalista, mesmo quando nada nela produz. Quando o capitalista se apropria da terra sem gastar divisas financeiras, que pode ser ilegalmente através da grilagem, ele está se apossando de tudo que ela gera que é renda fundiária que, posteriormente se transforma em capital. (OLIVEIRA, 2010, p. 291)

Ora, a realidade do campo brasileiro apresenta uma série de contradições próprias do desenvolvimento capitalista. De um lado uma burguesia que articula propriedade privada da terra e o capital financeiro, concentrando cerca de 132 milhões de hectares em mãos de pouco mais de 32 mil latifundiários. De outro lado, uma massa de camponeses sem terra e/ou assalariados rurais em monoculturas, vivendo em condições precárias.

É essa burguesia agrária associada a outros setores da economia que promove o agronegócio e dele se alimenta.

2.2.2 – O Agronegócio no Brasil: Identidade e Atuação da Burguesia Agrária

Quem são os representantes políticos e sociais do agronegócio? Quem é a burguesia agrária que mantém esse modelo de agricultura? Como ela se organiza e como se articula no legislativo federal? As respostas a tais questões podem elucidar quem compõe essa burguesia agrária (ou também chamados de ruralistas, patronato rural, agroindustriais, empresários rurais, produtor rural, latifundiários, elite agrária, proprietários de terras, usineiros, pecuaristas), sua identidade, suas estratégias, suas organizações, suas articulações políticas, seus espaços institucionais de representação política, sua rede de relações sociais e seus interesses.

O conceito de burguesia agrária parte da concepção teórico-metodológica adotada nessa tese, do pensar a luta pela posse da terra e pela reforma agrária como momento da luta de classes no Brasil. Trata-se, em nossa acepção, de apreender o significado e a contraposição das classes sociais no campo, especialmente o papel da burguesia agrária no processo de acumulação capitalista, que permite a esta classe a apropriação privada dos meios de produção e do excedente produzido socialmente. Portanto, a conceituação de burguesia agrária refere-se à posse dos meios de produção (essencialmente a terra) com o propósito de valorização do capital, através da apropriação indevida dos frutos do trabalho não pago de outrem.

De acordo com os escritos de Engels (1847), em *Princípios do Comunismo*, a burguesia constitui “[...] a classe dos grandes capitalistas que, em todos os países desenvolvidos, detém, hoje em dia, quase que exclusivamente, a propriedade de todos os meios de consumo e das matérias-primas e instrumentos (máquinas, fábricas) necessários a sua produção”. E, em nota a edição inglesa de 1888 do *Manifesto do Partido Comunista* designou a burguesia como “[...] a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios da produção social e empregadores do trabalho assalariado” (BOTTOMORE, 2001, p. 38)

Para apreender a atualidade da burguesia agrária, na perspectiva crítica, é imprescindível analisar as classes sociais não apenas pelo lugar que ela ocupa na produção capitalista, mas também do ponto de vista ideológico e subjetivo, das suas estratégias de manutenção do poder e da acumulação do capital. E nessa perspectiva, a burguesia agrária significa opressão, exploração, violência, intolerância. Da mesma forma que “sem terra”, “quilombola”, “ribeirinho”, “bóia-fria” identifica o lugar dos

oprimidos, dos espoliados, dos explorados e expropriados da propriedade da terra, dos recursos naturais, dos direitos sociais e humanos, da vida digna. (BRUNO, 2009).

A burguesia agrária é formada e identificada como a classe dominante, aquela que possui os meios de produção, ou seja, a terra, os recursos naturais, o capital agrário, capital agroindustrial, capital agrocomercial, capital financeiro e se organiza através de grandes empresas capitalistas que administram direta e indiretamente a produção agrícola de monocultura e mantém um número considerável de trabalhadores assalariados, que sustentam o processo de acumulação e reprodução capitalista. Esta apropria-se do trabalho excedente e da mais-valia. Essa classe se opõe ao campesinato, seus movimentos sociais, suas lideranças e suas organizações, através dos mais diversos instrumentos ideológicos de coerção e violência.

Vale salientar que a burguesia agrária não se vincula notadamente e apenas à produção agrícola direta, isto é, ao espaço da fazenda administrando a produção, ela se alarga a todos os setores que estão articulados ao primeiro: fabricação de insumos, comercialização, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e ferragens agrícolas, e para, além disso, em bancos, conglomerados de empresas, transnacionais, agroindústrias, grupos econômicos em plena conexão de diferentes capitais, em âmbito regional, nacional e internacional. Parte dessa burguesia já tinha relação direta com o campo, seja por herança da família ou por fazer parte de algum grupo de fazendeiros locais; outra parte caracteriza-se pela integração de capitais, como um negócio para atrair melhores perspectivas de valorização e acumulação do capital, sem nunca ter tido aptidão para agricultura.

Chama atenção também, um grupo que compõe a burguesia agrária: os latifundiários que mantêm grandes extensões de terras sem nenhuma produção e/ou uso de trabalho assalariado, o chamado latifúndio improdutivo, que pode se modificar a depender dos interesses do capital e da região que estiver situado. O latifúndio é uma reserva de valor, uma renda capitalizada, que poderá se metamorfosear a qualquer tempo em capital agrícola produtivo, arrebanhado por alguma empresa transnacional do agronegócio. Enquanto improdutivo, participa do capital financeiro, gerando lucro, através da especulação no mercado de terra e, portanto, da renda fundiária.

Um estudo da CEPAL (1985) trata as classes sociais no campo de acordo com a economia agrícola, separando o que é economia camponesa e economia empresarial. O elemento de diferenciação das classes é a contratação ou não de força de trabalho. O setor camponês está identificado com aquele que não contrata pessoal ou quando o

faz é por um período curto da safra agrícola, como um trabalho complementar ao familiar. Já o setor empresarial compreende unidades produtivas com contratação de trabalho assalariado em grandes fazendas de monocultura. Ainda há outro setor que é chamado de intermediário que trata dos agricultores de transição, “[...] uma categoria fluída, que possui uma capacidade de acumulação reduzida, e errática”.

Assim, esse estudo da CEPAL (1985) caracteriza o setor camponês como aquele composto de:

[...] unidades bastante heterogêneas, este foi separado em diferentes categorias, a saber: a) o de infra-subsistência: o potencial produtivo da unidade é insuficiente para a alimentação familiar e tem uma superfície arável inferior a 4 hectares; b) o de subsistência: o potencial produtivo ultrapassa ao requerido para a alimentação, mas é insuficiente para gerar um fundo de reposição e tem uma superfície arável entre 4 e 8 hectares; c) o estacionário: a unidade obtém um excedente acima do produzido para o consumo e é equivalente ao fundo de reposição, como também para certas reservas eventuais; d) o excedentário: gera excedentes acima de suas necessidades de reprodução simples.

Quando se trata do setor empresarial, a CEPAL (1985) estabelece a seguinte distinção:

a) pequenos empresários: tem uma força de trabalho familiar significativa, porém, inferior à contratada, a qual varia entre 500 e 1.500 jornadas por ano; b) médios empresários: a força de trabalho familiar é pouco significativa e a mão-de-obra contratada varia entre 1.250 a 2.500 jornadas anuais; c) grandes empresários: a força de trabalho familiar carece de significação, em contraposição a mão-de-obra contratada que excede a 2.500 jornadas salariais por ano.

Autores contemporâneos⁶⁸ identificam um setor patronal no campo que compreende aqueles grupos econômicos possuidores de terra e de produção, e estão representados por cerca de 450 mil estabelecimentos ou empresários capitalistas, controlando 300 milhões de hectares e toda produção de *commodities* para exportação. Nesses estabelecimentos trabalham 400 mil assalariados nas propriedades acima de mil hectares, e outros 1,8 milhões nas propriedades de 500 a 2 mil hectares, totalizando 2,2 milhões de trabalhadores assalariados no agronegócio. (STEDILE, 2013, p. 31)

Há uma heterogeneidade quanto aos grupos e frações de classe que compõem a burguesia agrária, sejam indivíduos diretamente ligados à produção agrícola “da

⁶⁸José Eli da Veiga, Ariovaldo Umbelino, João Pedro Stedile.

porteira para dentro”, até grupos e indivíduos que tem e/ou vêm no meio rural, uma maneira de valorização, reserva de capital e ativo financeiro: a terra. Essa diversidade contribui para a complexa rede de relações entre as classes sociais no campo.

A pesquisa realizada por Bruno (2009)⁶⁹ sintetiza o discurso e a hegemonia ideológica da burguesia agrária e do agronegócio na sociedade brasileira. Designa o lugar da classe social dominante e sua expressão no cenário econômico, político, social e cultural. Segundo a autora, os grupos que compõem o agronegócio estão representados pelas entidades patronais de abrangência nacional e várias em âmbito regional. Algumas em destaque: Associação Brasileira de Agribusines (ABAG); Movimento Nacional dos Produtores (MNP); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Sociedade Rural Brasileira (SRB); União Democrática Ruralista (UDR); Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sociedade Nacional de Agricultura (SNA).

A burguesia agrária não se constitui em uma classe social homogênea, e sim diferenciada e complexa com frações e grupos sociais que se movimentam na produção agrícola, em uma ampla rede de sociabilidades e relações. São os diferentes protagonistas do processo de produção, ou seja, quem produz e quem se apropria do trabalho de outros e da riqueza produzida.

De acordo com Bruno (2009, p. 114), as entidades da burguesia agrária estabelecem cinco dimensões do agronegócio: o agronegócio como sinônimo de união, de sucesso e de geração de riqueza; o agronegócio como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento; crença na ausência de alternativas históricas outras além do agronegócio; valorização de si e desqualificação do outro; o imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação.

Nessa perspectiva, o agronegócio aparece como sucesso absoluto, riqueza garantida para a classe dominante do campo, capaz de agregar todos os setores da produção agrícola com competência e desenvolvimento seguro para as cidades onde vem sendo implantado. Há, também, a disseminação da idéia de homogeneidade, sem conflitos e tensões entre os diversos grupos econômicos e agentes que o compõe, dado os objetivos e metas comuns que os articulam. Enquanto objetivo econômico assume-se o lucro como sendo a essência do agronegócio. Aqui está presente a identidade de classe da burguesia e o projeto de desenvolvimento da sociedade

⁶⁹ A socióloga e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Regina Bruno, realizou importantes pesquisas sobre a identidade do patronato rural e sua atuação no agronegócio. Ver Bruno (2009).

brasileira. O agronegócio, também como sinônimo de avanço tecnológico, modernidade, prosperidade e superação da pobreza no meio rural. O agronegócio como o único caminho para que o país chegue à condição de primeiro mundo, competitivo na economia nacional, superando, inclusive, a separação entre campo e cidade.

Em relação à representação do agronegócio no Congresso Nacional (BRUNO, 2009), este se auto representa pela chamada Bancada Ruralista, que se alimenta e é alimentada por redes de sociabilidades políticas, sociais, culturais, societais. E nessa perspectiva encontra-se enraizada em toda sociedade: maçonaria, prefeituras, secretarias de estados e municípios, órgãos públicos, igrejas, empresas, ONGs, sindicatos, organizações comunitárias, entre outros. Erroneamente pensa-se que os ruralistas se fazem presentes no Congresso Nacional apenas para defender os interesses mais diretamente relacionados à sua reprodução como classe - a propriedade da terra, no caso. Tão ou mais importante é fazer-se presente para defender uma determinada visão de mundo, de valores, de sociedade.

Assiste-se à hegemonia do agronegócio no Brasil. Hegemonia que se expressa, sobretudo no suposto da impossibilidade de existência de alternativas históricas para além do projeto do agronegócio como se ele fosse eterno e respondesse todos os problemas do campo. Ideologicamente, é emblemático desse processo considerar a população do campo como - AGRO GENTE, AGRO BRASIL.

Uma marca da burguesia agrária é a orientação e organização de sua prática de classe por meio da negação do outro (campesinato), sua desqualificação, seu apagamento, como se o outro (campesinato) só existisse em função de sua continuidade e semelhança (aspecto muito presente na cultura política do coronelismo e do sistema de colonato – a figura do agregado/morador). Tratar o campesinato como incapaz, despreparado, sem iniciativa, ignorante, “*aquele que só sabe puxar a cova para os pés*”, a imagem de *Jeca Tatu*. Nesse sentido, nega-se também a identidade de diversas categorias do campesinato, como por exemplo, os ribeirinhos, os pescadores/agricultores, meeiros, arrendatários, posseiros, diaristas, parceiros, dentre outras.

Um recorrente recurso da burguesia agrária continua sendo a violência. A prática da eliminação física e pressão psicológica do campesinato, a exemplo de assassinatos, queima de barracos e pertences pessoais, destruição da produção,

ameaças, torturas, prisões ilegais, perseguição, processos violentos de reintegração de posse em áreas ocupadas pelos trabalhadores rurais sem terra, etc.

O uso dessa violência está expressa nos depoimentos da burguesia agrária em alguns momentos conjunturais e por suas entidades representativas, como por exemplo: “*se é para imolar gente que começemos logo*”(Latifundiários na Nova Republica). “*Para cada terra ocupada, um padre morto*” (Latifundiários nos anos 1970/1980). “*Conseguimos enterrar o MST com uma pá de cal*” (Associação Brasileira do Agronegócio). “*Hoje sou avô, não mato mais mulher grávida*” (Movimento Nacional de Produtores).⁷⁰ Nessa perspectiva da violência, a burguesia agrária e suas organizações têm imensa dificuldade de negociar com os movimentos sociais no campo, uma vez que seu domínio é demonstrado, principalmente, pelo uso da coerção. Nessa mesma lógica, utiliza-se largamente o trabalho em condições análogas a escravidão e/ou semi-escravidão.

Ainda sobre as práticas da burguesia agrária, é necessário afirmar que esta não mantém a dominação política unicamente pela violência e repressão. Há que se construir hegemonia nesse processo. A defesa da desigualdade é um elemento constitutivo das relações sociais, que fortalece uma visão de propriedade da terra como direito natural, absoluto, situado acima das regras sociais. Assim, a negação dos direitos dos trabalhadores rurais anuncia a ação hegemônica de classe, momento em que a prática é orientada por constrangimentos, impossibilidade de acesso ao crédito, e aos direitos sociais básicos.

A ação da burguesia aparece, ainda, em mobilizações de rua em momentos que necessitam defender seus patrimônios e interesses; através de tratoração, caminhonaço, movimento vistoria zero; Movimento Nacional dos Produtores; associações em defesa da propriedade; vigílias, palavras de ordem, Movimento SOU AGRO. Em outros termos, a preocupação com a construção da imagem com músicas, hinos, bancada ruralista, lobbies.

Como analisado, o agronegócio e a burguesia agrária que o sustenta, amparado no capital financeiro, nas transnacionais e no aparato estatal têm sido basilares para definir o movimento das classes sociais no campo e suas estratégias. Uma burguesia agrária, altamente capitalizada, com tecnologia de ponta na produção agrícola, com articulações internacionais e uma rede de relações políticas, econômicas, sociais, institucionais, intimamente ligada à reprodução e acumulação do capital financeiro.

⁷⁰ Informações disponíveis na pesquisa sobre o patronato rural da Profa. Dra. Regina Bruno, 2009.

Ademais, a força de trabalho dos camponeses tem sido acessível ao mercado agrícola, “passiva” para aceitar quaisquer relações e condições de trabalho, negando um conjunto de direitos sociais já conquistados. O agronegócio se contrapõe à reforma agrária camponesa e popular, proposta pelos movimentos sociais rurais, num confronto permanente por fora e por dentro das estruturas do Estado.

2.3 – A Região Nordeste e a Dinâmica de Acumulação de Capital, por meio do Agronegócio:

A região Nordeste caracteriza-se por ser uma complexa unidade econômica, política e social no Brasil, acumulando índices de pobreza, déficits históricos de infraestrutura, serviços públicos e desigualdades sociais. A região detém 20% do território nacional, onde vivem 29% da população brasileira, com densidade demográfica de 34,7 hab./km². Possui uma população de 53.081.950 habitantes, com renda média mensal de R\$ 396,00 e taxa de analfabetismo de 16,9 % entre as pessoas de 15 anos ou mais. E ainda um Produto Interno Bruto - PIB de (R\$ 1.000,00): R\$ 397.502.594,00. (IBGE, 2010)

Dados do Banco Central indicam que o Nordeste liderou o crescimento no Brasil entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013. No período, a atividade econômica da região cresceu 2,1% em relação ao trimestre finalizado em novembro de 2012, quando havia aumentado 0,7% na mesma base de comparação. Em menor proporção, as atividades econômicas das Regiões Sudeste e Centro-Oeste tiveram avanço de 1,4%, respectivamente, no mesmo período, seguidas pela Região Sul, com 1,0%, e Norte, com apenas 0,2% de expansão.

O Nordeste atingiu 13,5% de participação no PIB nacional, o maior percentual registrado desde 1995 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O avanço dos Estados nordestinos entre 2002 e 2010 foi de 0,5 ponto percentual, menor apenas que o ganho da Região Norte, de 0,6 ponto percentual. Entre 2002 e 2010, o PIB da Região Nordeste passou de R\$ 191,5 bilhões para R\$ 507,5 bilhões, um avanço de 165%, menor apenas que a expansão do PIB das Regiões Norte e Centro-Oeste. A Região registrou ainda a maior taxa média anual de crescimento do PIB per capita, de 3,12% entre 2000 e 2010, assim como a Região Norte. No mesmo período, o PIB per

capita brasileiro se elevou a uma taxa anual média de 2,22% e no Sudeste, região mais rica do País, cresceu a taxas médias de 1,81%. (IBGE, 2010)

O Nordeste apresentou, ainda, o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil em 2000 e 2010, embora seu crescimento de 2,5% no período tenha sido superior à média nacional e às demais macrorregiões. Outros indicadores de qualidade de vida, como o percentual de domicílios com acesso a abastecimento de água canalizada e rede coletora de esgoto, demonstram que o avanço da região não depende apenas da diversificação da economia. Enquanto no Estado de São Paulo 90,8% dos domicílios possui acesso à rede coletora de esgoto e 99,2% ao abastecimento de água canalizada, esses indicadores caem para 16,6% e 72,8% no Maranhão, respectivamente, e 4% e 82% no Piauí.

Projeções do IBGE para 2020 e 2030, divulgadas em 29 de agosto de 2013, apontam que a Bahia deve ter o saldo migratório com o maior volume negativo, isto é, com maior saída de emigrantes do que chegada de imigrantes. Também terão saldos migratórios negativos ainda expressivos, acima de 10 mil emigrantes, os Estados do Maranhão, Ceará, Alagoas, Piauí e Pernambuco.

Esses dados indicam uma acentuada concentração de renda e riqueza, conseqüentemente, uma ampliação das desigualdades sociais, econômicas e políticas; como também maiores níveis de exploração da força de trabalho e relações cada vez mais desprovida de direitos trabalhistas e previdenciários.

De acordo com dados do IPEA (2011), o grau de desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios apresenta comportamentos distintos entre as grandes regiões geográficas. Em 2010, por exemplo, as regiões Centro-Oeste (0,12) e Nordeste (0,13) tiveram os menores indicadores de desigualdade de rendimento, enquanto as regiões Norte (0,18) e Sudeste (0,17) registraram os maiores índices de Gini.

A atividade econômica da região Nordeste vem sendo dinamizada desde a década de 1960, pelos incentivos fiscais, investimentos em empresas estatais (Petrobrás), créditos públicos, industrialização e instalação de empresas multinacionais. Esses incrementos econômicos fizeram com que algumas dificuldades geradas pela estrutura agroexportadora do período anterior fossem superadas, explicitando-se um crescimento do PIB acima da média do país como um todo, a partir da década de 1970. Isso indica que o Estado brasileiro criou as condições para o processo de acumulação do capital, realizando grandes investimentos, via fundos

públicos, incentivos fiscais, políticas de ajuste estrutural e obras de infraestrutura para facilitar o acesso ao mercado.

Durante a fase do "milagre econômico" (1970-80) o PIB nordestino apresentou a expressiva média anual de crescimento de 8,7%, contra a de 8,6% obtida pelo Brasil, em razão, fundamentalmente, do volume de investimentos públicos (infraestrutura) e privados (indústria) efetuados durante os anos 1960 e 1970. Quando da grande recessão que atingiu o país nos anos 1980, provocada pela crise do setor externo, em virtude da cessação dos financiamentos do "resto do mundo" , em 1982, e da decretação de moratória em 1987, a economia nordestina foi mais resistente, apresentando incremento médio anual de 3,3%, contra o de 1,6% registrado no Brasil. De acordo com a publicação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, as taxas de crescimento do PIB do Nordeste em anos de seca na década 1990 foram: -5,9% em 1990; -1,5% em 1992; -1,8% em 1993; e 1,5% em 1998. (SUDENE, 1999).

O bom desempenho da economia da região Nordeste nas décadas 1980/1990 assegurou que o PIB regional passasse de US\$ 22,9 bilhões em 1960, para US\$ 129,0 bilhões, no ano de 1997, transformando assim sua participação em relação ao PIB brasileiro de 13,2% (1960) para 16,0% (1997). O resultado foi à elevação do PIB *per capita* regional de US\$ 1.029,56 em 1960, para a cifra de US\$ 2.813,31 em 1997, mudando sua participação em comparação com a mesma variável do País de 41,9% (1960), para 55,8% no ano de 1997. (SUDENE, 1999)

Na década de 1990, as classes dominantes brasileiras subordinaram a economia do país ao capital internacional financeiro. Esse novo padrão de acumulação do capital internacional se apoderou das principais empresas estatais e privadas, desnacionalizaram os principais setores estratégicos da indústria, do comércio e serviços. E passaram também a controlar a agricultura brasileira. O Estado se transformou no principal fiador e viabilizador desse modelo⁷¹, ocorrendo a redução de tarifas de importação, a eliminação de barreiras tarifárias que geraram aumento de produtividade, forte queda nos preços dos produtos industriais e elevaram as importações e exportações de produtos primários. Daí justifica-se o aumento do PIB

⁷¹ O Estado "repassa na forma de financiamento subsidiado para investimentos, utilizando-se do sistema bancário público, Banco do Brasil, BNDES, BNB, SUDENE, assim como o Estado foi o gestor da transferência de renda nacional para o capital internacional a partir da década de 1970, no pagamento da dívida externa". (Consulta Popular, 2011, p. 35)

em todas as regiões do país, mas também, um acelerado e intenso processo de exploração, empobrecimento e precarização da vida da classe trabalhadora.

Ainda com referência ao crescimento da região, dados do Boletim Regional Semestral do Banco Central (2013) revelam que o Nordeste cresceu o dobro, 2,05% do PIB no primeiro semestre de 2013, fazendo comparação com o mesmo período de 2012. As atividades produtivas que mais têm contribuído para o dinâmico desempenho do nível da economia regional nos últimos anos, com suas respectivas taxas de crescimento acumuladas são: indústria de transformação (10,5%), energia elétrica (41,7%), abastecimento de água (43,7%), indústria da construção civil (60,8%), comércio (37,7%), transporte aéreo (11,2%), comunicações (96,7%) e aluguéis de edificações residenciais e não residenciais (35,8%). Neste cenário,

A indústria de transformação nordestina, apesar das crises que vêm se abatendo sobre a economia do país, conseguiu modernizar-se tecnologicamente de forma a poder competir nos mercados interno e externo, fazendo com que o segmento tenha apresentado, entre 1993 e 1998, crescimento acumulado de 15,3% contra o de 10,5% obtido pelo país como um todo. (SUDENE, 1999)

A significativa mudança nas atividades produtivas da Região causou grande alteração na pauta de exportação nordestina. Em 1980, apenas 45,0% das vendas do Nordeste para o exterior eram compostas por produtos industrializados. Já em 1996 essa participação havia atingido 78,0%. As políticas de ajuste estrutural que colocou o Brasil na rota da globalização contribuíram para a expressiva alteração na estrutura das vendas de produtos regionais para o exterior. Principalmente à instalação no Nordeste, de empresas multinacionais com tecnologias avançadas, forte modernização das já existentes, fundamentalmente nos ramos da química, metalúrgica, material elétrico e de comunicações, papel e papelão e vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Entre os produtos de exportação considerados importantes estão: frutas tropicais (manga, melões, uvas, banana, etc), açúcar e soja.

Outros dados que chamam atenção: entre 2002 e 2010, o número de trabalhadores formais na indústria da região mais do que duplicou, saltando de 800 mil para 1,7 milhão. O emprego com carteira assinada em geral, não só na indústria, também vem se expandindo. Em 2000, eram 4,3 milhões de empregos formais, com salto para 13,3 milhões, em 2011. As exportações nordestinas também tiveram alta

significativo, de US\$ 4,6 bilhões, em 2000, para US\$ 18,8 bilhões, em 2011. (Relatório da Rais, 2011)

Segundo o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que é o agente financeiro responsável por possibilitar crédito em diversas linhas com juros de 3% ao ano. O banco teve um crescimento nominal de volume de recursos investidos na região de 776% em 10 anos, e de 351% em total de operações. Em 2002, por exemplo, foram R\$ 2,6 bilhões, em 686 mil operações. No ano 2012, esse investimento chegou a R\$ 22,8 bilhões, com 3,1 milhões de operações.

Nos anos 2000, é representativo o retorno ao planejamento regional na economia brasileira, sobretudo a partir de 2006. Entre 1988 a 2001 predominou a execução de políticas de ajuste estrutural ao neoliberalismo. Já entre 2002-2009, período nomeado de neodesenvolvimentismo, identifica-se, na região um impulso às atividades produtivas. Podem-se destacar três períodos distintos entre o período neoliberal e o novo desenvolvimentismo. Primeiro, entre 1988 e 1995 verifica-se queda acentuada da participação do Nordeste no PIB total do país. No período 1996-2002 se mantém praticamente estável, seguido de perda nos dois anos seguintes. No entanto, desde 2005 a economia nordestina tem se recuperado, alcançando em 2009 sua maior participação desde 1986, cerca de 13,5%. Contudo, esse crescimento só não foi maior devido à crise financeira que atingiu o país.

Bacelar (2000, p. 173) afirma que há uma heterogeneidade econômica muito grande na região Nordeste, com ilhas de desenvolvimento com intensa modernização. Uma “[...] tendência de acumulação privada reforçadas pela ação estatal, quando não comandadas pelo Estado brasileiro fizeram surgir e se desenvolver no Nordeste diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo”.

Destacam-se, dentre esses pólos dinâmicos de desenvolvimento econômico: o complexo petroquímico de Camaçari; o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza/CE; o complexo minero-metalúrgico de Carajás (indústria); pólo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro (com base na agricultura irrigada do submédio São Francisco); áreas de moderna agricultura de grãos (dos cerrados baianos ao sul dos Estados de Maranhão e Piauí); fruticultura irrigada no Vale do Açu/RN; pólo de pecuária intensiva do agreste pernambucano; pólos turísticos no litoral nordestino, complexo de Suape/PE. Para, além disso, há áreas de desenvolvimento econômico que são sustentadas por estruturas socioeconômicas, políticas, culturais e ideológicas

tradicionais, mantidas pela base fundiária concentrada, dominada por setores da burguesia agrária. São elas a área canavieira e seus complexos agroindustriais, a área cacaueteira e o semiárido.

Durante as últimas décadas, mesmo com esse crescimento do PIB e da economia nordestina, a população ainda convive com a desigualdade social e de renda, a fome e a falta de terra para trabalhar e viver. Em 1990, o índice de Gini brasileiro se manteve praticamente estável em 0,60. De 2001 em diante o Gini segue em declínio, alcançando em 2009 o menor índice da série histórica, 0,54. Em termos regionais, o grau de desigualdade da renda foi menor nas regiões Sul, Sudeste e Norte, apresentando os menores índices (abaixo do Gini nacional) em 2009, 0,49; 0,51 e 0,52, respectivamente. O Nordeste e o Centro-oeste continuam amargando o maior grau de desigualdade de renda do país, igual a 0,56 cada.

Em 2011, o Nordeste deteve um índice de Gini de 0,54; e em 2012 obteve o pior índice de Gini do país: 0,522. Em 2012, a renda real do trabalho do 1% mais ricos no Nordeste foi 154 vezes superior à dos 10% mais pobres, um salto ante as 130 vezes de 2011. Maranhão e Piauí têm os piores índices Gini do País, com 0,633 e 0,568, respectivamente. Entre os nordestinos, o rendimento médio real dos 10% mais pobres ficou em R\$ 107,00, alta de só 1,9%, enquanto para os 1% mais ricos foi de R\$ 16.481,00, avanço de 20,7%. (IBGE, PNAD, 2012)

Em relação à concentração de terras, a região Nordeste apresenta as seguintes variações do Índice de Gini: no ano de 1975 é de 0,8173, no ano de 1985 praticamente não há alteração sendo de 0,8249. Em 1995 há uma pequena redução chegando à 0,8117 e em 2006 atinge 0,8048. (IBGE, Censo Agropecuário, 2006)

A despeito da região Nordeste ter sido favorecida pelos programas de Reforma Agrária que resultaram na criação de 3.784 assentamentos com cerca de 297.464 famílias beneficiadas no período de 1975 a 2006, ocupando uma área de 10.070.444,3862 ha, permaneceu alta a concentração de terras. Esses programas de Reforma Agrária não cooperaram para um arrefecimento significativo da concentração fundiária na região durante as décadas de 1975 a 2006. Os Programas de Reforma Agrária tinham metas de beneficiar milhões de famílias, contudo os resultados obtidos foram inferiores, o I PNRA atingiu apenas 6,4% da meta de assentar novas famílias e o II PNRA até 2005 atingiu apenas 27% de suas metas⁷².

⁷² Dados coletados no site do INCRA Nacional. (Disponível em www.incra.gov.br, acessado em 20/12/2013).

Apesar dos dados econômicos indicarem um crescimento do PIB na região, a população ainda vivencia indicadores sociais abaixo dos padrões de uma vida digna e essa contradição é fruto do desenvolvimento desigual que se processou na formação sócio histórica brasileira. As marcas das desigualdades sociais e econômicas persistem na história do país, e nas particularidades regionais, e se recompõem e atualizam-se no cenário de transformações do capital, em sua fase de mundialização financeira. O “moderno” se implanta e se edifica por meio do “arcaico”.

Ao analisar o desenvolvimento capitalista no Brasil e na região Nordeste, Oliveira (2003) reflete como as estruturas “arcaicas” do campo, longe de serem um obstáculo ao processo de expansão industrial e da dinâmica econômica, como afirmavam os “dualistas”⁷³, foram favorecedoras do desenvolvimento industrial, pois o baixo custo da força de trabalho rural propiciou o êxodo rural e a formação de um exercito de reserva de assalariados, sendo fundamental para a produção industrial e a acumulação do capital, ou seja, para alavancar o “moderno”. O “arcaico” e o “moderno” seriam duas dimensões dialéticas do processo de desenvolvimento capitalista⁷⁴. Assim, “[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 36).

Esse desenvolvimento desigual é tratado por Lamamoto (2001, p.102), quando refere-se a essa acepção em Marx. Para a autora,

A desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais na formação capitalista. Revela-se como reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais, fazendo crescer a pobreza relativa à concentração e centralização do capital, alijando segmentos majoritários da sociedade do usufruto das conquistas do trabalho social. Desenvolvimento desigual em outra dimensão não menos fundamental: os tempos desiguais entre as mudanças ocorridas na produção material e as formas culturais, artísticas, jurídicas etc, que expressam as alterações da vida material.

⁷³ Na década de 1950 e até metade dos anos 1960, o pensamento intelectual da esquerda brasileira, sobre a realidade nacional, foi hegemonizado por uma perspectiva analítica que ficou conhecida como “dualista”. A estrutura econômica, política e social brasileira era concebida pelos adeptos dessa perspectiva como constituída por dois pólos opostos: um setor “atrasado” e um setor “moderno”. Nesse raciocínio, uma parcela da economia brasileira composta por estruturas “arcaicas”, localizadas especialmente no campo, onde se produzia num sistema agro-exportação, seria um empecilho a expansão do “moderno” de outra parte da economia, concentrada nas regiões industriais direcionadas à produção de bens de produção e consumos duráveis, restringendo assim o “desenvolvimento nacional”. Dessa forma, caso não fossem superados os entraves “arcaicos” ao desenvolvimento do país, este continuaria em um estágio, qualificado pelos “dualistas”, como “subdesenvolvido”.

⁷⁴ Para maior aprofundamento desse tema, ver Oliveira (2003).

O desenvolvimento econômico e social, especialmente a partir da expansão monopolista, sustentou o predomínio imperialista com a concentração da riqueza, da renda, da produção industrial e da terra, em favor do mercado internacional, onde o Estado assume um papel crucial na mediação dos interesses das classes dominantes, favorecendo a reprodução ampliada do capital e a captura da renda fundiária. Por outro lado, uma massa de trabalhadores rurais e urbanos sem as condições dignas de sobrevivência, submetidos a processo arcaicos e violentos de gestão da força de trabalho e da vida em sociedade.

A área canavieira do Nordeste é emblemática nessa trajetória de desigualdades sociais, perpetuando uma massa de camponeses expropriados da terra, excluídos dos bens materiais e da cidadania, submetidos ao assalariamento rural e à degradação das condições de trabalho e de vida.

2.4 - A produção de Cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil: Traços Históricos e Particularidades Contemporâneas

Desde a colonização brasileira, a produção de açúcar tem sido um setor importante para o desenvolvimento econômico do Nordeste. O sistema *plantation*, iniciado em Pernambuco e na Bahia na primeira metade do século XVI, foi destinado, sobretudo à cana-de-açúcar, provocando o desmatamento e fixando os engenhos que fabricavam o açúcar bruto, a rapadura e a aguardente. Estes eram movimentados pela força humana. Posteriormente, os engenhos utilizaram a tração animal - bois e éguas - ou a água. Havia engenhos dos mais diversos portes e importância, convivendo com os chamados engenhos reais e as engenhocas. Em geral, os proprietários eram sesmeiros ligados aos donatários das capitanias e recebiam o financiamento de comerciantes europeus, sobretudo de judeus sefarditas que haviam sido expulsos de Portugal e se instalado na Holanda. (ANDRADE, 2001, p. 05)

O desenvolvimento da monocultura da cana e da produção de açúcar transposto do Brasil para as Antilhas após a expulsão dos holandeses do Nordeste provocou uma melhoria nas técnicas de produção e na qualidade do produto. Ocorre, então, um impacto sobre o Nordeste que continuou, até o começo do século XIX, a cultivar a cana crioula, a usar a força de trabalho manual - o arado só foi introduzido em meados do século XIX - e a produzir o açúcar bruto, de baixa qualidade.

Ainda na historiografia de Andrade (2001), ressalta-se que as inovações em escala internacional introduzidas no século XIX determinaram a necessidade de modernização da produção açucareira, dando margem ao programa imperial de implantação de engenhos de maior porte. Assim, a partir de 1874 foram reestruturados os engenhos banguêses, visando à produção de açúcar branco e demerara, surgindo então às fábricas de maior capacidade de produção. Quando eram de propriedade particular, chamavam-se usinas; quando de empresas comerciais, geralmente estrangeiras, denominavam-se engenhos centrais. O que distinguia umas das outras era que as usinas, sendo de propriedade de antigos senhores de engenho e de parentes e vizinhos associados, não separavam a produção da industrialização da cana e utilizavam a força de trabalho escrava, enquanto os engenhos centrais, subsidiados e com garantias de juros do capital aplicado pelo governo, tinham restrições quanto à posse de terras para a cultura da cana e à utilização da mão-de-obra escrava. A produção da cana a ser industrializada nos engenhos centrais era feita por proprietários de terra, antigos senhores de engenho que a vendiam ao engenho central, comprometendo-se a fornecer cotas anuais. Esses proprietários de engenho que desmontavam a sua indústria eram chamados de fornecedores de cana, substituindo os banguzeiros.

Com a criação das usinas foram fundadas numerosas pequenas unidades produtivas, muitas delas com instalação de algumas máquinas que lhes permitia a produção do açúcar demerara. À medida que aumentavam a sua capacidade de produção iam absorvendo os engenhos banguêses que restavam e, posteriormente, também pequenas e médias usinas. Observou-se, então, que a instalação de maquinário moderno, ao mesmo tempo em que diminuía o número de usinas em atividade, aumentava a produção de açúcar.

Salienta-se ainda que o grupo dominante, formado com a colonização, teve a capacidade de se adaptar a cada momento histórico, continuando até hoje no controle da produção açucareira regional, expandindo-se até em outros estados da Federação e formando uma oligarquia política que manteve por muito tempo o controle do Estado. (ANDRADE, 2001, p. 06)

A organização agroindústria canavieira no Nordeste e no Brasil tem como características a forte concentração da renda e do poder na mão dos proprietários de terra (senhores de engenho, usineiros e fazendeiros), que influíram decisivamente na

articulação de uma rede de relações políticas e institucionais, com apoio governamental, criação de mecanismos e dispositivos de proteção à monocultura e a reprodução ampliada do capital.

Até a década de 1940, o Nordeste era o maior produtor de açúcar para exportação. Após a Segunda Guerra Mundial, o Sudeste, especialmente, São Paulo passa a ser o maior produtor de açúcar, orientado para o mercado interno. Mas o Nordeste continuou sendo o maior exportador, financiado pelo Estado. Esse apogeu das exportações de açúcar pelo Nordeste foi mantido até a década de 1990, quando ocorre a desregulamentação.

Na década de 1960, o Brasil implementa um forte processo de modernização das usinas, com aumento da capacidade de moagem e da área plantada para atender ao mercado americano, pois Cuba, seu maior fornecedor, deixara de cumprir esse papel, dado o embargo norte-americano, devido a Revolução Socialista. As usinas paulistas aproveitam a modernização tecnológica e ampliam sua capacidade produtiva e superam a produção do Nordeste.

Em 1970, o complexo agroindustrial canavieiro passa por um processo de modernização para atender às exigências das exportações. A mecanização agrícola se processou na etapa do preparo do solo, mas o plantio e o corte permaneceram manuais, exigindo quantidade significativa de força de trabalho. A produção extensiva, somada à modernização demandou uma expansão da área plantada, portanto de mais terra, requerendo um número maior de trabalhadores para o corte e plantio da cana-de-açúcar. Como a modernização foi parcial, nas décadas de 1960 e 1970, o plantio, a colheita e o carregamento da cana continuaram sendo manual, até final da década de 1980. Como destacam,

Apenas as atividades de transporte das mudas, abertura dos sulcos, ou valas, fechamento e adubação passaram a ser feitas por caminhões e máquinas agrícolas. No plantio manual, ou semimecanizado, os trabalhadores, que realizam as atividades de jogar e picar a cana, estão submetidos a um elevado ritmo de trabalho, determinado pela velocidade das máquinas, que estão na frente e atrás dos trabalhadores. (NOVAES E ALVES, 2007, p.25)

Esse processo de modernização tecnológica também acarretou a expulsão de milhares de trabalhadores rurais que viviam da agricultura de subsistência, em suas pequenas glebas. Estes foram obrigados a deixar suas terras, forçados pelo processo

de expropriação e pela própria lógica de expansão da área de monocultura canavieira e obrigados a subjugar-se ao assalariamento rural nas usinas. A modernização colocou a favor da expansão do capital agroindustrial uma massa de trabalhadores rurais sem terra.

Em meados da década de 1970, a agroindústria canavieira passa por nova modernização, quando da produção de álcool combustível, incentivada pelo Programa Nacional do Álcool (PRO-ÁLCOOL)⁷⁵, do governo federal, incorporado a matriz energética brasileira. Nesse momento, há uma expansão da área canavieira e a expropriação de agricultores familiares nos arredores das terras das usinas e destilarias, disponibilizando força de trabalho barata para o trabalho nos canaviais. Nesse processo de modernização da agroindústria canavieira, registra-se a migração intensa de trabalhadores rurais para a produção do Sudeste, principalmente dos Estados do Nordeste.

De acordo com Novaes e Alves (2007, p. 26) esse período caracterizou-se por uma,

[...] dinâmica do complexo agroindustrial canavieiro, tanto voltada ao mercado externo quanto ao mercado interno, nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente, promoveu o desenvolvimento de uma capacidade competitiva, fundada em: baixos salários, eficiência de suas operações, uso extensivo da terra e intensivo de meios disponibilizados pela natureza.

Os anos 1980 foram caracterizados pela fase de desaceleração, coincidindo com a crise fiscal e financeira, que causou um impacto negativo no Nordeste. A taxa média de crescimento econômico diminuiu, então, para 4,3%. Na década de 1990, o Estado brasileiro passa por mudanças significativas para inserir-se nas políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo e não consegue prosseguir com a política de crédito, promovendo a desregulamentação parcial do setor canavieiro e uma abertura comercial, acrescida da queda do preço de açúcar e álcool em âmbito internacional. “A relação do setor canavieiro com o Estado modifica-se ao longo deste período, porém a aliança histórica com a classe dominante mantém-se”. (SANT’ANA, 2012, p. 28).

⁷⁵ A primeira etapa do Programa Nacional do Álcool - Pró-álcool ocorreu em 1975, sob o decreto nº 76.593, de 14/11/1975, com um total de 136 projetos aprovados para destilarias anexas e 73 para destilarias autônomas. A segunda etapa ocorreu em 1979 com o decreto nº 83.700/1979, especialmente para a produção de álcool hidratado como combustível direto, retirando a ênfase do álcool anidro. Novamente o governo socorre a agroindústria canavieira com juros de mercado em condições favoráveis para os proprietários de usinas e cria um mercado consumidor do carro a álcool. (SANT’ANA, 2012, p. 21)

A partir da desregulamentação do complexo canavieiro, diferentes estratégias foram implementadas para o retorno do crescimento do setor, principalmente o crescimento técnico nas unidades produtivas e a concorrência interna entre as empresas do complexo agroindustrial. Instala-se um novo padrão de produção enxuta, com a redução de custos. Esse novo paradigma, como nos informa Novaes e Alves (2007) prever:

Adoção de mecanização do plantio e do corte da cana crua; automação no controle de processos de produção industrial; aumento da produtividade do trabalho, com redução do número de trabalhadores empregados; [...] aumento da produtividade agrícola, medida em quantidade de sacarose; mudanças empreendidas nas formas de gestão da força de trabalho [...]. (NOVAES e ALVES, 2007, p. 28)

Assim, a partir de 2002, o setor volta a desenvolver-se e ganha novo dinamismo. Isso devido a alguns fatores: crescimento da demanda interna de álcool, em decorrência dos novos modelos de automóveis “*flex fuel*”, movidos por álcool e gasolina; efeitos do Protocolo de Kyoto que impõe a redução da emissão de CO² na atmosfera; a incapacidade dos EUA, maior produtor de álcool de milho, de atender o crescimento do mercado interno e externo; baixo custo de produção de açúcar e álcool; crescimento da produtividade do trabalho agrícola e industrial na região Sudeste do país.

Com a crise do capital a partir de 2008, as empresas do setor sucroalcooleiro intensificaram as fusões com grupos estrangeiros e parte deste passou para corporações como Cargill, Louis Dreyfus Commodities⁷⁶, Tereos, Adeco Agropecuária,

⁷⁶ O grupo francês Louis Dreyfus Commodities é uma organização internacional de empresas de propriedade e controle da Louis Dreyfus S.A., com sede em Paris e constitui uma “subsidiária integral” da família Louis Dreyfus desde sua fundação em 1851. Tais empresas estão presentes em mais de 53 países e seus principais escritórios estão sediados nas seguintes cidades: Beijing, Buenos Aires, São Paulo, Genebra, Londres, Paris, Cingapura, Wilton (Connecticut) e Memphis (Tennessee). Em 2007, o grupo Tavares de Melo de Pernambuco realizou uma negociação com a Louis Dreyfus que resultou na compra da Usina Estivas no Rio grande do Norte; da Agroindustrial Passa Tempo e Usina Maracajaú ambas no estado de Mato Grosso do Sul; da Destilaria de Álcool Giasa situada na Paraíba; além da Usina Esmeralda (MS), que naquele momento estava sendo construída. O grupo francês aparece como um dos maiores comerciantes de grãos e oleaginosas do mundo. Entre os produtos comercializados atualmente, destacam-se oleaginosas, milho, cevada, arroz, trigo, sorgo, soja, canola e semente de girassol. A Louis Dreifus Commodity possui uma capacidade diária de moagem de mais de 30.000 toneladas e capacidade de refino acima de 1.300 toneladas por dia. No Brasil, a empresa opera três usinas de esmagamento de soja, possui três usinas de cana-de-açúcar, produzindo 450.000 toneladas de açúcar e 150.000 metros cúbicos de álcool anualmente. (ARAÚJO, 2009)

Nouble e Infinity Bioenergy. Dados de 2008 da União dos Produtores de Bioenergia (Udop) revelaram que a participação de grupos estrangeiros na moagem de cana no centro-sul do país avançou de 9,21% em 2007, para 11,1% no ano seguinte. Entre 1996 e 1999 havia em torno de sete fusões e aquisições de usinas. Nesse período, o setor entra em crise e apenas na década seguinte (2000) volta a crescer e passa por grande reestruturação e um forte investimento na política do etanol. Fruto dessa reestruturação entre 2000 e 2007 ocorreram 80 fusões na agroindústria canavieira.

Toda essa acumulação e expansão do capital tiveram o apoio do BNDES. Em 2004 o setor sucroalcooleiro recebeu do BNDES a quantia de R\$ 605 milhões e, em 2007, o montante de R\$ 3,6 bilhões, representando 4,76% do crédito total concedido pelo banco. Entre 2009 e 2010 o setor sucroalcooleiro movimentou cerca de R\$ 56 bilhões, o que significou 2% do PIB nacional. Chama atenção o número de trabalhadores empregados no período - 33 milhões – que foram responsáveis pela produção de 33 milhões de toneladas de açúcar e 29 bilhões de litros de etanol. (LIMA, 2011).

As transformações ocorridas no setor sucroalcooleiro revelam a dinâmica e metamorfose do capital a cada fase e como ele se reestrutura para garantir sua reprodução, dominando o processo de trabalho, os meios de produção e a força vital que faz gerar a riqueza. Tudo isso via avanço científico e tecnológico, incentivos fiscais, ajuste estrutural da economia local e prioridade ao agronegócio. Esse “progresso” modernizador representa a valorização do capital, à medida que desenvolve estratégias de extração da mais valia de trabalhadores agrícolas e industriais.

O avanço tecnológico, concebido através da mecanização, maquinário, informática, inovações químicas e biológicas, revela-se em capital com o propósito de subjugar e controlar a força de trabalho, os meios de produção, o processo de trabalho agrícola e industrial e apoderar-se da riqueza produzida pelo trabalho excedente, trabalho não pago, que agora se transforma em lucro, em mais valor. É a preponderância do capital sobre o trabalho, decompondo tudo em renda (terra, recursos hídricos, trabalhadores, tecnologia, etc).

Na concepção de Tomaz Júnior (2002) o trabalho objetivado tende a aumentar em relação ao trabalho vivo.

Na medida, então, em que o desenvolvimento das forças produtivas (relações técnicas de trabalho e produtividade) depende e é condição do desenvolvimento das relações sociais de produção (regras de trabalho, gerenciamento), o “trabalho objetivado” (máquinas, capital

constante) tende a aumentar em relação ao trabalho vivo (capital variável), como forma de garantir o processo de valorização do capital. Pode-se dizer que o capital busca, incessantemente, a transformação dos meios de produção e do próprio trabalhador. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.136)

Os incrementos tecnológicos, somados aos econômicos, financeiros e fiscais, através do Pró-álcool, contribuíram para o aumento da produtividade do trabalho, favorecendo a valorização do capital, com o rebaixamento do custo de produção, novas formas de gestão e controle do processo de trabalho, assinalando no tempo e nos territórios estratégias de contratação e tratamento da força de trabalho assalariada. Nesse cenário aparecem novas funções e até tipos de trabalhadores, agora polivalentes, integrado as forças de mercado, adequados às novas exigências do processo de trabalho. Esse contexto impõe novos desafios para suas organizações sindicais e movimentos sociais.

Esse movimento do capital financeiro sobre a produção agrícola, também se reflete na região canavieira de Pernambuco, com fortes conseqüências para a vida dos trabalhadores assalariados.

2.5 - Expansão e Valorização do Agronegócio na Zona Canavieira de Pernambuco:

A área canavieira de Pernambuco é parte desse processo de acumulação e expansão do capital. Ela é composta por 43 municípios, ocupando uma área de 8.738 km², correspondente a 8,9% do território estadual. É uma das Regiões de maior potencial econômico do Nordeste, pelos recursos naturais disponíveis (água, solo, etc.), pelas vantagens locais (em torno da Região Metropolitana do Recife), com razoável infraestrutura econômica (estradas, portos marítimos, aeroportos) e abundante contingente de força de trabalho. No último censo demográfico, a sua população era de 1.132.544 habitantes, equivalendo a 15,9% da população do estado, dos quais 62% se encontravam na zona urbana. Nessa Região concentra-se a monocultura canavieira, que, em uma área de aproximadamente 450 mil hectares, chegou a empregar em épocas de safra, mais de 200 mil pessoas.

De acordo com os dados do Censo 2010, apesar do aumento da escolaridade na Zona da Mata de Pernambuco, expresso pela taxa de alfabetização, que registrou,

em 2010, 94,6% para os jovens entre 15 e 19 anos na Zona da Mata, esse ainda se constitui em um sério entrave para o desenvolvimento na região, pois as faixas etárias imediatamente acima, de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos (auge da fase produtiva), contam com taxas de alfabetização de 89,6% e 79,7%, respectivamente. (IBGE, 2010)

Em relação às condições sócioeconômicas, cerca de 17,2% dos habitantes da Mata Norte vivem em situação de extrema pobreza, o que se agrava quando se considera apenas a população rural, onde uma em cada cinco pessoas se encontra nessa situação. Os indicadores não são diferentes para a Mata Sul, onde 17,9% dos moradores vivem em extrema pobreza e, considerando a população rural, cerca de 24,3% estão nessa condição, ou um em cada quatro indivíduos.

Tal situação se revela nos dados do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Pernambuco (CONSEA), que registram o alto índice de insegurança alimentar grave na região, 7,3% para a Zona da Mata Norte e 9,6% para a Mata Sul. Quanto ao mercado de trabalho, observou-se crescimento entre 2006 e 2010, no que diz respeito ao número de vínculos formais, 7,2% para Pernambuco, segundo os registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). No entanto com menor intensidade para as Matas Norte (4,4%) e Sul (2%). (IBGE, 2010)

O último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sobre o setor sucroalcooleiro revela a perda de participação relativa da produção pernambucana de cana-de-açúcar, que, na safra 2013/14, deverá representar apenas 3% da área plantada e 2% da produção de cana no país. Em termos absolutos, isso representa 295,4 mil ha para uma produção de 14.632 mil t, com uma produtividade média de 49,5 toneladas por hectare, contra uma média nacional de 73,5 t/ha. Em dez anos, o estado reduziu 18,7% da área plantada e, em 23%, a produção de cana, o que implicou redução da produtividade de 5,3%, no período em análise. Esse declínio, que vem desde o fim do Proálcool, no início da década de 90, reflete o deslocamento da produção para outras regiões do país, em especial, o Centro Sul, que atualmente representa 91% da produção nacional.

Dados do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco (SINDAÇÚCAR) revelam a produção sulcralcooleira nas últimas oito safras, conforme tabela abaixo:

Quadro 03: Produção de Cana, Açúcar e Etanol de Pernambuco 2005/2013

Safra	Quantidade Moagem da Cana (t)	Quantidade Açúcar (t)	Quantidade Etanol (m³)
2005/2006	13.878.941	1.215.419	329.434
2006/2007	15.716.681	1.369.105	342.825
2007/2008	19.822.187	1.683.448	511.576
2008/2009	17.945.892	1.529.752	545.252
2009/2010	19.174.402	1.512.548	400.026
2010/2011	16.896.738	1.365.964	385.096
2011/2012	17.376.948	1.477.915	357.610
2012/2013	13.153.013	1.171.783	265.476
2013/2014*	5.780.505	431.655	104.613

Fonte: SINDAÇUCAR, 2013 – (*) Os dados da safra 2013/2014 foram contabilizados até 30/11/2013, não tem concluído a contagem geral do período de safra, que segue até fevereiro de 2014.

Nota-se que as safras 2007/2008/2009 são as mais representativas em termos de produtividade. Isso se deu em função da reestruturação do setor a partir de 2002, com mais incentivos fiscais, fusão de algumas empresas, avanço tecnológico, mecanização e novas formas de gestão da produção e da força de trabalho. Mesmo em um cenário de expansão de consumo de açúcar e etanol – com o aumento da composição de álcool na gasolina e a produção de carros multicomcombustíveis, o que garante um mercado estável e crescente para a produção sucroenergética, as perspectivas de ampliação da base produtiva nesse setor em Pernambuco são bastante tímidas, principalmente quando comparadas a períodos da história em que o Estado se configurou como o maior produtor nacional.

Essa perda de dinamismo do setor se refletiu no mercado de trabalho, entre 2006 e 2011, quando se observou uma redução de 35% no número de vínculos registrados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para o cultivo de cana-de-açúcar no estado, passando de 53.832 para 34.970 postos formais, que, em sua maioria, eram ocupados por homens (93%), entre 25 e 49 anos (67%), que tinham, no máximo, o Ensino Fundamental completo (92%). (FETAPE, 2013)

Mesmo em meio à crise do setor, registra-se um número de 13 empresas em funcionamento na Mata Sul e Norte de Pernambuco, conforme tabela abaixo.

Quadro 04: Usinas em Funcionamento em Pernambuco

Empresa	Município
Usivale Indústria e Comércio Ltda (Usina Laranjeiras)	Vicência
Usina Cruangi S/A	Timbaúba
Usina Central Olho D'água	Camutanga
Usina São José S/A	Igarassu
UNA Açúcar e Energia Ltda	Tamandaré
Interiorana Serviços e Construções Ltda	Ribeirão
Usina Bom Jesus S/A	Cabo de Santo Agostinho
Usina Salgado S/A	Ipojuca
Usina Ipojuca	Ipojuca
Cachool Comércio e Indústria S/A	Escada
Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda	Cortez
Usina Pumaty S/A	Joaquim Nabuco
Usina Petribu S/A	Lagoa de Itaenga

Fonte: SINDAÇUCAR, 2013

Esse quadro das empresas sucroalcooleira em funcionamento em Pernambuco é responsável pela produção de açúcar e álcool do Estado, segundo maior produtor do Nordeste, perdendo apenas para Alagoas. Chama atenção a empresa Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda, pertencente ao Grupo Farias que domina 20 mil hectares de terra com cana-de-açúcar em Pernambuco. Além disso, esse grupo detém outras agroindústrias sucroalcooleiras no Brasil (Goiás, Acre e São Paulo) e empresas em outros ramos da produção agrícola e industrial, tais como: concessionárias de veículos, produção de fruticultura irrigada, projetos de ecoturismo, logística e desenvolvimento imobiliário. Isso evidencia a diversificação dos ramos de produção das empresas transnacionais, articuladas aos empresários nacionais, com apoio do Estado.

Da mesma forma, o Grupo Petribu que investe em agroindústria canavieira, sorvetes e picolés, termoeletrica, além de ser acionário do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (SUAPE). Esse grupo tem uma capacidade de produzir 375 toneladas de cana de açúcar por hora; 800 sacos de 50 Kg de açúcar por hora; 8,35 metros cúbicos de etanol por hora; uma área de aproximadamente 25.000 hectares cultivados e área total de 32.122 hectares⁷⁷.

Já o Grupo Olho D'Água possui duas empresas sucroalcooleiras, Usina Central Olho D'Água/PE e a Companhia Industrial Vale do Parnaíba/PI (COMVAP) – Açúcar e

⁷⁷ A história do Grupo Petribu teve início na Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco, no século XVIII, com a então família Cavalcanti de Albuquerque, incorporou o topônimo "Petribu" ao nome da família que, na língua Tupi, significa "nascente de águas claras".

Álcool Ltda., esta última adquirida em 2002, quando tinha uma moagem de apenas 200.000 toneladas de cana por safra. Sob a administração do grupo, a empresa moeu na última safra, 807.000 toneladas de cana-própria e mais 206.000 toneladas de fornecedores de cana. Atualmente, tem uma moagem consolidada de 2.700.000 toneladas de cana-de-açúcar e emprega na safra e entressafra 7.630 e 3.500 funcionários respectivamente.

Com a reestruturação do setor a partir dos anos 1990, várias usinas e destilarias do Estado foram desativadas e as terras estão abandonadas ou nas mãos de arrendatários que tentam sobreviver do fornecimento de cana-de-açúcar para as empresas maiores. Exemplo disso é a falência da Usina Pumaty, situada no município de Joaquim Nabuco que dispensou 1,8 mil trabalhadores em julho de 2013⁷⁸.

No momento da falência, a empresa tinha cerca de 2.200 trabalhadores/as na indústria e no campo. Outro exemplo dessa crise é a desativação da Usina Gruangi, em Timbaúba, que o Governo Federal ameaçou desapropriar para fins de reforma agrária, mas os fornecedores de cana e os proprietários não permitiram e entraram em acordo com o governo para arrendar as terras da usina. Outras áreas de cana-de-açúcar estão em processo de conflito de terra, pois foram ocupadas por famílias sem terra, organizadas pelo MST ou pela FETAPE. Estima-se que há em Pernambuco, existem cerca de 33 acampamentos de luta pela terra, na área canavieira, ocupando as áreas de engenhos e usinas desativadas.

A crise da produção sucroalcooleira coloca em xeque o modelo de desenvolvimento hegemônico da Zona da Mata Pernambucana, baseado na monocultura da cana, que absorvia inclusive a produção de pequenas propriedades e assentamentos, que, sem o apoio sistemático de políticas públicas voltadas para a produção, assistência técnica, financiamento e comercialização/escoamento de alimentos, acabavam por engrossar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Não foram criadas alternativas de absorção da mão de obra dispensada pelo setor e a tendência é que, com a opção de reconfiguração produtiva em curso na região também não criará alternativas sustentáveis de ocupação para esses/as trabalhadores/as, sobretudo para a juventude. (FETAPE, 2013)

A reestruturação produtiva que se processou no setor a partir dos anos 1990 está intimamente ligada às novas exigências do capitalismo: maior produtividade, menor custo, menor preço de mão-de-obra e diminuição de trabalhadores canavieiros.

⁷⁸ No momento da pesquisa, os trabalhadores demitidos e os fornecedores de cana de açúcar locais não haviam recebido os recursos da demissão e da safra, respectivamente, tendo que recorrer à Justiça.

2.6 – Reestruturação Produtiva e Exploração do Trabalho no Canavial: Modernização e Super Exploração do Trabalho e Resistência dos Trabalhadores

A reestruturação produtiva que se processou na agroindústria sucroalcooleira, modernizando o setor industrial e parte do setor agrícola das usinas foi beneficiada pelas perspectivas positivas do mercado internacional de álcool, como opção de energia renovável e menos poluidora que o petróleo e do mercado de açúcar, sendo o Brasil lócus privilegiado de exportação em condições de competitividade em âmbito mundial, dada às restrições de subsídios aos produtores europeus.

Essa modernização propiciou um sistema duplo de corte da cana: mecanizada e manual, sendo utilizado de acordo com a estrutura física e financeira de cada usina, considerando, também, as condições e restrições técnicas do solo onde a cana está plantada. A inclusão da tecnologia transformou as relações de trabalho e a dinâmica do processo produtivo, exigindo novas funções, trabalhadores especializados e qualificados (engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, engenheiro ambiental, engenheiro químico, engenheiro de produção, administrador, etc), um novo perfil de canavieiro (inclusive os mais jovens e alfabetizados), nova forma de gerenciamento, novas técnicas de plantio, novas variedades de cana; etc. A consequência desse processo foi a extinção de postos de trabalho e muitos trabalhadores rurais cortadores de cana demitidos.

Esse novo panorama implicou em novas relações aos empresários da cana-de-açúcar. Estes tiveram que diversificar a produção e os investimentos, saindo “*porteira a fora*”, atuando em outros setores da economia, não exclusivamente no agronegócio. E fizeram isso contando com uma rede de articulações e relações regionais, nacionais e internacionais.

Como afirma Novaes e Alves (2007), há uma mudança no perfil dos empresários rurais do setor sucroalcooleiro.

Esse processo mudou o perfil dos empresários do setor. Os usineiros pulverizaram seus investimentos em outras atividades (turismo, comércio, indústria, especulação de terra), e empresários que acumularam riquezas em outros setores da economia passaram a investir na compra de usinas e terra para a plantação de cana. As oligarquias regionais nacionalizaram-se e não mais se diferenciaram de outros segmentos dominantes. (NOVAES E ALVES, 2007, p.92)

Assim, a reestruturação produtiva que se realizou no setor açucareiro concentrou, ainda mais, renda e terra, produzindo, ao mesmo tempo uma massa de trabalhadores sobrantes. Na nossa pesquisa, pudemos identificar que as condições de trabalho dos canavieiros são extremamente degradantes e de extrema exploração. A introdução gradativa da mecanização no processo produtivo da cana foi contribuindo para eliminar grandes parcelas de trabalhadores. Isso acentuou a sazonalidade do trabalho agrícola, formando um ciclo de trabalho permanente e temporário, além de fomentar a migração interna de trabalhadores para as fazendas de cana-de-açúcar do centro-sul do país, especialmente São Paulo.

Como a agroindústria da cana é um negócio muito rentável para o capital, “[...] as usinas, na maioria dos casos, não compram terras, somente a planta industrial. Há pequenos, médios e grandes fornecedores. A agricultura camponesa sempre teve um papel de fornecedora de mão de obra barata ou de terra barata para a grande propriedade”. (LIMA, 2011)

Nessa perspectiva, a onda modernizante da agroindústria canavieira não atingiu apenas a indústria, mas se estendeu ao setor rural onde a matéria-prima é cultivada, e ambas receberam um suporte de um setor administrativo em cada usina/destilaria que orientou/orienta e definiu/define normas e diretrizes que controlam as relações de trabalho tendo em vista maior produtividade, com maior exploração da força de trabalho. Num primeiro momento do processo de modernização nos anos 1990 expandiu-se a área plantada. Quando as terras encareceram e ocorreu uma dinamização do mercado de terras, já tendo alto índice de concentração fundiária, foi preciso a introdução de novas tecnologias para aumento da produção agrícola.

O uso de inovações biológicas, químicas e físicas, da mecanização da base técnica e da introdução de novas formas de organização do trabalho são elementos desse processo moderno e excludente vivenciado por centenas de trabalhadores rurais, já expropriados de suas antigas pequenas propriedades e sítios. A descoberta de novas variedades de cana-de-açúcar, com elevados teores de sacarose, que se adaptam a diversos tipos de solo e grande potencial de brotação das sequeiras, após o corte; tem propiciado um aumento de até 30% da produção nacional. Estas são mais resistentes a pragas e doenças, tornando a vida útil do canavial mais longa.

Acrescenta-se o trabalho de Biotecnólogos que têm se empenhado no melhoramento da cana, selecionando, analisando e fabricando mudas sadias, que passam por rigoroso controle fitossanitário, no sentido de aumentar a produção e

prever possíveis epidemias nas lavouras. Diversas usinas têm adotado a biofábrica com capacidade de produzir 80 mil mudas por mês e armazenar em estufa 300 mil plantas.

Com a crescente utilização de novas variedades de cana⁷⁹, descobrem-se as inovações químicas – fertilizantes e corretivos para o solo, defensivos, herbicidas, etc. Estes aumentam a fertilidade da terra, possibilitando uso de áreas antes impróprias para o cultivo; diminuindo as perdas nas plantações, através do controle de pragas; de modo a elevar a concentração de sacarose através da pulverização de produtos que aceleram o processo de maturação da cana-de-açúcar; entre outros.

Essas inovações tecnológicas e químicas aumentam a produtividade, potencializam a mecanização, diminui o tempo de execução do trabalho e utilizam um número bem menor de mão-de-obra. A mecanização foi introduzida na lavoura para preparo do solo, corte e transporte da cana-de-açúcar para a indústria. Na etapa do plantio há uma combinação de trabalhador e máquina, onde o primeiro deve adaptar-se ao ritmo e intensidade do segundo.

Na colheita, a primeira mecanização ocorreu com o transporte de cana-de-açúcar para a usina. São caminhões (também conhecidos como Romeu e Julieta ou triminhões) que trafegam pelos talhões de cana com grande economia de combustível e com capacidade para levar até 60 toneladas de cana por viagem. Em seguida, veio a mecanização do carregamento da cana, feitos agora, por guinchos ou carregadeiras, que operam em qualquer tipo de solo, desempregando muitos trabalhadores assalariados que realizavam essa atividade. Por outro lado surge a figura do “Bituqueiro” – trabalhador diarista cuja atividade é amontoar os pedaços de cana que escapam as garras do guincho na hora do carregamento. (SCOPINHO e VALARELLI, 1995, p.60).

⁷⁹ “Para garantir rentabilidade ao setor sucroalcooleiro é fundamental obter elevada produtividade da cana-de-açúcar. O melhoramento genético é considerado um dos principais fatores agrônômicos que podem contribuir com o aumento da produtividade, permitindo desenvolver variedades que se adaptem melhor às condições adversas de solo e clima e à incidência de pragas e doenças, assim como ao sistema de colheita. A máxima produtividade em cana-de-açúcar depende, também, de um correto planejamento de plantio e de adequado manejo das variedades, as quais devem atender a exigências tanto no campo como na indústria, para maximizar lucros. A existência de muitas variedades é uma vantagem, embora isto torne difícil a tomada de decisão, já que requer muito mais conhecimento do produtor rural acerca das opções disponíveis. É importante que o produtor possua uma diversidade de variedades e cultivares de cana-de-açúcar na lavoura, pois assim pode diminuir a possibilidade de que uma praga ou doença se prolifere dentro do canavial, causando prejuízos”. (Informações disponíveis em <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/>. Acesso em 10/09/2014)

Outra inovação da mecanização foram as colheitadeiras, que substituem, em média, 150 pessoas, podendo cortar a cana em pedaços de 60cm ou 20cm. No carregamento, eliminam-se as carregadeiras. É preciso, apenas, um caminhão com carroceria para receber a cana cortada. A moenda, também deve se adaptar para receber a cana picada. Esta inovação técnica aumenta a produtividade e a qualidade da matéria-prima, diminuindo, assim, os custos de produção agrícola.

No contexto da economia nacional, a agroindústria canavieira é um setor importante para acumulação do capital. Todas essas estratégias de modernização reforçam a expansão do agronegócio e do capital financeiro internacional, tendo como consequência a diminuição da força de trabalho e a formação de uma massa sobrando do processo produtivo e da vida.

Ademais, o uso indevido de agrotóxicos na pulverização das plantações, tem provocado muitas doenças, acidentes e mortes de trabalhadores que entram em contato direto com os agroquímicos, sem nenhum equipamento de proteção e segurança. O pagamento do corte da cana por produção tem implicado em um ritmo intenso aos trabalhadores assalariados, que muitas vezes vai além de seus limites físicos. Poucos são aqueles que conseguem ganhar algum dinheiro e terminar a safra sem adoecer ou sofrer algum acidente. A maioria gasta o pouco recurso que recebe com alimentação. São relações de trabalho aviltantes, com uso predatório da força de trabalho e violação dos direitos humanos, trabalhistas, previdenciários, sociais, culturais, econômicos e políticos.

A migração interna entre as regiões do país tem sido uma realidade presente na área canavieira e na vida dos trabalhadores rurais assalariados. Na maioria das vezes esse contingente populacional é aliciado pelos empreiteiros de força de trabalho ou “gatos”, atraídos pela perspectiva de melhorias salariais e de vida. Na verdade esses trabalhadores são submetidos a condições miseráveis de alimentação, moradia, trabalho e a um processo de endividamento e subordinação.

Diante dessa grande demanda de força de trabalho foram se formando cidades e vilas nas proximidades das usinas. A segregação cultural canavieira foi ao longo do tempo, definindo espaços das cidades. Muitos desses migrantes se estabeleceram na região. Essa migração forçada é um processo perverso de negação da vida e da dignidade humana. Significa não ter referências, não ter um lugar para morar, perderam suas raízes sociais e culturais.

Há ainda, em muitas empresas, relações de trabalho bem distantes do que prescreve a legislação trabalhista brasileira. Há trabalhadores sem carteira assinada, não tendo acesso aos direitos de assistência jurídica, sindical, previdenciária e à saúde. A maioria dos trabalhadores não conhece seus direitos, apesar das Campanhas Salariais desencadeadas pelas FETAGs e CONTAG todos os anos no período da safra, ficando a empresa com total controle da produção e da força de trabalho.

Nas frentes de trabalho é comum os canavieiros adoecerem por excesso de trabalho. As doenças mais freqüentes são dispnéia, dores lombares e torácicas, câimbras, comprometimentos da coluna vertebral, doenças respiratórias que geram incapacidades físicas como desidratação, anemia, oscilações da pressão arterial, problemas gastrointestinais, dermatites, conjuntivites, envenenamento por picada de animais peçonhentos e agrotóxicos. Essas doenças apresentam estreita relação com a organização do trabalho no canavial. (ALVES, 2006)

Muitas usinas mantêm na sua estrutura física e organizacional ambulatórios com médicos e enfermeiros que tratam os casos como uma questão meramente biológica individual e não como resultante de um conjunto de fatores do mundo do trabalho. Em muitos casos, os mais graves, por exemplo, os médicos atendem na própria usina e não encaminham os trabalhadores à rede de assistência à saúde, por receio de serem notificados e multados pelos problemas causados a saúde do trabalhador.

Nesse sentido, a subordinação do trabalho humano ao capital, expresso na modernização tecnológica da agroindústria canavieira, tem contribuído para degradação das condições de vida de centenas de trabalhadores rurais. Não só as atividades mecanizadas aniquilam os trabalhadores, mas, também, as relações subjetivas, transformando pessoas em códigos informatizados num sofisticado controle de produção e força de trabalho.

Na lavoura canavieira a insalubridade, a periculosidade e a penosidade são características da superexploração do trabalho. Chama atenção o aliciamento ou arregimentação da força de trabalho sazonal que é feita nos povoados, pelos gatos ou empreiteiros. O gato cumpre a tarefa de localizar os candidatos ao trabalho nas usinas, através dos donos dos botecos e armazéns, reconhece aqueles que são bons ou não; ou simplesmente, aqueles que pagam em dia suas contas. O gato é a figura que cumpre o papel de intermediar todos os conflitos dos trabalhadores com as empresas.

A despeito de todas essas condições, também podemos constatar que a área canavieira de Pernambuco é também uma área de forte mobilização e organização de

trabalhadores assalariados. Na década de 1980, os trabalhadores rurais recuperaram espaço na cena política brasileira, com destaque para as ações de greve dos canavieiros de Pernambuco que mobilizou no primeiro ano de greve (1979) 23 mil trabalhadores assalariados em 23 sindicatos rurais. Em 1980 a greve se expandiu articulando 42 sindicatos da Zona da Mata e 240 mil trabalhadores paralisados. As principais reivindicações eram reajuste salarial, aprovação de uma tabela de cana e direito a terra, além de todos os outros direitos trabalhistas e previdenciários. Essa experiência de Pernambuco se transformou em modelo para todo país e durante todos os anos das décadas de 1980 e 1990, as greves de canavieiros se expandiram para todo Brasil, com destaque para os Estados do Nordeste.

Nas décadas de 1990 e 2000, a zona canavieira de Pernambuco também tem sido palco de lutas por terra, protagonizadas por movimentos sociais rurais: MST, FETAPE, Comissão Pastoral da Terra e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essas lutas fizeram surgir um conjunto de assentamentos de reforma agrária, desapropriados pelo INCRA e por outro lado, foram também implantados assentamentos pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário para atender os canavieiros expulsos da produção nas usinas.

Os assentamentos são numerosos na Mata Sul, especialmente os municípios de Catende, Ribeirão, Água Preta, Tamandaré e Barreiros. Na Mata Norte e Mata Centro, totalizam 44 municípios, atingindo 3.909 famílias, numa área média de 7,0 hectares por família. Enquanto na Mata Sul são 11.243 famílias, em 98 assentamentos, atingindo uma área de média de 9,4 hectares por família. Vale destacar que o módulo rural considerado mínimo para a Zona de Mata é de 15 hectares, sendo bem maior a média encontrada na área canavieira de Pernambuco. Isso coloca uma limitação para o desenvolvimento econômico da área. (LIMA, PINTO e FERREIRA, 2012).

Importa notar que, grandes parcelas de trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco que não estão em assentamento, encontram no trabalho assalariado da cana-de-açúcar a forma para sobreviver e sustentar suas famílias.

Com a crise do setor sulcroalcooleiro, em meados dos anos 1990, várias usinas adquiridas pelo Estado, foram desapropriadas e se transformaram em assentamentos rurais. No final da década de 1990, o Estado mudou suas ações em relação à agroindústria canavieira: suprimiu subsídios que garantiam o preço da cana e do açúcar; privatizou as exportações que até o momento era realizada pelo Instituto do

Açúcar e do Alcool⁸⁰; elevou a taxa de juros. Essas medidas provocaram uma crise no setor e muitos proprietários de engenhos e usinas faliram e outros poucos entraram num processo de reestruturação da produção. Muitos trabalhadores perderam seus empregos e encontraram alento para melhorar as suas condições de vida, nos acampamentos realizados nos engenhos e organizados pelo MST e o Movimento Sindical.

Mas, nem todos os desempregados dos engenhos foram para as ocupações, havia aqueles que preferiam continuar de biscates; outros tinham medo das milícias privadas dos proprietários de terra; outros tinham uma visão de que o movimento e os sem terra são agitadores e não prestam. Mas muitos encontraram no acampamento o desejo de um futuro melhor.

Como destaca Sigaud (2010) “[...] a crença de que um futuro melhor passava pela lona preta constitui-se assim em elemento decisivo para explicar e compreender a disposição dos trabalhadores de se instalarem nas terras dos patrões”. (SIGAUD, 2010, p. 248)

O número de desapropriações na Mata Pernambucana deve-se, em parte às ações de ocupação e formação do conflito agrário e a luta por terra. O acampamento tornou-se a estratégia mais contundente do MST e outros movimentos sociais do campo para alcançar a conquista da terra. “O estar debaixo da lona preta é representado como um sofrimento que torna aqueles que a tal se submetem merecedores da recompensa terra”. (SIGAUD, 2010, p. 251).

E ainda,

As ocupações de terra com montagem de acampamentos constituem uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações por meio de atos e um ato fundador de pretensões a legitimidade. Ao promover uma ocupação e um acampamento, o movimento diz ao INCRA que deseja a desapropriação das terras, ao proprietário, que quer suas terras, e aos outros movimentos, que aquela ocupação tem um dono. (SIGAUD, 2010, p. 251).

⁸⁰ “O Instituto do álcool e Açúcar foi criado em 1963 e tinha como principal objetivo regular as relações do setor canavieiro; definia preços e normatizava as relações entre fornecedores e usineiros. Com o Pró-álcool tornou-se um órgão facilitador da chamada “modernização do setor” que incluiu fusões e incorporações de usinas e destilarias, bem como a construção de destilarias anexas para produção de álcool; facilitou sobremaneira a monopolização do setor viabilizando a concentração técnica e econômica dos usineiros e a incorporação dos pequenos fornecedores pelos grandes e depois das cotas de produção pelas próprias usinas”. (SANT’ANA, 2012, p. 27)

Os assentamentos, então constituídos começam a enfrentar uma série de dificuldades para se viabilizarem economicamente. De acordo com Lima, Pinto e Ferreira (2012).

As áreas são supridas com oferta inadequada de energia elétrica e apresentam, às vezes, necessidades de drenagem ou de irrigação, o que não é feito em vista dos custos envolvidos. As famílias assentadas também padecem pelo uso de técnicas de cultivo inadequadas, de dificuldades para liberação de financiamentos, da deficiência de assistência técnica, dificuldades na comercialização dos produtos alimentícios, entregues a atravessadores [...]. (LIMA, PINTO E FERREIRA, 2012, p.129).

Diante dessas dificuldades, a maioria dos assentamentos da Zona da Mata produz cana-de-açúcar para as empresas e usinas da região. Apesar de avanços na posse da terra, esses assentamentos ainda mantêm uma relação de dependência ao setor sucroalcooleiro. Configura-se uma combinação produtiva que é favorável à manutenção da cana-de-açúcar no “[...] mix de produtos dos assentamentos e ainda à lógica do capital e a extração de valor”. (LIMA, PINTO e FERREIRA, 2012, p.130).

Assim, com os assentamentos produzindo cana, as usinas se beneficiam com a redução dos custos de produção e de força de trabalho, explorando a produção familiar no corte da cana de sua própria terra, ficando esses trabalhadores sem a proteção social e previdenciária. Essas famílias também perdem quanto ao preço de cana por tonelada, pois são as usinas que determinam os valores da produção. E, ainda, os trabalhadores assentados, para complementar a renda, tornam-se assalariados na época da safra, no corte da cana. Isso contribui para manter os baixos salários e reproduzir uma situação de complementaridade latifúndio X minifúndio.

A formação populacional dos assentamentos é heterogênea, compreende assalariados rurais, antigos moradores e assalariados de engenhos e usinas, filhos de trabalhadores que exerciam diversos trabalhos não-agrícolas, formais ou informais, posseiros, parceiros, arrendatários e aposentados. No que se refere à inserção social e à identificação política, os assentados da Zona da Mata de Pernambuco são mobilizados pelo MST, pela FETAPE, pela CPT, pelas CEBs. Cada um desses agentes institucionais propõe um modelo de organização econômica e social diferente, incluindo nessa diferenciação a proposta de reforma agrária para região.

Para enfrentar a crise do setor sucroalcooleiro e a pobreza das famílias da área canavieira de Pernambuco, organizações populares e movimentos sociais realizaram, em 2013, um amplo processo educativo com os trabalhadores/as rurais da Zona da

Mata, resultando na elaboração das “*Diretrizes para Reestruturação Sócioprodutiva da Zona da Mata: Uma Contribuição da Sociedade Civil*”⁸¹.

A dura realidade vivenciada pela Zona da Mata de Pernambuco, fruto da ausência de políticas públicas estruturantes que criem condições necessárias para promover a qualidade de vida dos homens e das mulheres que vivem no campo e na cidade, estimulou o conjunto do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em parceria com movimentos sociais, organizações não governamentais, universidade e pastorais sociais, a pensarem Diretrizes para Reestruturação Socioprodutiva da região, em contraposição ao modelo excludente e injusto vigente. (FETAPE, 2013)

Esse documento prevê um conjunto de diretrizes para o desenvolvimento da região, acumulando antigas reivindicações dos trabalhadores/as rurais, tendo como objetivo de atualizar a discussão sobre a realidade da Zona da Mata, considerando os aspectos da monocultura canavieira, concentração de terra, degradação ambiental e precarização da vida das pessoas dessa região. Tal documento tem sido discutido com o Governo estadual e empresários locais, para sua implementação.

Assim, as diretrizes aprovadas foram:

- a) Permanência e acesso a terra e ao território – Promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, na perspectiva dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, considerando a reforma agrária; a regularização fundiária; a titulação de terras de comunidades tradicionais e a expansão da produção da agricultura familiar e camponesa, baseada na agroecologia. Tudo isso como contraponto ao monocultivo da cana-de-açúcar, que impede a soberania e segurança alimentar e nutricional da população.
- b) Assalariamento rural – Historicamente, não houve, na Zona da Mata, investimentos em capacitação intensiva dos trabalhadores e trabalhadoras para lidar com outras

⁸¹ Esse documento foi elaborado por um conjunto de entidades sindicais, ONGs que atuam na Zona da Mata de Pernambuco, movimentos sociais e grupos organizados de trabalhadores/as rurais, estando na coordenação desse processo educativo as seguintes entidades: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLST); Centro Sabiá; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA); Centro Josué de Castro; Laboratório de estudos sobre Espaço, Cultura e Política da Universidade Federal de Pernambuco (LECGeo); Instituto Cidadania do Nordeste (ICN); Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (FESAN); Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE); Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais (COOPAGEL); com apoio do Deputado Estadual Manoel Santos e da Universidade Federal de Pernambuco.

culturas que não a da cana-de-açúcar. A precarização do trabalho, tanto no setor sucroalcooleiro, quanto nas áreas de assentamento, sem incentivos ou investimentos do governo, sempre foi uma característica marcante na região. As recentes ameaças de desemprego nos grandes empreendimentos em torno de Suape, por se tratar de mão de obra temporária, ou pelo fechamento de usinas, compromete a identidade camponesa.

c) Sistemas Produtivos, Agroecologia, Segurança e Soberania Alimentar – Fortalecer as comunidades rurais⁵, assegurando sustentabilidade com justiça social, ambiental, econômica e cultural, considerando as diversas formas de beneficiamento, o crédito, o fomento, a diversificação da produção, a comercialização e a preservação e conservação do meio ambiente.

d) Políticas Públicas e Projetos/Programas Sociais – Gestão democrática, com participação dos movimentos sociais e sindical no controle social das políticas de desenvolvimento da Zona da Mata, na perspectiva da exigibilidade dos direitos humanos de homens e mulheres, considerando a identificação, o resgate e a valorização dos povos, culturas, identidades; a segurança; a saúde e a educação.

Esse quadro apresenta a realidade da área canavieira de Pernambuco e sua relação com a reforma agrária, tanto dos assentamentos desapropriados pelo INCRA, como os assentamentos do PNCF. Esse contexto reflete a dependência da reforma agrária às necessidades de acumulação do capital no setor sucroalcooleiro. E ainda, expressa as contradições e desafios da luta pela terra em tempos de mundialização e financeirização da economia.

No capítulo a seguir, será analisada a reforma agrária de mercado, especialmente o Programa Nacional de Crédito Fundiário, fruto das negociações e articulações do Governo Federal com o Banco Mundial, para implementar as diretrizes prevista na agenda agrária desse agente financeiro, representante do capital internacional. A partir dessas análises, destacar-se-á a realidade dos assentamentos do PNCF no Nordeste e sua relação com áreas de monocultura, particularmente a agroindústria canavieira.

3 - REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO – A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?



(Cândido Portinari - O lavrador)

“Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão.
Tenho as mãos calejadas, meu senhor.
Me falta terra, falta casa e falta pão.
Não sei onde é o Brasil do lavrador.
Só tenho a enxada e o título de eleitor.
Para votar em seus fulanos educados
Que não fazem nada pelo pobre agricultor,
que não tem terra para fazer o seu roçado
Este país é do tamanho de um continente,
mas não tem terra para o homem da mão grossa.
De norte a sul, de nascente a poente,
vivo à procura dum lugar pra fazer roça”.

(Jorge Pereira Lima)

3 - REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO – A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?

“Somos muitos Severinos, iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte Severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte Severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida). [...]”
(João Cabral de Melo Neto - Morte e Vida Severina)

As conseqüências vivenciadas pela classe trabalhadora e os impactos sobre o meio ambiente, provocadas pelas transformações ocorridas no modo de produção capitalista a partir da crise de 1970, impulsionaram uma série de políticas e programas de organismos internacionais e governos nacionais para combater a pobreza no meio rural e nas cidades. Com esse intuito, o Banco Mundial lança uma agenda agrária, efetivada através de programas de reforma agrária de mercado. No Brasil, essa agenda se consolidou por meio da implantação dos programas Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário.

3.1 – O Banco Mundial e a Reforma Agrária de Mercado: Quando a Terra se torna uma Mercadoria:

As transformações ocorridas no campo, a partir de meados da década de 1950, momento em que os trabalhadores rurais se inserem no cenário político brasileiro, numa dinâmica de lutas e resistência pela posse da terra e pela reforma agrária, expressam um movimento mais geral de reprodução do capital, que necessita adequar o aparelho estatal e privado, as suas leis de acumulação e valorização.

Desde essa década, os trabalhadores rurais vêm pautando na agenda pública o direito à terra e à reforma agrária, que ganhou significados diferentes a cada conjuntura histórica, política e socioeconômica. Nesse contexto, as demandas dos trabalhadores rurais têm sido objeto de disputas e lutas entre classes sociais no campo e o Estado. Essas lutas renovaram a bandeira da reforma agrária, apesar dos efeitos nocivos da modernização conservadora e da industrialização do campo, processada desde a década de 1970, motivo pelo qual foram desencadeadas lutas e movimentos sociais camponeses.

A partir daí, o debate da reforma agrária se ampliou em âmbito internacional e revelou a gravidade dos processos de expropriação, violência e pauperização por que passam os trabalhadores rurais, impulsionando a FAO a realizar em 2006 a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, sediada em Porto Alegre/RS. Um dos itens da declaração final, merece destaque:

Reafirmamos que o acesso amplo, seguro e sustentável à terra, à água e a outros recursos naturais relacionados com os meios de subsistência das populações rurais, especialmente, inter alia, mulheres, indígenas, grupos marginalizados e vulneráveis, é essencial para a erradicação da fome e da pobreza, o que contribui para o desenvolvimento sustentável e deve ser parte inerente das políticas nacionais. (FAO, 2006).

De fato, a reforma agrária se tornou uma preocupação não só dos trabalhadores rurais e de seus movimentos sociais, mas sim e também do Estado Nacional e dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, que passou a utilizá-la como fundamento de políticas baseadas na ativação do mercado de terras, com o pretexto de combater a pobreza rural. Na realidade, trata-se da reforma agrária conduzida pelo mercado, concretizada via mecanismo de crédito, minimizando e desmobilizando os conflitos agrários.

A política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial não é um fato isolado, nem uma ação estritamente rural, pois a criação de mecanismos de acesso à terra via mercado, faz parte do programa de reestruturação econômica do Banco Mundial para América Latina, desde a crise da dívida externa, deflagrada nos anos 1980 e a exigência de políticas de ajuste estrutural nos países periféricos, a exemplo do Brasil.

A proposta da reforma agrária de mercado do Banco Mundial tem um enfoque pró-mercado de terra que se transformou num conjunto de diretrizes e princípios norteadores da política do banco para a área de desenvolvimento rural e combate à pobreza no campo. Estes princípios e diretrizes dominaram a agenda internacional nos anos 1990, em face do seu atrelamento à ideologia neoliberal, facilitada sua implementação pelas políticas de ajuste estrutural de desregulamentação dos mercados, abertura comercial, privatizações de estatais, eliminação das políticas sociais protecionistas, dentre outras.

Para o Banco Mundial é necessário conferir competitividade à agricultura de subsistência, dinamizando o comércio do mercado de terra, como consta em seus documentos:

A dinamização dos mercados de terra – leia-se, mercados de compra e venda e de arrendamento – é vista como um meio para melhorar a eficiência global da economia, maximizar a transferibilidade e o uso da terra rural, prover a base para mercados financeiros rurais e aliviar a pobreza rural. (PEREIRA, 2010, p.43-44)

Na visão do Banco Mundial, os mercados fundiários deveriam ser mais competentes e as políticas públicas deveriam: a) clarificar, fortalecer e garantir o direito de propriedade; b) implementar mecanismos de resolução dos conflitos agrários; c) criar ambiente institucional necessário à transferência de terra dos produtores menos eficientes para os mais eficientes no intuito de aumentar a produtividade agrícola e amenizar a pobreza rural.

Nota-se que o objetivo do Banco Mundial é aquecer o mercado de terras, via mecanismo financeiro, impulsionado pelas reformas estruturais dos Estados Nacionais e pelas diretrizes do Consenso de Washington, as quais recomendam uma mínima intervenção estatal. Merece destaque o desenvolvimento do capital, na fase da financeirização, privilegiando uma agricultura mercantil e agroindustrial, centrada no latifúndio e no agronegócio, fortalecendo os imperativos da acumulação do capital: exploração da força de trabalho; concentração de renda e terra; aumento da produtividade agrícola para exportação. E nesse processo, subestima-se e desvaloriza-se a agricultura familiar e camponesa que produz alimentos e atende ao comércio local.

Nessa lógica, a partir de meados da década de 1990, o Banco Mundial passou a revisar o documento *Land Reform Policy Paper* elaborado em 1975 que contem um conjunto de orientações estratégicas sobre a questão da terra e a reforma agrária. De acordo com a avaliação do banco, os princípios contidos nesse documento permaneciam válidos, quais sejam: a) a produção familiar contribui mais para a eficiência econômica e a equidade social do que grandes fazendas sob regime de assalariamento ou fazendas coletivas; b) as transações mercantis são necessárias para permitir a transferência de terras para produtores mais eficientes; c) é importante para o crescimento e o desenvolvimento econômico realizar uma distribuição mais equilibrada da terra, e o instrumento para isso é a reforma agrária redistributiva. (PEREIRA, 2010, p. 46)

Esses princípios parecem contraditórios diante das intenções políticas do banco, mas eles traduzem a visão de seus economistas, no que se refere à questão agrária. Na prática, a reforma agrária proposta pelo banco é aquela mediada pelo mercado financeiro e desconsidera a reforma agrária redistributiva, e a produção familiar.

As linhas de ação da política agrária do Banco Mundial contempla o estímulo a relações de compra e venda como principal mecanismo de acumulação de recursos para produtores eficientes e os governos nacionais devem propor medidas para dinamizar os mercados de terras. Os programas de titulação de terras propostos pelo banco são voltados aos agricultores que não têm o título formal da propriedade rural, mas em países da América Latina, onde as políticas de ajuste estrutural prejudicaram a vida dos camponeses pobres, muitos deles ao receber o título da terra acabaram vendendo-a por falta de financiamento público para produção e comercialização dos produtos. Os programas de titulação devem ser implementados, articulados a outras ações e integrados na estratégia de desenvolvimento do mercado de terras. (PEREIRA, 2010, p. 57-67).

Outra linha de ação do Banco é o arrendamento e a defesa da remoção total das restrições ao funcionamento dos mercados de arrendamento de terras como medida prioritária a ser implementada pelos governos nacionais. A Modernização de cadastros, sistemas de registro de terras e informações de mercados consiste em construir uma estrutura de administração de terras que seja capaz de garantir a segurança dos direitos de propriedade e uso da terra; superar o alto grau de informalidade dos mercados de terra, principalmente na América Latina; unificar informações legais e geográficas sobre a distribuição da propriedade fundiária; prover informações necessárias à dinamização do mercado de terras; baixar os custos de transação, por meio da simplificação dos procedimentos de registro e cadastro e do barateamento do acesso a informações pela informatização. (PEREIRA, 2010, p. 57-67).

E ainda, o Banco sugere a prevenção e controle de conflitos agrários, através da criação de organismos descentralizados para a prevenção e/ou resolução de conflitos agrários, no sentido de construir a “paz social” necessária à atração de capital privado para o meio rural. Quanto à tributação da propriedade rural, o Banco defende a municipalização do imposto sobre a terra com o intuito de criar condições financeiras para montagem de um aparato local de administração de terras; incrementar as finanças locais e descentralização do Estado; melhorar o uso produtivo da terra. A diretriz política na verdade é a descentralização administrativa e fiscal e a

municipalização dos instrumentos de política agrária. O intuito da reforma agrária de mercado é investir em reforma agrária com intermediação do agente financeiro, impulsionando o mercado de terras, em sociedades marcadas pelas desigualdades sociais e aliviar a pobreza rural. (PEREIRA, 2010, p. 57-67).

Ao analisar essas linhas de ações do Banco Mundial o que se evidencia na realidade dos assentamentos e na vida dos agricultores é: primeiro, na linha de ação que trata da titulação, observa-se que dentre os pequenos agricultores que conseguem sua titulação, muitos vendem suas terras por falta de financiamento para produção agrícola e comercialização dos seus produtos; submetendo-se ao assalariamento em fazendas do agronegócio ou migrando para as periferias das cidades. A oferta de crédito rural tem privilegiado as grandes propriedades de monocultura, penalizando os pequenos agricultores. Segundo, quando se menciona o arrendamento este tem configurado um aquecimento do mercado de terras compatíveis às políticas de ajustes. Esse tipo de transação não tem contribuído para o acesso à terra pelos trabalhadores rurais pobres, principalmente na América Latina. Em terceiro lugar, quando se trata de modernização de cadastros, está se referindo à reorientação do poder regulatório do Estado sobre a questão fundiária em favor da dinamização dos mercados de terras.

Na experiência da Colômbia e da Guatemala, os resultados da implantação do programa de reforma agrária de mercado já foram avaliados como abaixo das expectativas do Banco. No primeiro, o montante de empréstimo com o BIRD foi de US\$ 50 milhões e atingiu somente 12.974 famílias, totalizando 180.211 hectares de terras; em todos os anos (1995 a 2001) de execução, o número de famílias que demandaram terra pelo programa foi maior que as fazendas desapropriadas; as terras desapropriadas são de médios proprietários falidos após a abertura comercial e as políticas de ajuste estrutural, ficando longe dos latifúndios de melhor qualidade e bem localizados. Assim, os beneficiários do programa estão, em sua maioria, inadimplentes, mesmo com o incentivo de 70% de subsídios para compra da terra; os preços das terras foram definidos pelos proprietários e os trabalhadores rurais sem poder de negociação e participação política para incidir sobre o processo de compra da fazenda; a produção agrícola ficou no nível da subsistência das famílias, sem garantir a sua inserção no mercado local e melhorar sua qualidade de vida. (SAUER E PEREIRA, 2006, p. 34-35)

Na Guatemala, não foi diferente: o volume de empréstimo do BIRD foi de US\$ 77 milhões para um projeto de dez anos; entre 1997/2005 foram atingidas apenas

17.822 famílias, predominando terras de má qualidade e em localidades de difícil acesso; o processo de inscrição e seleção de beneficiários e liberação de crédito é lento e burocratizado, demorando até 24 meses; ocorreram vários casos de irregularidades e corrupção nos processos de assentamento das famílias; os projetos produtivos não têm comercialização e rentabilidade financeira para as famílias, visto que a assistência técnica é fragilizada e as terras carecem de um grande investimento para conseguir produzir com qualidade e quantidade suficiente para atender o mercado local; há uma falta de informação sobre o programa entre os trabalhadores que adquiriram as terras, causando muitos problemas nos trâmites burocráticos para acessar a propriedade. (SAUER E PEREIRA, 2006, p. 34-35)

O que chama atenção nessa avaliação é o discurso do Banco na perspectiva de propor uma reforma agrária de mercado para combater a pobreza rural, mas quando se analisam os documentos sobre a questão da terra e os objetivos destinados à América Latina, fica claro que seu foco central é o crescimento agrícola centrado na alta produtividade da terra. Nestes documentos não há qualquer referência quanto às políticas públicas redistributivas que atinjam as camadas mais empobrecidas do campo. De fato, esse tipo de política é recusada pelo banco em todos os seus documentos, fazendo uma avaliação que as políticas agrárias desencadeadas pelos governos locais, via desapropriação de terras com apoio do Estado, são fracassadas e não resultaram em crescimento da produtividade da terra, nem num desenvolvimento rural que garantisse a qualidade de vida para as populações rurais alvo dessas políticas.

O Banco Mundial, através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), tem patrocinado a reforma agrária de mercado nos países em desenvolvimento, disseminando a ideia de que esta é uma modalidade de reforma agrária redistributiva.

Nessa compreensão, o modelo de reforma agrária de mercado tem incentivado a compra voluntária de terras, tendo como mediador o mercado e financiada pelo Estado. Ao contrário, a reforma agrária redistributiva é uma política pública totalmente executada pelo Estado, que redistribui para trabalhadores rurais sem terra, latifúndios improdutivos, concentrados nas mãos de grandes proprietários de terra e/ou grupos econômicos. Como política pública inicia o processo de redistribuição com a desapropriação de terras privadas que não cumprem a sua função social, mediante indenização em títulos públicos. Afora, realiza um conjunto de ações na área de

infraestrutura, habitação, educação, transporte, saúde, produção agrícola, articulado ao poder municipal e estadual.

Sauer e Pereira (2006) ao analisar a reforma agrária redistributiva afirmam:

A reforma agrária tem como objetivo central redistribuir terra e garantir as condições de reprodução social do campesinato, atacando as relações de poder na sociedade que privilegiam os grandes proprietários, que podem ser grandes empresas e bancos, nacionais ou estrangeiros. Ela só é viável se for compulsória, o que exige a ampliação do poder redistributivo do Estado frente ao monopólio privado da terra. Como uma política de desenvolvimento nacional, exige o fortalecimento do papel do Estado na provisão de bens e serviços públicos essenciais para melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais assentados. (SAUER E PEREIRA, 2006, p. 32)

Dessa forma, tal como os autores, entende-se que não há qualquer semelhança entre o modelo de reforma agrária de mercado com a reforma agrária redistributiva. A primeira se configura como uma transação mercantil e com ações paliativas de “minimização” da pobreza rural, não se confundindo com a desapropriação de terra acumulada pela burguesia agrária.

De acordo com Pereira (2006, p. 15-16), o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD elaborou para o triênio 1996/1998 uma reciclagem do projeto neoliberal para a América Latina e o Caribe com três ações estratégicas: a primeira era a reforma do Estado; a segunda o combate à pobreza com a criação de programas e projetos de alívio paliativo e focalizado da pobreza, preferencialmente onde as tensões sociais pudessem de algum modo fugir ao controle político-repressivo do Estado. A terceira estratégia é a liberalização dos mercados de trabalho, terra e crédito tendo, portanto, uma agenda agrária para América Latina.

No âmbito da agenda agrária, o BIRD procurou adequá-la à política macroeconômica e política, desenvolvendo:

[...] o estímulo a mercantilização total do acesso a terra rural, a ser viabilizada por mudanças institucionais e legais, com o objetivo de elevar a produtividade da terra, favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, atrair o capital privado para a economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas específicas do campesinato pobre ao regime de acumulação comandado pela burguesia agroindustrial-financeira. (PEREIRA, 2006, p. 17).

Ao mesmo tempo, o BIRD procurou implementar um conjunto de programas e projetos sociais no meio rural para combater a pobreza, de maneira focalizada, especialmente em regiões onde os conflitos sociais são intensos e possam ameaçar as reformas neoliberais e a economia de mercado. São quatro os objetivos perseguidos pela política agrária do BIRD: a) como prioridade máxima estimular relações de arrendamento; b) potencializar as relações de compra e venda de terras; c) acelerar e aprofundar a privatização de direitos de propriedade em fazendas coletivas ou estatais; d) acelerar e aprofundar a privatização de terras públicas e comunais. Esses objetivos dinamizariam os mercados de terra e atrairiam capital privado para economia rural, possibilitando a emergência ou o fortalecimento de mercados financeiros rurais. (PEREIRA, 2006, p. 21).

Para os intelectuais e formuladores de políticas do BIRD, a Reforma Agrária de Mercado foi elaborada para substituir a reforma agrária redistributiva, baseada no instrumento da desapropriação de propriedade rural que não cumpre sua função social, um modelo tradicional que não é viável no atual desenvolvimento capitalista. A essência da Reforma Agrária de Mercado é uma mera relação de compra e venda de terras entre agentes privados financiada pelo Estado, que fornece um subsídio variável para investimento em infraestrutura socioprodutiva e contratação de assistência técnica.

Outro dado relevante é a concepção de participação dos beneficiários dos programas de reforma agrária de mercado. Na trajetória histórica dos empréstimos e investimentos do Banco Mundial no campo foram geradas oposições e muitas críticas de setores da sociedade civil, especialmente dos movimentos sociais rurais em cada país e em âmbito internacional, principalmente em razão de sua adesão aos programas de ajuste estrutural do FMI, nos países em desenvolvimento.

Para enfrentar a onda de críticas, o BIRD amplia seu leque de atuação e muda seu discurso político, passando a investir, também, em projetos de combate à pobreza, participação das mulheres, preservação ambiental. Todos os temas ligados a demandas e problemáticas vivenciadas pelas classes subalternas. A gestão de 1995/2005 teve como missão a “eliminação da pobreza” e passou a adotar mecanismos de participação da sociedade civil organizada nos projetos que financiou no período.

Essa participação, no entanto, passou a fazer parte das políticas do BIRD em consequência das pressões e demandas pela democratização de suas ações por muitas organizações não-governamentais (ONGs) e setores da sociedade civil [...] De acordo com documento do BIRD essa participação foi definida como um processo através do qual as partes interessadas influenciam e compartilham o controle sobre as iniciativas de desenvolvimento e sobre as decisões e recursos que as afetam [...] (SAUER e PEREIRA, 2006, p. 286-287)

Ora, essa participação proposta pelo Banco Mundial/BIRD, que privilegia as ONGs e entidades da sociedade civil, reflete o seu caráter pragmático, na medida em que essas Organizações Não Governamentais (ONGs) contribuem com informações das localidades de implantação dos projetos, que o banco não teria se não fosse a relação de proximidade e relacionamento destas com as populações e comunidades locais. Com isso a instituição adquire legitimidade, bem como o seu modelo de participação proposto: procura-se melhorar a imagem do BIRD nos países onde são implantados os projetos; as ONGs podem contribuir para baixar custos; oferecer experiências relevantes nas comunidades locais.

Contudo, as experiências desenvolvidas mostram que essa participação não tem sido isenta de contradições, conflitos e relações de poder que perpassam os mecanismos de controle social previstos pelo BIRD nos seus projetos. A ideia de democratização e diálogo, previstos nos documentos e discursos oficiais do BIRD, não contempla a participação propositiva e efetiva das entidades locais. Muitas entidades populares e movimentos sociais têm sido impedidos de participar ativamente das reuniões do Painel de Inspeção⁸² e das decisões e encaminhamentos dos projetos; e

⁸² Painel de Inspeção do Banco Mundial foi criado em setembro de 1993 pelo Conselho Diretor do Banco Mundial em resposta a uma série preocupações que emergiram durante a década de 90. O Painel foi resultado de conflito, controvérsia e de uma combinação de pressões externas e internas. Durante o final dos anos 80 e começo dos anos 90, o Banco estava sob ataque da sociedade civil e algumas das principais agências governamentais com relação a vários de seus projetos. O propósito primário do Painel de Inspeção é endereçar os interesses das pessoas que possam ter sido afetadas por projetos do Banco e assegurar que o Banco cumpra com suas políticas e procedimentos operacionais na preparação, e implementação dos mesmos. A Resolução que estabeleceu o Painel determina que um grupo de três membros de nacionalidades diferentes serão selecionados com base no seguintes critérios: (a) capacidade de lidar de forma justa com Reclamação que é submetida a eles. (b) integridade e sua independência da Gerência do Banco, (c) exposição a aspectos do desenvolvimento e as condições de vida em países em desenvolvimento, e (d) conhecimento das operações do Banco (esta última é só uma preferência). O Presidente do Banco, após consulta com os Diretores Executivos, indica os membros do Painel, que então são nomeados para um período de cinco anos pelo Conselho Diretor. (Banco Mundial, 2004)

não tem tido espaços para serem ouvidas suas reivindicações e análises. O BIRD tem privilegiado a participação e a relação com os governos locais e não com a sociedade civil organizada.

O que fica evidente é que o Banco Mundial vincula a questão agrária a dinâmica de produção e reprodução ampliada do capital agroindustrial, deixando claro sua conotação mercantil sobre a terra, como se esta fosse apenas uma mercadoria a ser negociada em âmbito internacional, através das *commodities* para exportação. Assim, tenta apagar o conjunto de relações sociais e classes sociais que vivem no campo e dependem dele para sobreviver.

A subordinação dessa política agrária do Banco Mundial ao desenvolvimento do capital internacional exige a utilização do pacote tecnológico ao conjunto de grupos que produzem no campo (desde os pequenos produtores rurais até assentados, médios proprietários e grande agroindústrias). Esse pacote tecnológico inclui a mecanização, insumos químicos, agrotóxicos, biotecnologia, transgenia, totalmente nocivo ao meio ambiente e à vida sustentável na agricultura. Em função desses aspectos, assiste-se à migração forçada dos camponeses para os grandes centros urbanos. Exemplo disso é que na proposta do Banco Mundial para aliviar a pobreza rural estão previstas medidas de “assistência à migração” para as cidades. Nessa lógica somente se mantém no campo aqueles agricultores “aptos e eficientes” na atividade agrícola, fortalecendo as linhas de ação de compra e venda e arrendamento da terra, possibilitando o livre fluxo da força de trabalho. Evidencia-se então, uma prioridade a agroindústria e a expansão do capital financeiro na agricultura.

3.2 - A Agenda do Banco Mundial para o Brasil: Novas Ações, Velhas “Roupagens”

No Brasil, a política agrária do Banco Mundial e o modelo de reforma agrária de mercado teve início em 1996, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, com dois empréstimos ao BIRD: o primeiro foi um projeto alocado no Estado do Ceará, denominado “Reforma Agrária Solidária”. Esse projeto foi desenvolvido com um componente fundiário no Projeto São José, que na verdade é o velho Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), sucessor do mais antigo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) e vários projetos financiados pelo BIRD no Nordeste desde 1975.

O segundo empréstimo do BIRD destinou-se ao projeto-piloto, implantado em alguns estados do Nordeste (Ceará, Pernambuco, Bahia, Maranhão e norte de Minas Gerais) e chamado de “Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza”, ou simplesmente, “Cédula da Terra”, que foi executado entre os anos de 1997 e 2002. Este segundo projeto do Banco Mundial/BIRD recebeu enormes críticas de intelectuais, pesquisadores, representantes sindicais e movimentos sociais do campo. Em 1998 o governo Federal cria o Banco da Terra e, a partir de 2002, investe fortemente no Programa Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, fortalecido e consolidado nos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Para implantação desses três programas de Reforma Agrária de Mercado (Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural) entre os anos de 1997 e 2003, o Brasil atingiu um montante de empréstimos ao BIRD no total de US\$ 1 bilhão, sendo US\$ 90 milhões, em 1997 e EUR 218,2 milhões em 2001, como adicional, em 2012.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994/2002), as proposições referentes à reforma agrária foram sintetizadas e organizadas no Programa “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para o Novo Mundo Rural”⁸³, mais conhecido como Novo Mundo Rural, que sugeriu a expansão da agricultura familiar, sob a ótica de mercado; realização de parcerias com Estados e Municípios para assumirem a resolução dos problemas ligados à terra; criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Sustentável para discutir e encaminhar os problemas locais referentes à reforma agrária e produção agrícola.

Todo esse investimento em programas de reforma agrária de mercado, desencadeado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, só foi possível devido ao seu alinhamento com a ideologia neoliberal e às políticas de ajuste estrutural. Naquela conjuntura (anos 1990) as classes dominantes não tinham nenhum interesse em

⁸³ A proposição central do programa é a de promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros urbanos – usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas. O novo modelo institucional de gestão da política de desenvolvimento rural baseada na expansão da agricultura familiar e na sua inserção competitiva no mercado fará com que os trabalhos de planejamento e implementação das ações concretas sejam realizados em nível local pelas próprias comunidades e sob a coordenação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDSSs), segundo recomendações dos Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (PMDSSs). (BRASIL/MDA, 1999).

discutir reforma agrária. Esta seria desenvolvida apenas como ações paliativas de combate à pobreza rural, sem objetivos de realizar uma ampla reforma agrária com desapropriações de latifúndios que atendesse ao contingente de camponeses pobres que estavam acampados em todas as regiões do país.

Contudo, o crescente volume de ocupações de terra e a pressão nacional e internacional dos massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA), conferiram à gestão federal o imperativo de tratar a questão agrária e discutir a reforma agrária, reconhecendo seu papel para resolução dos problemas do campo. Para dar resposta à pressão social que sofrera, o governo federal cria, em 1996, o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária. Todavia, essa ação não resultou em diminuição das ações políticas dos movimentos sociais do campo, pois um ano depois o MST realiza a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, articulando as mais diversas forças sociais que eram contrárias às políticas neoliberais.

Naquele momento, o governo enfrentou forte coalisão de forças que lutavam por reforma agrária e justiça no campo. Assim, para reverter o discurso contrário a seu governo, o Ministro Extraordinário de Política Fundiária realiza um conjunto de ações, com cinco prioridades: 1) lançou um pacote de medidas com o intuito de reduzir o preço das desapropriações pagas pelo Estado, acelerar o tempo de imissão de posse da terra desapropriada pelo INCRA e dificultar o ato desapropriatório pelos donos das terras. 2) aumentou a criminalização das ocupações de terra, proibindo o INCRA de realizar vistorias em áreas ocupadas, suspendeu as negociações de terras ocupadas, penalizou funcionários do INCRA que apoiassem os movimentos sociais de luta pela terra, vetou acesso a recursos públicos para entidades que fossem parceiras de movimentos sociais que realizam as ocupações, colocou a Polícia Federal para investigar e monitorar as ações dos movimentos sociais. Tudo isso resultou no aumento da violência institucionalizada, do Estado e das milícias particulares dos proprietários de terra, contra trabalhadores rurais, lideranças sindicais e movimentos sociais rurais. 3) desencadeou nos meios de comunicação uma campanha contra os movimentos e as ocupações de terra e construiu uma imagem positiva do seu governo e do modelo de reforma agrária do BIRD. 4) desfederalizou o processo de reforma agrária passando para a esfera estadual a competência para obtenção de terra e assentamento. Essa descentralização serviria para desonerar a esfera federal, comprometida com o ajuste estrutural e o pagamento das dívidas externa e interna e

fragmentar a política fundiária, em âmbito local. 5) inicia os programas de reforma agrária de mercado, proposto pelo BIRD. (SAUER E PEREIRA, 2006, p.175)

Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso priorizaram uma política agrária baseada no alívio da pobreza rural, em detrimento da luta pela reforma agrária. O governo foi forçado a responder às pressões dos movimentos sociais rurais, especialmente devido às ocupações de terras e o apoio popular da sociedade à reforma agrária. Destacam-se nas ações do governo, duas medidas provisórias que penalizam os movimentos sociais de luta pela terra e impedem o avanço e agilidade dos processos de desapropriações de áreas improdutivas.

A primeira, Medida Provisória nº 2.027-38 de 04 de maio de 2000, ficou mais conhecida como “MP das ocupações”. Segundo seu conteúdo “o imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel” (§ 6º do art. 4º). A outra, a Medida Provisória nº 2.183-56 de 24 de agosto de 2001, que criminaliza as pessoas que participarem de ocupações e impede as vistorias e desapropriações dos imóveis ocupados. Consta no texto:

Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária [...] quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações (BRASIL, § 7º do art. 4º MP nº 2.183-56, 2001)

As penalidades não ficaram limitadas às ações individuais, mas atingem também os movimentos sociais de luta pela terra e suas assessorias, entidades de apoio e parceria, quando expressa em seu texto: “A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos”. (§ 8º do art. 4º, MP nº 2.183-56)

Não se pode negar que essas ações do governo têm íntima relação com as reformas do Estado, baseada nas concepções neoliberais de Estado Mínimo e visavam ter controle sobre as demandas por terra e amenizar os conflitos agrários, e especialmente, coibir as ocupações de terra, principal instrumento de luta e mobilização popular dos demandantes da reforma agrária. Essas ações governamentais expressam por um lado, a responsabilização dos movimentos sociais pelos conflitos fundiários e pela violência no campo; por outro lado, o caráter paternalista e clientelista das políticas agrárias do governo no momento em que favorece a passividade dos trabalhadores rurais na conquista da terra.

Essas ações também negam a combatividade das ocupações como instrumento histórico na trajetória de luta pela terra no país, subtraindo a perspectiva política da conquista de direito à posse da terra pelos camponeses. A criação dos programas de reforma agrária de mercado favoreceu a desmobilização de parte dos trabalhadores rurais que se deslocaram das ocupações de latifúndios improdutivos, para a aquisição de terra via compra. Em certo sentido, esses programas começaram a disputar com os movimentos sociais rurais o protagonismo do acesso à reforma agrária.

O governo Fernando Henrique Cardoso se colocou a favor do modelo de reforma agrária de mercado sustentando três argumentos: 1 - alegou que as desapropriações para fins de reforma agrária era um mecanismo oneroso e impróprio, sustentando que seria necessário substituir por outro modelo que tivesse livre acesso ao mercado, mediado por agentes financeiros e privados. 2 - afirmou que o orçamento da União não comportava manter um programa de reforma agrária redistributiva, dada às altas indenizações arbitradas pelo Judiciário. Dessa forma, o modelo do BIRD era mais “eficaz e inovador”. 3 - assinalou que as ações do governo estavam a mercê dos movimentos sociais devido às sucessivas desapropriações de latifúndios improdutivos, oriundos de processo de ocupações.

Esses argumentos tinham o intuito de diminuir a pressão social sobre o governo, tendo um modelo de reforma agrária que disputasse na base dos trabalhadores rurais sem terra, introduzindo o elemento do livre acesso ao mercado, sem o desgaste de ter que se inserir num acampamento e passar por todas as privações e dificuldades que ele impõe.

Uma das medidas mais importantes do Governo Fernando Henrique Cardoso, para implementar a reforma agrária de mercado, foi a implantação do Programa Cédula da Terra (1997) como política de combate à pobreza, amparadas nos princípios e

determinações do Banco Mundial, nos Estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais.

Na verdade, o Cédula da Terra foi implantado em um ano de muitas dificuldades para os trabalhadores rurais, pois o Nordeste estava assolado pela seca, perdas da produção agrícola, resultando em desemprego e pobreza. Em uma conjuntura de escassez, a probabilidade de possuir a própria terra era um fator muito forte de sobrevivência para os trabalhadores rurais sem terra, ingressarem no programa.

Aliado a esse fator, o governo federal desencadeou uma larga campanha em favor do programa, disseminando a alternativa de possuir a terra sem precisar ficar “*embaixo da lona preta*”, sem conflito, sem enfrentar dificuldades, sem violência. Isso alimentou as expectativas de muitos camponeses pobres. Ocorreu ainda, uma confluência de interesses políticos para implantação do Cédula da Terra. Por um lado o interesse do BIRD em acelerar o processo e propagandear para outros países o modelo de reforma agrária de mercado; por outro o governo federal pressionado pelos movimentos sociais do campo e pelas ações de ocupações de terra, por todas as regiões do país.

Nessa conjuntura, o projeto foi implantado com a previsão de assentar quinze mil famílias, no período de três anos, distribuídas nos cinco estados, e tinha como objetivos: reduzir a pobreza rural, por meio do aumento da renda familiar; elevar o rendimento agrícola; testar o modelo de mercado como alternativa ao modelo desapropriacionista de reforma agrária. Seu público prioritário eram trabalhadores rurais sem terra (assalariados, parceiros, meeiros, arrendatários, posseiros) e pequenos produtores rurais com áreas insuficientes para gerar renda e sustentar suas famílias.

Em relação aos recursos financeiros que o projeto movimentou no período 1997 a 2002, destacam-se os recursos oriundos do Governo Federal, num montante de US\$ 45 milhões, do orçamento do INCRA, o que revela uma evidente competição entre os modelos de reforma agrária. A partir de 2002, os recursos passaram a se originar do Fundo de Terras/Banco da Terra. O limite de crédito de cada família era de US\$ 11.200, incluindo todas as despesas com aquisição da terra (SAT) e investimentos comunitários (SIC) com infraestrutura (eletrificação, estrada, água, etc), área social (escola, posto de saúde, centro comunitário, etc) e produção (irrigação, tratores, ferramentas, etc). A idéia era otimizar os recursos da compra da terra (recursos

reembolsável), para investir em infraestrutura comunitária da propriedade (não-reembolsável).

O acesso ao programa era realizado via associação comunitária, criada para este fim. Cada associação realizava a procura do imóvel, negociava com o proprietário e encaminhava ao órgão responsável à proposta de compra e os subprojetos comunitários, para depois de aprovado, seguir o trâmite para o agente financeiro (Banco do Nordeste). O banco era responsável por dar acesso ao financiamento (empréstimo) para associação, pagar o proprietário e os prestadores de serviços de transferência de titularidade, cobrar e receber os pagamentos das parcelas do financiamento de cada beneficiário e repassar os recursos dos investimentos comunitários para as associações.

Essa proposta de reforma agrária de mercado trouxe várias atribuições para as famílias assentadas, através das associações, que no modelo de reforma agrária redistributiva, seria função do INCRA. O próprio “[...] assentado passava a ser visto como um empreendedor que deveria se ajustar ao mundo dos negócios e nele se mostrar competitivo”. (MEDEIROS, 2002, p. 69). Nesse modelo de reforma agrária de mercado, o Estado deixa de cumprir sua função na mediação do processo de desapropriação, passando a responsabilidade para a sociedade civil e evitando as desapropriações oriundas de conflitos agrários realizados pelos movimentos sociais rurais.

As péssimas condições de vida, a pobreza e a falta de alternativa para sobreviver levaram centenas de famílias sem terra ingressarem no Programa Cédula da Terra, fazendo com que aceitassem preços bem altos da terra, sendo maior seu endividamento. Pesquisas já realizadas (Buainain *et al*, 1999) sobre o programa mostram que 52% das associações adquiriram a primeira fazenda que encontraram sem procurar outras para negociação. Outros dados indicam que as propriedades adquiridas, na maioria, estavam subutilizadas ou abandonadas, em razão da crise que se abateu sobre várias culturas (pecuária, algodão, cacau, cana-de-açúcar, etc). Em média as áreas dos imóveis eram de 815,3 hectares, sendo poucos acima de dois mil hectares. Há indícios de que várias propriedades eram passíveis de desapropriação e possuíam terras de baixa qualidade, em regiões pouco dinâmicas e muito pobres, o que significa que as famílias assentadas teriam muitas dificuldades de se reproduzirem socialmente e realizar o desenvolvimento produtivo dos projetos. Daí, conclui-se que esse programa não atinge a estrutura fundiária, não afeta os grandes conglomerados

agroindustriais e realiza ações paliativas de atendimento aos médios proprietários falidos, ficando o endividamento para os camponeses pobres.

A apologia da liberdade de mercado entre compradores (camponeses pobres) e vendedores (proprietários de terras), como se no cotidiano das relações sociais fosse tudo uma transação mercantil, encontrou uma realidade nordestina plena de contradições sociais.

Durante a vigência desse programa foram criadas centenas de associações, dezenas de conselhos municipais e comitês e, no entanto, a maioria desses espaços de controle social, não ocorreu à participação ativa das famílias integrantes no programa. O que se observou foi um controle por parte de chefes políticos locais ou prepostos das oligarquias rurais, atendendo interesses pessoais e de grupos, do que das próprias famílias assentadas.

A ampla cobertura do Cédula da Terra nos cinco Estados deve-se em parte aos arranjos políticos locais, ancorados em práticas políticas clientelistas e assistencialistas. Muitos projetos de assentamentos foram aprovados em regiões de acentuados conflitos agrários e extrema pobreza, explicitando as intenções de se espalhar ao máximo a estratégia de uma reforma agrária, mediada pelo mercado e desmobilizar as ações de ocupações de terra desencadeadas pelos movimentos sociais rurais.

As pesquisas realizadas sobre o Programa Cédula da Terra (Buainain *et al*, 1999) ainda se referem às dificuldades de assistência técnica às famílias assentadas. Há uma precariedade dos serviços ofertados e uma grande desinformação sobre o funcionamento do programa e seus objetivos por parte dos trabalhadores rurais assentados. Os técnicos contratados atuam em momentos pontuais, principalmente no momento da aquisição da terra, sem uma regularidade na propriedade para orientação na produção.

Assim, Sauer e Pereira (2006) destacam as práticas autoritárias das equipes de assistência técnica no Programa Cédula da Terra.

[...] a ocorrência de práticas autoritárias por parte dos técnicos responsáveis pela implantação do Cédula, gerando uma série de problemas e provocando a resistência das famílias. Verificaram, em especial, a imposição de áreas para produção comunitária com base na monocultura, colocando em segundo plano os lotes familiares, com o objetivo de produzir excedentes comercializáveis que viabilizassem o pagamento do empréstimo. Tal prática não só impunha um elemento estranho à cultura do trabalho familiar e camponês, como também reproduzia a lógica da monocultura. (SAUER E PEREIRA, 2006, p. 188)

A ausência de uma assistência técnica eficiente, eficaz e sistemática provocou uma série de problemas para produção agrícola desses assentamentos, acrescido da terra fraca, projetos implantados em regiões áridas (falta de água e de reservatórios com tecnologia sustentável), a falta de investimento em infraestrutura produtiva e a distância de mercados consumidores são alguns dos aspectos que dificultaram ou inviabilizaram completamente a sustentabilidade dos projetos.

Tais restrições obstaculizaram o desenvolvimento econômico e reforçaram o caráter de subsistência dos assentamentos e de dependência dos programas sociais do Governo Federal, a exemplo do Programa Bolsa Família. A maior parte dos integrantes do Cédula da Terra enfrentaram dificuldades para quitar as parcelas anuais, após o período de carência. A renda anual dessas famílias se mantinha abaixo da linha da pobreza.

De acordo com o relatório final do BIRD (2003) sobre o Cédula da Terra, o pagamento das primeiras prestações do programa, encontrava-se com bastante inadimplência por parte das famílias assentadas. Com base nos depoimentos das famílias envolvidas no Programa, estas foram unânimes em relatar que não teriam condições de assumir as parcelas do pagamento da terra, e quando afirmaram ter condições de fazê-la, teriam que se descapitalizar, tendo que vender algum objeto adquirido antes da entrada no Programa. Ver tabela abaixo.

Quadro 05: Pagamento das Primeiras Parcelas do Programa Cédula da Terra em 2002

Estado	Nº associações	Nº de Associações que efetuaram o pagamento	% de associações que efetuaram o pagamento	% de associações com inadimplência
Maranhão	51	42	82,3	17,7
Ceará	131	119	90,8	9,2
Pernambuco	19	10	52,6	47,4
Bahia	42	32	76,1	23,9

Fonte: SAUER E PEREIRA (2006, p. 197) OBS: Não tinha informações de Minas Gerais

Nota-se que Pernambuco é o Estado com elevado índice de inadimplência, 47,4% e o Ceará com maior adimplência, totalizando 90,8%. Diante da situação de insustentabilidade dos projetos, em 2006, o Governo Federal iniciou ações de recuperação e regularização de todos os projetos do Cédula da Terra, propondo a renegociação e individualização das dívidas, quando a associação não pudesse arcar

com os débitos. Nesse contexto de projetos falidos e abandonados, camponeses endividados e pobres, a solução foi o assalariamento em monoculturas, principalmente a cana-de-açúcar.

Outros dois programas foram implantados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, também nessa lógica de mercado, o Banco da Terra e o Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural⁸⁴. O Banco da Terra foi denominado pelo governo de “nova revolução agrária”, pois propunha evitar os conflitos decorrentes da luta pela terra, isso porque os trabalhadores rurais teriam os recursos suficientes para obtenção de terras, e não necessitariam de realizar ocupações. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2002), um dos propósitos do Banco da Terra era financiar a compra de terras e a infraestrutura básica para trabalhadores rurais visando contribuir para a quebra do ciclo da exclusão social e gerar emprego e renda no campo, sendo um importante mecanismo para otimizar a melhoria das condições da produção rural, a modernização tecnológica, a fixação do homem no campo e a melhoria do seu bem estar.

Nesse contexto, a Reforma Agrária de Mercado que é defendida pelo governo federal como uma alternativa para resolução da desigualdade no campo, na nossa compreensão, tem reforçado os processos de exploração e a expropriação dos trabalhadores rurais, no momento em que os insere de forma precária e seletiva no mercado de terra, via Programa Nacional de Crédito Fundiário. Desta forma, a reforma agrária de mercado se apresenta como uma política social de combate à pobreza rural, mas faz parte do mesmo processo de ajuste estrutural do Estado, ao capitalismo financeiro e globalizado.

Neto (2004), ao analisar esse modelo de reforma agrária expressa:

A implementação da reforma agrária de mercado deve ser compreendida, em primeiro lugar, como a extensão, para o mundo dos trabalhadores rurais, de concepções neoliberais induzidas pelo BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento). A intenção do Banco era testar a eficiência de sua proposta em países politicamente instáveis, a exemplo da África do Sul e da Colômbia. O Brasil foi incluído, sob a justificativa de que a intensidade das ocupações em massa de terra e a radicalização dos conflitos colocariam em risco os direitos de propriedade privada e os ajustes estruturais. (NETO 2004, p. 31)

⁸⁴ Esse programa transformou-se no Programa Nacional de Crédito Fundiário, no governo Luiz Inácio Lula da Silva e será analisado com mais profundidade no item a seguir.

Ao analisar a reforma agrária de mercado, Neto (2004) afirma ser uma política de valorização do latifúndio improdutivo e do mercado de terra:

Ao atribuir ao mercado a função de democratizar o acesso a propriedade, os governantes pretendem eximir o Estado de atribuições legais: a desapropriação dos latifúndios por interesse social é prevista na Constituição brasileira. A dinamização do mercado, por meio de financiamento público para aquisição de terras, é uma forma de valorizar o latifúndio improdutivo. Representa uma maneira disfarçada de ajuda à grande propriedade; permite ao latifundiário capitalizar-se mediante alienação das piores áreas, recebendo altas quantias, em dinheiro e à vista. (NETO, 2004, p.35)

Com a criação dos quatro programas de reforma agrária de mercado (Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural), surgiram questionamentos de todos os movimentos de luta pela terra no Brasil. O MST, por exemplo, reagiu com profundas críticas e afirmava:

[...] que se tratava de uma nova estratégia para desmobilizar os movimentos sociais e sindicais no campo, não mais dando ênfase as iniciativas no campo político, administrativo e ideológico, mas sim no campo econômico, com o programa Cédula da Terra e a criação do Banco da Terra, ambas formas institucionais da proposta de reforma agrária de mercado. (MEDEIROS, 2002, p.89)

Dentre as mais diversas ações dos movimentos sociais para enfrentar o governo de Fernando Henrique Cardoso e impedir a expansão dos programas para todo país, destaca-se a organização do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, articulado desde a década de 1980⁸⁵, que congrega entidades de representação dos trabalhadores, entidades sindicais, ONGs e movimentos sociais rurais. A idéia desse fórum era formar uma rede de debate e ação em defesa da reforma agrária.

Uma das suas principais ações foi solicitar uma vistória ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, que cumpria o papel de escutar as reclamações das populações

⁸⁵ O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) tem suas origens na década de 1980, quando nasceu a Campanha Nacional pela Reforma Agrária coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE) que já aglutinava as diferentes entidades de luta pela terra no Brasil. Em 1994, são retomados os esforços de articulação social e política sobre a denominação de Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, o FNRA. Uma das ações desse fórum, na década de 2000, é enfrentar o governo federal, se contrapondo aos programas de Reforma Agrária de Mercado.

afetadas pelas iniciativas do Banco. Esse fórum acumulou importantes debates e críticas às medidas do governo e a esse modelo de reforma agrária baseada no mercado, podendo-se destacar as seguintes avaliações: a) Com o sistema de compra e venda de terra, o poder público abre mão de conduzir a reforma agrária, deixando-a sob o controle direto dos proprietários de terra; b) Os proprietários estavam sendo premiados no novo sistema, na medida em que receberiam o valor da terra em dinheiro e à vista, transformando as terras improdutivas em verdadeiros ativos financeiros; c) O funcionamento do programa acarretaria um aumento substancial dos preços da terra; d) Os que passariam a ter acesso à terra por esse sistema teriam não só que pagar o financiamento da compra da terra, como ainda teriam que buscar financiamento para produção, inviabilizando sua reprodução; e) Os demandantes da terra, após adquirirem a titulação definitiva da sua posse, passam a buscar sozinhos os investimentos para produção e infraestrutura da propriedade e o Estado por sua vez se esquivava de propiciar as condições mínimas necessárias para produção e comercialização dos produtos, acarretando muitas dificuldades para essas famílias progredirem social e economicamente.

De acordo com Sauer (2004), o que se configurava era:

Uma reforma agrária pacífica, desburocratizada e mais coerente com os tempos de estabilização econômica compunha as justificativas para a adesão à proposta de reforma agrária de mercado do Banco Mundial. Essas justificativas baseiam-se no pressuposto de que o mercado e seus mecanismos são capazes de reduzir conflitos e disputas por terra, reduzindo os problemas sociais. (SAUER, 2004, p. 43)

O que temos observado nesse processo de implantação da reforma agrária de mercado é que este modelo parece esvaziar os processos de luta pela terra, com o objetivo de evitar os conflitos, e imprimir uma dinâmica pacificadora e colaborativa no campo.

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva as pressões dos movimentos sociais do campo continuaram e a nova gestão precisava se pronunciar quanto às críticas aos programas de reforma agrária de mercado. Dois projetos foram encerrados ainda no mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Reforma Agrária Solidária e Cédula da Terra, em 1998 e 2002, respectivamente. Porém as outras duas experiências (Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural) permaneciam ativas e não havia sinais para sua desativação, pois o Banco da Terra era também um fundo de financiamento à compra de terra criada pelo Congresso

Nacional, constituindo-se em instrumento estatal. Outro aspecto relevante é que o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, além de ser um acordo de empréstimo firmado com o BIRD e fazia parte também de uma negociação com a CONTAG.

As ações do governo Luiz Inácio Lula da Silva se desenvolveram na direção de reforçar e reformular os programas de reforma agrária de mercado, mas mantendo as características fundantes e propostas pelo Banco Mundial. Foram cinco grandes ações estratégicas desenvolvidas pelos órgãos governamentais: 1) Manter o Banco da Terra com novo nome “Consolidação da Agricultura Familiar”. 2) Dar continuidade ao Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural. 3) Lançar uma linha de financiamento para jovens rurais adquirem sua primeira terra. 4) Reatualizar o Fundo de Terra, consolidando sua ação como instrumento com caráter de longo prazo para compra de terra. 5) Criar o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Como pode ser observado, o apoio do governo Luiz Inácio Lula da Silva e da CONTAG (especialmente no Programa Nacional de Crédito Fundiário) tem contribuído para legitimar e fortalecer a política agrária do BIRD no Brasil e disseminá-la para o mundo como sendo o modelo ideal de acesso à terra, via mercado. No entanto, essas experiências têm provocado uma série de problemas econômicos e sociais para os camponeses ingressos nesses programas.

3.3 – O Programa Nacional de Crédito Fundiário: Quando o Sonho do Acesso a Terra se torna um Problema

O Programa Nacional de Crédito Fundiário, iniciado no Nordeste em 2003, contou com o aporte financeiro do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Banco Mundial e teve por objetivo constituir-se em um mecanismo de acesso à terra, complementar ao Plano Nacional de Reforma Agrária, que contribuísse para a ampliação e a consolidação da agricultura familiar. Especialmente, o PNCF busca como resultado a criação de ocupações produtivas permanentes para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a conseqüente melhoria das condições de vida da população rural, por meio do acesso à terra, investimentos produtivos e infraestrutura.

Neste programa de reforma agrária de mercado é retirada do Estado sua função de agente mediador no processo de mudança da estrutura fundiária e transferida essa

responsabilidade para a sociedade civil⁸⁶. Assim, trabalhadores rurais sem terra e/ou pequenos proprietários interessados em obter seu pedaço de chão ou aumentar sua área passariam a se organizar em associações voltadas à compra de terra. Estas associações obteriam empréstimos de uma agência financeira determinada pelo governo federal e a comprariam diretamente de seu proprietário. Nessa proposta, a associação assumiria a dívida do crédito fundiário no valor estabelecido pela transação financeira realizada pelo banco.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF está direcionado aos públicos prioritários das políticas de combate à fome e de inclusão social do Governo Federal, com três linhas de financiamento:

- 1) Combate à Pobreza Rural (CF-CPR)⁸⁷: dirigido aos trabalhadores rurais mais pobres;
- 2) Nossa Primeira Terra (NPT)⁸⁸: dirigido aos jovens agricultores entre 18 a 28 anos;
- 3) Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)⁸⁹: agricultores familiares sem terra ou com pouca terra;

⁸⁶ O termo sociedade civil pode ser definido a partir da concepção de Gramsci, em que “a sociedade civil, como um palco de um pluralismo de organismos coletivos ditos privados (associações e organizações, sindicatos, partidos, atividades culturais, meios de comunicação, etc), é a nova configuração da dinâmica social, na qual se precisava repensar a política e sua relação com as esferas da vida social e elaborar os novos termos de hegemonia. [...] Gramsci denomina de sociedade política o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante impõe coercitivamente a sua dominação (aparelho policial e militar, sistema judiciário e administrativo). Em conjunto, as duas esferas - sociedade civil e sociedade política – formam o Estado da realidade histórica social analisada por Gramsci”. (DURIGUETTO, 2007, p. 55-56).

⁸⁷ A linha de Combate à Pobreza Rural (CPR) foi criada para atender as famílias rurais mais necessitadas e de menor renda. Os recursos podem ser usados para a aquisição da terra (SAT) e em projetos de infraestrutura comunitários (SIC). Para o enquadramento, o agricultor deve ter renda familiar anual de até R\$ 9 mil e patrimônio anual inferior a R\$ 15 mil. O crédito pode atender até R\$ 80 mil para a compra do imóvel e investimento em infraestrutura coletiva (SIC). Os recursos de SIC são não reembolsáveis, ou seja, somente o financiamento para a compra da terra será pago. O contrato é coletivo, através da associação. O beneficiário tem até 20 anos para quitar o financiamento, incluindo os dois anos de carência. As taxas de juros variam entre 2% a 5% ao ano. Há também bônus de até 40% para quem efetuar os pagamentos em dia. E bônus de 10% para terra negociada abaixo do preço de mercado. (BRASIL/MDA, 2006).

⁸⁸ A linha Nossa Primeira Terra (NPT) é destinada a jovens rurais, filhos e filhas de agricultores, estudantes de escolas agrotécnicas e centros familiares de formação por alternância, com idade entre 18 e 29 anos, que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural. Para o enquadramento, o agricultor deve ter renda familiar anual de até R\$ 15 mil e patrimônio anual inferior a R\$ 30 mil. (MDA, 2006).

⁸⁹ A Linha de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) atende agricultores que geralmente já estão na terra, como os meeiros e arrendatários ou ainda os que possuem minifúndios e querem aumentar sua área. Os recursos podem ser utilizados para aquisição da terra (SAT) e para investimentos básicos (SIB), destinados à estruturação produtiva. Para o enquadramento, o agricultor deve ter: renda familiar anual de até R\$ 15 mil e patrimônio anual inferior a R\$ 30 mil. O financiamento pode chegar até R\$ 80 mil, de acordo com os micro-tetos regionais. Todo o recurso é reembolsável, tanto de SAT quanto de SIB. O financiamento pode ser individual ou coletivo, mas adesão é individual. Até 20 anos para pagar,

Há, ainda, outras três linhas de atuação do PNCF, quais sejam: Terra Negra Brasil, destinado a trabalhadores rurais negros; Terra para Liberdade, dirigido a trabalhadores libertos da condição análoga ao trabalho escravo, e o Nascer da Terra, voltado para trabalhadores egressos do sistema penitenciário e seus familiares. As mulheres trabalhadoras rurais são contempladas em todas as linhas de atuação⁹⁰.

De acordo com a Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) é vedado o acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário a: funcionário público, funcionário público aposentado, detentor de cargo eletivo ou função pública; proprietários de área rural superior à propriedade familiar; quem já foi beneficiado por qualquer outro programa de reforma agrária ou de crédito fundiário, inclusive o Banco da Terra e o Cédula da Terra; trabalhador com renda e patrimônio familiar superiores aos limites fixados para cada linha de financiamento.

Na prática, os mecanismos de efetivação desse programa acontecem quando a associação dos trabalhadores rurais procura o órgão de terra do Estado com uma proposta de assentamento pronta. Aprovada a viabilidade da proposta, a associação recebe um volume de recursos para compra de uma área, negociada diretamente com o proprietário. Em seguida, volta ao órgão governamental e este analisa a qualidade da terra, o preço pago por ela, de acordo com os termos de mercado e, finalmente, se juridicamente o processo tem lisura. A partir daí, a associação recebe uma carta de crédito do agente financeiro, adquire a propriedade e recebe os recursos do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA)⁹¹ e em seguida, do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF).

Ainda de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), para adquirir uma propriedade pelo PNCF deve-se “atentar para pequenas áreas, não passíveis de desapropriação, cujos donos tenham interesse em vendê-las. As documentações do proprietário e da terra devem estar em dia, de forma a permitir a

incluindo os dois anos para iniciar o pagamento. Os juros são de 2% a 5% ao ano, com desconto de até 40% no valor da parcela para pagamentos em dia. (BRASIL/MDA, 2006)

⁹⁰ Informações disponíveis em: Ministério de Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Trajetória do Crédito Fundiário: da implantação a consolidação. Brasília, 2006.

⁹¹ O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva. (REZENDE, 1999, p.06). Esse programa foi criado no governo de José Sarney e extinto pelo governo Fernando Henrique Cardoso, quando o mesmo, negociou com a CONTAG e o MST, a implantação do PRONAF.

sua transferência legal". (MDA, 2006). Além disso, devem-se ser desconsideradas as propriedades:

- Que estejam em unidade de conservação ambiental de proteção integral em unidades de uso sustentável de domínio público;
- Áreas de preservação permanente ou em suas divisas;
- Áreas de reserva legal ou em suas divisas;
- Áreas indígenas ou em suas divisas (já reconhecidas ou em processo de demarcação);
- Terras ocupadas por remanescentes de quilombos ou em suas divisas;
- Que não tenham a documentação que comprove ancianidade ininterrupta igual ou superior a vinte anos;
- Com possibilidades desapropriação;
- Que as áreas de uma possível divisão futura entre os beneficiários seja menor que o módulo fiscal do município;
- Que foram vendidos ou comprados nos últimos dois anos;
- Que estão em área de ação discriminatória não encerrada;
- O imóvel não pode ter nenhum problema jurídico que dificulte sua transferência ou comprometa a sua implantação do projeto;
- Se estiver hipotecado, verifique a situação e o valor da hipoteca antes, pois ela deverá ser quitada antes ou durante a venda;
- O dono não pode ter dívidas com a União, com o INSS ou com o FGTS;
- Terra que seja de parente do beneficiário, consangüíneos ou por afinidade, até o 2º grau, mesmo com contratos informais ou não registrados.

Importa ressaltar que os critérios para aquisição das terras pelo PNCF, como exposto acima, não atingem a grande propriedade privada da terra, uma vez que não considera o latifúndio improdutivo como condição para desapropriação, como prevê a Constituição Federal no seu artigo 184; tampouco se refere a áreas griladas por grandes empresas nacionais ou internacionais que estão sendo exploradas em benefício do capital estrangeiro.

Na verdade, o PNCF tem adquirido terras de pequeno (minifúndio) e médio porte (médiofundio), aquelas cujos proprietários não têm mais interesse em produzir ou estão em situação de falência de sua pequena e média produção, destinando às terras aos programas de reforma agrária do Governo Federal. O MDA ainda estabelece que o

proprietário tenha interesse em vender a terra. Isso significa que o latifundiário que queira continuar especulando sua terra improdutiva no mercado financeiro, poderá fazê-lo sem prejuízo, pois sua terra não será alvo para os programas de Reforma Agrária de Mercado.

O PNCF articula-se com outras políticas públicas no âmbito municipal para estimular o desenvolvimento rural sustentável⁹² e o fortalecimento da agricultura familiar. Entre elas estão: PRONAF A, Luz para Todos, Habitação Rural e o Consórcio Rural da Juventude. E ainda tem como políticas complementares o PNCF Mulher⁹³; CPR Meio Ambiente⁹⁴ e CPR Convívio Semi-árido⁹⁵.

Com referência aos dados do PNCF, pode-se ilustrar com as tabelas a seguir que apresentam as operações realizadas pelos Governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma no âmbito do programa (entre 2002 a 2011), nas linhas Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). Vejamos:

Quadro 06: Linha CPR do PNCF

Ano	Nº assentamentos	Nº Famílias	Área (ha)	Valor (R\$)
2002	117	2.710	67.489	12.207.621
2003	200	4.310	98.996	20.289.758
2004	322	5.987	125.609	36.072.859
2005	378	7.149	141.311	46.015.765
2006	455	8.510	168.204	52.196.303
2007	393	7.315	148.938	52.866.055
2008	222	4.159	83.646	31.619.180
2009	30	370	7.786	2.565.948
2010	191	2.275	43.777	26.169.998

⁹² O termo Desenvolvimento Sustentável deve ser compreendido no contexto da evolução das discussões relativas às contradições entre crescimento econômico e conservação da natureza. Esse debate tem um marco histórico e institucional, a Conferência de Estocolmo de 1972, que teve como tema o meio ambiente humano. [...] No “Relatório Brundtland” o conceito de desenvolvimento sustentável é “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. Em 1992, na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO/92, o debate sobre desenvolvimento sustentável é consolidado. (FRIGOTO, 2012, p.204)

⁹³ PNCF Mulher: Criado para incentivar a participação da mulher, este adicional tem a finalidade de implementar projetos comunitários e/ou produtivos a partir das demandas específicas das mulheres. Esta ação prevê um adicional de SIC de até R\$ 1.000,00 por participante de grupo organizado em associação formada exclusivamente com beneficiárias.

⁹⁴ Meio-Ambiente: A linha CPR traz a possibilidade de um adicional (não cumulativo) no teto do financiamento de até R\$ 3.000,00, por família, para solucionar problemas ambientais existentes anteriormente à aquisição do imóvel ou para a introdução de melhorias ambientais na propriedade, como por exemplo, a conservação e a correção da fertilidade de solos, recuperação e reflorestamento de áreas de preservação permanente e de reserva legal, introdução de sistemas agroflorestais ou agroecológicos e conversão para a produção orgânica.

⁹⁵ Convívio com o semi-árido: Nas regiões do semi-árido e de alto risco climático, haverá um valor adicional no teto para linha de financiamento CPR no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por família, que deverão ser aplicados na gestão dos recursos hídricos, em ações de preservação ambiental e nas estratégias de convivência com a seca.

2011	70	782	16.367	12.935.944
2012	27	203	3.820	2.854.261
TOTAL	2.405	43.770	905.943	295.793.692

Fonte: Secretaria de Reordenamento Agrário/MDA, junho/2012.⁹⁶

Quadro 07: Linha CAF do PNCF

Ano	Nº assentamentos	Nº Famílias	Área (ha)	Valor (R\$)
2003*	2.734	4.597	198.780	14.071.552
2004	87	87	1.283	2.776.315
2005	1.319	1.555	17.701	58.004.209
2006	5.620	6.334	65.863	233.509.642
2007	7.719	10.108	116.639	377.710.887
2008	5.987	7.398	95.881	272.200.169
2009	4.979	5.561	85.348	204.906.185
2010	3.979	4.219	58.960	157.749.800
2011	1.066	1.097	12.915	42.192.736
2012	777	777	18.504	38.984.582
TOTAL	34.267	41.733	671.874	1.402.106.077

Fonte: Secretaria de Reordenamento Agrário/MDA, junho/2012

* Valores de 2003 são referentes às contratações do Banco da Terra

Ao analisar os dados acima, podemos afirmar que os números de hectares e famílias atingidas pelo PNCF, em nove anos de execução, atingem 43.770 famílias e 905.943 hectares, na linha CPR; e na linha CAF, um total de 41.733 famílias e 671.874 hectares, o que indica que o PNCF não atinge o grande latifúndio improdutivo.

Ainda sobre o PNCF, as experiências dos assentamentos comprovam que após a compra da terra, as famílias começam a vivenciar outros problemas: ausência de políticas sociais de saúde, educação, saneamento, transporte, segurança, estradas, comercialização, etc que garantam a sobrevivência nas áreas adquiridas.

Um elemento importante que torna o processo de mercantilização da terra mais ágil é a ausência de organizações políticas destes trabalhadores. As associações formadas são, na sua maioria, compostas de membros da mesma família, cujas reivindicações se esgotam com o processo de aquisição da terra. Essas associações cumprem um papel de regularizar juridicamente a posse da terra e não parecem se constituir em um instrumento de luta política dos trabalhadores rurais sem terra.

Com as dificuldades de produção e assistência técnica na nova terra, muitos trabalhadores rurais vêm no assalariamento a única forma de garantir a sobrevivência da família. É comum em áreas de monocultivo e concentração fundiária por grupos

⁹⁶ Dados disponíveis em Secretaria de Reordenamento Agrário/MDA. Painel de Indicadores Gerenciais, 2013b.

econômicos e grandes proprietários de terra, os trabalhadores rurais assentados no PNCF se tornarem assalariados ou destinarem suas terras à produção da monocultura por preços abaixo do mercado para o agronegócio.

De acordo com dados da Secretaria de Reordenamento Agrário, as propriedades rurais destinadas aos programas de reforma agrária, sejam elas pelo PNRA ou pelo PNCF, ainda são inferiores às grandes propriedades e latifúndios destinados ao agronegócio. Em relação ao preço da terra, este se modifica de acordo com a região do Estado. Em média o preço da terra apresenta uma variação anual: em 2010, o valor do hectare era de R\$ 1.599,00; em 2011 era de R\$ 1.308,00 e em 2012 teve uma elevação para R\$ 2.828,00 por hectare.

Delgado (2010) ao analisar a estratégia do agronegócio, afirma:

A opção pela modernização técnica sem reforma agrária, estratégia promovida atualmente pelo agronegócio, ganha força política, precisamente, pelo fato de se compor com o modelo de ajustamento constrangido da economia brasileira às restrições do setor externo [...] a estratégia do agronegócio é também um arranjo de economia política que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais. (DELGADO, 2010, p. 108)

Ainda seguindo uma análise do PNCF, no que se refere à compra da terra, o programa possui mecanismos e critérios de aprovação para aquisição da terra diferenciados de acordo com o valor do financiamento contratado e com o valor do hectare que muda de região para região no Brasil. Para financiamentos com o limite de até R\$ 30.000,00, o agricultor tem até 17 anos para pagar. Já para financiamentos de valores acima de R\$ 30.000,00, o prazo de pagamento é de até 20 anos. Em ambos, estão incluídos até 36 meses de carência. (BRASIL/MDA, 2006). Os beneficiários que conseguirem negociar o preço do imóvel rural com valor inferior em 10% (dez por cento) à média da região terão um bônus no valor de cada parcela do financiamento realizada no prazo.

Os limites dos recursos para aquisição das terras levam à compra de terras em áreas pouco dinâmicas, menos valorizadas, com sérios problemas de produtividade do solo e dos recursos naturais disponíveis (principalmente recursos hídricos). Isso tem como consequência a redução da produção agrícola, refletindo diretamente na renda das famílias, na sua capacidade de pagamento da terra e dos projetos produtivos, e nas condições de vida.

O MDA, através da Secretaria de Reordenamento Agrário, tem realizado avaliações periódicas sobre o desenvolvimento do PNCF e estas revelam que as famílias alcançaram melhores condições materiais de vida (possuem terra, moradia, pouca produção, energia elétrica, água). Apesar disso, são notórios os problemas desencadeados pela reforma agrária de mercado. As famílias não conseguem produzir o suficiente para a própria sobrevivência, o que tem forçado o assalariamento de membros do grupo familiar. Muitas das propriedades adquiridas possuem terras ruins porque os recursos disponíveis não permitem comprar áreas de boa qualidade. (SAUER, 2004, p. 58). E também, os proprietários dificilmente estão interessados em vender as melhores terras. Geralmente costumam liberar para esses programas, terras de menor qualidade, sem água e outras benfeitorias.

Outro aspecto importante é que as famílias lutam para possuir a terra e quando conseguem, têm que enfrentar problemas de outra ordem como a ausência de educação, saúde, saneamento, assistência técnica, capacitação para gestão produtiva, comercialização e etc. Essa questão revela que apenas a aquisição da terra não resolve as desigualdades sociais presentes no espaço rural. O desenvolvimento do capital tende a produzir e reproduzir tais desigualdades.

Ficou evidenciado em pesquisas realizadas (Sauer e Pereira, 2006) que a maior parte dos trabalhadores ingressam no PNCF sem ter nenhuma tradição de participação política em lutas sociais e luta pela terra nos seus municípios de origem. De acordo com informações da Secretaria de Reordenamento Agrária do MDA, a maioria desses trabalhadores expressa que escolheram o PNCF para obter a terra porque não queriam entrar em um acampamento de luta pela terra e vivenciam todas as agruras dessa luta.

A despeito dessa “despolitização” dos trabalhadores rurais ingressantes no PNCF, há, aí, um paradoxo: mesmo não querendo participar de movimentos sociais que lutam pela terra, esses trabalhadores discutem sua situação e seus problemas no sindicato local e buscam alternativas para sua resolução. “[...] é antes de tudo a captação de um concreto aparente, limitado, uma parte do todo e do movimento de sua entificação”. (IASI, 2007, p. 14).

Há, portanto, uma fragilidade política que encontra os trabalhadores vulneráveis frente às equipes de assistência técnica, gestores da UTE, gerente do banco financiador, lideranças do Movimento Sindical, chefes políticos locais. Essa fragilidade política impele as famílias a aceitarem áreas com problemas físicos e ambientais para construção de moradia e produção agrícola, inviabilizando o assentamento.

3.4 – A Realidade Socioeconômica dos Assentamentos Rurais do PNCF: Uma Caracterização a partir das Pesquisas Governamentais

A Secretaria de Reordenamento Agrário realiza periodicamente o monitoramento e avaliação do desempenho do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Em 2011 publicou uma avaliação do PNCF⁹⁷, realizada pelo Departamento de Estudos Sócioeconômicos Rurais (DESER) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) com o objetivo de avaliar qualitativamente o desempenho dos seis primeiros anos do PNCF. Para tanto, definiu que fossem desenvolvidos estudos de casos múltiplos sobre três aspectos: 1) Os fatores que interferem no sucesso ou insucesso, ou seja, fatores que contribuem ou limitam o desenvolvimento dos projetos de assentamento; 2) Os fatores que interferem nos prazos de tramitação e aprovação dos projetos do PNCF; 3) As boas práticas do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais na parceria social na operacionalização do Programa.

Algumas questões importantes para entender nosso objeto de estudo serão explicitadas, posto que apareceram nas avaliações qualitativas do Programa.

3.4.1 – O Desenvolvimento dos Projetos de Assentamento:

No que se refere ao primeiro estudo, foram destacados seis aspectos importantes no processo avaliativo: 1) o acesso à informação e a organização das famílias na fase prévia de implantação da proposta; 2) a identificação, caracterização e escolha do imóvel; 3) a elaboração da proposta de financiamento; 4) acesso a infraestrutura básica e social; 5) o acesso à infraestrutura econômica e aos serviços de apoio; 6) o processo de organização das famílias beneficiárias.

a) O acesso à informação e a organização das famílias na fase prévia de implantação da proposta

Durante a fase de implantação dos projetos, cabe aos governos estaduais, em parceria com as organizações dos trabalhadores rurais, a responsabilidade de difusão do programa, mobilização de beneficiários potenciais, capacitação inicial sobre o

⁹⁷ Esta pesquisa foi coordenada pelo Prof. Dr. João Carlos Sampaio Torrens, num convênio celebrado entre o Departamento de Estudos Sócioeconômicos Rurais (DESER) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica (TCP) Crédito Fundiário, no período entre 2003 e 2010.

programa e a formação e organização dos grupos interessados no acesso à terra. Nessa fase é fundamental a disseminação de informação sobre as características e regras das linhas CPR e CAF para o público beneficiário e apoio à organização e formalização da associação comunitária, necessária para aprovação da proposta de compra da terra.

No que diz respeito ao acesso à informação, as pesquisas governamentais detectaram diversas dificuldades por parte dos beneficiários em relação ao conhecimento ou compreensão dos seguintes aspectos: características para elegibilidade do imóvel; preço de referência para negociação; potencial produtivo; características dos documentos a serem reunidos pelos beneficiários; identificação, apoio e negociação do preço do imóvel selecionado; condições de financiamento da terra, com simulação do financiamento contemplando juros e valor das parcelas; identificação das diferentes etapas da tramitação da proposta de financiamento; papel de cada órgão do processo de compra da terra; conhecimento sobre associativismo e cooperativismo; informações básicas sobre gestão de associação e regimento interno; informações sobre assistência técnica e acesso ao PRONAF. (BRASIL/MDA, 2011).

A ausência desse conhecimento por parte dos beneficiários tem dificultado a tramitação da documentação, como também tem levado muitos trabalhadores rurais sem terra, assinarem e contratarem propostas de financiamentos que, no futuro, irão lhe render sérias dívidas e preocupações. Na maioria das vezes os técnicos que acompanham a formalização das propostas não conseguem transmitir as informações com clareza e se dedicam mais a burocracia do processo do que com as dúvidas e a apreensão correta dos conteúdos do programa, por parte dos futuros beneficiários.

Ao tratar a questão da formação das associações, as pesquisas governamentais identificaram que a mesma tem papel fundante na sustentabilidade da proposta, sendo ela a responsável pela execução do projeto de financiamento da aquisição da terra, projeto produtivo, representação dos interesses comunitários, mediação e solução de conflitos das famílias, entre outras atribuições. De forma geral, foram identificados dois perfis de associações, com perspectivas diferentes: a) associação que, na fase inicial do processo de construção e ou na execução da proposta, aglutinou seus membros, conferindo identidade e coesão ao grupo, sendo reconhecida como representante dos interesses coletivos e com as lideranças legitimadas e reconhecidas pelo grupo; b) associação como agrupamento de pessoas, com frágil ou nula identidade como grupo,

desconhecida, ao longo do processo, como representante dos interesses comuns. (BRASIL/MDA, 2011).

Esses dois perfis de associações levaram à conclusão que a depender do modelo de gestão da associação e sua legitimidade no grupo, o futuro assentamento poderá ter sucesso ou não. O modelo de associação descrita no item “a”, acima, observa-se que o grupo busca coletivamente a solução de entraves no trâmite da proposta; procura as informações adequadas para subsidiar suas decisões; busca as melhores opções para organizar o processo produtivo e a comercialização; identifica os conflitos e pactua para sua resolução e boa convivência comunitária; possui relação mais próxima com o poder local, facilitando a negociação de outras políticas públicas; tem inserção em redes e identificação de parceiros potenciais; consegue garantia de pagamento em dia das parcelas dos créditos; selecionaram os beneficiários segundo os critérios de elegibilidade do programa.

Diferentemente das vantagens que se apresentam no perfil de associação do item “a”, as associações descritas no item “b” dependeu fundamentalmente das assistências técnicas ou o ex-proprietário do imóvel para encaminhar a proposta de compra da terra junto aos órgãos responsáveis pelo PNCF. As dificuldades aumentavam a cada etapa do processo de financiamento: os problemas situam-se na compreensão dos trâmites ou execução da proposta; na apresentação de solução para os entraves; no acesso à informação e tomada de decisão; na definição e operacionalização da proposta produtiva; nos conflitos internos da associação e convivência comunitária; no acesso a outras políticas públicas; na capacidade de pagamento do financiamento da terra; na eleição de membros, entre outros.

Nessa ótica, essas associações tiveram muitas dificuldades para se manter e desenvolver os assentamentos, dependendo exclusivamente das assistências técnicas e das assessorias da Unidade Técnica Estadual (UTE). Em geral essas associações tem um baixo nível de organização e mobilização das famílias assentadas.

A pesquisa ainda detectou que:

A ausência ou omissão da UTE e ou das entidades de apoio ao Programa na facilitação do processo organizativo e na apresentação e acompanhamento de propostas de solução a problemas cruciais, durante a fase inicial de construção da proposta, contribuiu com o processo de desagregação da associação, bem como com a implementação de ações contrárias aos interesses da comunidade assentada, fortalecendo na maioria das vezes líderes e medidas oportunistas e, inclusive, corruptas. (BRASIL/MDA, 2011, p. 53)

Dessa forma, pode-se afirmar que há indícios de problemas permanentes na execução do programa, devido seu modelo de gestão e a forma como é implantado nos Estados, evidenciando um excesso de burocracia; pouco diálogo com os beneficiários; ausência de uma estratégia de disseminação das informações com maior clareza; falta de acompanhamento dos trabalhadores que ingressam no programa; assistências técnicas omissas aos interesses dos beneficiários; UTEs despreparadas e desestruturadas; dentre outros problemas que dificultam a execução do PNCF.

b) A Identificação, Caracterização e Escolha do Imóvel:

Na fase inicial para escolha do imóvel, muitas motivações para sua aquisição interferem na decisão dos trabalhadores rurais. Para muitas famílias, a terra significa local para viver e trabalhar, é a principal fonte de renda, possibilitando a continuidade da sua herança cultural e social. Na maioria das vezes, as famílias querem imóveis perto do local onde moram e com laços de vizinhança entre os membros que vão adquirir a propriedade. Outra motivação é a experiência na produção agrícola, pois esses trabalhadores rurais já sobrevivem como parceiros, meeiros, alugados, arrendatários, diaristas, agregados, entre outras modalidades de relações de trabalho nas fazendas da circunvizinhança.

De acordo com o Manual de Operações do PNCF, para aquisição do imóvel rural, a iniciativa deve partir das próprias famílias. Nos casos onde as famílias se organizam, vão à procura do imóvel, negociam com o proprietário e dão os encaminhamentos junto aos órgãos do PNCF, o processo de assentamento tende a se constituir uma experiência exitosa. Há casos, ainda, que famílias sem terra, buscam adquiri-la através das ocupações e luta pela terra, mas desistem tendo em vista a violência institucionalizada contra os movimentos sociais rurais, as dificuldades em viver em um acampamento e a morosidade do processo desapropriatório. Essas famílias têm encontrado no PNCF uma alternativa de possuir a terra, trabalho e moradia, ou um acesso em menores prazos/tempos.

Contudo, há ainda casos em que a iniciativa é do próprio proprietário da terra ou de agentes externos ligados à UTE. Nessas situações, há maiores limites na representação dos interesses das famílias. Quando a família tem maior clareza sobre o

imóvel pretendido, conhece suas características, acompanha a negociação das terras, consegue uma redução do valor das terras, obtém maiores recursos para a implantação do SIC, demonstra conhecer as regras do PNCF, tudo isso beneficia a construção e consolidação da proposta de compra da terra e a construção do assentamento.

Mas na maioria das vezes, as famílias desconhecem as regras e normas de funcionamento do PNCF, não sabem negociar os preços da terra, ficam à mercê das propostas do proprietário e de seus prepostos, e arcam com as dívidas e déficits provenientes de negociações “erradas” e sem acompanhamento devido da UTE e da assistência técnica.

Outra questão que merece destaque na negociação do imóvel é a utilização do Sistema de Monitoramento do Mercado de Terra (SMMT), que visa aferir de forma mais objetiva o valor monetário da terra, de acordo com o mercado. Esse instrumento tem sido pouco utilizado pelas equipes das UTEs e em alguns casos, esse sistema tem contribuído para inflacionar o mercado de terras e a especulação imobiliária. Junto ao valor da terra, surge outra questão: os valores muito altos fazem com que algumas associações aumentem o número de famílias beneficiárias no assentamento, mesmo diminuindo o tamanho do lote para cada uma, com o intuito de diminuir o valor das parcelas para cada família. Com a diminuição dos lotes, estes podem ficar menores do que o módulo fiscal da região, criando limites para a vida no assentamento, para produção agrícola e a geração de renda, forçando as famílias a procurarem outras alternativas (diarista, assalariamento rural, etc) para garantir a sobrevivência e o pagamento da dívida assumida com o banco.

Outro empecilho que os trabalhadores rurais encontram no momento de aquisição da terra pelo PNCF é o interesse dos proprietários da terra em vender para o Programa, pois recebem o pagamento em dinheiro e à vista, ao contrário do PNRA, que o pagamento da terra é em Títulos da Dívida Agrária (TDA). Podem acontecer as mais variadas situações. Uma delas é o proprietário já está envelhecido, não consegue mais trabalhar e produzir na terra, seus filhos não querem viver da agricultura e, assim, vender para o PNCF resolve sua situação pessoal. Outros proprietários querem se desfazer de terras ruins, comparadas a outras que ele possua, ou mesmo visando resolver problemas de dívidas e ou problemas judiciais, seja em relação à terra ofertada, seja por outras problemáticas de ordem particular.

Além do interesse dos proprietários encontra-se também, outros sujeitos envolvidos na oferta de terras para o PNCF. Algumas iniciativas partem de profissionais autônomos, técnicos de assistência técnica ou de organizações credenciadas para desenvolver as atividades de acompanhamento ao projeto de aquisição da propriedade e a produção agrícola. Muitas vezes esses profissionais se aproximam das famílias, pensando unicamente no percentual referente ao pagamento da prestação de serviços de assistência técnica, que quando ocorrem, os assentamentos ficam desassistidos, mesmo quando ainda não concluíram a implementação de todas as atividades de infraestrutura produtiva e comunitária.

Há, ainda, a falta de acompanhamento sistemático por parte dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do município, que se constitui parceiro permanente do PNCF via CONTAG e FETAGs. Quando isso acontece, abre-se espaço para que as entidades e profissionais autônomos de assistência técnica realizem o trabalho de elaboração de projetos de aquisição da terra e produtivo, ocupando os espaços deixados pelo sindicato. Sem o devido acompanhamento e monitoramento dos trabalhos pelo Sindicato e pela UTE o que tem se identificado é uma série de problemas no desenvolvimento das negociações e na consolidação do assentamento.

O conhecimento prévio da área e das condições físicas e ambientais da região facilita para elaboração da proposta de produção agrícola. Conhecer as áreas antes da sua aquisição favorecerá que as famílias possam constituir uma base social e econômica sólida, no momento de implantação do assentamento. Mas há diversos casos em que os beneficiários não tinham total segurança da propriedade que estavam comprando e tiveram muitos problemas para sua sustentação. No Nordeste, especialmente no semiárido, há problemas de escassez de água e qualidade de solo, necessitando investimento em políticas complementares de recursos hídricos e manejo adequado para correção e adubação do solo.

Ademais, há também à distância e as condições de acesso ao assentamento que influenciam no seu desenvolvimento. Há propriedades próximas a núcleos urbanos, com estradas asfaltadas para o deslocamento das famílias e escoamento da produção agrícola. No entanto, uma parte significativa dos assentamentos do PNCF sofre com as péssimas condições das estradas (íngremes, por dentro de mata, sem sinalização, no barro) que o limitam e a longa distância de urbanização. Quando isso acontece, os beneficiários não conseguem viver no assentamento e acabam desistindo

da terra, mudando-se para as comunidades de origem e arcando com as dívidas do projeto.

Assim, à distância e o acesso podem influenciar de forma positiva e negativa no desenvolvimento do futuro assentamento; no estabelecimento de relações sociais, políticas, institucionais; no acesso a políticas públicas e programas sociais; na comercialização da produção agrícola; no acesso a assistência técnica; na aquisição de insumos e máquinas agrícolas. E finalmente, dificulta a construção de relações sociais com outras comunidades e assentamentos rurais da região.

Muitas vezes a expectativa de possuir a terra pode levar as famílias a tomarem decisões precipitadas, prejudicando seu futuro no assentamento e na sustentação da vida. Isso pode dificultar no conhecimento das condições físico-ambientais e produtivas da terra, elaboração do projeto de aquisição da propriedade, elaboração com mais adequação o projeto produtivo, conhecimento dos mecanismos, normas e objetivos do PNCF, estabelecimento das parcerias e apoios para o futuro assentamento, organização de forma eficiente da associação comunitária.

c) A Elaboração da Proposta de Financiamento

Para elaboração da proposta inicial de financiamento, o Manual de Operações do PNCF prevê um “estudo detalhado de viabilidade econômica com indicações técnicas necessárias e pertinentes à avaliação da exeqüibilidade do projeto”. (BRASIL/MDA, 2011, p. 62) Na maioria das vezes, esse estudo inicial é superficial e acarreta muitos problemas para as famílias beneficiárias, cumprindo apenas uma mera formalidade, quando o interesse maior e prioritário é apenas viabilizar e agilizar a negociação da compra e venda do imóvel.

Muitas propostas iniciais de financiamento têm se ocupado mais em reunir a documentação exigida pelo Programa do que em avaliar com seriedade e de forma adequada o projeto produtivo e as condições físicas e ambientais da área. Isso tem se tornado um aspecto limitante na implantação dos projetos, podendo ocasionar problemas graves para os beneficiários. É no projeto inicial que a assistência técnica e a equipe da UTE, que avalia a proposta, deve analisar a exeqüibilidade ou não do projeto, pois uma proposta inadequada pode inviabilizar o assentamento e a vida das famílias.

A proposta inicial deve dar importância ao laudo técnico, no qual a assistência técnica estabeleça criteriosamente as potencialidades, limites, dificuldades, perspectivas para a produção e a sustentabilidade do assentamento; bem como um diagnóstico social da área e de sua região, estabelecendo estratégias para a construção de relações sociais que favoreçam a coesão das famílias e o desenvolvimento comunitário. Cabe também a UTE o acompanhamento mais atento na realização de fiscalização e vistoria, com instrumentos que possibilitem o diálogo e avaliação das propostas com participação das famílias, do Sindicato do município, da assistência técnica e demais parceiros.

Acrescenta-se a isso o papel dos Conselhos Estaduais e das Câmaras Técnicas (quando existem), que também, deveriam participar ativamente dessa fase de elaboração da proposta inicial, mas quando existem tem relações políticas com o poder público local, restringindo sua atuação. E ainda, apresentam certo grau de rotatividade, dificultando o acompanhamento da elaboração das propostas dos grupos que pretendem adquirir terra pelo PNCF.

Destaca-se, igualmente pouca efetividade dos gestores do PNCF nas ações de planejamento, acompanhamento e fiscalização, o que cria uma série de problemas e limitações para os futuros beneficiários. A morosidade no desenvolvimento das etapas sempre esteve presente no processo de aquisição da terra e do acesso ao crédito agrícola, via PRONAF A. Há também, certo grau de dependência dos trabalhadores rurais as equipes de assistência técnica, às vezes até exagerado, prevalecendo à proposta inicial dos técnicos que nem sempre representam os interesses das famílias. Dessa forma, “[...] é comum à desconsideração, na elaboração da proposta, não apenas do conjunto de aptidões, trajetória anterior, experiência e interesses dos associados, mas inclusive das características físicas e ambientais da região e das potencialidades do mercado local para aquela proposta produtiva”. (BRASIL/MDA, 2011, p. 64).

Nesse sentido, é comum encontrar técnicos com pouca inserção no grupo de agricultores que vai adquirir a terra, prejudicando a elaboração da proposta inicial. Estes técnicos realizam poucas reuniões com os agricultores para discutir o projeto de aquisição da terra e o funcionamento do programa. Ficam mais ocupados com a documentação e com o convencimento das famílias para suas argumentações, no sentido de agilizar a compra do imóvel. Além disso, estão preocupados em garantir o percentual da prestação de serviço de assistência técnica, ampliar a rede de

consultorias aos assentados, indicar outros técnicos para os futuros trabalhos e garantir a contratação posterior para o projeto do PRONAF A.

d) O Acesso à Infraestrutura Básica e Social

Com referência aos investimentos em infraestrutura básica e social dos assentamentos, cada família recebe os recursos do SIC para construção da casa, instalação dos serviços de água e energia elétrica. Geralmente, o montante de recursos liberados é suficiente para construir a casa e para garantir a instalação hidráulica doméstica e ter acesso à água e a energia elétrica. Quando os recursos não contemplam todos os investimentos, a energia acontece via Programa Luz para Todos.

Na grande maioria dos assentamentos, as casas são construídas na forma de uma agrovila, pois otimiza os recursos do SIC, podendo ser aproveitado o saldo na instalação dos sistemas de abastecimento de água e fornecimento de energia. Além disso, a agrovila proporciona o convívio social e a construção das relações comunitárias, pela proximidade das famílias. É comum os assentados se envolverem na construção de suas casas, visto que muitos têm conhecimento e experiência na construção civil, chegando em alguns casos, dispensarem os serviços de pedreiros e serventes. Além de pedreiro e servente, a construção da casa exige os serviços de carpinteiro, encanador e eletricista. Esses profissionais se revezam na obra, auxiliados pelos moradores, no sentido de melhor aproveitarem os recursos e poderem obter uma moradia digna.

Há também, o apoio logístico de aquisição de material de construção e alimentação para os trabalhadores da obra, tudo realizado pelos assentados. Quando essas atividades são realizadas pelos membros das famílias e/ou apoiadas pelos mesmos, exercendo um importante papel na constituição da identidade do grupo, à tendência é obter um bom resultado ao final da construção.

Nas pesquisas do MDA (2011) identificam os bons resultados dessa participação das famílias no processo de construção das casas, como consta no texto abaixo.

Ao partilharem as atividades que levaram à construção das casas, estabelecem ou fortalecem os laços comunitários e as relações com a terra e o lugar onde irão viver, projetam sonhos comuns e conformam a emergência de uma coletividade, uma comunidade de interesses sociais. (BRASIL/MDA, 2011, p. 68)

Nos assentamentos onde as associações são bem organizadas e fizeram cotação de preços no mercado local, as casas podem sair com cômodos a mais, área de serviço, varanda, e até mais amplas, obtendo uma área construída bem maior do que 42m², como estabelece o Manual Operativo do PNCF (BRASIL/MDA, 2005). Outras associações a partir da otimização dos recursos, seja na compra de material de construção, seja na redução de pagamento dos trabalhadores; conseguiram construir algum bem comunitário, como uma sede para desenvolvimento de atividades sociais, culturais, organizativas, educativas e religiosas. O grau de organização e envolvimento da associação nessa fase de implantação do assentamento e construção das casas configura-se fator decisivo para qualidade da moradia e da vida comunitária.

As associações que têm entraves na organização interna, geralmente apresentam dificuldades na coordenação da construção das casas, podendo haver casas sem reboco, pintura, entre outros problemas. Cabe salientar que um dos fatores que contribuíram para a redução da área construída ou para não conclusão de algumas residências deve-se também, ao fato das propostas apresentadas pelos técnicos no projeto inicial não levarem em consideração os custos reais das matérias-primas para a construção civil no mercado local. A demora na liberação dos recursos financeiros para dar início às obras é apontada como outro elemento que limita e interfere na conclusão das residências.

Outro fator importante é a disponibilidade de recursos financeiros do SIC para a construção das casas, pois se verifica que em muitos projetos, o orçamento ficou abaixo da cotação de valores de mercado, impedindo o acabamento das casas que ficaram sem janelas, reboco, pintura, piso de cerâmica, sanitário, forro, dentre outros aspectos indispensáveis para uma moradia digna. E geralmente, os técnicos responsáveis pela assistência técnica, não acompanham as obras, nem tampouco, a associação.

Há diferentes formas de ocupação das residências no interior do assentamento. Existem aqueles que não conseguem morar no assentamento, muitas vezes por ser distante da área mais habitada e com dificuldade de deslocamento, e só produzem no lote e a família vive na antiga casa, geralmente na periferia da área urbana do município. Há aqueles que não conseguem agüentar as dificuldades no assentamento novo e se retiram do Programa, passando a casa para outra família. E há assentamentos que as famílias conseguiram se estabelecer. Nesse caso, as casas possuem jardim na entrada, os quintais possuem produção de hortaliças, fruteiras,

plantas medicinais, combinadas com pequenas unidades para criação de animais domésticos (chiqueiro, aviário) e cercas para impedir a livre circulação dos pequenos animais entre as casas. Outro aspecto desse enraizamento é a construção de casas no fundo do quintal para os filhos/as recém-casados ou parentes que vieram se instalar na área.

Dos serviços básicos para instalação do assentamento, a água constitui um elemento central, cumprindo duas funções: abastecimento e consumo humano no espaço doméstico; uso produtivo para consumo dos animais e para produção agrícola. A água do consumo humano deve ser de boa qualidade e em quantidade suficiente, no sentido de garantir a saúde e a reprodução social da família. Esse serviço é garantido nas residências dos assentamentos através de poços artesianos, caixa d'água, cisternas, açudes e rios. A instalação de equipamentos do sistema de captação e distribuição da água (principalmente perfuração dos poços artesianos e caixa d'água) está prevista no projeto do SIC e tem o apoio dos órgãos públicos, ligados aos governos estaduais. Cada casa possui um registro medidor que marca o consumo mensal.

Nos assentamentos que possuem cisternas de placas, estas foram construídas com apoio e parceria das entidades que compõem a Articulação do Semiárido (ASA), que disponibiliza recursos para esse fim, através do Programa Um Milhão de Cisternas⁹⁸. Porém há muitos assentamentos que não possuem sua segurança hídrica, especialmente no Nordeste, região semiárida. Nos locais de maior precariedade hídrica, a solução tem sido o carro-pipa para abastecer a cisterna. Ademais, nos locais que a água de consumo humano é inadequada, geralmente captada de barreiros e pequenas lagoas, ocorre a incidência de muitas doenças (verminoses, diarréias, outras) que afetam diretamente a qualidade de vida das famílias assentadas.

Mas a água não deve ser apenas para o consumo dos assentados/as, ela deve ser suficiente para manter a vida dos animais e a produção agrícola. Nos casos em que o acesso à água depende do fornecimento de energia elétrica, haja vista a necessidade de seu bombeamento, é indispensável à garantia da energia para sustentação do

⁹⁸ O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Ele vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semiárido, através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual. O objetivo do P1MC é beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda região semiárida com água potável para beber e cozinhar, através das cisternas de placas. Juntas, elas formam uma infraestrutura descentralizada de abastecimento com capacidade para 16 bilhões de litros de água.

sistema hidráulico da comunidade. Há assentamentos que as famílias conseguem pagar a conta de energia para garantir água e luz; em outros as famílias dependem do poder público local para o fornecimento de energia elétrica, pois não conseguem renda suficiente para arcar com essa despesa. E, ainda, casos em que as famílias abandonaram suas casas e a terra, pela completa escassez de água. O pagamento das taxas públicas referentes ao fornecimento desse serviço e os custos de manutenção dos equipamentos (motor, bomba d'água) representam um gasto alto para o orçamento familiar.

Na avaliação também se destaca à energia elétrica, o acesso das famílias à eletrificação rural é mais difícil, pois o tempo de espera é bem maior que a instalação do sistema de água. A chegada da energia elétrica passa por um processo burocrático desgastante para os assentados, especialmente aqueles assentamentos que dependem do Programa Luz para Todos. A existência desse bem social auxilia na produção agrícola, uma vez que o bombeamento de água via energia, para irrigação de várias culturas é bem mais barato que os sistemas hídricos de irrigação bombeados à gasolina.

O PNCF tem a responsabilidade de assegurar as famílias assentadas o direito à moradia, água e energia elétrica. No entanto, há também um conjunto de políticas públicas e sociais que precisam ser garantidas para a permanência das famílias na terra, como saúde, educação, transporte, comunicação. A precariedade desses serviços públicos é uma marca do Estado brasileiro, que rebate diretamente no desenvolvimento da vida da população, especialmente as populações rurais e ribeirinhas. Já o acesso a essas políticas públicas permite que as famílias possam viver com dignidade, à medida que tem garantido direitos sociais de cidadania.

A pesquisa ainda destaca à educação, esse serviço é o mais acessível às famílias, pois alguns assentamentos possuem escolas e creches para atender crianças do assentamento e das comunidades vizinhas. Funciona, também, no período noturno, escola de Jovens e Adultos. Nesses casos, a Prefeitura Municipal assume o funcionamento dessas unidades de ensino, a contratação de profissionais, a merenda escolar, a manutenção do prédio e o material didático-pedagógico.

Mas a maioria dos assentamentos não dispõe de escolas e creches. Assim, as crianças, adolescentes e jovens têm que se deslocar para as comunidades próximas ou para sede do município para freqüentar uma escola. Dessa forma, o acesso a essas escolas são assegurados por veículos próprios ou contratados pela Prefeitura.

Dependendo da localização da área do assentamento, os alunos são obrigados a andar a pé alguns quilômetros até a comunidade atendida pelo transporte escolar. Ainda há casos, em que quando chove e os caminhos alagam e estes são obrigados a percorrer distâncias maiores ou até ficar sem estudar, isolados, até as águas nas estradas secarem e terem condições de passagem.

Outro problema encontrado é a ausência de cursos profissionalizantes para atender a juventude rural, que permita o acesso ao conhecimento técnico, novas tecnologia, informática, e abertura de novas oportunidades de ocupação no meio rural. Também não são ofertados cursos de graduação, ou são poucos, apesar da expansão do ensino superior em todo país e sua interiorização.

Em relação aos serviços de saúde pública, as dificuldades de acesso são mais intensas. Na grande parte dos assentamentos não funcionam postos de saúde e quando alguém adoece tem que se deslocar para a sede do município ou para postos de saúde em comunidades maiores da vizinhança. Há em muitos assentamentos o serviço de agentes de saúde comunitários, mas os seus atendimentos têm muitas limitações. No entanto, há nas proximidades de quase todas as áreas o atendimento do Programa Saúde da Família, mesmo assim, este só ocorre uma vez por mês. É importante registrar que é comum o atendimento às famílias e às crianças pelo trabalho da Pastoral da Criança. Os casos que requerem tratamentos mais específicos e exames mais detalhados, estes são encaminhados para os hospitais da região.

Ao se referir as estradas de acesso aos assentamentos, a pesquisa indica que todas elas são carroçáveis e quando chove, ficam intrafegáveis, deixando as famílias isoladas, ou utilizando caminhonetes com tração nas quatro rodas. As condições das estradas são regulares, tendo em vista que o transporte escolar precisa chegar nos assentamentos diariamente e quando muito é o único transporte que as famílias possuem para se deslocar para comunidades vizinhas e sede do município.

Esse conjunto de problemas detectados nas pesquisas sobre a implantação dos projetos de assentamentos é característico do desenvolvimento e da gestão do PNCF. Nota-se que o PNCF segue as orientações da agenda agrária do Banco Mundial, que incentiva a mercantilização da terra e nada se assemelha ao Plano Nacional de Reforma Agrária implementado pelo INCRA. A concepção do PNCF é antagônica a lógica de desapropriação de terras que não cumprem sua função social.

Nesse cenário de implantação da Reforma Agrária de Mercado, os assentamentos rurais estão sendo construídos no contexto de regressão de direitos e

de execução de políticas públicas focalizadas e seletivas. A reforma agrária demandada pelos trabalhadores rurais visa garantir a segurança hídrica, social, econômica e produtiva dos assentamentos. Reconhece e restitui os direitos sociais dos camponeses. Significa fazer com que o Estado brasileiro assuma a dívida social que possui diante dos segmentos excluídos historicamente dos direitos de cidadania.

e) O Acesso à Infraestrutura Econômica e aos Serviços de Apoio

A viabilidade econômica de um assentamento do PNCF depende não só do esforço dos assentados na produção familiar; mas sim e necessariamente a: escolha de uma área que possibilite a exploração econômica com geração de renda e reprodução social das famílias; a qualidade dos serviços de acompanhamento e assistência técnica; a construção de um projeto econômico adequado às condições físicas e ambientais da área; acesso ao crédito e outras fontes de recursos financeiros; as formas de organização do processo produtivo e da comercialização.

Geralmente, na escolha da área é importante avaliar as possibilidades de exploração econômica que garanta a ocupação e renda para as famílias, sem comprometer o meio ambiente e as áreas de preservação; como também identificar as limitações que podem prejudicar o desenvolvimento agrícola. Além disso, conhecer as trajetórias de vida e as experiências de trabalho das famílias a serem assentadas. Mas, essa etapa inicial (como já citado anteriormente) está eivada de procedimentos e prática que levam as famílias enfrentarem uma série de problemas no momento da implantação do assentamento.

Há assentamento formado por interesse do proprietário, com apoio de agentes locais, que organiza as famílias para compra da terra e a área ofertada apresenta várias limitações para a sua exploração econômica. Tem situações que as famílias mobilizam-se na busca por imóveis na circunvizinhança da comunidade de origem para não perder os vínculos afetivos e sociais, mesmo que essas áreas possuam características que não proporcionarão rendimentos econômicos. Em ambos os casos, as vistorias técnicas não levaram em consideração um levantamento detalhado da área, seu quadro natural, suas potencialidades, seus problemas, seu solo, os recursos hídricos disponíveis e sua aptidão agrícola, comparando com o perfil das famílias beneficiárias e o mercado local para escoamento da produção.

Um projeto economicamente viável tem que considerar as condições físicas e ambientais da área, a experiência dos trabalhadores com a agricultura e a sustentabilidade dos recursos naturais e hídricos. Mas, nesse processo, as assistências técnicas possuem um papel fundante no acompanhamento e elaboração do projeto e de todos os procedimentos burocráticos para a compra e venda do imóvel.

Mas esse papel tem sido questionado pelos beneficiários que arcam com os prejuízos de uma assistência técnica desqualificada, como afirma a pesquisa do MDA.

Entretanto de forma, recorrente, os técnicos envolvidos nesse processo têm esquecido esse preceito básico, provocando profundos constrangimentos às famílias de agricultores que acessaram o crédito fundiário, uma vez que, em última instância, são elas que irão arcar com os custos do pagamento das parcelas do crédito recebido. (MDA, 2011, p. 76)

A escolha desses técnicos é realizada por indicação de dirigentes do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município ou por técnicos dos órgãos públicos locais que acompanham a mobilização das famílias. E, ainda, há casos que o técnico foi indicado pelo proprietário do imóvel.

Esses profissionais, majoritariamente, pertencem a empresas privadas de assistência técnica cadastradas nas UTEs para realizar prestação de serviço aos assentamentos. A equipe dessas empresas é composta por profissionais de diferentes áreas (técnicos em agropecuária, agrônomos, engenheiros ambientais, assistentes sociais, sociólogos, técnicos ambientais, engenheiros de produção, zootecnistas, veterinários, etc), sendo parte deles técnicos do poder público ligados à assistência técnica e a empresas particulares que atuam nos assentamentos da região.

Outro segmento que presta o serviço de assistência técnica aos assentamentos do PNCF são as organizações não-governamentais (ONGs) e as cooperativas de técnicos que possuem um maior compromisso político com as famílias e o desenvolvimento do assentamento, distinguindo-se das empresas privadas por atuarem de forma mais abrangente no território, com metodologias participativas, com diferentes temáticas, com articulação regional.

Todavia, o que une esses dois tipos de prestação de serviço é a forma de pagamento pelo trabalho técnico. De acordo com o Manual de Operações do PNCF, cada técnico contratado é remunerado em 8% do valor do SIC para trabalhar 18 meses com as famílias, e para projetos do PRONAF A, o honorário é de R\$ 1.500,00 por

família, por um tempo de quatro anos de acompanhamento da produção agrícola. No entanto, há uma corrida e uma concorrência entre empresas privadas, cooperativas e ONGs para atender o maior número possível de assentamentos e famílias, pois assim receberão mais recursos financeiros. Contudo, essa ampliação do número de atendimentos em assentamentos diferentes tem prejudicado o trabalho de um modo geral, pois há a diminuição de assiduidade, descontinuidade nas ações, demora em encaminhar os processos administrativos e financeiros de cada projeto produtivo, perda de prazos por acúmulo de trabalho, entre outros problemas.

A avaliação chama atenção à falta de comprometimento das empresas privadas com as famílias e com os objetivos do PNCF, demonstrando interesse especial em acessar os recursos destinados ao pagamento dos serviços, mas não atuam de forma adequada, seja pela pouca quantidade de visitas aos assentamentos, seja pela má qualidade de atendimento às demandas dos agricultores.

Outro aspecto central destacado é a necessidade de capacitação dessas equipes de assistência técnica para apreender a diversidade de experiências sócio-organizativas e interesses dos beneficiários do PNCF. A maior parte desses trabalhadores vem de experiências agrícolas diversas (agregados, rendeiros, posseiros, minifundiários, diaristas, arrendatários, etc), outra parte dessa população abriga uma pluralidade de experiências socioeconômicas (assalariamento rural ou urbano, combinado com arrendamento de terra; residem em áreas urbanas, nas periferias das sedes dos municípios; desempenham atividades não agrícolas).

O formato de uma assistência técnica totalmente produtivista não dialoga com os segmentos que vivem do assalariamento rural ou urbano. Muitos técnicos contratados pelas associações são autoritários, não propiciam a participação das famílias na definição dos projetos do SIC e do PRONAF A, desconsiderando a experiência agrícola e as aspirações de cada família. Dessa forma, pode acontecer de um agricultor querer criação de gado bovino, mas o técnico apresentar um projeto de ovinocultura. Ou ainda, a família querer uma determinada cultura e a orientação técnica é para implementação de outra atividade agrícola. Acrescenta-se ainda, aqueles técnicos que exigem dos agricultores a compra de mudas, animais e/ou equipamentos em fornecedores de sua escolha, e mais tarde, essas mudas ou até mesmo os animais apresentarem dificuldades de adaptação ao meio ambiente ou até chegarem ao assentamento com problemas e morrerem.

Esses aspectos revelam as conseqüências sofridas pelos beneficiários, os riscos em relação ao insucesso das atividades produtivas encaminhadas pelos técnicos e mais tarde as dívidas do não pagamento das parcelas dos créditos, sendo estes contratados no teto máximo da linha de financiamento. Nessa relação que se estabelecem com as equipes de assistência técnica, as famílias acabam por confiar e assumir valores de financiamento que podem comprometer no futuro sua condição de vida.

Dessa forma,

Ao elaborarem esses projetos de financiamento, os profissionais que não demonstram um comprometimento ético e político com os grupos assentados parecem ignorar a capacidade de endividamento do grupo e a possibilidade de ocorrência de incertezas que interferem nas atividades econômicas realizadas no meio rural, tais como as intempéries climáticas (seca, chuva, etc), o ataque de pragas e insetos, a inadequação da área a atividade proposta. (BRASIL/MDA, 2011, p. 79)

As limitações desses profissionais dificultam a emergência de um modelo de assistência técnica que atenda às demandas e interesses da diversidade de trajetórias de vida e trabalho para definição de estratégias de desenvolvimento econômico sustentável para o assentamento. Essas lacunas relacionadas ao serviço de assistência técnica concorrem para o insucesso do projeto de assentamento e a precariedade da vida dos beneficiários.

Como já mencionado anteriormente, uma parte do SIC é direcionada para dar início às atividades agrícolas e pecuárias previstas no projeto de compra da terra. Entretanto, o crédito mais significativo para dar sustentação a essas atividades, é o PRONAF A, que só poderá ser acessado quando se encerram as ações do SIC. Isso gera um problema para as famílias, pois se houver entraves na execução do SIC, essas famílias ficaram impedidas de acessar a principal fonte de financiamento para produção agropecuária.

Em assentamentos com pouca organização interna, pouco estruturados e fragilizados no atendimento de suas demandas de assistência técnica, acessar o PRONAF A se constitui um endividamento bancário futuro, comprometendo a sustentabilidade da vida da família. No caso dos assentamentos do PNCF, poucos beneficiários tiveram ingresso nas linhas de financiamento do PRONAF. Apenas uma minoria tem a prática de elaborar projetos do PRONAF, na linha do microcrédito rural, voltado para empréstimo de valores inferiores a R\$ 2.000,00 por operação.

Podem-se destacar, também, os casos em que o PRONAF A é acessado pelas famílias por influências da assistência técnica, propiciando aos técnicos que prestam o serviço uma dinamização nos seus rendimentos. Nessa perspectiva, pouco ajuda os recursos do crédito, pois se transformam em um limitante para a vida das famílias, visto que provocam certo grau de endividamento dos beneficiários. Dessa forma, o que poderia ser um instrumento para alavancar o desenvolvimento econômico do assentamento, passa a ser um grave problema.

Diante disso, evidencia-se um aumento da inadimplência entre as famílias assentadas. Essa realidade gera um sentimento de incerteza nos beneficiários do PNCF, pois sentem os resultados do peso de uma dívida bancária e de suas conseqüências para a vida familiar e comunitária. Estes agricultores perdem o crédito no comércio, pois seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) é registrado no quadro nacional de devedores fiscais; não são recebidos com cortesia pelos gerentes dos bancos para negociar a dívida; são acometidos de doenças psicossomáticas dada a pressão emocional que estão submetidos diariamente.

A operacionalização de crédito do PRONAF A tem sofrido diversas críticas dos agricultores, dificultando seu acesso: demora no tempo de liberação dos recursos; a forma de repasse do crédito; as normas atrapalham a capacidade de negociação dos beneficiários com os fornecedores no ato da aquisição dos produtos (arame, adubo, animais, mudas, equipamentos, etc), pois como não recebem o pagamento a vista (depósito realizado alguns dias após a compra), os comerciantes cobram ágio dos agricultores, reduzindo a quantidade de produtos a serem comprados no mercado. Se houvesse mudança na forma de repasse dos créditos, as famílias teriam maior capacidade de barganha e obteriam vantagens na compra dos produtos e até uma quantidade superior ao previsto no projeto.

Ademais, os beneficiários não são orientados a conhecer e acessar outras fontes de financiamentos estaduais e municipais para o desenvolvimento das atividades produtivas. Quando isso acontece maiores são as oportunidades de crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida. Porém, ainda são elementares as iniciativas de luta por uma política agrícola para os assentamentos do PNCF.

Quando se refere à produção agropecuária dos assentamentos, a pesquisa ressalta que os créditos têm financiado áreas de produção coletiva e individual. As áreas coletivas são formadas para a comercialização dos produtos, de modo que

garantam as famílias assentadas rendimento suficiente para sua sustentação e sobrevivência, e ainda, para o pagamento das parcelas da terra e do crédito agrícola. Nessas áreas coletivas, prevalecem culturas permanentes e criações de animais. Destacam-se as culturas de coqueiro, fruteiras, mandioca, palma, etc. Em relação à agropecuária sobressai-se a caprinocultura, ovinocultura, bovinocultura, avicultura e apicultura.

Essa produção coletiva não gerou os lucros e objetivos previstos nos projetos produtivos, por vários motivos: baixo grau de germinação das mudas; falta de adaptação dos animais às características da região; insuficiência de equipamentos para realizar as atividades; condições inadequadas dos solos; e acrescida das deficiências dos serviços de assistência técnica. No momento em que essa produção coletiva não resulta rendimentos esperados pelos trabalhadores, estes passam a ficar desmotivados, desmobilizados, gerando conflitos internos entre aqueles que se dedicam e cumprem todas as tarefas da produção com aqueles que não se empenham com o mesmo vigor no trabalho.

Em assentamentos com uma base organizativa estruturada, com mesma origem das famílias, com laços afetivos mais sólidos, com boa qualidade do serviço de assistência técnica, com área agricultável com poucas limitações, as famílias conseguem gerar renda suficiente para investir nos seus projetos de vida e pagar a parcela da terra.

A produção coletiva é comercializada por atravessadores, atacadistas, varejistas, indústria de beneficiamento e transformação e comerciantes locais. São poucos os assentamentos que possuem unidades de beneficiamento como casa de farinha, casa do mel, aviário, produção de artesanato, tanques de piscicultura, entre outros. Nessas poucas áreas a venda de produtos tem gerado valor agregado de mercado, possibilitando aumentar a renda.

Já a produção individual está voltada para o auto consumo da família, ou quando muito, para ser comercializada na feira livre do município. Dentre as atividades desenvolvidas na agricultura familiar, destacam-se a produção de: milho, arroz, feijão, macaxeira, mandioca, hortaliças, fruteiras e criação de animais de pequeno porte (suínos, caprinos, aves e ovinos). Todavia, há muito que fazer para superação do cenário de insegurança alimentar e nutricional vivido pelas famílias assentadas no PNCF. Uma parcela significativa ainda depende das políticas sociais, especialmente do Programa Bolsa Família, e buscam trabalho temporário fora do assentamento (diaristas

em fazendas da circunvizinhança; assalariamento rural em monoculturas do centro-oeste e sudeste) para complementar a renda e manter a sua reprodução social.

Na grande maioria dos assentamentos formados pelo PNCF predomina a produção individual, voltada para o consumo familiar com resultados insuficientes que garantam condições dignas de alimentação para todos os membros da família. São muitas as dificuldades encontradas no processo produtivo (secas prolongadas, enchentes, deficiência na orientação técnica, ausência de equipamentos e máquinas agrícolas, falta de apoio do poder local, projeto produtivo incompatível com as condições físicas de ambientais da área, entre outros).

Outro aspecto ressaltado na avaliação é a falta de experiência das famílias assentadas em buscar alternativas de comercialização e de gestão desse processo. Mesmo com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, muitas famílias não estão preparadas para fazer parte desse programa, dada a burocracia exigida. Não havendo uma assistência técnica competente para viabilizar a comercialização e programas municipais de aproveitamento da produção dos assentamentos, a tendência é a produção agrícola ser direcionada para atravessadores a baixo custo, sem agregar valor no mercado e sem adquirir renda para melhorar a qualidade de vida.

Por fim, há uma grande ausência de produção e atividades de geração de renda para jovens e mulheres nos assentamentos do PNCF. As iniciativas para estimular a organização de jovens e mulheres são muito isoladas, não havendo uma preocupação dos gestores do Programa e da assistência técnica em promover a inserção desses segmentos populacionais nas atividades agrícolas. Esses jovens e mulheres ainda trabalham na condição de agregados do trabalho do pai (homem), gerando uma manutenção de práticas políticas patriarcais. Essa ausência de políticas públicas para a juventude rural tem motivado seu interesse em sair do assentamento e ingressar no trabalho e na vida urbana.

f) O Processo de Organização das Famílias Beneficiárias

As normas do PNCF exigem que se formalize uma associação com os pretensos beneficiários, sendo mais fácil para os órgãos de gestão cumprir os mecanismos e os procedimentos do Programa. Entretanto, a maioria das famílias não possuía experiência associativa, nem de organização e participação coletiva. É em meio à

burocracia de escolha da área e tramitação do financiamento para aquisição da terra, que essas famílias irão vivenciar as primeiras ações organizativas, de tomada de decisão, negociação e formação e legitimação de seus representantes.

Dessa forma, essas associações assumiram diferentes perfis sociais e políticos, mas há duas situações típicas das organizações que acessam os recursos e a terra pelo PNCF. Há um tipo de agrupamento que é mais homogêneo, pois são constituídos por famílias que tinham uma trajetória anterior ao Programa de laços afetivos, projetos de vida similares, laços de parentesco, vizinhança, reciprocidade, experiências organizativas comuns, e foram assessoradas por dirigentes sindicais locais, técnicos comprometidos com as famílias, as quais participaram de capacitações e cursos na fase inicial do Programa. Essas famílias tendem a entender melhor os objetivos e procedimentos do PNCF, tomam decisões, distribuem tarefas entre si, atuando como sujeitos durante todo processo.

Outra situação típica é o agrupamento formado por iniciativa do ex-proprietário da terra ou por técnicos locais que posteriormente a formação do assentamento, teve algumas desistências e substituições de famílias. Há também, aqueles agrupamentos heterogêneos em termos de ocupação social que antes da entrada no Programa não tiveram o devido acompanhamento político dos gestores locais e de equipes de assistência técnica. Essas associações tendem a ter muitas dificuldades para se constituir e se estruturar com base nos objetivos do associativismo e do cooperativismo. Além disso, as lideranças enfrentam muitos entraves para consolidar sua legitimidade entre os assentados. Com os conflitos internos, muitas famílias se afastam paulatinamente da dinâmica da associação e passam a estar sob a tutela do presidente ou outros sujeitos externos, que não representam os anseios dos trabalhadores.

Outro elemento de avaliação é o que trata da cultura política que prevalece entre os associados. Informa-se sobre a tendência de atribuir ao presidente da associação toda administração do assentamento, responsabilizando-o de todos os encaminhamentos da vida comunitária, a solução dos problemas do assentamento, gestão dos conflitos internos e a representação política junto aos órgãos públicos que gestão o PNCF. Essa cultura do presidencialismo impede a gestão democrática e participativa das famílias.

Na síntese da avaliação, todos esses fatores podem se constituir em elementos potencializadores ou limitantes ao pleno desenvolvimento dos assentamentos e da

qualidade de vida das famílias do PNCF. São limitações de ordem político-institucional e socioeconômica que impedem a consolidação dos assentamentos.

3.4.2 - Tramitação e Aprovação dos Projetos do PNCF:

No estudo avaliativo, demonstra-se que um conjunto de fatores interfere nos prazos de tramitação e aprovação das propostas que são encaminhadas para as UTEs em cada unidade da federação para acessar o PNCF. Cada Estado tem uma experiência diferente de execução e gestão do Programa.

Nos estados em que os programas Cédula da Terra e Banco da Terra já haviam sido implementados, o sistema de crédito para compra de terra já era conhecido pelos trabalhadores e pelas instituições locais, facilitando a implantação do PNCF. Esses estados já dispunham de pessoal e infraestrutura para execução do Programa e as mudanças de procedimentos e controles internos foram rapidamente absorvidas pelos técnicos.

Das entidades parceiras que são fundamentais nos Estados para consolidação do PNCF destacam-se as entidades nacionais dos trabalhadores rurais (CONTAG E FETRAF) e seus sindicatos filiados nos estados e municípios, atuando na mobilização e divulgação do Programa. Outras entidades como os próprios órgãos governamentais, ONGs e empresas governamentais de assistência técnica e extensão rural também atuam na divulgação do programa e na sua execução.

A pesquisa avaliativa destaca que as federações estaduais e os sindicatos municipais ligados ao sistema CONTAG se envolveram mais do que os sindicatos ligados a FETRAF Brasil. Em alguns estados esse papel está sendo cumprido quase que exclusivamente pelas federações articuladas a CONTAG, como é o caso do Rio Grande do Sul, por exemplo. Em outros estados os sindicatos ligados às duas confederações atuam concomitante na execução do PNCF, é o caso de Santa Catarina.

As Unidades Técnicas Estaduais (UTEs) são responsáveis pela execução do Programa nos estados, alocadas em sua grande maioria, na Secretaria Estadual de Agricultura. Um elemento que é recorrente é a perenidade da institucionalidade, pois em alguns estados, a organização institucional vem de muito tempo e pouco mudou, contribuindo para agilidade do processo de tramitação e aprovação das propostas. Em

outros ocorreram mudanças quanto a composição das Câmaras Temáticas e a alocação das UTEs, elevando o tempo de tramitação e implementação do PNCF.

A infraestrutura das UTEs é muito importante na execução do Programa e é bem diferente em cada estado. Uns possuem um quadro de pessoal grande suficiente de várias áreas do conhecimento que realizam as visitas técnicas e orientam as famílias beneficiárias, juntamente com os sindicatos rurais dos municípios e com as equipes de assistência técnica. Outros carecem de pessoal administrativo; estrutura física é insuficiente; não possuem carros em quantidade que possam realizar em tempo hábil as vistorias nas áreas; cada supervisor de área cuida de uma quantidade grande de assentamentos, dificultando a agilidade dos encaminhamentos e da resolução dos problemas de cada área. Além disso, os profissionais responsáveis pela execução do PNCF possuem contratos temporários, o que tende a resultar em alta rotatividade.

Um problema recorrente apontado na avaliação é a alta rotatividade dos profissionais que trabalham nas UTEs. Os contratos são por prestação de serviços temporários que acabam sendo prejudiciais ao acompanhamento do Programa, já que os novos profissionais precisarão de um tempo para apreender a dinâmica e os procedimentos de desenvolvimento do Programa. Isso ocorre em todas as instâncias de gestão do PNCF, até mesmo nos sindicatos rurais dos municípios, onde ocorre a mobilização e seleção de beneficiários.

As Câmaras Técnicas é outra instância do PNCF que atua na avaliação e fiscalização do Programa nos estados. É a instância que todos envolvidos no Crédito Fundiário devem participar, apesar de que em alguns estados, os bancos não participam ocasionando muitos prejuízos no momento do financiamento do projeto.

O processo de aquisição da terra pelo PNCF inicia com uma capacitação sob a responsabilidade da assistência técnica (prestada por ONG, empresa privada ou cooperativa) acompanhada de um membro do sindicato rural do município. Na maioria dos estados a formação da associação é algo difícil, constituindo-se mais como um procedimento burocrático do que mesmo um início de uma organização política e comunitária. Uma vez formada a associação, ou identificada a família a ser beneficiada, a proposta é elaborada com a ajuda do técnico e do sindicato. Dai é encaminhada à UTE para avaliação.

Ressalta-se nesse processo que o acompanhamento da FETAG é fundamental para tramitação do projeto até o financiamento. A federação acompanha os

encaminhamentos e o fluxo de informações referente às propostas e realiza contatos necessários para dar agilidade ao trâmite.

Em relação aos bancos, nota-se que estão muito afastados dos processos participativos que ocorrem reunindo todos os envolvidos na exceção do Programa. Estes costumam relacionar-se quase que exclusivamente com as UTEs. Nem participam também das reuniões das Câmaras Técnicas, gerando dúvidas sobre os procedimentos e o grau de agilidade dos processos. Em estados onde os bancos participam das Câmaras Técnicas o andamento das propostas é mais ágil. Isso porque nesses espaços de discussão podem ser realizados acordos que facilitam encaminhamentos de problemas e evitar nova submissão das propostas.

Na avaliação do pessoal das UTEs não há uma sistemática de acompanhamento da Unidade Técnica Nacional (UTN) das ações realizadas no PNCF. Isso deve-se em parte à estrutura enxuta da UTN, com pouco pessoal para averiguar os processos de credenciamento e elegibilidade de beneficiários. Delegar o monitoramento do Programa aos estados não é suficiente, pois apesar dos espaços de participação dos conselhos, interesses escusos podem se sobrepor aos interesses do Programa.

No desenvolvimento do PNCF, o pagamento da terra é à vista e isso pode ter incentivado proprietários e seus agentes imobiliários a procurarem o programa para viabilizar seus negócios. Se de um lado, isso agiliza os trâmites das propostas, de outro lado, estes agentes passam a representar os interesses de todos os envolvidos. As UTEs não dispõem de instrumentos de avaliação e controle para enfrentar essas situações, o que ressalta a importância da UTN.

Outro aspecto importante da presença da UTN nos estados diz respeito aos convênios com os estados para estruturação das UTEs e viabilizar a assistência técnica. Quanto esses contratos expiram, os assentamentos e as famílias ficam sem acompanhamento técnico e sem assistência aos projetos produtivos. Outra questão levantada são os contratos temporários com os consultores do Programa, que em média passam três meses para conhecer todos os procedimentos e mecanismos de funcionamento do PNCF e quando ganham experiência e começam a desenvolver o trabalho, o contrato encerra, resultando na descontinuidade das ações, morosidade da resolução dos problemas e interrupção do Programa.

É importante evidenciar que outros problemas aparecem na fase de organização da documentação para apresentação da proposta, principalmente aqueles relacionados

à documentação da terra e às dificuldades locais dos cartórios. Assim, os procedimentos tendem a ser muito morosos, desconhecidos pelos beneficiários e as taxas cartoriais muito elevadas. Há cartórios que não possuem sistemas digitalizados e não há uma normativa estadual de procedimentos, atrasando o registro dos documentos (apesar das minutas já serem entregues prontas pelos bancos). Além disso, há ainda, as dificuldades de negociar a isenção ou carência no pagamento das taxas do Imposto sobre Transmissão de Bens Inter-vivos (ITBI) junto aos cartórios e prefeitura.

A avaliação do Programa evidencia outras questões relevantes, em função das exigências do PNCF, a exemplo da documentação de todas as pessoas e dos proprietários da terra deve estar regularizada, bem como a documentação da terra. É comum a proposta retornar do banco para UTE, por falta de documentos de uma pessoa ou de várias. A maior dificuldade é relativa à documentação da terra, pois geralmente é em área de ocupação colonial, onde freqüentemente a propriedade não foi regularizada, tem problemas de herança, condomínios, vários donos, etc. Há também muitos problemas de CPFs irregulares dos beneficiários em função de dívidas no comércio. Apenas 25% das propostas encaminhadas estão sem nenhum tipo problema e que, neste caso, o prazo de tramitação é de aproximadamente dois meses.

O Manual de Operacionalização do PNCF indica uma relação de documentos necessários para apresentação da proposta a UTE. Ocorre que quando a proposta chega ao banco, aparecerem outros documentos diferentes dos exigidos no *check-list*. Isso resulta que muitas propostas retornam para a UTE até ser regularizada toda documentação exigida pelo banco, acarretando maior prazo para finalização do financiamento.

Quando as instituições que operacionalizam o PNCF (UTE, Câmara Técnica, empresas de assistência técnica, bancos, sindicato de trabalhadores rurais, cartórios, conselhos municipais) não estão presentes no município, os beneficiários são obrigados a se deslocar aos municípios vizinhos, o que para muitos beneficiários, resulta em uma elevação bastante significativa de custos financeiros, principalmente pelas constantes solicitações de atualizações de certidões negativas. A baixa capilaridade das instituições tende a afetar mais os prazos de tramitação, aprovação e implementação do Programa.

3.4.3 – Breves Considerações sobre as Pesquisas Governamentais

As pesquisas governamentais apresentam diferentes situações e dinâmicas econômicas, políticas e sociais dos assentamentos do PNCF. A inserção no desenvolvimento local se diferencia de acordo com a região e com os arranjos estaduais e municipais que sustentam a implantação e consolidação do Programa.

De forma geral, as pesquisas não apresentam as reais intenções do Banco Mundial e sua rede de relações sociais capitalistas, na qual o Governo Federal é fundamental. As pesquisas centram-se em apresentar a trajetória local e de cada assentamento sem as articulações e mediações com a trama mais geral do desenvolvimento do capital no Brasil contemporâneo, nem tampouco relaciona o PNCF com as transformações que vêm ocorrendo na agricultura brasileira e na luta pela reforma agrária desde os anos 1970.

Os resultados das pesquisas proporcionam a leitura da particularidade do assentamento, sua composição e trajetória das famílias, produção, organização interna, inserção no desenvolvimento local, relacionamento com as equipes de assistência técnica e UTE, problemas com o Banco financiador da terra, impactos ambientais e econômicas dos projetos produtivos, sustentabilidade das famílias, viabilidade do PNCF e o cumprimento ou não pelo Estado dos compromissos assumidos com os beneficiários.

Cabe ainda destacar os fatores que incidem na concretização ou não das propostas de compra e venda da terra; as condições climáticas, tecnológicas, sociais, políticas e ambientais do território onde se localiza a área; os aspectos organizativos, mercadológicos, logísticos e político-institucional para comercialização dos produtos dos assentamentos; a correlação de forças políticas, as inter-relações e interdependência do poder local; a mobilização e legitimidade do Movimento Sindical junto aos beneficiários; o trabalho desenvolvido pelos órgãos de gestão do PNCF. Todos esses fatores assumem peso e importância na viabilidade e consolidação do Programa em cada Estado.

Merece destaque, ainda, o fato dos Programas de Reforma Agrária de Mercado não combaterem efetivamente a pobreza rural, mesmo tendo como meta em seus discursos e documentos. O fato justifica-se pela própria forma como o Banco Mundial define os grupos de camponeses que serão atingidos por seus programas, ou seja, as

famílias selecionadas para o PNCF são aquelas que possam pagar pela terra, valores de mercado, com a renda proveniente da atividade agrícola.

Nessa direção da análise, no documento do Banco Mundial para a América Latina e Caribe⁹⁹ que define as estratégias de desenvolvimento rural, há uma tipologia de três categorias no campo, não somente os pobres, que seriam públicos alvos das políticas públicas de Reforma Agrária de Mercado. O primeiro grupo seria formado por “*agricultores comerciais e empreendedores rurais*”, o segundo grupo por “*pequenos agricultores de baixa produtividade em estado de transição*” e o terceiro grupo por “*agricultores seriamente marginalizados*”. Os documentos do Banco Mundial deixam claro que o público para o qual se destinam os Programas de Reforma Agrária de Mercado é o segundo grupo, pois são mais “viáveis” do ponto de vista de acesso ao mercado de terras e condições reais para garantir os pagamentos das dívidas com o banco e comercializar a produção agrícola no mercado local.

Nota-se que o terceiro grupo é constituído pelos trabalhadores rurais sem terra, os que vivem em estado de pobreza e extrema pobreza¹⁰⁰. Para esse segmento o Banco Mundial designou três tipos de ações, quais sejam: a) a primeira ação seria a extensão de programas pontuais denominados de “redes de proteção social”, voltados para mantê-los no campo em condições precárias; b) a segunda ação seria promover a “capacitação” desse segmento para a disputa por empregos não-agrícolas no meio rural; c) a terceira ação é a mais valorizada pelo Banco Mundial e diz respeito a preparar e administrar os fluxos migratórios para as cidades, a fim de serem absorvidos pelo mercado de trabalho urbano.

Ao analisar as pesquisas governamentais percebe-se que estas constituem espaço para as famílias exporem suas dificuldades, dúvidas, angústias, demandas sociais e denunciar as falhas relacionadas à implementação do referido Programa. O reconhecimento das problemáticas desses beneficiários é fundamental para o aperfeiçoamento dos assentamentos e a busca de solução para os problemas.

⁹⁹ Informações contidas em Pereira (2010, p. 317-319), de acordo com o documento “*Llegando a los Pobres de las Zonas Rurales – Estrategia de Desarrollo Rural para a América Latina y el Caribe*, Banco Mundial, 2002”.

¹⁰⁰ No Brasil não há uma única maneira de mensurar a pobreza, algumas políticas públicas adotam definições contidas em legislação específica, geralmente a partir de linhas de pobreza que representa o valor agregado de todos os bens e serviços considerados necessários para satisfazer as necessidades básicas da unidade de consumo familiar. A linha que caracteriza famílias extremamente pobres é aquela que considera uma renda que permita atender as necessidades mínimas de alimentação. A linha que caracteriza famílias pobres é aquela que permite além do consumo básico da alimentação, que a renda possibilite também moradia, transporte, saúde e educação. O Programa Bolsa Família, por exemplo, define como famílias em situação de extrema pobreza aquelas cuja renda *per capita* é inferior a R\$ 60,00 e as famílias pobres aquelas cuja renda situa-se entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00.

As pesquisas, a despeito de todo trabalho intelectual e analítico dos pesquisadores e de suas equipes, cumprem objetivos e metodologias diferentes, buscando atender às demandas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dar respostas às lacunas que aparecem na implementação do programa. As pesquisas aqui analisadas não levaram em consideração o aquecimento do mercado de terra proporcionado pelo PNCF, nem a inserção do capital financeiro no campo e as grandes propriedades que estão a serviço do agronegócio e da expansão, reprodução e acumulação capitalista. Também não analisaram outras determinações importantes, como a relação do Programa com as lutas e movimentos sociais rurais e com o Plano Nacional de Reforma Agrária, implementado pelo INCRA. São pesquisas que averiguaram, no ambiente local, a realidade social e econômica dos assentamentos criados pelo PNCF.

Mesmo sendo a análise dos dados particularizada numa unidade produtiva que é o assentamento, as pesquisas revelaram pontos de estrangulamento da execução das políticas públicas para o meio rural brasileiro. Diante dos dados, estas detectaram dificuldades dos beneficiários apreenderem a totalidade do Programa quanto a: características para a elegibilidade do imóvel; preço de referência para negociação; potencial produtivo da área; informações sobre a documentação dos beneficiários; condições de financiamento da terra, principalmente valores das parcelas e seus juros; organismos responsáveis; as etapas de tramitação da proposta de financiamento; noções básicas sobre associativismo, agregação de valor aos produtos, comercialização da produção, cooperativismo; informações sobre gestão das associações; gestão sobre os recursos do SIC e SAT; projetos do PRONAF A; relacionamento com a UTE; assistência técnica permanente e sistemática; entre outras dificuldades.

Na maioria das propostas apresentadas à UTE para compra da terra, as assistências técnicas têm se preocupado mais com burocracia para a transação comercial e financeira, do que com a proposta de viabilidade econômica e social do assentamento. Isso revela um total desrespeito e falta de compromisso com as famílias sem terra, acirrando ainda mais sua condição de subalternidade em relação aos gestores do Programa e a dependência as equipes de assistência técnica para encaminhar o trâmite da proposta.

As análises das pesquisas mostram que nas áreas de assentamento, o PRONAF A pode representar uma importante ferramenta para desencadear o

desenvolvimento econômico comunitário, sempre que seja construído com a participação efetiva das famílias assentadas, realizando um planejamento técnico e gerencial eficiente, considerando a aptidão do solo e os impactos ambientais e principalmente, acompanhados pela assistência técnica. Todavia, isso não tem sido uma prática constante no PNCF, pois os projetos são elaborados nos escritórios longe do conhecimento das famílias e da área, constituindo-se num grave problema de endividamento para os beneficiários. Ou seja, assim como ocorre com o SIC, o simples acesso ao PRONAF A não significa a garantia de desenvolvimento para o assentamento.

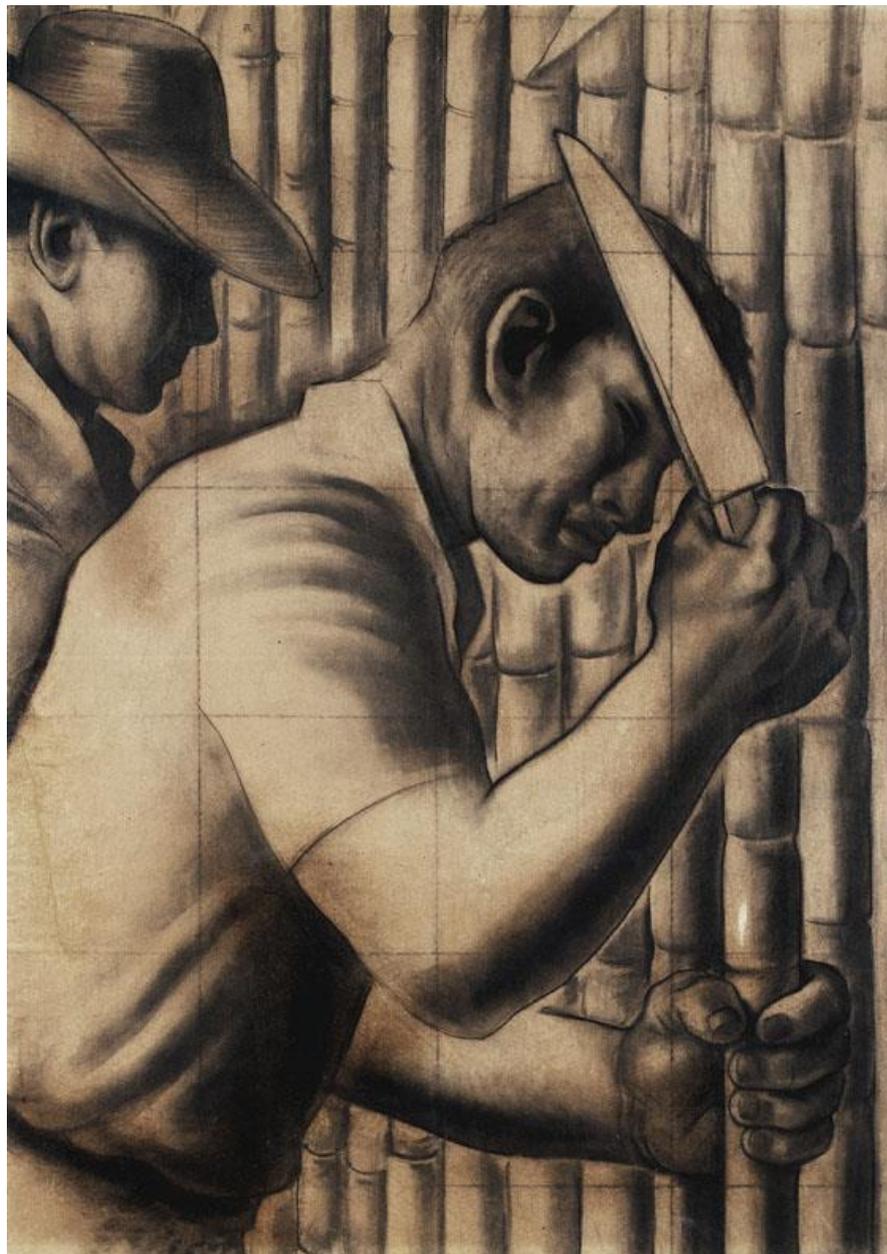
Destacam-se, ainda, os casos em que o PRONAF A é elaborado por interesse e influência da empresa prestadora de assistência técnica, sem o conhecimento devido da área produtiva, só pelo incremento dos rendimentos financeiros com a contratação do projeto. Isso poderá acarretar um insucesso no desenvolvimento do projeto e o endividamento das famílias.

Sob essas condições, a tendência é a de que os projetos de assentamentos financiados pelo PNCF possam apresentar diversos fatores que limitam e que facilitam o seu desenvolvimento socioeconômico e político-institucional, no entanto há de se afirmar que esse modelo de reforma agrária não resolve o problema da concentração fundiária, nem da pobreza no campo. Por mais que o Governo Federal invista em pesquisas e incrementos para melhor execução do Programa, este não será a solução para os problemas reais dos trabalhadores rurais sem terra. Na nossa compreensão, é impossível resolver as abissais desigualdades no campo, por meio do mercado. Trata-se na verdade, de uma estratégia real de despolitização da luta pela reforma agrária, retirando-a do plano político, e colocando-a no âmbito do mercado.

As conseqüências da ausência de uma política de reforma agrária ampla, têm sido a produção e reprodução da miséria no campo, onde mais da metade da população camponesa vive abaixo da linha da pobreza, sendo expulsa para os centros urbanos, onde são abrigados em favelas, cortiços, alagados, bairros periféricos, populosos e miseráveis, sem a devida infraestrutura urbana e políticas sociais que atendam as suas necessidades.

No capítulo a seguir, serão analisados dois assentamentos do PNCF que estão localizados na área canavieira de Pernambuco, buscando apreender a atuação dos sujeitos envolvidos no Programa, como também a situação real da vida e da produção agrícola dessas famílias e sua relação com as usinas de açúcar e álcool da região.

4 - OS ASSENTAMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO EM PERNAMBUCO: A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA ENTRE A TERRA E O CANAVIAL



(Cândido Portinari)

“Esta terra é desmedida
E devia sê comum
Devia sê repartida
Um taco pra cada um
Mode morá sossegado.
Eu já tenho imaginado
Que a baxa, o sertão e a serra
Devia sê coisa nossa;
Quem não trabáia na roça
Que diabo é que qué com a terra?”
(Patativa do Assaré)

4 - OS ASSENTAMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO EM PERNAMBUCO: A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA ENTRE A TERRA E O CANAVIAL

“Quando o infeliz agregado
 Se libertar do patrão
 Para viver sossegado
 No seu pedaço de chão
 Quando uma reforma agrária
 Que sempre foi necessária
 Para o caboclo roceiro
 For criada e registrada
 Em nossa pátria adorada
 Viva o povo brasileiro”
 (Patativa do Assaré – Viva o povo brasileiro)

Neste capítulo analisa-se como se deu o processo de construção de dois assentamentos Engenho Catarina, no Município de Itambé e Santa Clara no Município de Água Preta, ambos em Pernambuco, que abrigam 07 e 14 famílias, respectivamente. Serão privilegiadas as discussões que tratam da relação entre os assentamentos e sua vinculação com o assalariamento rural canavieiro, o que implica situá-lo em termos de suas condições sociais, econômicas e político-organizativas.

Nesse percurso busca-se apreender as determinações econômicas, políticas e ideológicas da expansão do capital no campo, que acaba reduzindo a possibilidade de uma reforma agrária demandada pelos trabalhadores rurais sem terra. Ao mesmo tempo, favorece a implantação de programas de Reforma Agrária de Mercado - PNCF, com a conseqüente manutenção do trabalho assalariado dos trabalhadores que adquiriram a terra pelo PNCF, na agroindústria canavieira de Pernambuco.

4.1 – A Realidade Sócio-econômica dos Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara, do PNCF, na Zona da Mata de Pernambuco: Quando a Vida pede Passagem.

A emergência dos assentamentos rurais no Brasil é um fenômeno que se intensificou a partir de meados da década de 1980 aos dias atuais. Os assentamentos rurais, na sua maioria, são resultantes da luta por terra nas mais variadas formas e em conjunturas diversas, revelando uma correlação de forças, onde, de um lado, estão os latifundiários, grupos econômicos e o Estado; e do outro, trabalhadores demandantes

por terra, trabalho e políticas sociais. Com a comunidade constituída (o assentamento rural) ganham visibilidade os sujeitos envolvidos, suas organizações e lideranças. Assim, nas mais variadas experiências de luta pelo acesso à terra, os trabalhadores que participaram das ocupações de terra ganham uma nova identidade, de acampados passam a ser assentados rurais.

A construção de um assentamento é, portanto, um processo que envolve diferentes dimensões, desde a questão produtiva, social, ambiental e comercial dos produtos agrícolas; a relação com o Estado e seus órgãos; as demandas por políticas sociais específicas; a organização comunitária; até questões relativas às relações sociais internas as quais incluem as desigualdades de gênero, geração e poder.

Como argumenta Leite et al. (2004, p.392), o termo assentamento rural engloba uma importante diversidade de situações com origens e características que variam de acordo com o contexto histórico em que se inserem essas unidades de produção. Do mesmo modo, também são bastante diversificados os beneficiários diretos dos assentamentos de reforma agrária.

Nesse processo pode-se afirmar que não há um único modelo de constituição de assentamentos rurais, pois uma parte significativa advém da luta por terra em acampamentos rurais e alcançaram a desapropriação da área via Plano Nacional de Reforma Agrária, executado pelo INCRA; outra parte está adquirindo terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, via financiamento pelo mercado (servindo muito mais aos objetivos do Banco Mundial e a expansão do capital; do que ser considerado propriamente como reforma agrária).

Há, ainda, uma diversidade na origem dos sujeitos que reivindicam terra; nas formas de lutas sociais; na organização interna dos acampamentos; nas relações com as instituições governamentais e não-governamentais; nos apoios e parcerias para a luta; entre outros. Assim, também, são legítimas as lutas sociais pela democratização da terra, da água, dos recursos naturais, pela soberania alimentar, de trabalhadores rurais oriundos do meio rural que se engajam em movimentos sociais rurais; como também por trabalhadores urbanos (moradores de periferias e bairros populares) que no processo de desenvolvimento do capital no campo, foram expropriados e forjaram suas vidas nas periferias das grandes cidades, agora, buscam o retorno à terra, via programas de reforma agrária. As diferentes lutas sociais no campo desencadeadas em prol da reforma agrária são responsáveis pela realização da política de assentamentos do Governo Federal.

É fato que os novos sujeitos (assentados) e as novas unidades produtivas (os assentamentos) imprimem uma nova dinâmica no seio da questão agrária brasileira e também, um conjunto de novos desafios para os trabalhadores rurais, os movimentos sociais do campo e o Estado. Mesmo sendo o Brasil um país com forte concentração fundiária, os projetos de assentamentos tem se tornado um espaço irreversível no universo da questão fundiária brasileira.

Do ponto de vista das famílias significa a possibilidade de acessarem a terra, recursos naturais, produção agrícola, moradia, trabalho, bens de consumo, serviços, mercados, políticas públicas e sociais.

Esses elementos parecem caracterizar as dimensões de um assentamento rural. Um documento oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, a Instrução Normativa nº 15 do INCRA, de 30 de março de 2004, conceitua assentamento como:

[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada a Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares. (BRASIL/MDA, 2004).

A definição de assentamento do MDA ressalta a implementação da Constituição Federal quando se refere ao cumprimento da função social da terra como base para a ação desapropriatória pelo Estado de áreas ociosas, latifúndios improdutivos, terras devolutas, reassentamento de populações atingidas por barragens ou para regularização fundiária. Há ainda, os casos dos assentamentos oriundos da aquisição da terra pelo crédito fundiário. Os assentamentos assumem desenhos ou formas distintas: pequenos coletivos/numerosos coletivos; agrícolas/pluriativos; habitações em lotes/agrovilas; resultado de programas governamentais federais/estaduais; organizados por associações comunitárias/movimentos sociais/igrejas/sindicatos/cooperativas; etc.

Mesmo sendo um número ainda ínfimo na totalidade da estrutura fundiária brasileira, os assentamentos significam uma nova oportunidade de vida e trabalho para milhares de famílias sem terra ou com pouca terra. São ao mesmo tempo, recomeço de

uma nova vida e de novas lutas por políticas sociais e fim de uma trajetória na luta pela terra e por moradia das famílias beneficiárias.

Os assentamentos, portanto, constituem uma nova modalidade de ocupação do espaço rural, num contexto de redistribuição da propriedade fundiária; um espaço de vida, trabalho e novas relações sociais. Ao mesmo tempo os assentamentos são expressões do paradoxo posto ao desenvolvimento capitalista no campo que não conseguem conciliar os interesses do capital - grandes transnacionais que atuam no agronegócio e mantém a concentração da terra, dos recursos naturais, das sementes e da riqueza - com a formação de assentamentos e o investimento na agricultura familiar camponesa.

Essa contradição está presente na vida das famílias dos assentamentos rurais Engenho Catarina (2007) e Santa Clara (2002), situados no seio da área canavieira de Pernambuco, e implantados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. Desde 2000, o Estado de Pernambuco tem investido nessa modalidade de compra e venda de terra, via PNCF, tendo realizado 358 operações de aquisição de imóveis rurais, atingindo 4.468 famílias de trabalhadores rurais sem terra, numa área de 88.255 hectares e um montante de R\$ 65.159.582,00 (sessenta e cinco milhões, cento e cinquenta e nove mil e quinhentos e oitenta e dois reais). (BRASIL/MDA, 2013b).

Esses assentamentos são espaços de convivência e produção, como também de muitos problemas e desafios a serem enfrentados no cotidiano das famílias. O Assentamento Engenho Catarina (2007) e o Assentamento Santa Clara (2002) são parte dessa experiência na área canavieira. Para entender as determinações mais gerais da expansão do capital no campo e as expressões particulares desse processo, foi realizada uma caracterização geral da sua história, estrutura física, organização interna, situação de vida das famílias (renda, escolaridade, participação política, saúde), produção agrícola, entre outros aspectos relevantes para apreender essa realidade particular de uma totalidade agrária em curso.

A história de vida desses trabalhadores assentados em Engenho Catarina e Santa Clara está diretamente articulada aos processos de sujeição dos trabalhadores rurais aos ditames do desenvolvimento do capital no campo e da propriedade fundiária.

4.1.1 - Caracterização dos Municípios de Água Preta e Itambé.

Município de Água Preta¹⁰¹

O município de Água Preta está localizado na mesorregião Mata e na Microrregião Meridional do Estado de Pernambuco, limitando-se a norte com Ribeirão, a sul com Barreiros e o Estado de Alagoas, a leste com Gameleira e Tamandaré e a oeste com Palmares, Xexéu e Joaquim Nabuco. A área municipal ocupa 543,148 km² e representa 0,54% do Estado de Pernambuco. Tem uma população de 34.978 habitantes, com densidade de 64,4 hab./km²; distanciando-se 126,4 km da capital, cujo acesso é feito pelas rodovias pavimentadas BR101 e PE096.

Figura 01 – Mapa de Localização do Município de Água Preta



Fonte: Prefeitura Municipal de Água Preta¹⁰²

O Município da Água Preta tem origem nas terras palmarinas da República dos Palmares, Reino de Zumbi, no século XVII, tendo sua povoação às margens do Rio Una – termo indígena que significa ‘preto’, de águas escuras – na confluência do Rio Mondego, no Poço das Ingazeiras, daí o seu primeiro nome “Povoado do Rio Preto” a oeste da cidade atual, que posteriormente, transformou-se em “Água Preta”. Sua freguesia foi criada pela Resolução de Consulta de 10 de novembro de 1809, provida em 1812, sendo o seu primeiro vigário o *Padre Sebastião Peixoto Guimarães*. Criada a vila pela Lei Provincial nº 156, desmembrada das terras da Vila do Rio Formoso, já que

¹⁰¹ Informações obtidas no site da Prefeitura Municipal de Água Preta. (Disponível em www.aguapreta.pe.gov.br. Acesso em 08/08/2014).

¹⁰² Disponível em www.aguapreta.pe.gov.br. Acesso em 08/08/2014.

a freguesia foi desmembrada da Freguesia de Una. Extinta a vila em 1853 por ter seus habitantes tomado parte ativamente na Revolução Praieira, última Guerra Civil do Império Brasileiro, sendo seu Quartel General (QG), porém restaurada em 1859. Teve a sua comarca criada em 1862 com a denominação de Comarca dos Palmares, nas terras palmarinas, município de grande superfície, perdendo a sua comarca para o Povoado de Montes em 1873 que tornou vila com o nome de Vila dos Palmares, devido a passagem da estrada de ferro da “Great Western of Brazil Railway” – Recife – São Francisco, com estação de nome Una, hoje, sede do Município dos Palmares porção territorial que progrediu rapidamente.

Com quilombos e quilombolas, dos confederados da República dos Palmares viveu momentos de sítios históricos com vitórias e reveses; com participação na Guerra dos Cabanos (1832-1836) pró restauração do 1º Reinado; Quartel General da Revolução Praieira (1848-1850), com seu filho herói Pedro Ivo Veloso da Silveira, Capitão-chefe do movimento militar, ao lado do Desembargador Nunes Machado. Exaltado Pedro Ivo por Álvares de Azevedo e Castro Alves; na guerra contra o Paraguai enviou contingentes de filhos ao conflito e entre eles surgiram mártires e heróis. Transformou-se em cidade pela Lei Estadual nº 130, de 03-07-1895, pois a comarca com o seu nome próprio é de 1884, instalada por seu 1º Juiz de Direito, Dr. José Brandão da Rocha. Há no Município da Água Preta sítios históricos tais quais: Engenhos Ilha Grande, Almécega, Barra de Caraçuípe e Sacramento (*sítios da Revolução Praieira*); Bom Sucesso, Cruz de Malta e Barra d’Ouro (*sítios da Guerra dos Cabanos*).

O município possui um pequeno comércio, supermercados, pequenas papelarias, bombonieres, padarias e predomina a atividade canavieira. Existe no município, no distrito de Santa Terezinha, uma usina de açúcar desativada: Usina Santa Therezinha, que respondia por boa parte da receita municipal. Os moradores têm uma grande dependência pelo trabalho no poder público, sendo a grande força da economia local, juntamente com a agroindústria canavieira. Parte da população sobrevive do trabalho nas usinas de cana-de-açúcar, enquanto outras dependem de programas governamentais.

De acordo com dados do IBGE (2010) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município de Água Preta é de 0,553; O PIB do município é de 171.648 mil e o PIB per capita é de 5.138,08.

A rede de saúde se compõe de 01 hospital, 16 leitos, 11 ambulatórios e 35 Agentes de Saúde Comunitária. A taxa de mortalidade infantil, segundo dados da DATASUS é de 76,5 para cada mil crianças. Na área de educação, o município possui 79 estabelecimentos de ensino fundamental com 8.519 alunos matriculados e 02 de ensino médio com 840 alunos matriculados. A rede de ensino totaliza 209 salas de aula, sendo 35 da rede estadual, 146 da municipal e 28 particulares. Dos 6.169 domicílios particulares permanentes, 3.009 (49,0%) são abastecidos pela rede geral de água, 2.462 (40,0%) são atendidos por poços ou fontes naturais e 698 (11,0%) por outras formas de abastecimento. A coleta de lixo urbano atende 2.934 (47,6%) domicílios. Os gastos sociais *per capita* são R\$62,00 em educação e cultura, R\$49,00 em habitação e urbanismo, R\$ 25,00 em saúde e saneamento e R\$46,00 em assistência e previdência social (2000). A economia formal do município se compõe basicamente da indústria de transformação, gerando 268 empregos em 07 estabelecimentos, do setor de serviços industriais de utilidade pública, com 22 empregos em 01 estabelecimento, do setor de comércio que gera 38 empregos em 13 estabelecimentos, do setor de serviços que gera 30 empregos em 08 estabelecimentos, do setor de Administração Pública, com 522 empregos em 02 estabelecimentos e os setores de Agropecuária, Extrativismo Vegetal, Caça e Pesca, que geram 914 empregos em 49 estabelecimentos¹⁰³. (BRASIL, 2005)

Município de Itambé¹⁰⁴

O município de Itambé está localizado na mesorregião da Mata do Estado de Pernambuco, mais especificamente na Micro Região da Mata Setentrional Pernambucana. Itambé tem seu nome de origem indígena PEDRA DE FOGO, pelo fato de que antigamente era muito comum a existência de pedras de avermelhadas denominadas Calhaus que soltavam faíscas quando em atrito com cascos dos cavalos e dos bois dos colonos e tropeiros.

Itambé tem uma área de 316 Km² e uma população de 35.398 habitantes, conforme o Censo de 2010 do IBGE. Possui três distritos: Caricé, Quebec e Ibiranga. Sua hidrografia é formada pela bacia do Rio Goiana com 243 Km², além de pequenos

¹⁰³ Dados disponíveis em: BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município de Água Preta. Recife, 2005.

¹⁰⁴ Informações obtidas no site da Prefeitura Municipal de Itambé. (Disponível em www.itambe.pe.gov.br. Acesso em 08/08/2014).

rios. O IDHM de Itambé é de 0,575; o índice de pobreza é de 60,28% e o índice de Gini é de 0,41.

Figura 02 – Mapa de Localização do Município de Itambé



Fonte: Prefeitura Municipal de Itambé¹⁰⁵

As terras onde hoje se situa o Município de Itambé foram primitivamente habitadas pelos índios cariris. Não se conhece, com precisão, a data das primeiras penetrações de não índios nem a da radicação dos primeiros colonos não índios. Sabe-se, entretanto, que, nos fins do século XVI, começaram a chegar correntes de povoamento constituídas de portugueses e de mazombos.

André Vidal de Negreiros, um dos heróis da expulsão dos holandeses de Pernambuco, erigiu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro, no lugar conhecido como Itambé, assim denominado em virtude da grande quantidade de calhaus avermelhados que, em choque uns com os outros, produziam faíscas. O desenvolvimento político e cultural acompanhou o desenvolvimento econômico. De 1797 a 1801, funcionou o Areópago, onde o doutor Arruda Câmara fazia propaganda dos ideais da Revolução Francesa. Em 1874, teve lugar à rebelião de matutos, conhecida por Quebra Quilos, que culminou com a invasão de Itambé pelos insurretos, no dia 30 de novembro.

Grande fator para o desenvolvimento do lugar foi, sem dúvida, a exportação das chamadas pedras de fogo a fim de serem transformadas em pequenas lâminas, posteriormente utilizadas em armas de fogo. Com a denominação de Itambé, foi criado o distrito por força da Carta Régia de 6 de janeiro de 1789. Segundo outra fonte, o

¹⁰⁵ Disponível em www.itambe.pe.gov.br. Acesso em 08/08/2014.

distrito deve sua criação à Lei Provincial 1.055, de 6 de junho de 1872. A Lei Provincial 720, de 20 de maio de 1867, criou o Município de Itambé com território desmembrado dos de Goiana e Nazaré. A instalação se verificou a 1º ou 10 de fevereiro de 1868. Em virtude da Lei Provincial 1 318, de 4 de fevereiro de 1879, a sede municipal recebeu foros de cidade.

Por efeito do Decreto-Lei Estadual 235, de 9 de dezembro de 1938, o município e o distrito de Itambé tiveram seus topônimos simplificados para També. Por ocasião do Recenseamento Geral de 1960 compunha-se de cinco distritos: També (sede), Camutanga, Caricé, Ibiranga e Ferreiros, este último criado em 1948, com parte do distrito de Camutanga. De acordo com as leis estaduais 4.940 e 4.953, ambas de 20 de dezembro de 1963, foram emancipados os distritos de Camutanga e Ferreiros. Pela Lei Estadual 7.006, de 2 de dezembro de 1975, o município de També voltou a denominar-se Itambé.

A economia do município predomina as atividades agropecuárias, especialmente cana-de-açúcar e o setor terciário. O PIB municipal é de 220.218 mil e o PIB per capita é de 6.215,59.

4.1.2 - Assentamento Engenho Catarina – Município de Itambé – Zona da Mata Norte

O assentamento Engenho Catarina está localizado no município de Itambé, na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Criado em 2007, é composto por sete famílias. Entre os anos de 2003 e 2004, o proprietário do engenho sugeriu às famílias que trabalhavam em regime de renda, com pagamento anual, a adquirirem o imóvel pelo PNCF, na linha Combate à Pobreza Rural. Antes de adquirirem a terra, essas famílias viviam do assalariamento na cana-de-açúcar no período da safra, como diaristas em fazendas do município e como rendeiros desse imóvel. Essa área era um engenho de cana-de-açúcar com 40,5 hectares, falido há mais de 20 anos. As sete famílias não possuíam terra e eram antigas moradoras do município e foram trabalhadoras do antigo engenho. Através do PNCF, tornaram-se proprietárias do imóvel.

Antes das famílias começarem a se organizar para apresentar a proposta de compra da terra ao Programa, o grupo não estava vinculado a qualquer movimento social e/ou organização política municipal. Durante o processo de compra da terra quatro assentados se associaram ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município.

Das entrevistas que foram realizadas, foi informado que o grupo participou de várias reuniões no Sindicato de Trabalhadores Rurais, ligado a FETAPE, para conhecer o funcionamento e as normativas que regem o PNCF e para organizar e formalizar a associação comunitária, necessária para aquisição da terra.

O depoimento de dois dirigentes da associação é nesse sentido esclarecedor:

“[...] olhe bem, a gente aqui vive da cana-de-açúcar, a gente nem do sindicato era até conhecer esse programa de terra pelo banco [...] então quando a gente conheceu, o pessoal do sindicato e da FETAPE começaram a falar com a gente e pedir pra gente ir pras reunião do sindicato, foi quando alguns daqui se associou [...]” (Dirigente da associação do Engenho Catarina)

“[...] a gente aqui não é envolvido com o MST, com nada, não tem coragem de estar debaixo de uma lona preta para conseguir a terra, então a gente foi pras reunião do sindicato e lá o pessoal da FETAPE informou como a gente comprar essa propriedade pelo banco. Disse que tinha um programa do governo que poderia ajudar a gente comprar a terra. Então alguns de nós se filiou ao sindicato, era mais fácil para desenrolar o processo”. (Dirigente da associação do Engenho Catarina)

Os depoimentos deixam claro a adesão ao PNCF pela FETAPE e de sua base de sindicatos rurais dos municípios. Na verdade a CONTAG fez uma negociação e parceria com o MDA, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, para contribuir no desenvolvimento do Programa Nacional de Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural, fruto das reivindicações do Grito da Terra Brasil da década de 2000¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Durante o 20º Grito da Terra Brasil realizado em Brasília, de 12 a 22 de maio de 2014, a pauta de reivindicações sinalizou as seguintes proposições em relação ao PNCF: 1) Articular-se com a base parlamentar na Câmara Federal para que seja aprovado com urgência o PLS 362/ 2006. 2) Reformular o PNCF assegurando formas de financiamento diferenciado, desburocratizado e adequado às diferenciações regionais e locais, além de mecanismos eficientes e ágeis de gestão e de operacionalização do programa. Para tanto, criar um grupo de trabalho com a participação do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), para aprofundar as avaliações sobre o Programa e, no prazo de 60 dias, formular e aprovar as propostas de reformulação. 3) Beneficiar, no mínimo, 30 mil famílias pelo PNCF em 2014, assegurando celeridade e qualidade aos processos, tanto na SRA como nas UTEs. 4) Estabelecer gratuidade para os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). 5) Atualizar os valores dos tetos de financiamento para até R\$200 mil por família. 6) Estabelecer taxa fixa de juros nos financiamentos do PNCF, eliminando a cobrança de juros cumulativos nas parcelas. Que os juros sejam de: zero por cento nas operações até 50 mil reais; 0,5% até 100 mil e de 1% acima de 100 mil reais. 7) Equiparar os bônus de adimplência das demais regiões com os aplicados na região do semiárido. 8) Construir e implementar um Plano de Recuperação para as unidades produtivas do PNCF, que ainda não se viabilizaram. 9) Retomar as unidades produtivas vendidas ou repassadas a pessoas que não tenham perfil de beneficiário e transferi-las às famílias que obedeçam aos critérios do programa. 10) Estender aos beneficiários do PNCF as condições previstas na MP 636/2013, garantindo também, mecanismos de apoio e estímulo aos

Por ocasião do VI Seminário Nacional do Programa Nacional de Crédito Fundiário, realizado em Brasília, no mês de agosto de 2013, a CONTAG reafirmou a articulação e a parceria com a Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA, no sentido de manter sua participação na mobilização das famílias para acessarem a terra pelo PNCF. Conforme publicado em informativo da entidade em 08/08/2013, a CONTAG entende que o PNCF é uma alternativa para os trabalhadores rurais sem terra.

A CONTAG apóia o PNCF, pois entende que este é um programa complementar à Reforma Agrária via desapropriação pelo INCRA. O secretário de Política Agrária da entidade, Zenildo Pereira Xavier, disse que a retomada do Crédito Fundiário é muito importante porque “a demanda por terra no meio rural é muito grande e esta é uma alternativa para muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais.” O dirigente também destacou a participação do Coletivo Nacional de Política Agrária neste seminário, que contribuiu efetivamente nos debates. (Informativo da CONTAG, 2013)

De acordo com o Manual de Operações do PNCF, a CONTAG e as organizações a ela filiada, bem como as outras organizações sindicais da agricultura familiar e da sociedade civil que vierem a associar-se ao Programa têm as seguintes atribuições:

Participam efetivamente das atividades de difusão do Programa, bem como da mobilização e da organização dos grupos beneficiários; participam do acompanhamento e do apoio aos grupos e associações de candidatos e de beneficiários; participam das decisões dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável; substituem, casos inexistentes, os Conselhos Municipais nas funções a eles atribuídas neste Manual; participam do monitoramento e da avaliação permanente da execução do Programa, dos Planos de Implantação do Programa e dos POA, bem como do monitoramento dos projetos financiados; têm acesso a todos os dados e informações relativos à execução física e financeira do Programa; acompanham a realização de avaliações periódicas e de outros estudos relacionados ao Programa, tendo garantido, para isto, total acesso às bases de dados constituídas para estes estudos; participam dos eventos de discussão e avaliação do Programa, em particular dos seminários anuais que são realizados para discutir os resultados dos estudos de avaliação; sugerem, sempre que julgarem necessário, mudanças e adequações nas diretrizes, metas, estratégias

adimplentes. 11) Anistiar as dívidas dos beneficiários que tenham perdido a produção ou bens produtivos, em razão de ocorrências climáticas, assegurando a recuperação da capacidade produtiva das áreas. (CONTAG, 2014)

de execução e normas do Programa;promovem a articulação entre o Programa e as demais iniciativas e programas de desenvolvimento agrário com os quais estão envolvidas;avaliar a elegibilidade dos beneficiários e expedir, quando necessário, a carta de aptidão que comprova esta elegibilidade. (BRASIL/MDA, 2005).

Durante as entrevistas, alguns dirigentes da associação afirmaram que as famílias optaram pelo PNCF porque não tinham experiência de ocupação de terra e o Sindicato de Trabalhadores Rurais do município e a FETAPE fizeram a mobilização para ingressarem no PNCF. Ressaltam ainda, que o principal aspecto positivo do Crédito Fundiário foi adquirir a terra e o aspecto negativo relevante foi à demora em acessarem o crédito agrícola para investimento na produção. Os depoimentos abaixo são reveladores nesse sentido.

“[...] esse programa num é tão ruim não, a gente tem a terra que a maior benção de Deus, agora a gente tem onde plantar e vê os meninos correndo, a gente tem segurança. Mas tem uma coisa muito ruim que é a demora para o governo liberar os crédito pra gente plantar, a gente espera muito pela burocracia dos órgãos e tem muito documento pra assinar e o dinheiro nunca sai”. (Dirigente da associação do Engenho Catarina).

“[...] os recursos do crédito demoram muito e não dá pra resolver todos problemas que a gente tem aqui no assentamento. Tem uma demora grande para concluir o processo de compra da terra, muita burocracia e poucos anos de carência [...] a gente quer plantar e falta recurso para investir na terra”. (Dirigente da associação do Engenho Catarina).

O discurso de alguns dirigentes da associação, durante as entrevistas, em relação ao imóvel adquirido é de que as famílias ficaram satisfeitas com a negociação realizada com o proprietário, totalizando um montante de R\$ 107.384,23 (cento e sete mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos) por 40,5 hectares. O assentamento possui uma área total de 40,5 hectares, sendo desse total 8 hectares de reserva legal e 5 hectares de cada lote individual por família.

O que se percebe é que esse imóvel é um minifúndio, e como tal não tem capacidade de alocar muitas famílias sem terra, evidenciando a permanência da concentração da terra, pois o PNCF não atinge a estrutura fundiária presente na formação sócio-histórica brasileira. O que está presente nessa realidade é que os Programas de Reforma Agrária de Mercado são típicas transações comerciais, financeiras e patrimoniais, mediadas por um agente financeiro, por dois motivos:

primeiro que se trata de uma operação de compra e venda de terra entre entes privados e de forma voluntária; segundo porque o pagamento da terra é em dinheiro vivo e a preço de mercado, ficando os trabalhadores rurais com o ônus financeiro da aquisição do imóvel e as despesas da transação. “Transações mercantis nada têm que ver com redistribuição do estoque de riqueza (terra) acumulado por uma classe ou frações de classe”. (Pereira, 2010, p. 308)

No momento de construção do assentamento, as famílias optaram por construir as casas dentro de cada lote e não montar uma agrovila. Mesmo assim, como a área é um minifúndio, as residências não se distanciaram uma da outra. As famílias ficaram os dois primeiros anos sem energia elétrica e até a implantação desse serviço passaram por muitas privações. Atualmente já possuem luz e água encanada.

Em relação à produção agrícola do assentamento, todas as famílias já implantaram atividade produtiva de subsistência macaxeira, milho, feijão, hortaliças, batatas, sendo parte dessa produção para auto consumo e outra parte comercializada na feira do município e com atravessadores da região. Durante entrevista com alguns dirigentes da associação, os mesmos afirmaram que há no assentamento várias pessoas vivendo do assalariamento rural nas empresas Usina Central Olho D'água (Camutanga) e Usina São José S/A (Igarassu), na condição de cortador de cana-de-açúcar no período de safra, para complementação da renda familiar. Indicam a existência do investimento do PRONAF B¹⁰⁷ em gado, embora apenas algumas famílias tenham solicitado esse crédito agrícola, por medo de endividamento.

No que se refere à sua potencialidade hídrica, a fazenda possui um rio perene que passa por dentro da propriedade, podendo servir de fonte para irrigação, mas no momento da pesquisa não havia nenhum projeto sendo elaborado ou organizado pelas famílias com auxílio da assistência técnica do Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA. Não há, no assentamento, uma infraestrutura de estrada. Quando ocorrem muitas chuvas, as famílias que têm seus lotes nas proximidades do rio ficam isoladas até as águas baixarem seus níveis. Todo deslocamento é a pé e o terreno é íngreme, dificultando a vida cotidiana das famílias.

¹⁰⁷ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O Microcrédito Rural (PRONAF Grupo B) foi criado em 2000 no âmbito do PRONAF para combater a pobreza rural. O Microcrédito Rural (também conhecido como Grupo B do PRONAF) é estratégico para os agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo deste público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva. Pode financiar atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda. (Informações disponíveis em <http://www.mda.gov.br>. Acesso em 04/07/2014)

4.1.3 - Assentamento Santa Clara - Município de Água Preta – Zona da Mata Sul

O assentamento Santa Clara está localizado no município de Água Preta, na Zona da Mata Sul, estado de Pernambuco. Possui uma área total de 180 hectares, sendo 40 hectares de área de reserva legal e 10,08 hectares para cada lote individual. Toda a terra está distribuída entre 14 famílias oriundas dos municípios de Água Preta, Ribeirão, Joaquim Nabuco e Palmares. Esta fazenda era o engenho Cumbe de Cima, produtor de cana-de-açúcar, desativado em 1997 e na época da negociação de compra/venda com o PNCF estava improdutivo. A proprietária já estava à procura de comprador para área, quando as famílias negociaram o imóvel, via PNCF, pela linha Combate à Pobreza Rural, formando o assentamento em 2002.

Das famílias assentadas, apenas 02 moram no assentamento. As outras 12 famílias continuam nas antigas moradias em Água Preta e em municípios vizinhos, dada à péssima infraestrutura do imóvel. A fazenda não possui estrada de acesso. As pessoas têm de caminhar por dentro do canavial das fazendas vizinhas, por cerca de uma hora e meia para chegar nas casas e lotes. Essa caminhada é realizada todos os dias pela maioria dos assentados para trabalhar. Essa dificuldade faz com que a maioria das famílias não more na área, pois fica longe para as crianças e jovens se deslocarem para a escola e inviabiliza a vida cotidiana de todos os membros da família.

“[...] a vida aqui é difícil, pois não podemos trazer nossas famílias para morar aqui. Então tem uns que passam a semana aqui e vão para casa na sexta e têm outros que vão e vêm todos os dias”.(Assentado em Santa Clara)

“[...] aqui mermo só mora duas família permanente. Tem um viúvo que mora aqui sozinho porque os filhos moram fora do município, então ele não tem pra onde ir e não pode ficar longe do lote”. (Dirigente da Associação de Santa Clara)

“[...] uma das coisas ruins daqui é essa falta de estrada para chegar aqui, todos os dias a gente anda uma hora e meia para chegar nos lotes e poder trabalhar. A luta é grande demais. Minha mulher e meus filhos não querem morar aqui. Então essa terra que era um sonho, ela só está servindo para plantar cana-de-açúcar, mas moradia não tem condição”. (Dirigente da Associação de Santa Clara)

“[...] quando chove a gente não pode trabalhar porque não tem como chegar aqui, é muito lamaçal e não dá pra andar dentro do canavial que é nossa estrada de acesso aos lotes. Eu já perdi muita produção de feijão, frutas, hortaliça, e outras coisas na época de chuva, porque não

tava aqui pra cuidar e fazer a colheita no tempo certo. É muito difícil". (Assentado em Santa Clara)

"[...] minha família não tem como morar aqui, se cai uma pessoa doente, não tem como socorrer pra um hospital, nessa lonjura. Meus filhos não podem estudar se for morar todo mundo aqui; então eu venho todos os dias sozinho trabalhar". (Assentado em Santa Clara)

O projeto de compra da terra e a formalização da associação foram organizados por um técnico aposentado do INCRA, que prestou assistência técnica inicial as famílias. O assentamento já tem as casas em cada lote, água encanada e energia elétrica. As famílias também tiveram o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e da FETAPE para negociação junto aos órgãos de gestão do PNCF.

"[...] a gente participou de muita reunião com o sindicato, o pessoal da FETAPE e o técnico do INCRA que acompanhou a gente e elaborou nosso projeto. Era muito papel para assinar e precisava de uma orientação, saber como funciona o programa". (Dirigente da associação de Santa Clara).

Alguns dirigentes da associação afirmaram, durante as entrevistas, que se optou pelo Crédito Fundiário porque *"achava que ia dar certo, pois todos são sem terra, trabalhadores nas usinas e não podiam pagar por uma terra para plantar"*. Esse depoimento expressa, que a aquisição da terra é o aspecto positivo do Programa. Outros depoimentos também são representativos quanto aos aspectos positivos e negativos do PNCF.

"[...] se fosse pelo MST não teria ficado nem dois que estão aqui assentados, pelo crédito é mais fácil e a gente escolheu a terra e ela tem muita qualidade de vida, produz bem". (Dirigente da Associação de Santa Clara)

"[...] porque a gente não tem terra para trabalhar. Ficamos sabendo que tinha essa compra de terra pelo banco e a gente se juntou para vê se dá certo e a vida melhorar". (Assentado em Santa Clara)

"[...] porque a gente precisa, se tiver uma terra da gente, o nosso cantinho é muito melhor do que tá na terra dos outros. Eu não gosto de morar na rua, quero ter minha terra para criar meus bichos". (Assentado em Santa Clara)

“[...] a gente é da terra, nascemos na terra. Com esse programa a gente pode ter terra para criar gado e plantar cana”. (Assentado em Santa Clara)

“[...] uma coisa ruim é a burocracia para entrar no programa e ter a terra e a falta de dinheiro para providenciar os documentos, pois nem todo mundo tinha dinheiro na hora que o técnico precisava para providenciar os documentos. Então a gente ia se ajudando e se ajudando”. (Dirigente da Associação de Santa Clara)

As famílias afirmam ter ficado satisfeitas com a aquisição da terra, que custou R\$ 111.329,39 (cento e onze mil, trezentos e vinte nove reais e trinta e nove centavos). Do ponto de vista do mercado já ficou comprovado, através de pesquisas governamentais e de universidades brasileiras que ocorreram alterações dos preços do valor do hectare nas regiões onde os programas de reforma agrária de mercado foram implantados, favorecendo um aquecimento do mercado de terra em todo país¹⁰⁸.

Em pesquisa realizada pelo BIRD sobre os programas de reforma agrária de mercado na América Latina ficou evidente que os preços pagos pela terra não foram tão baratos como havia sido declarado pelo Banco Mundial, apesar do pagamento à vista. A má qualidade das terras adquiridas em parte significativa dos casos só vem a ressaltar que os programas de reforma agrária de mercado constituíram um prêmio a proprietários que por meio deles, venderam propriedades abandonadas e falidas. (PEREIRA, 2010, p. 303)

Conforme argumenta Pereira (2010), sobre o enfoque monetarista dos Programas de Reforma Agrária de Mercado afirma estar em consonância com o grau de desigualdades econômicas, sociais e políticas impostas aos trabalhadores rurais pela concentração da estrutura fundiária.

Ao aceitar o preço de mercado como referência indiscutível e, sobretudo, ao prescrever a transação mercantil como meio privilegiado ou único de acesso a terra, o modelo de Reforma Agrária de Mercado pressupõe a aceitação do padrão atual de desigualdade e dificulta ainda mais a legitimidade da luta social associada à noção de direitos. Por isso mesmo, dificulta a construção dos instrumentos necessários à

¹⁰⁸No Nordeste, as terras mais caras são as de Sergipe: R\$ 5.916/ha. Já as de Pernambuco são apenas ligeiramente mais baratas: R\$ 5.646/ha. Por sua vez, o hectare baiano custa em média R\$ 3.632. No outro extremo, as terras paulistas são as de maior preço médio do Brasil: R\$ 17.300/ha, seguidas de perto pelas terras catarinenses, que custam em média R\$ 16.082/ha. (Informações disponíveis em <http://www.informaecon-fnp.com> - Consultoria Informa Economics FNP. Acesso 01/07/2014)

democratização da estrutura de propriedade da terra. (PEREIRA, 2010, p. 310)

Para a formação da associação do assentamento e elaboração do projeto de financiamento da terra, as famílias participaram de várias reuniões no Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) do município, no sentido de entender o funcionamento do PNCF e decidir sobre a compra da área. Além do STR, ligado a FETAPE e CONTAG, as famílias também são sindicalizadas no Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), ligado a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) e ao Sindicato do Açúcar e do Alcool (SAA) de Pernambuco.

Nota-se que as famílias possuem uma tripla filiação sindical: são associadas a dois sindicatos ligados à federações de organização dos trabalhadores rurais por serem assentados, canavieiros e agricultores familiares. E um sindicato patronal, devido os mesmos serem fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas da região. Essa filiação patronal impõe aos trabalhadores uma série de exigências administrativas, financeiras e fiscais que eles não têm condições de assumir. Também traz sérios problemas do ponto de vista dos processos organizativos enquanto categoria profissional, pois pelo fato de serem filiados ao Sindicato do Açúcar e do Alcool de Pernambuco, não podem participar das Campanhas Salariais em defesa dos direitos sociais e trabalhistas dos canavieiros, organizadas pela CONTAG/FETAGs anualmente no período da safra da cana-de-açúcar.

“[...] é tudo muito difícil, a gente tem a carteirinha de dois sindicatos dos trabalhadores e pequenos agricultores familiares e a usina obrigou a gente se filiar no sindicato patronal, para nós receber o adubo para plantar a cana. Mas a gente não tem condição de sustentar os impostos da cana”.(Assentado em Santa Clara)

Quanto à produção agrícola, os/as trabalhadores/as tem investido em culturas de subsistência (milho, feijão, mandioca, macaxeira, batata, hortaliças e fruteiras) e cana-de-açúcar, sendo sua comercialização feita por alguns atravessadores da região. Um problema identificado no momento da pesquisa de campo é que o local é de difícil acesso e os atravessadores não querem fazer esse deslocamento, pois a mercadoria tende a subir seu preço, dada as altas despesas. Todas as famílias plantam cana-de-

açúcar em seus lotes para fornecer as Usinas Pumaty SA (Joaquim Nabuco) e Interiorana Serviços e Construções Ltda (Ribeirão) e todas são sindicalizadas no Sindicato do Açúcar e do Alcool (SAA), recebendo deste adubo e subsídios para a produção da cana-de-açúcar.

Para alguns dirigentes da associação o maior aspecto negativo do PNCF é a falta de crédito para a produção agrícola. Essas famílias tiveram assistência técnica para acessarem o PRONAF A¹⁰⁹, mas apenas 11 famílias conseguiram os recursos em 2006. Após aprovado o crédito e implantado o projeto, a assistência técnica se retirou do assentamento, deixando as famílias sem orientação para o manejo das culturas e ações contratadas no PRONAF A. Destas apenas 06 famílias receberam a 2ª parcela do crédito agrícola e todas estão inadimplentes com o Banco do Nordeste, apesar de realizadas duas negociações com o banco. Os investimentos foram nas culturas de cana-de-açúcar, coco, abacaxi e maracujá. Fica evidente, no discurso de alguns dirigentes da associação, durante as entrevistas, que estes entendem o papel do Banco do Nordeste nas negociações da seguinte forma:

“[...] o banco trabalha contra a gente, estamos todos pendurados no SPC e não podemos comprar nem um rádio de pilha, estamos sujos e isso é um crime”. (Dirigente da associação de Santa Clara)

“[...] é muito engraçado, na época da compra da terra, o banco trata a gente bem direitinho, mas na hora de cobrar a dívida, eles não querem saber o que aconteceu pra gente não ter pago. Nem querem escutar os motivos e já aplicam os juros e a gente fica sujo no comércio”. (Dirigente da associação de Santa Clara)

A inexistência de assistência técnica permanente tem dificultado o desenvolvimento sustentável da produção agrícola. Os projetos de assentamentos envolvem uma série de necessidades e políticas públicas. Há uma distância entre o que é planejado pelos Governos e sua execução. Nesse sentido, as precárias condições de assistência técnica se relacionam com as políticas públicas focalistas e seletivas do Estado.

¹⁰⁹ O PRONAF A destina-se a agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Os créditos de investimento se destinam a financiar atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. (Informações disponível em <http://www.mda.gov.br>. Acesso em 04/07/2014).

4.1.4 - O Significado da Terra para as Famílias Assentadas no Engenho Catarina e em Santa Clara:

A vida das famílias dos Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara é uma pequena parte de uma totalidade da questão agrária brasileira, hoje, inserida no movimento do capitalismo agrário, expresso no agronegócio e hegemônico pelo capital financeiro na agricultura.

A estratégia de Reforma Agrária de Mercado se traduz numa associação entre mercado de terra e manutenção do latifúndio, gerando pobreza e concentração fundiária. O processo de modernização da agricultura, desencadeado a partir dos anos 1970 tem preservado e acentuado a grande propriedade fundiária, sendo na atualidade, garantido através do agronegócio, perseguindo a renda fundiária e a acumulação da riqueza com o patrocínio de políticas públicas, a exemplo do PNCF.

O PNCF não tem assegurado a eliminação da pobreza das famílias que adquiriram a terra. No caso em análise, as famílias continuam vivendo do corte da cana-de-açúcar, sucumbidas num conjunto de desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

A realidade concreta da vida das famílias assentadas no Engenho Catarina e em Santa Clara apresenta uma relação direta com o assalariamento rural na agroindústria canavieira, mesmo tendo direito a terra pelo PNCF. Essa dupla relação de trabalho (assentado e assalariado) nos remete a perceber que se constitui uma dupla face da produção capitalista no campo.

Assim, essas evidências se expressam na vida real dessas famílias através de: persistência da pobreza entre as famílias assentadas; a não alteração da estrutura fundiária brasileira; a negação de uma política de reforma agrária ampla; a dependência dessas famílias as relações de trabalho na agroindústria canavieira para complementar renda; a natureza própria da concentração e acumulação do capital financeiro na agricultura, que se apropria de forma desigual da terra e de todos os recursos naturais, conseqüentemente de toda riqueza produzida, em detrimento daqueles que a produzem diariamente e são excluídos do direito a uma vida digna.

As precárias condições de vida e de trabalho das famílias assentadas nos assentamentos do PNCF, Engenho Catarina e Santa Clara, ambos situados na Zona da Mata de Pernambuco, são notórias. Os trabalhadores rurais, até então sem terra, tinham a expectativa de possuir um lugar onde plantar, morar, criar os filhos e possuir

renda. Esse sentimento de pertencimento à terra foi um elemento decisivo para ingressarem no PNCF, mesmo não conseguindo deixar o trabalho no canavial.

As entrevistas com os/as trabalhadores/as rurais assentados proclamam a terra como bem natural. À medida que expressam a importância de possuir a terra, também vão revelando sua condição de exploração nas fazendas da região ao longo de suas vidas.

“[...] porque a gente era muito sofrido trabalhando alugado e de meia, pois tudo que a gente planta fica parte para o dono da terra. E ainda na época da safra trabalhando no corte da cana. Sem a terra era tudo muito ruim. Agora eu tenho minha terra e tudo que plantar é para mim”.
(Assentado em Santa Clara)

“[...] a terra mãe que dá sentido a vida. É ela que nos alimenta. A terra é uma benção de Deus”. (Assentado do Engenho Catarina)

“[...] porque não ter casa própria é muito ruim, tenho vontade de criar uns bichos e não tinha terra. É muito ruim ficar trabalhando na terra dos outros porque nada é da gente. Trabalhava de diarista, tinha ano que conseguia uma faixa de terra para colocar um feijão e um milho, mas não era nosso e ainda tinha que dá metade ao dono da terra. No período da safra cortando cana e sonhando com uma terra para mim”.
(Assentado em Santa Clara)

Quando afirmam que a terra é uma fonte de vida e alimento, estão se referindo à natureza própria da terra que não tem dono, terra de todos, terra sem cerca, terra socializada, terra patrimônio comum. Nessa perspectiva, a terra é considerada uma propriedade não-capitalista, pois “[...] ela não é produto do trabalho, por isso mesmo não pode ser produto do capital”. (MARTINS, 1991, p.55-56).

Dessa forma, os trabalhadores encontram na terra o sentido da própria existência comum e o lugar essencial de seu trabalho. O que legitima a posse da terra é o trabalho, nele reside o direito de propriedade. Para os/as trabalhadores/as rurais esse significado de terra para trabalhar, traduz-se o que Martins (1991) chama de terra de trabalho e não terra de negócio.

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem. Por isso, nem sempre a

apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura. (MARTINS, 1991, p. 55)

Da mesma forma, ao contrário desse aspecto da apropriação da terra pelo capital, como analisa Martins (1991), os/as trabalhadores/as rurais consideram a propriedade da terra como unidade familiar para desenvolver o trabalho na agricultura.

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não propriedade capitalista; é propriedade de trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos do capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. (MARTINS, 1991, p. 54).

Os trabalhadores rurais assentados em Santa Clara e Engenho Catarina concebem a terra permeada de relações familiares para sua exploração a fim de manter o seu autoconsumo e comercialização dos produtos num regime cooperativo e associativo. Nesse sentido, a luta pela terra se constitui na luta contra a expropriação e expansão do capital no campo. No entanto, a contradição inerente ao desenvolvimento capitalista, impulsionou essas famílias a submeter-se aos ditames da agroindústria canavieira, seja com a própria força de trabalho no momento da safra, seja fornecendo matéria-prima (cana-de-açúcar) para a indústria. A expansão do capital sobre a Zona da Mata de Pernambuco impede o avanço da agricultura familiar.

O significado da luta pela terra para os camponeses está inscrito na luta pelos direitos na sociedade brasileira. Os direitos de cidadania, o direito à terra, ao trabalho, à moradia são um parâmetro fundamental para a construção da vida em sociedade e refletem conquistas dos movimentos sociais rurais.

Nos depoimentos durante as entrevistas, os trabalhadores assentados apresentam os motivos pelos quais obtiveram a terra pelo PNCF e o sentido da terra para trabalhar e ter uma vida melhor.

“[...] entrei nesse programa porque precisava ter terra e criar uns bichinhos, ter mais futuro e desenvolvimento para meus filhos e netos”.
(Assentado em Engenho Catarina)

“[...] passei a vida inteira trabalhando para as outras pessoas e agora quero minha terra. Quando conhecemos o PNCF ficamos sabendo que além da terra, dá também a infraestrutura para o agricultor sobreviver. Isso atraiu a gente para comprar a terra”. (Assentado em Santa Clara)

“[...] a gente não tinha terra, nem onde morar. Então, a gente se juntou e comprou a terra para trabalhar”. (Assentado em Engenho Catarina)

“[...] a gente não tem terra para trabalhar. Ficamos sabendo que tinha essa compra de terra pelo banco e a gente se juntou para vê se dá certo e a vida melhorar”. (Assentado em Engenho Catarina)

“[...] porque não tenho condições de comprar por conta própria. Eu gosto de trabalhar e não tenho terra”. (Assentado em Santa Clara)

“[...] esse programa é a maneira mais fácil para os pobres. Sempre vivi em sítio e agora quero minha própria terra”. (Assentado em Engenho Catarina)

“[...] a gente era muito sofrido trabalhando como diarista e cortador. Agora eu tô na minha terra, mesmo plantando cana para a usina”. (Assentado em Santa Clara)

Mesmo com essa vivência na terra como propriedade de trabalho e geração de renda e da vida, os trabalhadores assentados no Engenho Catarina e no assentamento Santa Clara não conseguiram ter cidadania assegurada pela posse da terra, visto que, ainda carecem de muitos direitos sociais, políticos e econômicos, e ainda dependem do trabalho na agroindústria canavieira da região.

Ao debruçar-se sobre a análise das condições de vida e de trabalho das famílias assentadas no Engenho Catarina e em Santa Clara, pode-se afirmar que a pobreza ainda é uma persistente condição do ser social dessas famílias, se apresenta de forma multidimensional e é uma das expressões da questão social presente no cotidiano do campo brasileiro.

Ao mesmo tempo em que as inclui de forma precária e parcial num modelo de reforma agrária, sob a égide do mercado e do capital financeiro, mantém essas famílias na pobreza, visto que todas não possuem plenas condições materiais de sobrevivência e continuam no assalariamento rural. A dominação e as variadas formas de subalternidade fazem parte das múltiplas expressões da pobreza.

O Relatório do PNUD (2013) identifica o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que analisa a sobreposição das privações no que se refere à saúde, educação e padrão de vida. Assim, registra nos 104 países abrangidos pelo IPM, dos quais o Brasil

faz parte, uma estimativa de cerca de 1,56 milhões de pessoas - ou seja, mais de 30% da população vivam em situação de pobreza multidimensional. Este valor é superior aos 1,14 milhões de pessoas que, segundo se estima, vivem nesses países com menos de 1,25 dólares por dia, embora seja inferior à percentagem dos que vivem com menos de 2 dólares por dia.

O desenvolvimento histórico das forças produtivas do capital e sua incessante luta pelo lucro e acumulação de riqueza foram gestando uma superpopulação relativa de trabalhadores, no campo e na cidade, vivendo em condições miseráveis e que dispõe de seu único bem: a força de trabalho. Enquanto o mundo capitalista tem reinventado sistematicamente suas estratégias de acumulação, a classe trabalhadora no campo e na cidade tem vivenciado a exploração intensiva, expropriação de suas terras, desemprego de longo tempo, fome, pobreza dentre outras expressões e conseqüências do capitalismo na atualidade. O que se pode identificar nesse contexto é que quanto maior a acumulação de riqueza, mais ampla e grave será a miséria da classe trabalhadora, no campo e na cidade.

4.1.5 - As Condições de Educação nos Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara:

A vivência no assentamento é permeada por um conjunto de relações sociais presentes na família, no trabalho da agricultura, na associação e na comunidade. Uma das questões da pesquisa de campo tratou de caracterizar os níveis de escolaridade dos assentados. A educação no meio rural sempre foi associada às precárias condições sócio-econômicas da população, entendida como atrasadas e arcaicas; caracterizadas por ações descontínuas, fragmentadas, com pouca qualidade e fora do contexto social local. As vítimas desse processo são os trabalhadores/as rurais, excluídos historicamente do acesso à política de educação, articulada com sua realidade local e com acesso a tecnologia. Em vista disso, a massa de trabalhadores rurais analfabetos ou com pouca escolaridade é algo constante e presente na realidade do meio rural.

A baixa escolaridade é um dos pilares que mantém o domínio político e econômico de grandes proprietários de terra, caracterizadas também por práticas políticas clientelistas e paternalistas de chefes políticos locais, o que favorece a sujeição das populações camponesas aos complexos agroindustriais. A ausência de

educação e de informações faz parte do cotidiano dos assentados em Engenho Catarina e Santa Clara.

Os dados da pesquisa de campo revelam a pouca ou até quase inexistência de escolarização desses trabalhadores, representados por 43% dos trabalhadores do Assentamento Santa Clara detém apenas o ensino fundamental incompleto contra 14% no Assentamento Engenho Catarina. Quanto aos dados de analfabetismo tem-se 43% no Assentamento Engenho Catarina e 14% no Assentamento Engenho Catarina, totalizando 57%.

Essa realidade apresentada, não é um fato isolado, mas é parte de uma realidade histórica de negação de direitos sociais aos camponeses. As escolas do campo são, principalmente, de ensino fundamental. A infância tem um tempo mais curto no campo, por isso a educação infantil no campo tem também um tempo curto. Os adolescentes e jovens não são reconhecidos como cidadãos de direitos, pois o trabalho é exercido precocemente. Salvo os esforços para implementação do ensino médio e superior do campo, através do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA)¹¹⁰, não se identificam investimentos significativos na educação.

Durante as entrevistas, os assentados depõem sobre a falta que faz a educação em suas vidas:

“[...] eu mal sei escrever meu nome, nunca freqüentei uma escola o ano todo, precisava trabalhar”. (Assentado no Engenho Catarina)

“[...] o ruim da pessoa não saber ler é que os patrões da usina pode enrolar a gente [...] é triste pegar um documento e você não saber o que tá dizendo ali”. (Assentado em Santa Clara)

“[...] eu trabalho aqui sozinho, meus meninos só vem trabalhar comigo quando está de férias da escola, porque eu não quero ver meus filhos crescerem com ignorância como eu”. (Assentado em Santa Clara)

“[...] na época da compra da terra a gente teve muita dificuldade porque não sabia ler direito e nem entendia o que os técnicos do banco dizia [...] é triste a gente dependia do técnico que fez nosso projeto, dependia da orientação dele porque não sabia entender os documentos do programa”. (Assentado no Engenho Catarina)

¹¹⁰ O Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) surge e se consolida, a partir de 1998, enraizado nos movimentos sociais que participam da elaboração dos seus objetivos, programas pedagógicos e curriculares, avaliações periódicas e construções teórico-metodológicas. Esse programa é desenvolvido em todas as regiões do País com cursos: Educação de Jovens e Adultos; Ensino Médio em Agropecuária e Ensino Superior em diversas áreas (Pedagogia da Terra, Serviço Social da terra, Ciências Sociais da Terra, Direito da Terra, Educação no Campo, Agronomia, Agroecologia, etc).

Historicamente as camadas subalternas que vivem no meio rural têm sido excluídas do acesso às políticas públicas, dado um perverso processo de desenvolvimento capitalista dependente e excludente a que foram submetidas. Nesse contexto, permanece a condição de uma população analfabeta, apesar dos discursos do Banco Mundial e governos brasileiros quanto à necessidade de elevar os níveis educacionais.

Araújo (2004) ao analisar essa questão enfatiza que:

As relações de poder econômico e político, que historicamente fortalece a concentração de terra, riqueza e bens simbólicos, produzem e reproduzem a pobreza, se faz acompanhar de uma cultura política preconceituosa que não apenas naturaliza a pobreza, mas também nega o acesso a políticas públicas como direito de todo cidadão. Para os “pobres, políticas pobres”. A naturalização do analfabetismo das camadas populares, particularmente aquelas do meio rural, tem sido uma dessas marcas. (ARAÚJO, 2004, p. 172)

Nessa perspectiva, a própria educação no meio rural reproduz as desigualdades, presentes na estrutura social, política e cultural da sociedade. A educação formal, elitista, seletiva e excludente em grande medida não contempla a cultura das classes subalternas rurais, nem inclui uma aprendizagem que busque o fortalecimento dos saberes e das culturas locais. Dai os dados de analfabetismo e analfabetismo funcional ainda serem altos, principalmente na região Nordeste.

O significado de alfabetização que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) recomendou em 1958 limitava-se à capacidade de ler compreensivamente ou escrever um enunciado curto e simples articulando acontecimentos da sua vida cotidiana¹¹¹.

Dados do IBGE (2009) apontam a dramaticidade da escolarização no meio rural do Brasil, especialmente no Nordeste e em municípios que tem o predomínio da monocultura e do agronegócio. Mostram que o setor da agropecuária tem a mais baixa escolaridade de todos os ramos da economia brasileira. Nas áreas rurais a taxa de analfabetismo aproximava-se de 23%, em 2009, enquanto as áreas urbanas situavam-se pouco acima de 7%. No período 2004 a 2009, houve ligeiro aumento da diferença

¹¹¹ O IBGE considera analfabetas as pessoas que não conseguem ler e escrever um bilhete simples. Já o termo analfabetismo funcional designa a pessoa que estivesse funcionalmente alfabetizada seria aquela em condições de inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capaz de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade. No Brasil, os órgãos de educação tem adotado como parâmetro definidor do analfabetismo funcional o nível de escolaridade inferior a 4 anos de estudo. (IPEA, 2010, p. 3-4)

entre ambos os grupos populacionais, uma vez que a queda da taxa de analfabetismo foi menor na área rural.

No Nordeste, de acordo com pesquisa do IPEA (2010), a faixa etária de 15 anos ou mais, o total de analfabetos caiu 8%, enquanto reduziu-se em 16,6% a taxa de analfabetismo. Todos os estados da região tiveram redução em termos absolutos e relativos. Em Pernambuco, o índice de analfabetismo, em 2010, era de 17,43%, e no Brasil igual a 9,37%. Com relação a outros estados do Nordeste: no Rio Grande do Norte, a proporção de analfabetos foi reduzida em 18,6% e na Bahia o número absoluto caiu 10%. Em ambos os casos, os índices são superiores à média nacional.

Ainda de acordo com dados do IPEA (2010), a redução da taxa de analfabetismo foi mais acentuada na faixa etária de 15 a 64 anos, tendo baixado de 9,1% para 7,3%, o que corresponde à queda de quase 21% números absolutos, o contingente de analfabetos reduziu-se em 14%, ou seja, cerca de 1,5 milhão de pessoas deixaram esta condição. Além de o acesso aos programas de alfabetização de jovens e adultos ser maior na faixa de 15 a 64 anos, se comparados à de idosos, a redução do analfabetismo entre os primeiros foi favorecida, nos últimos cinco anos, pelo ingresso de jovens alfabetizados e pela saída de pessoas analfabetas com mais de 60 anos de idade. Também foi constatado que a redução do analfabetismo ocorreu de forma mais equilibrada entre as regiões brasileiras. À exceção da região Sul, as demais registraram quedas superiores a 20% e, portanto, acima da média nacional. No entanto, as diferenças inter-regionais continuam a ser bastante elevadas, maiores inclusive que as verificadas na faixa de 15 anos ou mais. Por exemplo, a taxa média no Nordeste é cerca de 4 vezes maior que a da região Sul.

Em relação ao analfabetismo funcional, verifica-se que as maiores quedas ocorreram nas regiões Norte e Nordeste, as quais registravam, também, as maiores incidências em 2004. De todo modo, o Norte continua a ser a região com maior taxa (12,6%) e o Sudeste a que registrou menor índice (9,6%). (IPEA, 2010)

O Brasil também se encontra em desvantagem no contexto da América Latina. Segundo a UNESCO, 40% dos 35,3 milhões de analfabetos existentes na América Latina e no Caribe estão no Brasil, enquanto sua população corresponde a 33% do total desta região. (IPEA, 2010)

É representativo ainda uma referência sobre os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006b) no qual a maioria dos assentamentos se encontrava numa

situação de analfabetismo, semi-analfabetismo ou no nível de primeira série do ensino fundamental.

O Atlas do Espaço Rural Brasileiro, lançado pelo IBGE (2013), traz um dado preocupante sobre a situação da educação do campo: dos proprietários rurais que administravam diretamente 3,9 milhões de estabelecimentos agropecuários (75,9% do total dos estabelecimentos), 38% eram analfabetos ou sabiam ler e escrever sem terem freqüentado a escola e 43% não tinham completado o ensino fundamental. Apenas 18,5% dos produtores que estavam à frente das propriedades rurais tinham ensino médio ou superior. Afirma que a concentração dos maiores percentuais de produtores proprietários com nível médio de instrução (regular e profissionalizante) ocorre nas áreas de maior dinamismo da produção agrícola, com destaque no Centro-Sul, especialmente na região de domínio do complexo agroindustrial da soja e de outras commodities de exportação, demonstrando a correlação entre o aprimoramento técnico da agricultura e o nível de instrução do produtor rural.

É diante desse quadro de negação do direito à educação, que o MST e outros atores sociais comprometidos com os movimentos sociais rurais, propõem e reivindicam uma política educacional voltada para a formação e profissionalização de homens e mulheres do campo, “[...] compreendendo esse espaço como de vida e de produção de saberes e conhecimentos”. (PAIVA, 2004, p. 104)

A expressão “*Educação do Campo*” surge no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Goiás, em julho de 1998. Passou a se chamar Educação do Campo no Seminário Nacional realizado em Brasília, em 2002, decisão ratificada na II Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em julho de 2004. E, no seio das lutas sociais rurais, afirmou-se a luta por direito a educação infantil a universidade para toda população que vive no meio rural brasileiro.

O surgimento do PRONERA consolida a luta por uma política de Educação do Campo. Paiva (2004) se refere ao programa e afirma:

Na dinâmica do Programa, os sujeitos sociais elaboram conhecimentos que são apropriados e formam os próprios sujeitos que, ao serem constituídos, se apõem aos papéis sociais e a lógica de dominação. É desse processo que deriva a função educativa dos movimentos sociais; os cursos, de EJA ou de nível superior, tornam-se espaços por excelência de um aprendizado político e social. Os fenômenos discursivos e políticos tornam-se, para os indivíduos que deles participam, referência tanto objetiva quanto subjetiva. Objetiva quanto à estrutura de condução de suas ações, e subjetiva, como suporte de

sustentação de seu modo de agir, por sentimentos e emoções, medos; enfim, nas relações afetivas, envolvendo todas as esferas de valores normativos e éticos. (PAIVA, 2004, p. 105)

A concepção de educação no/do campo compreende os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história. Assim, a educação tem articulação e relação direta com cultura, valores, jeito de produzir a terra, formação para o trabalho, acesso a tecnologia apropriada, manejo de recursos naturais, participação política, agroecologia, diversidade, soberania alimentar, etc. Uma educação que inclua o conjunto de trabalhadores/as que vivem no campo: camponeses, quilombolas, indígenas, assalariados rurais, entre outras categorias.

Infelizmente, os trabalhadores assentados em Engenho Catarina e Santa Clara, ainda, não tiveram acesso a essa Política de Educação no Campo. A insuficiente infraestrutura física dos assentamentos e de sua área total (que é bastante pequena) inviabiliza a construção de bens comunitários, como por exemplo, uma escola ou um espaço comunitário, que favoreça a implantação de turmas de educação no campo.

4.1.6 - O Acesso aos Programas Sociais nos Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara:

As difíceis condições de vida das famílias assentadas no PNCF são expressas no não acesso a uma alimentação saudável e em quantidade suficiente para a boa nutrição e desenvolvimento humano; na falta de uma política de comercialização da produção da agricultura familiar e camponesa, que gere renda; na ausência de saneamento básico no assentamento; na falta de saúde, provocada pelas más condições de trabalho na cana-de-açúcar; entre outros fatores. A própria luta pela reforma agrária é a luta por uma vida digna.

Nesse sentido, as famílias dos assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara afirmaram que necessitam receber os benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para complementar a renda familiar, visto que não conseguem prover com dignidade e segurança de suas famílias com apenas um salário mínimo. Em relação ao BPC, apenas uma família do Assentamento Santa Clara é beneficiária.

“[...] o ganho da gente é muito pouco, não dá pra viver bem, então a gente depende do Bolsa Família”. (Assentado no Engenho Catarina)

“[...] não dá pra viver só da terra, precisamos do Bolsa Família. Esse programa do governo é muito importante para os pobres”. (Assentado em Santa Clara)

As contradições sociais da produção capitalista, que gera de um lado a apropriação da riqueza produzida coletivamente e de outro uma massa de pobres e miseráveis que estão no cerne da questão social¹¹² e da emergência de programas e políticas sociais ou dos sistemas de proteção social. Parte dessas políticas sociais destinadas ao combate à pobreza, como é o caso do Programa Bolsa Família, criado em 2003 e do próprio PNCF, enquanto ações governamentais têm sido incapazes de possibilitar um real avanço nas condições dignas de vida das classes subalternas do campo e da cidade.

O Programa Bolsa Família ocupa importante papel no sistema de proteção social de famílias pobres no Brasil. Em 2010 o programa atingiu 1.060.740 famílias beneficiárias em Pernambuco. No entanto, a demanda cadastrada era de 1.283.614 famílias com renda per capita de até R\$ 140,00 e 1.475.233 famílias com renda per capita de até R\$ 232,50. Em fevereiro de 2013, havia 25,3 milhões de famílias no Cadastro Único, sendo 23 milhões (91,0%) com perfil de renda familiar per capita de até meio salário mínimo, em todo país. Em março de 2013, havia 49.637.552 pessoas no Programa Bolsa Família. Isto equivale a 26,0% da população brasileira, considerando-se o apurado no Censo de 2010, que identificou 190.755.799 brasileiros. (CAMPELLO e NERI, 2013, p. 171).

Em relação à população rural, o PBF atinge as seguintes categorias: agricultores familiares (551.622 famílias); assentados da reforma agrária (67.205 famílias); assentados pelo PNCF (2.565 famílias); acampados (18.875 famílias); pescadores artesanais (68.385 famílias); ribeirinhos (36.016 famílias); extrativistas (18.558

¹¹² A questão social diz respeito ao “conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre” que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”. (Iamamoto, 1999, p. 27).

famílias); quilombolas (107.065 famílias); indígenas (129.550 famílias). (BRASIL/MDS, 2014).

Dados da PNAD (2012) revelam que a expansão recente de programas de transferência de renda focalizados na população mais pobre, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), entre outros de âmbitos estadual e municipal, vem contribuindo para uma redistribuição interna entre as diversas partes componentes do rendimento familiar total, com destaque para a base da pirâmide de rendimentos. Como resultado, observa-se um aumento significativo das chamadas “outras fontes” em detrimento dos rendimentos de trabalho e das aposentadorias e pensões.

Para famílias com rendimento domiciliar *per capita* nas faixas de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo¹⁸, a participação das outras fontes passou de 5,3% para 31,5% e de 3,1% para 11,5%, respectivamente, do rendimento total no período de 2001 a 2011. Esta modificação ocorreu apesar do rendimento do trabalho haver crescido no período. Para o grupo de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo de rendimento familiar *per capita*, o rendimento médio de todos os trabalhos¹⁹ passou de R\$ 273 para R\$ 285, no período de 2001 a 2011, enquanto para os que estão na faixa de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo aumentou de R\$ 461 para R\$ 524 no período. (IBGE/PNAD, 2012)

Os dados aqui apresentados são expressivos diante do aumento das populações empobrecidas e sem emprego, ou com empregos temporários e sem proteção trabalhista; que se constituem públicos prioritários da seguridade social, especialmente da assistência social e dos programas de transferência de renda. É o que acontece com as famílias dos assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara.

No atual contexto de mundialização do capital financeiro e da reestruturação produtiva, centenas de famílias estão ficando à margem do processo produtivo, vindo a depender dos programas de proteção social.

As políticas que integram a Seguridade Social brasileira, segundo Mota (2008),

[...] adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma

no principal mecanismo de proteção social no Brasil. (MOTA, 2008, p.133-134)

Dessa forma, a autora ressalta que a Seguridade Social está posta na dinâmica da reprodução social, visto que de um lado o mercado passa a ser uma mediação explícita na privatização e mercantilização da saúde e previdência; de outro, a expansão da assistência tem relação direta com o trabalho em tempos de desemprego e precarização. (MOTA, 2008, p.137)

As condições de trabalho na agroindústria canavieira corroboram com o desenvolvimento do capital, em seu processo de reprodução e acumulação, pois não consome apenas sua força de trabalho, mas o próprio trabalhador. A luta de classes e a resistência dos trabalhadores foram conquistando direitos e, em certa medida, colocando um freio na avalanche capitalista. Mas, mesmo assim, as precárias condições de vida é uma realidade concreta no cotidiano dos canavieiros e assentados.

“[...] a despesa de casa é muito grande, a comida tá muito cara. A feira daqui de casa não dá para o mês todinho, então a gente precisa demais do Bolsa Família. Cada real que entra ajuda nas despesas”. (Assentado em Santa Clara)

Ao longo da trajetória do desenvolvimento capitalista, este tem realizado alterações a composição orgânica do capital, no sentido de localizar no tempo histórico, novas estratégias de acumulação de riqueza, de um lado; e do outro, a expropriação/exploração intensiva da força de trabalho, gestando um processo de desigualdades sociais. As reais relações sociais do modo de produção capitalista; os elos entre produção de mercadoria e pauperismo; e as novas estratégias de acumulação que são forjadas a cada ciclo de produção capitalista, repõem a dinâmica da questão social e da luta por direitos.

4.2 – As Condições de Trabalho e de Produção das Famílias Assentadas no Engenho Catarina e em Santa Clara, do PNCF, em Pernambuco:

Os assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina têm duas modalidades de produção agrícola: ambos possuem culturas de subsistência (milho, feijão, hortaliças, fruteiras, batata, macaxeira, mandioca, etc) e produzem a cana-de-açúcar (apenas no

assentamento Santa Clara). Nos dois assentamentos há pessoas (assentados e parentes) contratadas de forma temporária nas usinas da região, na sua maioria como cortador de cana, no período da safra (de setembro a fevereiro). Os assentados não se livram da monocultura, não se tornam autônomos na produção e reproduzem a lógica do capital. Ou seja, não podem sequer optar por outros processos produtivos.

Em geral, a produção agrícola dos assentamentos se caracteriza como agricultura familiar¹¹³ que “[...] corresponde à distinta forma de organização da produção, isto é, a princípios de gestão das relações de produção e trabalho sustentadas em relações entre membros da família”. (NEVES, 2012, p.32) Essa modalidade de agricultura engloba as culturas de subsistência e se diferencia da agricultura patronal, dos princípios do mercado. A agricultura familiar tem uma forma organizativa própria, pois a família é ao mesmo tempo detentora dos meios de produção, executora do trabalho produtivo e comercialização das mercadorias.

A agricultura familiar tem algumas características próprias, quais sejam: A gestão é feita pelos proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família; os membros da família vivem na unidade produtiva. (ABRAMOVAY, 1998).

O termo também designa uma resistência à avassaladora forma de agricultura capitalista, agroindustrial, patronal, agronegócio. Diferencia-se enquanto projetos societários, pois visa defender e demarcar a reprodução social de agricultores em área de assentamentos de reforma agrária e pequenas propriedades rurais. Demarca um atrelamento a modelos de agricultura sustentável (práticas não predatórias de manejos de recursos naturais, agricultura orgânica, agroecologia, agrofloresta, etc).

Há de se considerar, ainda, que a agricultura familiar é um termo que se contrapõe a concentração dos meios de produção, da terra e dos recursos naturais. E ainda, da deterioração das formas de contratação da força de trabalho no campo, via formas de assalariamento na agroindústria, trabalhos degradantes, aviltantes, análogas à escravidão. O Atlas do Espaço Rural Brasileiro, IBGE (2013), revela que a

¹¹³ De acordo com Abramovay (1998) “o uso da expressão agricultura familiar no Brasil é muito recente. A agricultura familiar foi erroneamente confundida com a pequena produção, agricultura de baixa renda ou de subsistência. Esses adjetivos envolvem um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades. Em última análise aquilo que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, que tem um acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito, que conta com técnicas tradicionais e que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos”.

agricultura familiar abrange 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país (4,4 milhões), mas cobre apenas 24,3% da área (80 milhões de hectares).

É representativo salientar que o termo agricultor familiar foi definido na Lei nº 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O artigo 3º considera:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Importa destacar ainda, que o termo agricultura familiar alcançou um status político, econômico e jurídico, conquistados por negociações institucionais que deram origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹¹⁴. Dessa forma em termos mais gerais e abstratos pode-se assim, conceituar como: “modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado”. (NEVES, 2012, p.37)

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006b) a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, sendo:

¹¹⁴ Schneider et al (2004) afirma que é representativo “o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo. O movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à CONTAG e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), especialmente dos três estados meridionais do país, passaram a organizar-se e direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia, na ocasião influenciado pela criação do Mercosul. Assim, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988 ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de noventa, que a partir de 1995 passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil”. Em 1994, em consequência das reivindicações dos agricultores familiares, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). A partir de 1995, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção como em sua área de abrangência. Essas modificações deram origem ao PRONAF, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996”.

87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38,0% do café, 34% do arroz, 58% do leite, possuíam 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos, e produziam 21% do trigo. Este segmento produtivo responde por 10% do Produto Interno Bruto (PIB), 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural (12,3 milhões de pessoas)¹¹⁵.

Cabe destacar a importância da agricultura familiar, pois está intimamente vinculado à segurança alimentar; preservação das sementes tradicionais; contribuição para uma alimentação balanceada; proteção da agrobiodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais; representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a proteção social e o bem-estar das comunidades e populações rurais.

4.2.1 - A Produção Agrícola e o Assalariamento Rural nos Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara

A produção agrícola nos assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara está diretamente ligada à agricultura familiar¹¹⁶ e a monocultura da cana-de-açúcar. São duas modalidades de produção agrícola contraditoriamente convivendo no mesmo espaço e com relações sociais e de produção distintas.

Na produção da agricultura familiar do assentamento Santa Clara destaca-se as fruteiras (caju, manga, banana, laranja, abacaxi, coco, maracujá, graviola, ciriguela),

¹¹⁵ O documento final da Conferência Mundial de Agricultura Familiar, realizada em outubro de 2013, intitulada "*Alimentar o mundo, cuidar do planeta*", revela que atualmente há 1,5 milhão de agricultores familiares trabalhando em 404 milhões de unidades rurais de menos de dois hectares; 410 milhões cultivando em colheitas ocultas nos bosques e savanas; entre 100 e 200 milhões dedicados ao pastoreio; 100 milhões de pescadores artesanais; 370 milhões pertencem a comunidades indígenas. Além de mais 800 milhões de pessoas que cultivam hortas urbanas. No Brasil, segundo o Censo Agropecuário de 2006, entre 1996 e 2006, havia 13,7 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar. (Informação disponível em <http://www.contag.org.br>. Acesso em 02/06/2014)

¹¹⁶ Mesmo tendo essa centralidade na produção de alimentos, a agricultura de pequenos produtores, agricultura de base familiar, perde sua importância no momento em que o desenvolvimento do capitalismo no campo faz uma opção pelo latifúndio e pelo grande complexo agroindustrial centrado no trabalho assalariado, na utilização de máquinas e tecnologia, uso intensivo de insumos e agrotóxicos, concentração da terra e dos recursos naturais. A própria luta pela reforma agrária se transforma numa intensa luta de classes sociais, no momento em que a decisão política e econômica dos governos é para investimento em industrialização da agricultura, via agronegócio.

além de feijão, milho, macaxeira, batata, hortaliça, todas sendo cultivadas de forma consorciada, em cerca de um hectare por lote. Parte das mercadorias é entregue a atravessadores da região.

“[...] os atravessadores exploram a gente, porque aqui é muito longe, difícil de chegar nos lotes e quando eles pegam a mercadoria, pagam pouco, alegando que tem muita despesa para chegar no assentamento. Então a gente fica preso aos atravessadores e tem que entregar a produção a preço baixo, pois perder é pior”. (Assentado em Santa Clara)

“[...] a gente não quer perder o que colhemos, então tem que entregar aos atravessadores, por preço de banana. É muito trabalho e pouco dinheiro. As hortaliças a gente ainda consegue vender na feira, mas o milho e o feijão, quando produz muito, tem que entregar aos atravessadores”. (Assentado no Engenho Catarina)

Os atravessadores são agentes que atuam como intermediários na comercialização dos produtos agrícolas, entre os produtores e os consumidores. Os atravessadores aproveitam-se da pouca estrutura dos agricultores familiares que praticam a comercialização de forma individual, para adquirir seus produtos a um preço extremamente baixo, e revendê-los ao mercado local. Os preços determinados pelos atravessadores, geralmente bem mais altos do valor daquele que adquiriu junto aos agricultores familiares, aumenta seu poder de negociação com os clientes.

A presença dos atravessadores na comercialização dos produtos da agricultura familiar gera uma redução na receita líquida dos agricultores e conseqüentemente o subdesenvolvimento sócio-econômico do assentamento. Esta redução é mais grave para pequenos produtores que produzem e comercializam individualmente. Nas últimas décadas, a discussão sobre a agricultura familiar ganhou destaque devido aos entraves que os produtores familiares têm para comercializar seus produtos. O atravessador fica com uma parte significativa da renda da produção. Nos últimos oito anos, ocorreram avanços com a criação de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹¹⁷ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹¹⁸, que

¹¹⁷ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos. O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de

proporcionaram não apenas o fomento à organização social produtiva, como a inserção da agricultura familiar no mercado institucional.

Mesmo com a implantação desses programas para absorver a produção agrícola dos assentamentos, estes não atingiram os assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina, que continuam subjugados à agroindústria canavieira. A produção de cana-de-açúcar do assentamento Santa Clara é de 160 toneladas/safra por lote, ocupando em média uma área de 09 hectares de cada lote e fornecida para as Usinas Pumaty SA (Joaquim Nabuco) e Interiorana Serviços e Construções Ltda (Ribeirão). Vale salientar que desde a safra 2009 que os assentados não recebem o pagamento das usinas e continuam submetidos as suas regras, fornecendo cana-de-açúcar todos os anos. Eles alegam que se não entregarem a produção para as usinas, perdem todo investimento que fizeram na área. Esses trabalhadores têm em média 20 anos de experiência no corte da cana-de-açúcar e pelo menos 10 anos de fornecimento. O depoimento de um assentado e fornecedor de cana-de-açúcar é emblemático quanto a essa questão:

“[...] a vida da gente é sofrida! Desde a safra 2009/2010 que as usinas não pagam a cana que a gente fornece, mas ela não para de moer e não para de exportar açúcar e álcool. A gente é que tá prejudicado e ainda sofre ameaça da empresa se parar de fornecer a cana”.
(Assentado em Santa Clara)

No assentamento Engenho Catarina a produção é totalmente da agricultura familiar, predominando hortaliças, mas também feijão, milho, batata, macaxeira e inhame; e em médias as famílias produzem em quatro hectares/lote. Há também,

alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos. Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA são definidas por um Grupo Gestor coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios. O PAA é implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A identificação é feita por meio de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). (Informações disponíveis em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 03/08/2014)

¹¹⁸ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. O PNAE teve sua origem na década de 40. Mas foi em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que o direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado. (Informações disponíveis em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 03/08/2014)

algumas famílias que investiram em gado, através dos recursos do PRONAF B. É uma área de minifúndio não sendo possível grande investimento. Dessa forma, os assentados são também assalariados no corte da cana-de-açúcar, em época de safra, para complementar a renda familiar.

Os dois assentamentos apresentam algumas particularidades produtivas que se assemelham: 1) a produção é totalmente individual e não existe experiência coletiva de produção e comercialização; 2) as famílias não possuem maquinários e/ou tecnologia para contribuir no plantio e manejo das culturas; 3) as famílias não estão articuladas numa rede de produtores familiares da região; dependem de atravessadores para comercializar as mercadorias da agricultura familiar, apesar de uma pequena parte das hortaliças do Assentamento Engenho Catarina ser comercializada na feira semanal do município; 4) todas as famílias utilizam agroquímicos em pouca quantidade para defender a lavoura das pragas; 5) não participam de eventos formativos, feiras agroecológicas e/ou intercâmbios de experiências com outras famílias de agricultores da região ou do Estado e todas são sindicalizadas (famílias do Assentamento Santa Clara são associadas em três sindicatos – STR/FETAPE, SINTRAF e SAA).

As famílias pesquisadas expressaram que ainda vivenciam muitas dificuldades quanto à produção: o Assentamento Santa Clara faz fronteira com uma área de cana de um grande fornecedor da região, ficando ilhado no “*mar de cana*” e não possuindo estrada de acesso, apenas por dentro do canavial, isso dificulta o escoamento da produção da agricultura familiar. O Assentamento Engenho Catarina, apesar de estar localizado às margens de uma rodovia encontra dificuldade no fornecimento regular de energia elétrica e a falta de infraestrutura no manejo adequado do rio que banha a área, pois quando chove ocorre alagamento de toda produção de hortaliças, que é produzida em suas margens e geralmente é perda total.

“[...] as hortaliças a gente vende na feira do município e as outras mercadorias a gente entrega aos atravessadores por um preço muito baixo. Então a renda não dá, por isso que precisamos da usina, por isso que não posso deixar de ser cortador na época da safra”. (Assentado do Engenho Catarina)

“[...] todas as fruteiras, batata, feijão, milho é pra minha família porque aqui a gente não tem como vender. A gente tá no meio da cana e ninguém quer vir buscar mercadoria aqui e passar por dentro desse canavial, ficaria tudo muito caro. Tem poucos atravessadores que vem até aqui comprar nossa mercadoria, mas quem perde é nós. Então, a gente se a sujeita a usina e fica dependente dela, temos que plantar cana”. (Assentado em Santa Clara)

Os dois assentamentos não possuem assistência técnica¹¹⁹ sistemática e contínua, evidenciando um problema enfrentado por todas as famílias que acessam os programas de Reforma Agrária de Mercado, a exemplo do PNCF.

“[...] um problema grave que a gente tem aqui é falta de uma assistência técnica porque a não temos orientação para plantar, nem tem quem faça os projetos produtivos pra gente”. (Assentado no Engenho Catarina)

“[...] o técnico que fez o projeto produtivo do PRONAF A da gente veio aqui umas três vezes antes da aprovação do projeto. Depois que a gente pagou o serviço, o cabra sumiu. Fica difícil porque a gente não sabe lidar com as pragas que dá na lavoura”. (Assentado em Santa Clara)

Essa ausência de assistência técnica também apresenta desafios para os assentados que têm dificuldades em realizar o manejo adequado do solo, no sentido de combater a erosão, o desmatamento, a perda da fertilidade, as queimadas, pois utilizam formas tradicionais de plantio, trato e colheita; muitas vezes desconhecendo as conseqüências e problemas causados no meio ambiente que podem surgir dessa falta de informação e capacitação. Um agravante disso são as queimadas da cana-de-açúcar realizada no Assentamento Santa Clara, no momento da colheita, acrescida das queimadas nos canaviais vizinhos dos dois assentamentos. E ainda, o uso de agroquímicos para o trato da cana-de-açúcar no Assentamento Santa Clara que

¹¹⁹ Com a criação do PRONAF em 1996, começaram a existir duas modalidades de assistência técnica, a pública executada pela EMATER de cada estado, direcionada aos produtores rurais e agricultura patronal; e a assistência técnica do PRONAF realizada por entidades da sociedade civil, especialmente ONGs, aos agricultores familiares. O conflito e as disputas estavam presentes no cenário da política agrícola brasileira. Fruto dos debates nacionais e das pressões dos movimentos sociais, em defesa da agricultura familiar, o governo federal cria em 1997 o Projeto Lumiar. Esse projeto foi o antecessor do serviço de ATES no campo das iniciativas governamentais para firmar alternativas de prestação de serviços descentralizados de assistência técnica e extensão rural para os assentamentos de reforma agrária. Em 2003 foi construída pelo MDA a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que definiu as diretrizes para a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). Em 2004 foi criado pelo INCRA, o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), que surge como alternativa de apoio técnico aos agricultores assentados, para a condução e desenvolvimento de seus projetos produtivos, em moldes semelhantes aos do Projeto Lumiar, que havia sido extinto no início de 2000.

necessita de orientação técnica no seu manuseio e na utilização dos equipamentos de segurança.

No Brasil, cerca de 40% dos estabelecimentos agropecuários não usam práticas para prevenir e controlar a erosão ou manutenção da fertilidade do solo. O Centro-Oeste e o Norte apresentam os percentuais mais elevados de estabelecimentos que não fazem uso de práticas agrícolas, com 64% e 50%, respectivamente. A região Sul é a que apresenta maior percentual, aproximadamente 70%. A prática agrícola capaz de prevenir erosão mais utilizada era o plantio em nível, feita em cerca de 30% dos estabelecimentos. As queimadas eram usadas em 14% dos estabelecimentos do País, com maiores percentuais no Norte (26%) e Nordeste (22%). (IBGE, 2013).

Segundo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006b), cerca de 30% dos estabelecimentos agropecuários não tinham acesso à energia elétrica. Entre os que tinham acesso, apenas 2% produziam a própria energia, principalmente a partir do aproveitamento de energia solar e da queima de combustíveis.

A falta de assistência técnica para produção agrícola desses assentamentos foi um dos aspectos relevantes identificados na pesquisa. Os técnicos contratados pelas famílias dos dois assentamentos realizaram o projeto de aquisição da terra, elaboraram os projetos produtivos do PRONAF, linhas A e B, para algumas famílias e não acompanharam o desenvolvimento produtivo e econômico das áreas. A pouca e insuficiente assistência técnica que as famílias tiveram não realizaram uma avaliação da área para detectar sua capacidade produtiva visto que são áreas de monocultura, convivendo com culturas de subsistência. A precariedade do serviço de assistência técnica se traduz na baixa frequência ao assentamento e ao não acompanhamento à produção agrícola. Quando o fizeram, impuseram um modelo de agricultura reproduzindo a lógica capitalista da monocultura da cana-de-açúcar.

Ao serem indagadas sobre os recursos do SIC, as famílias do Engenho Catarina e Santa Clara informaram que estes foram utilizados para custeio e construção de infraestrutura básica, como água, energia e moradia. O saldo disso foi que tais recursos não propiciaram condições para complementar as obras necessárias (estrada de acesso ao Assentamento Santa Clara e manejo do rio no Assentamento Engenho Catarina) para estruturar uma base sólida produtiva que possibilitasse renda suficiente para melhorar a vida das famílias e pagar a dívida contratada no banco¹²⁰.

¹²⁰ Os dirigentes das associações entrevistados não declararam o valor das dívidas que possuem em relação ao pagamento da terra e dos créditos agrícolas que acessaram.

Os trabalhadores assentados em Santa Clara e Engenho Catarina estão inseridos no circuito do capital financeiro, pois estão dependentes do crédito que adquiriram no banco para comprar a terra e investir na produção agrícola. A dependência também se traduz nas relações sociais que estabelecem com as usinas que compram a cana-de-açúcar que estes trabalhadores produzem em regime de trabalho familiar e ainda os transforma em assalariados rurais, em época de safra.

No momento em que os assentados contraem o empréstimo no banco, que será investido em insumos e na produção de cana-de-açúcar, sua propriedade é que fica como garantia desse empréstimo. Mesmo na condição de proprietário da terra, os assentados têm que pagar anualmente as parcelas ou os juros delas, sob pena de perder a posse da sua terra. Nesse momento está o pagamento da renda da terra ao banco. *“Essa relação com a terra está mediatizada pelo capital”*.

Note-se que o capital produz lucro (extraído sob a forma de mais valia da força de trabalho e da circulação da mercadoria produzida pelo trabalho, retidos pelo capitalista), o trabalho produz salário e riqueza (mercadorias) e a terra produz a renda fundiária. A terra capturada pelo capital funciona como se fosse capital, obedece a dinâmica capitalista. A renda da terra tem que se submeter ao domínio e aos princípios do capital. Assim afirma Marx (1985),

Em resumo, a terra, enquanto dá juro, é a terra capital, e, como terra capital, ela não dá uma renda, não constitui a propriedade territorial. A renda resulta das relações sociais nas quais se faz a exploração. Ela não poderia resultar da natureza mais ou menos árdua, mais ou menos durável da terra. A renda provém da sociedade e não do solo. (MARX, 1985, p. 152)

Quando Marx analisou a propriedade fundiária inglesa, ele percebeu que mesmo a terra sendo um bem natural, ela (a terra) foi apropriada por um dono (capitalista) que passou a possuir o direito de propriedade privada, marca fundante no modo de produção capitalista. Apesar da terra não ser fruto do trabalho humano, passou a ter preço determinado pela condição de propriedade privada para quem tivesse capital para investir nela. Daí se originou o monopólio e a concentração da terra, acrescido com a possibilidade de alta taxa de lucro derivada e embutida nos preços dos produtos agrícolas.

Nessa ótica, Marx (2008b), exemplifica como o capital se apropria dos recursos naturais e da terra, convertendo-os em renda fundiária.

Imaginemos agora as quedas-d'água, com o solo a que pertencem, nas mãos de pessoas tidas por titulares desses trechos do globo terrestre, por proprietários de terra. Essa propriedade exclui que o capital se empregue na queda-d'água e a utilize. Os proprietários podem permitir ou impedir que seja utilizada. Mas o capital não pode, por si mesmo criar queda-d'água. O lucro suplementar, oriundo do emprego da queda-d'água, não provém por isso do capital, mas da aplicação pelo capital de uma força natural monopolizável e monopolizada. Nessas condições, o lucro suplementar se converte em renda fundiária, isto é, cabe ao proprietário da queda-d'água. (MARX, 2008b, p.861)

A renda da terra é, nesse contexto, um sobre valor que está acima do preço médio dos produtos agrícolas, auferidos por todos os produtores capitalistas, acrescido em todas as mercadorias que vão para a circulação no mercado consumidor. Essa renda da terra existe pelo simples fato de existir a propriedade privada da terra. Quando se adquire uma terra, não se compra o trabalho que haverá para produzir mercadorias, mas sim a garantia da propriedade privada de exploração.

O que isso tem a ver com os assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina? Na verdade, o grupo usineiro da região (Zona da Mata Norte e Sul de Pernambuco) detém a terra (pelo direito de propriedade privada); explora a mão de obra dos assentados, na condição de trabalho assalariado em troca do salário; e acumula a renda da terra das usinas e dos assentamentos, pois fica com a mercadoria (cana-de-açúcar) produzida nos assentamentos e lucra com a comercialização do açúcar e do álcool.

O capital tende a dominar cada vez mais a produção na agricultura, não só de grandes setores do agronegócio, mas também de pequenos e médios setores, baseados no trabalho familiar. Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e trabalha sem o assalariamento, utilizando apenas trabalho familiar, mas produz sob o comando do capital, aqui está presente a sujeição da renda da terra ao capital e não a subjugação do trabalho ao capital. É o exemplo do assentamento Santa Clara, onde as famílias trabalham sob os ditames da grande empresa capitalista rural (a usina).

Essa terra, que pertence a essas famílias, é parte necessária das estratégias do agronegócio, seja fornecendo cana-de-açúcar para os complexos sulcroalcooleiros da região, seja provendo força de trabalho para produzir riqueza que é apropriada por frações da classe dominante, os usineiros da região.

O Trabalho Assalariado na Agroindústria Canavieira:

Outro aspecto que chama atenção nesses assentamentos é o trabalho assalariado nas usinas da região. Mesmo possuindo a terra, esta não foi suficiente para os assentados deixarem a condição de assalariado da cana-de-açúcar. Os trabalhadores assentados em Santa Clara e Engenho Catarina têm em média, 20 anos de trabalho no canavial, seja como cortador de cana-de-açúcar no período de safra, seja como fornecedores, em terras arrendadas anterior à aquisição de uma área pelo PNCF.

“[...] trabalho no meu lote e na safra da cana sou cortador [...] somos escravos desse mar de cana”. (Assentado em Santa Clara)

“[...] desde rapaz já comecei a trabalhar na cana, são uns 20 anos já que eu enfrento o canavial na época do corte. Já arrendei uma terrinha com cana e forneci para a usina, mas depois não deu certo”. (Assentado no Engenho Catarina)

Os trabalhadores assentados no Engenho Catarina são contratados de forma temporária para serem cortadores de cana, durante a safra e nos lotes plantam culturas de subsistência. Já os trabalhadores assentados em Santa Clara ao comprarem a terra começaram a investir em cana-de-açúcar, pois era com essa cultura que eles tinham mais experiência, como também foi certa imposição da assistência técnica, visto que o imóvel é completamente cercado por canavial. Assim, todos os lotes são cobertos de cana e nos arredores das casas têm fruteiras, hortaliças e culturas de subsistência. Durante o período de safra, esses assentados são contratados de forma temporária, para cortarem cana-de-açúcar e ainda tem que contratar 6 a 10 trabalhadores rurais para cortarem a cana-de-açúcar na sua terra e fornecer às usinas da região.

Esta situação expõe uma das maiores contradições identificada na pesquisa: os assentados de Santa Clara vivenciam uma dupla jornada de trabalho como cortadores de cana-de-açúcar, pois de segunda a sexta cortam cana nas terras da Usina Pumaty S/A, e no final de semana cortam cana em sua terra para ser entregue à mesma usina. Isso significa que a Usina Pumaty S/A se apropria da força de trabalho dos assentados,

da produção de cana-de-açúcar do assentamento, e da produção de cana cortada realizada pelos trabalhadores durante a safra, confirmando a sujeição do trabalhador ao complexo agroindustrial.

Vale destacar que essa usina entrou em falência em 2013 e demitiu cerca de 1,8 mil trabalhadores rurais e desde a safra de 2009 não realiza o pagamento do fornecimento de cana-de-açúcar aos assentados de Santa Clara. Isso caracteriza um duplo processo de exploração a serviço da reprodução do ciclo sulcroatcooleiro – se apropriando da riqueza produzida no canavial da usina em cana cortada e da riqueza produzida no assentamento em cana cortada e fornecida à usina. Ao final da safra quem perde são as famílias assentadas.

A consciência de sua condição de exploração é explicitada pelo grupo ao resgatar suas histórias de vida. Seus depoimentos anunciam o intenso processo expropriatório a que os camponeses foram submetidos ao longo da trajetória do desenvolvimento capitalista no campo; como também recai sobre eles as conseqüências do processo de trabalho aviltante no complexo agroindustrial. Esses trabalhadores denunciam suas precárias condições de vida, resultado da modernização conservadora e da inserção do capital financeiro na agricultura.

A lógica capitalista embutida na propriedade da terra passa pela apreensão das relações capitalistas de produção. Relações estas, permeadas por um complexo aparente, que encobre sua essência, favorecendo uma classe – burguesia – submeter outra classe bem maior – trabalhadores – ao processo de produção de mercadoria marcado pela exploração e extração da mais valia, em função de seus interesses.

O processo de trabalho desenvolvido na produção de cana, açúcar e álcool denota uma profunda exploração da força de trabalho, similar a escravidão, onde os trabalhadores assalariados estão submetidos a um ritmo intenso de trabalho, especialmente a partir dos anos 1990, com as inovações tecnológicas, químicas e biológicas.

Como bem esclarece Alves (2006, p. 92) o processo de trabalho na agroindústria sulcroatcooleira tem se transformado nas últimas décadas, na busca de maior produtividade, conseqüentemente lucratividade. Na década de 1950 a produtividade do trabalho era de três (3) toneladas de cana cortadas por dia de trabalho; na década de 1980, a produtividade média passou para 6 toneladas de cana por dia/homem ocupado e, no final da década de 1990 e início da presente década, atingiu 12 toneladas de cana por dia.

O próprio processo de admissão dos trabalhadores rurais para o corte da cana-de-açúcar possui um critério sobre a capacidade física, mental e emocional para dar conta da meta diária de produtividade (12 toneladas de cana), o que significa que quanto mais jovem e forte, melhor para a produção. E ainda, quanto mais aumentar o ritmo de ação no canavial, mas possibilidades de ganhar mais, visto que o salário está condicionado à produtividade.

Durante a coleta de dados dessa pesquisa, os depoimentos de dois cortadores de cana, assentados em Santa Clara expressam o que significa fazer 12 toneladas de corte de cana por dia.

“[...] o cabra pra tirar 10 a 12 tonelada de cana como é exigido ai pela usina, é bronca grande, porque o cabra se acaba, se tora todinho, com 10 anos de cana, o cabra não é mais gente, tá só o bagaço. A vida se acaba nesse canavial, a gente deixa nossa vida aqui por um punhado de feijão com farinha”. (Assentado em Santa Clara)

“[...] olhe a vida num canavial num é brincado não, a gente começa as 5h até as 12h; depois do almoço até as 17h, sem parar. Quando a pessoa para um pouquinho para beber água, já tem que aumentar o ritmo para conseguir dar conta de 12 toneladas”. (Assentado em Santa Clara)

Esses trabalhadores também estão submetidos a um forte esquema de gestão e controle da força de trabalho, que exige agilidade, esperteza, raciocínio lógico, coordenação motora, habilidade para domesticar o corpo e a mente no corte da cana e dar conta das exigências do processo produtivo. Ao final da safra os canavieiros estão espoliados, maltratados, doentes, esgotados físicos, mental e emocionalmente.

Outra questão explícita pelos trabalhadores entrevistados refere-se ao pagamento pelo resultado do trabalho, que é o pagamento por produção. Em outros termos, quanto maior for à produção, mais os trabalhadores recebem, reeditando formas pretéritas caracterizadas pelo pagamento por peça. Cada trabalhador recebe por aquilo que conseguiu produzir no dia, o que provoca uma corrida por ganhar mais e melhorar as condições de vida, e ao mesmo tempo um aumento do ritmo de trabalho. Nas palavras de Alves (2006, p. 93), “[...] o pagamento por produção transfere ao trabalhador a responsabilidade pelo ritmo do trabalho, que é atribuição do capitalista”.

O problema se agrava porque os trabalhadores sabem quantos metros de cana cortaram (em geral 5 ruas, que corresponde a cerca de 1200m²), mas não sabem o

valor de um metro para auferir o valor total de sua produção/dia. O valor do metro é definido depois que a cana-de-açúcar é cortada e pesada na usina, longe do canavial, pois as balanças são grandes e pesadas e não podem ser transportadas para o campo.

Durante as campanhas salariais dos canavieiros que ocorre em todos os anos, durante a safra, já foi definido que o valor da tonelada de cana seria uma regra de três entre o peso da cana, a quantidade de metros de cada talhão e o valor da tonelada, chegando ao valor do metro de cana cortada. A grande questão é que esse cálculo é feito na usina, longe da presença dos trabalhadores, ficando à mercê daquilo que a usina determinar como produção do dia para cada trabalhador.

Os trabalhadores não controlam nem a medida do seu trabalho nem o valor do seu trabalho. Eles não controlam a medida porque, ao final do dia, o encarregado, munido de um compasso com ponta de ferro, faz a medição do seu trabalho. Algumas vezes não é permitido ao trabalhador acompanhar a medição, outras vezes a medição só é realizada depois que os trabalhadores se retiraram do eito. Muitas vezes, os trabalhadores sabem que cortaram uma quantidade de metros elevada, mas como a cana pode ser de pouco peso, cana de 5ª soca, eles acabam tendo um ganho pequeno. Desta forma, fica claro que o pagamento por produção, além de ser uma forma de pagamento arcaica, perversa e desgastante. (ALVES, 2006, p. 93)

O trabalho por produto é uma das artimanhas do capital, sob a égide da reestrutura produtiva que favoreceu o desenvolvimento de profundas transformações na produção de mercadorias: exploração intensa da força de trabalho; perda de direitos historicamente conquistados; fragmentação do processo produtivo; terceirização; novas formas de gestão e controle da força de trabalho; trabalho informal e precarizado; flexibilização das leis trabalhistas, entre outras estratégias. Isso impõe um grau de responsabilidade e tensão muito grande sobre os trabalhadores, por medo de perder seus postos de trabalho e engrossarem a massa de desempregados por longo tempo. E ainda, reduz as possibilidades da luta por direitos e obriga os trabalhadores a aceitarem trabalhos extenuantes e aviltantes, a exemplo do corte da cana-de-açúcar.

Como afirmam Tavares e Lima (2009), “[...] ao trabalhador assalariado, especialmente ao trabalhador do campo, cada vez mais próximo da pobreza absoluta, não resta alternativa que não seja render-se às condições impostas pelo capital”. (TAVARES e LIMA, 2009, p.175)

O descompasso histórico entre o desenvolvimento das forças produtivas do capital empregado no setor [sucroalcooleiro] e o uso predatório da força de trabalho, que desconhece conquistas democráticas consubstanciadas em uma legislação protetorado trabalho, denota um dos mecanismos utilizados pelos usineiros para buscar assegurar sua taxa média de lucro ante as características peculiares desse processo produtivo (IAMAMOTO, 2001, p. 133).

Nesse contexto, chama atenção a coexistência de duas formas de pagamento de salários na agroindústria canavieira: os trabalhadores da indústria, pagamento por tempo; os trabalhadores do campo, pagamento por produção. Na concepção de Tavares e Lima (2009, p.173) “quando se articula o salário por produção à jornada de trabalho de oito horas, a liberdade do trabalhador cai por terra, revelando a debilidade da política em face da objetividade das determinações capitalistas”. As usinas implantaram alta tecnologia no processo industrial, mas no que se refere à força de trabalho no campo, esta é marcada pelo atraso e por práticas pretéritas de exploração, pois a “condição de miserabilidade criada pelos patrões é funcional aos seus propósitos, pois trabalhadores com fome são mais facilmente explorados”. (idem, p.175)

Com relação ao trabalho por produto, Tavares e Lima (2009), ainda acrescentam:

Como se não bastasse a exploração e a opressão, que são ditadas pela modalidade do salário, o capital ainda se vale de um saber inacessível ao cortador decana para aumentar os seus ganhos de produtividade. A isso se acrescenta a competitividade gerada entre os trabalhadores, da qual o capital também se aproveita. Como o salário por produção é rebaixado na mesma proporção em que aumenta a produção durante um mesmo tempo, ao intensificar o trabalho e aumentar o volume de toneladas/dia, o cortador decana está reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário que se materializa na mercadoria, portanto, também o seu salário e o de todos os demais trabalhadores da mesma atividade. (TAVARES e LIMA, 2009, p.76).

Ao longo das últimas décadas, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais tem reivindicado durante as Campanhas Salariais, o pagamento por metro de cana cortada e não por produção, mas isso depende do tipo de cana (cana de primeiro corte, cana de segundo e demais cortes, cana de ano e meio, cana de dois anos, cana caída e enrolada) e para cada tipo, um valor diferente. Assim os trabalhadores saberiam ao final do dia o que produziram e quanto vão ganhar. Os empresários nunca aceitaram essa proposta, pois perderiam sua principal forma de sujeição dos trabalhadores.

A morfologia do mercado de trabalho nas empresas sucroalcooleiras tem intensificado a exploração da força de trabalho, implantação de novas formas de gestão e controle do processo de trabalho, modernização tecnológica, aplicabilidade do conhecimento científico a produção, sistema de metas e de produção entre outras mudanças; como também a degradação do trabalho e do trabalhador, através de formas degradantes e aviltantes de extração de mais valia. Isso tem levado também a destruição de direitos conquistados pelos trabalhadores há décadas.

As péssimas condições de trabalho e a subordinação ao processo canavieiro são vivenciadas pelos trabalhadores assentados em Engenho Catarina e Santa Clara que têm uma dupla identidade laboral: assentado e cortador de cana. A renda familiar e as condições de saúde desses trabalhadores comprovam a penosidade da vida diária e as dificuldades para produzir e gerar renda no assentamento, tendo que continuar se submetendo a exploração nas usinas da região.

4.2.2 - A Renda Familiar nos Assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara:

Os dados sobre a renda das famílias assentadas deixam claro que o modelo de Reforma Agrária de Mercado não resolveu o problema da pobreza no campo, mas aguçou as expressões da questão social, entendida como resultado do desenvolvimento capitalista que se apropria da riqueza nacional, através da expropriação, superexploração e extração de mais-valia da classe trabalhadora, decorrendo daí uma série de desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas, sendo a pobreza um dos elementos dessa teia de relações sociais injustas.

Essas famílias estão submetidas a relações de trabalho degradantes, selecionadas desde a juventude para o trabalho bruto e escravo no canavial, que explora até os limites de suas forças vitais e que não tem sequer as condições básicas e dignas para sobreviver. A renda familiar desses assentados denuncia o que significa uma vida inteira sob o jugo da produção da cana-de-açúcar. De modo geral, as famílias vivem sob os limites de um salário mínimo mensal.

Os dados revelados na pesquisa de campo sobre a renda apresentam a precária condição de vida das famílias quando identificam que 86% recebem apenas um salário mínimo advindos das seguintes fontes de renda: comercialização dos produtos da agricultura familiar; do Programa Bolsa Família e do salário pago pelas usinas, na época de safra. A privação material, a vida regrada, sem direito ao lazer, cultura,

escolaridade, cursos profissionalizantes, atendimento à saúde de qualidade, alimentação adequada, dentre outros direitos, são parte do cotidiano dessas famílias. No assentamento Santa Clara aparece 14% ganhando de 3 a 4 salários, mas essa é a realidade de apenas uma família que recebe ajuda de 3 filhos/as que moram fora de Pernambuco, que possuem empregos estáveis e federais e ajudam os pais que vivem no assentamento.

Os dados expressam que a pobreza vivenciada pelas famílias assentadas em Engenho Catarina e Santa Clara não será solucionada pela reforma agrária de mercado, através do PNCF, nem pelo assalariamento rural na agroindústria canavieira, tampouco com o fornecimento de cana-de-açúcar para as usinas da região. Esse processo é mais amplo, profundo e complexo e está circunscrito na atual fase da expansão do capital financeiro na agricultura, denominado de agronegócio. O que se coloca na realidade dessas famílias é um forte movimento cíclico do capital se apropriando da renda fundiária, dos recursos naturais e das riquezas geradas, excluindo as famílias do usufruto daquilo que produziu e incluindo-as de forma precária e perversa no circuito da reprodução e acumulação capitalista no campo.

No atual cenário de expansão capitalista na agricultura, ao articular as novas estratégias desse processo com a questão social, Iamamoto (2010) realiza a seguinte análise:

[...] na raiz do atual perfil assumido pela “questão social” encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais. Estas são forças que capturam o Estado, as empresas nacionais, o conjunto das classes e grupos sociais que passam a assumir o ônus das exigências dos mercados. Afirma-se existir uma estreita dependência entre a responsabilidade dos governos no campo monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos do capital concentrado para atuar no país sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para valorizar-se na esfera financeira e especulativa que (re)configuram a questão social na cena contemporânea. (IAMAMOTO, 2010, p. 125)

Dessa forma, o que há no cotidiano da Zona da Mata de Pernambuco e na realidade da vida das famílias de Engenho Catarina e Santa Clara é a reprodução ampliada do capital, através do complexo sucroalcooleiro. Chama atenção, por um lado, a avassaladora engrenagem canavieira e por outro o pauperismo dos

trabalhadores rurais e de suas famílias, o uso predatório da força de trabalho e a destruição do meio ambiente.

O desenvolvimento das forças produtivas do capital que implanta o trabalho assalariado e a apropriação da riqueza produzida socialmente por uma classe – a burguesia – produz também o pauperismo, as desigualdades sociais e conseqüentemente todas as expressões da questão social.

No período de 2001 a 2011, os 20% mais ricos diminuíram sua participação de 63,7% para 57,7%, o que representa uma perda de quase 10%. No outro extremo, os 20% mais pobres aumentaram sua participação de 2,6% para 3,5% do total de rendimentos, assim como os estratos subseqüentes aumentaram sua participação. Ao mesmo tempo, a razão entre o rendimento familiar *per capita* dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres apresentou queda no período. Enquanto, em 2001, os 20% mais ricos percebiam uma renda cerca de 24 vezes superior àquela auferida pelos 20% mais pobres, essa razão, em 2011, atingiu 16,5 vezes. Todavia, essa evolução ainda não foi capaz de alterar substancialmente o quadro de desigualdade brasileira na apropriação do rendimento total, uma vez que os 20% mais ricos ainda detêm 57,7% desse rendimento, em contrapartida ao pouco mais de 11% detido pelos 40% mais pobres. (IBGE/PNAD, 2012).

O fenômeno da pobreza é parte da crescente acumulação, concentração e centralização do capital. Dessa forma, a vida digna com plenos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais, tecnológicos, são incompatíveis com os níveis de expropriação e exploração em curso, desencadeados pelas formações sociais capitalistas. A exclusão e a pobreza são intrínsecas a acumulação do capital, não é um fenômeno da contemporaneidade, podendo agravar-se periodicamente. É, portanto, estrutural ao desenvolvimento da reprodução do capital, apresentando-se de formas diferente a cada período sócio-histórico e extremamente desigual, coexistindo no mesmo cenário acumulação e miséria.

Como bem assinala Mota (2008), as transformações no modo de produção capitalista foram forjando, de acordo com as especificidades das formações econômico-sociais, uma superpopulação de trabalhadores que, ao mesmo tempo, que produz a riqueza, são impedidos de seu acesso, resultando num intenso processo de desigualdades sociais.

Assim,

O modo de produzir, distribuir e acumular bens materiais e riqueza é um produto histórico, resultado da ação dos homens e mulheres que, ao proverem as necessidades de reprodução da própria vida, reproduzem as relações sociais [...] tais condições e relações continuam a revelar a coexistência planetária de uma polaridade: riqueza/pauperismo. (MOTA, 2008, p. 21)

As formas cruéis que se expressa à pobreza está no cotidiano de milhares de famílias do campo, na experiência do trabalho aviltante e intermitente (a exemplo do trabalho no canavial); na ausência da reforma agrária camponesa; na moradia sem condições dignas; na ausência de assistência a saúde; na insuficiente alimentação (em quantidade e qualidade mínimas); na debilidade cognitiva; no cansaço físico e mental; na tristeza, angústia e medo; são os extremos da vida das classes subalternas, é o lugar dos marginalizados, considerados incompetentes, alvos de ações violentas, discriminatórias e preconceituosas; uma história traçada “em negativo” dada suas privações.

4.2.3 - A Saúde dos Assentados do Engenho Catarina e Santa Clara:

A realidade dos assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara reflete o quanto os trabalhadores rurais, envolvidos com assalariamento e/ou atividade produtiva em áreas de monocultura, tem a saúde frágil e exposta as mais variadas enfermidades proveniente das péssimas condições de trabalho, dos altos níveis de exploração da força de trabalho e do manejo incorreto de agroquímicos.

Os dados da pesquisa de campo evidenciam doenças ligadas à exaustão física e mental pela precarização das condições de trabalho no canavial, destacando-se problemas na coluna vertebral (70%), dada a posição que são submetidos para cortar a cana-de-açúcar. Os outros problemas na saúde relatados pelos assentados -30%-, resultam do trabalho excessivo nas usinas e na própria terra. O aumento da produtividade na cana-de-açúcar produz ao mesmo tempo uma intensa exploração da força de trabalho, resultando na degradação da vida, das condições de trabalho, das condições de moradia, além do sofrimento físico, moral, mental e emocional.

Além de todo esse dispêndio de energia, sob sol forte, os trabalhadores canavieiros ainda têm que se vestir de forma que proteja seu corpo da fuligem, da palha da cana e dos efeitos nocivos dos raios solares, etc. Cada canavieiro tem que

compor-se de: “[...] botina com biqueira de aço, peneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu ou boné”. (ALVES, 2007, p. 34). Essa vestimenta ocasiona um aumento da quantidade de suor que cada corpo produz, perdendo água e sais minerais em abundância.

O trabalho exaustivo no canavial provoca uma série de doenças provenientes desse processo de trabalho desumano. Conforme argumenta Alves (2007) sobre as doenças dos trabalhadores canavieiros nas usinas de São Paulo, o mesmo afirma:

A perda de água e sais minerais leva à desidratação e a freqüente ocorrência de câimbras, que começam, em geral, pelas mãos e pelos pés, avançando pelas pernas e chegam ao tórax, acometendo todo o corpo, o que os trabalhadores denominam de “birola”. Essa câimbra provoca fortes dores e paralisia total do trabalhador, semelhante a um ataque nervoso. Para conter a câimbra, a desidratação e a “birola”, algumas usinas já levam para o campo e ministram nos trabalhadores soro fisiológico e, em alguns casos, suplementos energéticos, para reposição de sais minerais. E outros casos, são os próprios trabalhadores que, ao chegarem à cidade, dirigem-se aos hospitais onde lhes é ministrado soro diretamente na veia. (ALVES, 2007, p. 34).

É importante destacar na pesquisa de Novaes (2007) com trabalhadores canavieiros de São Paulo, que as doenças são freqüentes devido o trabalho forçado e exaustivo a que são submetidos nas usinas. A câimbra é o sintoma mais freqüente entre esses cortadores de cana, na sua maioria, migrantes da região Nordeste.

Elas começam nas mãos, travando-as, e a dor é grande. A câimbra é uma manifestação da fraqueza do corpo, dizem os trabalhadores. Geralmente a câimbra acontece no período da tarde, quando o cansaço é maior. Das mãos, ela passa para as pernas, até tomar o corpo todo. A cada minuto que passa, a câimbra vai aumentando e, se houver demora no atendimento, o trabalhador pode morrer. (NOVAES, 2007, p. 107).

Durante a pesquisa, os trabalhadores assentados no Engenho Catarina, que são também canavieiros afirmaram que já presenciaram muitos colegas desmaiarem no eito do canavial. Daí, são transportados pelos encarregados para serem atendidos no posto de saúde da usina e com meia hora retornam ao serviço. O médico da usina alega perda de água (desidratação), aplicam soro e o trabalhador retorna ao local de trabalho para não perder a produção, sem nenhum dia de atestado para descansar.

Quando estes voltam ao canavial, o ritmo de trabalho é bem maior para compensar a meia hora “perdida” fora do corte da cana.

Na interpretação de um assentado do Engenho Catarina, as doenças são oriundas do trabalho escravo na cana-de-açúcar. Seu depoimento é a expressão dessa afirmativa.

“[...] a gente que trabalha no canavial vive doente, somos escravos desse mar de cana [...] olhe professora, a gente sente muita dor nas costas, dor de cabeça, dor no estômago e tem horas que o coração parece que vai saltar da caixa dos peito da gente [...] é muita escravidão e vida penosa, professora”. (Assentado no Engenho Catarina)

O que se observa é que o elevado grau de produtividade e de exploração da força de trabalho tem submetidos os trabalhadores do corte da cana-de-açúcar ao limiar de sua capacidade física, mental, emocional, orgânica; ficando vulneráveis a acidentes e doenças laborais. Além de todos os aspectos que contribuem para a incidência de doenças (más condições de trabalho, exposição ao sol, moradia insalubre, pobreza, insegurança alimentar, etc) acrescenta-se o uso indevido de agrotóxicos na pulverização da cana-de-açúcar.

Essa realidade de convívio com o agrotóxico é denunciada pela CONTAG e as FETAGs durante Campanha Salarial de 2012:

O trabalhador e a trabalhadora rural são os primeiros e mais prejudicados, uma vez que são eles encarregados de fazer a pulverização desses produtos. Muitas vezes não têm a proteção adequada e morrem intoxicados, sem que o sistema de saúde nem mesmo detecte a causa morte. (CONTAG, 2012, p. 17)

Dados do Ministério da Agricultura registram que há 350 empresas de aviação agrícola e 130 produtores rurais proprietários de aeronaves registrados no órgão. O registro é obrigatório. A fiscalização, porém, está bem aquém desse universo. São 70 fiscais para cobrir todo o país (lembrando que os estados não fiscalizam). A legislação proíbe pulverizações a menos de 250 metros de mananciais e 500 metros de povoados, mas não há nenhum controle ou estimativas oficiais sobre violações das normas. Evidencia-se, portanto, que a pulverização aérea realizada nas diversas regiões do país ocorre de forma descontrolada e não há sequer uma estrutura mínima capaz de fiscalizar estas ações. (CONTAG, 2012, p.18)

Sobre essa questão, alguns trabalhadores assentados em Santa Clara afirmam que já adoeceram por causa dos agrotóxicos que tem que manusear para proteger a cana-de-açúcar das pragas e relatam:

“[...] a coisa é séria, nós temos que cortar a cana da usina, corta a cana no nosso lote, contratar trabalhador para cortar cana durante a semana no lote e ainda tem que pegar em veneno [...] às vezes a gente sente tontura, dor no estômago, dor de cabeça e enjoo [...] a vida é difícil na cana [...] esse veneno, professora, mata a praga da cana porque a gente tem que fornecer cana limpa e boa pra usina e ele mata a gente também [...] já vi colegas morrerem envenenados e ninguém sabe a causa da morte direito, eu sei que foi veneno”. (Assentado em Santa Clara).

“[...] a gente pega em veneno todos os dias, mesmo que não tenha a função de pulverizar a cana, pois quando a gente pega a cana, ela tá cheia de veneno e a gente sente aquele cheiro forte, dá tontura, dor de cabeça. Os meus colegas que são pulverizadores vivem doentes, porque eles não usam a roupa de proteção”.(Assentado em Santa Clara).

“[...] quando o avião passa a gente toma um banho de veneno, fica no ar, dentro da cana, cheiro ruim que dá enjoo [...] às vezes a gente sente dor no estômago porque tem uns colegas aqui que coloca a água de beber nos depósitos de plástico de veneno”. (Assentado em Santa Clara).

Esses mesmos trabalhadores afirmaram estar acostumados a tomar remédios antiinflamatórios, soro caseiro, relaxante muscular, antitérmico, energéticos, tudo por conta própria, para aliviar as dores no corpo e principalmente na coluna. Esses medicamentos paliativos ajudam a permanecer no eito da cana e atingir a meta de produção, de forma mais confortável. São iniciativas sem controle médico e ainda não há estudo sobre as conseqüências dessa prática entre os canavieiros. Mas há incidência de mortes e aposentadorias por invalidez de trabalhadores canavieiros na região.

“[...] aqui não tem posto de saúde, nem hospital para tratar dessas coisas que a gente sente. Se for pro médico da usina, ele só aplica soro e manda voltar pro canavial. Então tem uns comprimidos que alivia os problemas, a gente toma por conta própria. (Assentado em Santa Clara).

Outro agravante a saúde dos trabalhadores canavieiros são as queimadas da cana crua no período de safra. A queima da cana é extremamente prejudicial à saúde e ao meio ambiente, pois emitem uma série de gases na atmosfera: o carbônico, os nitrosos (sobretudo o monóxido e o dióxido de nitrogênio), e os sulfurados (como o monóxido e o dióxido de enxofre). Alguns desses gases vão para a atmosfera e podem reagir com a água, gerando ácidos nitrosos e sulfurados que, com grande acumulação, podem gerar chuva ácida, prejudicial ao meio ambiente. Além desses gases, há a formação de vários hidrocarbonetos ou aromáticos contendo benzeno e similares, muito prejudiciais à saúde.

Os trabalhadores canavieiros e assentados em Santa Clara e Engenho Catarina são conscientes de serem explorados pelas usinas, numa plena percepção da classe social a que pertencem e das relações sociais capitalistas que subjuga sua força de trabalho, em prol da acumulação e da produção do capital. O depoimento de dois assentados e também cortadores de cana é, nesse sentido, esclarecedor:

“[...] o que nós ganha aqui é uma miséria, isso é uma exploração grande demais, professora, a gente trabalha feito uns condenados pra ganhar um trocado a mais no final da safra, que nada, no final a gente tá que nem bagaço da cana e o patrão com os bolsos cheios. Essa usina moe dia e noite, e a gente que faz ela moer porque se não tiver a cana que a gente corta, ela não moe. A vida de canavieiro é dura”. (Assentado em Engenho Catarina).

“[...] olhe eu to nessa vida porque não tenho estudo, por isso eu faço tudo pelos meus filhos estudarem. A gente corta cana e ainda fornece cana do nosso lote para a mesma usina, mas esses infelizes nem paga o nosso serviço, desde 2009 não paga a safra. O sindicato da FETAPE mesmo já disse que eles não pagam a tabela de cana que foi negociado com o Ministério do Trabalho. É uma embromação da gente. E nós só faz porque precisa”. (Assentado em Santa Clara).

Mesmo considerando todo esforço organizativo e de mobilização política realizado durante as Campanhas Salariais pelo Movimento Sindical - CONTAG/FETAGs, as reivindicações e os acordos firmados entre empresas, trabalhadores e Ministério do Trabalho, estão longe de proporcionar aos trabalhadores canavieiros uma vida digna e boas condições de trabalho¹²¹.

¹²¹ Durante a Campanha Salarial dos Trabalhadores/as Assalariados/as Rurais de 2013/2014, promovida pela CONTAG e pelas FETAGs, a pauta de reivindicações contemplou uma análise dos problemas de

A FETAPE realizou o 20º Congresso dos Delegados e Delegadas Sindicais da Zona da Mata de Pernambuco, em agosto de 2013, com o tema “*Trabalho Decente + Acesso às Políticas Públicas = Qualidade Vida*”; para discutir a pauta de reivindicações da Campanha Salarial dos Canavieiros 2013/2014 e de acordo com o diretor de Política Salarial da FETAPE, Paulo Roberto Rodrigues, o tema da Campanha representou a preocupação da Federação com uma vida digna para os homens e mulheres que vivem e trabalham no campo. As conquistas mais importantes da Campanha Salarial de 2013/2014 foram: garantia da data-base da categoria, fixada em 1º de outubro; multa por atraso no pagamento do salário; garantia da lei do sítio¹²²; salário de R\$ 726 (10% acima do aprovado na Convenção passada); o piso de garantia de R\$ 12; e cesta básica de R\$ 25, no período da safra; o estabelecimento de uma meta estimativa de 10% de contratação de mulheres, até a safra 2014/2015; a criação de um grupo de trabalho, formada por dirigentes sindicais e patronato, para discutir uma proposta que viabilize a construção de moradias para os assalariados e assalariadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural; e a instauração de um Fórum para aprofundar o tema das inovações tecnológicas, na tentativa de minimizar as ameaças do uso das novas tecnologias à manutenção dos empregos gerados na região. (FETAPE, 2013b)

“[...] Além da questão do capital, existem outros aspectos importantes, que dizem respeito à qualidade das relações de trabalho e que incluem políticas como seguro desemprego, habitação, saúde. Somente esse conjunto pode assegurar qualidade de vida para os assalariados e as assalariadas”. (FETAPE, 2013b)

As condições do trabalho canavieiro que se utiliza de processos arcaicos se contradizem com a modernização tecnológica na usina no processo da cana in natura e sua transformação em açúcar, álcool e etanol. Uma contradição que de um lado, tende

saúde vivenciados pelos trabalhadores e diversas reivindicações sobre a segurança no trabalho e a garantia a saúde dos trabalhadores/as assalariados/as. Dentre as principais reivindicações destacam-se: salário de R\$ 800; alimentação digna no local de trabalho; acesso à terra; saúde e moradia digna; segurança no manejo dos agroquímicos; e transporte seguro para os/as trabalhadores/as rurais. (Informações disponíveis em <http://www.fetape.org.br>. Acesso em 01/07/2014).

¹²² O diretor de Política Salarial da FETAPE, Paulo Roberto Rodrigues, explica que havia uma movimentação patronal para excluir esse item. “A gente conseguiu manter a lei do sítio, que possibilita aos trabalhadores, que são residentes dos engenhos, terem uma área de terra em torno de sua moradia, uma média de dois hectares, para plantar lavouras de subsistência, como o inhame, a batata, a macaxeira; poder criar uma galinha... Isso tem uma simbologia muito forte porque nem todo mundo consegue trabalhar de maneira assalariada e ter a possibilidade de plantar, cultivando para comercializar e garantir a melhoria da renda familiar”. (Informações disponíveis em <http://www.fetape.org.br>. Acesso em 01/07/2014).

a cresce o “*ouro branco*” e a riqueza que ele proporciona aos grupos econômicos; de outro dilapida a vida dos trabalhadores cortadores de cana. Uma pessoa que trabalha 20 a 30 anos no corte da cana, com níveis altos de exploração, vai ter sérios problemas de saúde e muitas restrições para outras atividades laborativas.

Como visto até aqui, o uso predatório da força de trabalho no complexo agroindustrial canavieiro, é parte de um processo bem mais amplo da dinâmica de desenvolvimento, expansão, reprodução e acumulação do capital na agricultura, expresso no agronegócio. Ao mesmo tempo em que gera uma enorme riqueza, gera também desemprego estrutural, subemprego, exploração e expropriação de uma massa de trabalhadores rurais, que mesmo com terra, a exemplo dos trabalhadores assentados em Engenho Catarina e Santa Clara, continuam vivendo em condições subhumanas.

O contexto do capitalismo atual na agricultura, expresso no agronegócio, está articulado ao capital financeiro mundializado, aos grandes investidores internacionais, a exportação de *commodities*, ao mercado de terra e a captura do Estado nacional, tendo como condição e consequência um desenvolvimento desigual. Os assentados de Engenho Catarina e Santa Clara são integrantes dessa grande teia de relações sociais de produção capitalista, sujeitos da dominação do capital na agricultura. Nesse sentido, convivem com a pobreza e a falta de perspectiva de que o PNCF lhes proporcione uma vida segura.

Por fim, nota-se que não há, sob esse modelo de desenvolvimento, uma alternativa para o campo que realmente desenvolva um modelo de reforma agrária que atenda as necessidades de milhares de famílias sem terra, sem trabalho, sem moradia, sem direitos.

Diante de todos esses limites e problemas na execução dos programas de Reforma Agrária de Mercado, nota-se que sua implementação está voltada para a liberalização dos mercados de terra e o acesso a terra pela transação mercantil e financeira, com aval e mediação do Estado.

Tomando por esse prisma a vida das famílias do PNCF reflete as contradições do atual estágio de desenvolvimento capitalista no campo. Ao mesmo tempo em que são assentados, possuidores de um lote de terra, as famílias do Engenho Catarina e Santa Clara, ainda dependem da monocultura da cana-de-açúcar, na condição de cortador no período da safra e como fornecedor de matéria prima, sofrendo as mais variadas formas de exploração, expropriação e violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



(Cândido Portinari)

“E embora escondam tudo
E me queiram cego e mudo
Não hei de morrer sem saber
Qual é a cor da liberdade”
(Jorge de Sena)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Acredito que em nossa gente estão guardadas
as sementes que esperam a terra ser libertada.
Acreditamos nisto não por nenhuma fé,
mas porque encontramos em cada abraço,
em cada olhar cúmplice,
em cada gesto e ousadia,
os esboços de um tempo emancipado
que vamos desenhando e construindo com nossa luta."
(Mauro Iasi)

A trajetória realizada para elaborar essa tese de doutorado teve como objeto de estudo: analisar as determinações econômicas, políticas e ideológicas da expansão do capital no campo, que acaba reduzindo a possibilidade de uma reforma agrária demandada pelos trabalhadores rurais e favorece a implantação de programas de Reforma Agrária de Mercado - PNCF, e ao mesmo tempo, mantém o trabalho assalariado dos trabalhadores que adquiriram a terra pelo PNCF, na agroindústria canavieira de Pernambuco.

Nesse sentido, o estudo em pauta permitiu fazer algumas aproximações com o atual estágio de desenvolvimento capitalista no campo que forjou um modelo de reforma agrária via mercado e ao mesmo tempo: ampliou a apropriação do capital financeiro na agricultura; consolidou o agronegócio; realizou a extração da renda da terra e confirmou a inexistência de uma reforma agrária que atinja a grande propriedade rural, que invista na agricultura familiar e camponesa e que combata a pobreza no campo, possibilitando uma vida digna para população rural, especialmente os trabalhadores rurais sem terra, assalariados, posseiros, arrendatários, diaristas, meeiros, parceiros, extrativistas, dentre outras categorias de camponeses.

Essa avalanche do capital na agricultura foi em decorrência da sua crise desencadeada nos anos 1970, que forjou um novo ciclo de acumulação – a mundialização e financeirização, integrando o capital em escala mundial, através das empresas multinacionais e transnacionais. Ou seja, o centro do capital não está mais centralizado nos países ricos, mas em todo lugar onde as empresas se instalam. Essa é a nova ordem do capital que gerou uma nova divisão internacional do trabalho e redesenhou a organização territorial da produção capitalista. Os interesses do capital se apropriam dos meios de produção nacionais e os internacionaliza, em decorrência a luta de classe ganha dimensão também internacional.

O crescimento das empresas multinacionais deve-se a sua estruturação no pós-guerra, ligada à reconstrução da economia capitalista dos países da Europa, Japão e Estados Unidos, gerando novas formas de organização interna e relações de produção e de trabalho. A expansão dessas empresas envolvem três processos simultâneos: movimentos internacionais de capitais; produção capitalista internacional; existência de ações de governos em nível internacional. (OLIVEIRA, 2013, p. 117)

O primeiro processo “*movimento internacional de capitais se originaram*” nos investimentos diretos nos monopólios das empresas e suas filiais nos diversos países, estimulando o crescimento das finanças internacionais e a captação de capitais nas mais diversas partes do mundo. O segundo processo “*produção capitalista internacional*” foi responsável pela abertura das economias nacionais, via monopólio da pesquisa e tecnologia, além do controle da força de trabalho, das matérias-primas e dos mercados internacionais. O terceiro processo “*as ações internacionais de governos*” evidencia-se pela intervenção direta dos organismos internacionais nas economias nacionais (ONU, FMI, Banco Mundial), favorecendo as reformas nos Estados nacionais, especialmente após o Consenso de Washington: ajuste fiscal, fim de subsídios para produtos agrícolas e combustíveis, privatização de empresas estatais, entre outras medidas. Esses três processos combinados contraditoriamente estão na origem da formação do mercado mundializado.

De acordo com Alves (1999), a mundialização do capital vai caracterizar a nova etapa de internacionalização capitalista, ou seja,

[...] a *globalização dos investimentos e da produção*. E quando se refere a "mundialização do capital", compreende-se tanto o capital produtivo aplicado na indústria e nos serviços, quanto o capital concentrado que se valoriza conservando a forma-dinheiro. Portanto, o que a mundialização do capital indica é que estamos diante de uma "globalização de uma massa de dinheiro que se valoriza", seja o *dinheiro que se valoriza através da produção de mercadorias*, seja o *dinheiro que se valoriza conservando a forma dinheiro (os mercados financeiros)*. (ALVES, 1999)

O desenvolvimento desse capital mundializado atingiu a agricultura e revelou uma associação entre indústria e agricultura; entre grandes extensões de terra e empresas transnacionais; entre proprietários de terras e capitalistas internacionais. Nesse processo o capital se territorializou, ou seja, expropriou os camponeses e os expulsou para as cidades, instalando os grandes complexos agroindustriais no campo, via monocultura para exportação, alcançando a ampliação e reprodução do capital.

No Brasil, esse processo de penetração do capital mundializado na agricultura ganhou novo impulso de desenvolvimento a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e na seqüência no governo de Luiz Inácio Lula da Silva quando funda-se uma estratégia de retorno no investimento em complexos agroindustriais (já realizados por ocasião da modernização conservadora no período de 1960/1980) associados a grande propriedade privada da terra para responder a balança comercial externa. Essa estratégia se consolida através da inserção do capital financeiro na agricultura, sob a prioridade do agronegócio, valorizando o mercado de terras e as exportações de produtos primários.

A agricultura brasileira passou por um longo período de modernização técnica (1960/1980) sem alteração na estrutura fundiária. Com a Constituição Federal de 1988, muda a propriedade fundiária e esta é elevada a sua condição de função social da terra. Mas o instrumento constitucional não foi suficiente para haver transformações no campo, nem realizar a reforma agrária demandada pelos movimentos sociais que lutam pela terra.

Nos anos 1990/2000 a agricultura é chamada a responder as exigências do ajustamento estrangido e endividamento interno e externo. Nesse momento, dar-se um novo impulso a estratégia externa de agronegócio e dinamização do setor agroexportador, que se consolida no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, associada à nova política econômica mundial de financeirização do capital. Assim, o governo difunde a estratégia de gerar saldos de comércio exterior, no sentido de suprir o déficit da Conta Corrente, priorizando a agricultura capitalista do agronegócio na agenda macroeconômica externa e na política agrícola interna.

Nessa estratégia, o capital também capturou a renda fundiária, aqui definida como um montante de recursos que pode ser pago por terras cultiváveis, terreno de construção, minas, pesqueiros, matas etc. Nas palavras de Marx (1982) “[...] ela é paga por todo o tempo durante o qual o dono da terra emprestou, alugou o solo ao arrendatário. A renda fundiária é aqui, portanto, a forma em que a propriedade fundiária se realiza economicamente, se valoriza”. (Marx, 1982, p. 126).

Como bem explica Marx (1982), a renda fundiária significa:

O pressuposto no modo de produção capitalista, portanto, é o seguinte: os verdadeiros agricultores são assalariados, empregados por um capitalista, o arrendatário, que exerce a agricultura apenas como campo específico de exploração do capital, como investimento de seu capital numa esfera específica da produção. Esse capitalista arrendatário paga

ao proprietário da terra, ao proprietário do solo explorado por ele, em prazos determinados, por exemplo, anualmente, uma soma em dinheiro fixada contratualmente (assim como o mutuário paga juros determinados pelo capital monetário) pela permissão de aplicar seu capital nesse campo específico de produção. A essa soma de dinheiro se denomina renda fundiária, não importando se é paga por terras cultiváveis, terreno de construção, minas, pesqueiros, matas etc. Ela é paga por todo o tempo durante o qual o dono da terra emprestou, alugou o solo ao arrendatário. A renda fundiária é aqui, portanto, a forma em que a propriedade fundiária se realiza economicamente, se valoriza. (MARX, 1982, p. 126).

Ao analisar a terra e a sua apropriação pelo capital, Marx (1985) deixa claro que a terra não é capital, ela é utilizada como meio de produção, que explora a força de trabalho, para se apossar dos produtos gerados pelo trabalho. A terra é um bem natural, finito, não é produto do trabalho, o capital sim é produto do trabalho assalariado. A terra não pode ser confundida com o capital.

A terra, enquanto não é explorada como meio de produção, não é um capital. A terra capital pode ser aumentada do mesmo modo como todos os outros instrumentos de produção. Não se acrescenta nada à matéria, [...] mas multiplicam-se as terras que servem de instrumento de produção. Basta aplicar a terras, já transformadas em meio de produção, novas somas de capital, para aumentar a terra capital sem nada acrescentar a terra matéria, ou seja, à extensão da terra. (MARX, 1985, p. 152)

O capital pode se apropriar da terra, fazer com que ela apareça subjugada ao mesmo. Mas o capital precisa pagar a renda para se apropriar da terra, que é a licença para o capital realizar a exploração e transformar a terra em mercadoria. Contudo, mesmo quando a terra não é arrendada, a renda fundiária existe. Ou seja, o capitalista paga a renda para utilizar a terra, pois converte uma parte do seu capital (dinheiro) em renda. Mas a renda sozinha não produz riqueza, o capitalista precisa agora investir em ferramentas, máquinas, tecnologias, mecanização do processo produtivo, instrumentos de gestão e força de trabalho para que a terra gere a riqueza necessária para reprodução e acumulação do capital investido até aqui.

Na maioria dos latifúndios do agronegócio, está implícita a articulação entre proprietários fundiários e empresas transnacionais, envolvidas na produção e exploração desta terra, ou seja, o proprietário da terra é ao mesmo tempo o capitalista que domina o recurso natural – terra – e explora a produção de monocultura, articulado em grupos econômicos nacionais e internacionais. Tanto para grande empresa rural do

agronegócio como para a pequena propriedade (o assentamento que se localiza no entorno de monoculturas) o capital tende a se apropriar da renda da terra. O capital tem se apropriado de grandes extensões rurais onde a renda da terra é alta, como é o caso da cana-de-açúcar, a soja, o eucalipto, a pecuária de corte. Mas em locais onde a renda da terra é baixa, como é o caso da produção de alimentos de consumo interno, o capital não se torna proprietário da terra, apenas fomenta todas as condições de extrair o excedente econômico e/ou a renda da terra.

A corrida pela renda da terra pelos capitalistas do agronegócio tem buscado dominar todos os setores da produção agrícola, inclusive a produção nos assentamentos rurais, e todos os territórios do país, o que justifica a aumento de conflitos agrários pela posse da terra e dos recursos naturais, especialmente nas regiões norte e centro-oeste. O camponês posseiro ou até assentado, entre outras categorias do campesinato, não paga a renda da terra a ninguém, nem paga pela terra para cultivá-la em bases familiares. O capitalista se utiliza de diversas estratégias para ter a renda da terra e naqueles territórios que não pode tornar-se proprietário, o capital garante para si a extração da renda da terra.

Essa forma de produzir foi possibilitada pela aliança de frações da classe dominante: empresas transnacionais, capital financeiro, grandes proprietários de terra, agroindústrias que controlam a produção e a circulação de *commodities*. Essa articulação de classe garantiu o controle dos preços agrícolas, a circulação dos produtos, o monopólio da terra e dos recursos naturais, controle do mercado interno e externo e conseqüentemente a apropriação da renda da terra e o lucro produzido na agricultura. Nesse processo, implantaram-se grandes extensões de monocultivos, com alta produtividade, uso intensivo de agrotóxicos, exploração abusiva da força de trabalho, *mecanização* do processo produtivo, entre outras. Essa forma de produzir também atingiu a produção científica e tecnológica da pesquisa agropecuária.

Essa burguesia agrária priorizou seus investimentos em soja, milho, cana-de-açúcar (produzindo açúcar e etanol), eucalipto para celulose, pecuária bovina, fruticultura, madeira para produção de carvão, camarão de cativeiro, entre outros produtos. Além disso, essa burguesia agrária, através de suas empresas nacionais e transnacionais, domina também toda a produção de *commodities* agrícola, sementes, fertilizantes, agroquímicos, comércio, agroindústrias e a produção e comercialização de máquinas agrícolas.

Assiste-se, então, a centralização e concentração de capitais na agricultura, associado à desnacionalização das empresas, registrando um aumento do lucro, mas não resultando em melhorias das condições de vida dos trabalhadores que produziram essa riqueza. O modelo dominante em curso na agricultura mundial conferiu uma nova divisão do trabalho na produção agrícola, pois deixou a cargo dos países em desenvolvimento, como o Brasil, a produção de matéria-prima agrícola e mineral para exportação, acirrando as desigualdades sociais. Até a divisão dos excedentes econômicos são apropriados em diferentes esferas e outros centros urbanos, longe de onde foi produzido.

O modelo do agronegócio tem dominado a propriedade privada da terra por empresas transnacionais, mas também os recursos hídricos, as florestas e os minérios, gerando fortes contradições entre os interesses capitalistas e os do povo que vive no campo. Acrescenta-se ainda, o controle das sementes e mudas, colocando em risco a soberania alimentar, a biodiversidade, o meio ambiente e a agricultura camponesa e familiar. As conseqüências são devastadoras para a vida no campo, pois aumentam as migrações internas e o inchaço das médias e grandes cidades, especialmente nas periferias, loteamentos e bairros populares.

A Estrutura das classes sociais no campo também se alterou com esse novo modelo de agricultura: da parte da classe dominante, tem-se: a) há um grupo que é composto por capitalistas empresariais, que controlam os meios de produção e a produção de *commodities* para exportação. Esse grupo é composto por cerca de 450 mil estabelecimentos agrícolas e possuem 300 milhões de hectares; b) Outro grupo é formado por proprietários de terras, na maioria terras improdutivas. Esse grupo é subjugado às empresas transnacionais que podem comprar ou arrendar essas terras; também são atrasados, com forte aparato de milícias particulares, jagunços, pistoleiros e com esquema de controle político, econômico, administrativo e judiciário da região onde se localizam suas terras. Da parte da classe trabalhadora, tem-se: a) Os assalariados rurais permanentes em fazendas do agronegócio acima de mil hectares, totalizam cerca de 400 mil; assalariados rurais temporários e outros 1,8 milhões de pessoas nas propriedades de 500 a 2 mil hectares; b) Os camponeses em regime de agricultura familiar, que possuem pequenas áreas em assentamentos ou áreas menores de 100 hectares, somam aproximadamente 4,8 milhões. Esses agricultores familiares apresentam uma renda mensal capaz de sustentar suas famílias e acessarem linhas de créditos do PRONAF; c) Há os camponeses pobres, sem terra,

vivendo como diaristas ou da cultura de subsistência, em condições inadequadas e insuficientes para manter a família. Esses totalizam cerca de 3,8 milhões de famílias de camponeses; d) Há ainda um grupo que vive em condições análogas da escravidão, esses estão totalmente à margem do atual regime de produção agrícola. (IBGE, 2006b)

O sistema de produção baseado na monocultura, na mão de obra escrava e na grande propriedade protegida pelo Estado é um dos elementos essenciais para compreender a perversa concentração fundiária e o grau de extrema pobreza que ainda hoje se verificam no meio rural, principalmente no Nordeste.

As mudanças ocorridas no processo de trabalho nos canaviais, nas últimas décadas, que estão presentes no preparo do solo, plantio, controle de pragas e ervas daninhas, além da colheita, revela-se nas relações de trabalho no atual momento de mecanização do corte e da expansão de capital financeiro na agricultura. Esse cenário não significa que ocorrerá a total eliminação do trabalho manual, porém a implantação de novos arranjos no mercado de trabalho e também nos métodos de exploração da força de trabalho. É preciso, pois “[...] retirar as máscaras da invisibilidade que recaem sobre os trabalhadores, que subjazem à lógica do atual processo de intensificação e segregação da força de trabalho, por meio da produção de um trabalhador oculto e negado” (SILVA, 2011, p.12)

O que se verifica, nessa realidade, é a expansão do capital no campo, pois essa é sua lei: a lei da reprodução e acumulação crescente e ampliada. O aspecto mais relevante da expansão do capital no campo é exatamente a expropriação dos trabalhadores rurais de suas terras e sua transformação em trabalhadores livres, ou seja, libertos da propriedade da terra, tendo apenas sua força de trabalho e sua capacidade de trabalhar, para se tornarem assalariados e/ou outras formas de relação de trabalho com a grande empresa capitalista rural, acrescido da renda da terra. É o que acontece nos assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina, pois mesmo sendo donos da terra, estão subordinados e atrelados aos ditames da produção da agroindústria canavieira.

Para favorecer ainda mais esse processo da inserção do capital na agricultura, o Banco Mundial na tentativa de substituir a reforma agrária distributiva lança as bases de uma agenda agrária para América Latina e Caribe e implanta a reforma agrária de mercado, proporcionando a articulação das políticas de ajuste estruturais neoliberais com o capital financeiro e ampliando o agronegócio e, por outro lado a miséria. O Banco buscou o caminho do mercado como estratégia para realização da reforma

agrária. E nessa direção de análise fica a questão: como utilizar o mecanismo que gera a concentração fundiária e acumulação capitalista, que são as leis do mercado, para desconcentrar a propriedade fundiária pela mesma lei regida pelo capital e distribuí-la para quem não tem terra? Porém essa questão não foi resolvida pelo Banco, mas o capital resolveu, conseguiu ampliar sua apropriação sobre a terra, os recursos naturais e a produção da agricultura, via complexos agroindustriais do agronegócio. O Banco Mundial tem investido no esvaziamento político da reforma agrária, para não resolvê-la, e transferindo sua responsabilidade para o mercado.

O Banco Mundial acredita que o mercado pode resolver o histórico, complexo e profundo processo de desigualdades sociais no campo e dissemina que famílias pobres podem adquirir a terra. Infelizmente a vida real não é tão simples assim, o mercado não atende as demandas do povo pobre do campo, o mercado atende as necessidades da reprodução e acumulação do capital. O Banco Mundial, através dos programas de reforma agrária de mercado, dinamizou o mercado de terras e colocou-o a disposição dos trabalhadores rurais sem terra o acesso à propriedade fundiária. A grande questão é o volume de problemas que o acesso a essa terra traz para a vida dos trabalhadores rurais que resolveu comprá-la. Fato concreto são as péssimas condições de vida das famílias assentadas em Santa Clara e Engenho Catarina, no seio da área canavieira de Pernambuco, já analisado nessa tese.

A proposta da reforma agrária de mercado do Banco Mundial tem ênfase pró-mercado de terra que se configura em um conjunto de diretrizes e princípios norteadores da política do banco para a área de desenvolvimento rural e combate a pobreza do campo. Tal assertiva está vinculada a ideologia neoliberal, facilitada sua implementação pelas políticas de ajuste estrutural de desregulamentação dos mercados, abertura comercial, privatizações de estatais, eliminação das políticas sociais protecionistas, entre outras.

Notadamente, verifica-se que a terra passa a ser mais uma *commodities* a ser negociada pelo mercado, via pacote de reformas de ajustes neoliberais nas sociedades dependentes periféricas, imprimindo à terra e aos recursos naturais uma concepção monetarista e mercantil. Essa concepção distancia-se de todas as experiências de reforma agrária redistributivas vivenciadas pelos países, muitas delas sendo fruto da reivindicação dos mais diferentes movimentos sociais rurais. Na verdade, pelo seu caráter mercadológico, essência ideológica da Reforma Agrária de Mercado, esta se distancia de qualquer noção de direitos e justiça social no campo.

Esse modelo de reforma agrária não tem representado o enfrentamento da pobreza rural, visto que os trabalhadores rurais assentados continuam no assalariamento rural, subordinados à grande propriedade rural e ao agronegócio; além de submetidos a precárias condições materiais de vida, a exemplo dos assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina. A reforma agrária de mercado não superou as múltiplas expressões da questão social postas no campo, pois não alterou a estrutura fundiária presente secularmente no desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Mesmo que o programa tivesse tido total êxito, a escassez de terra continuaria alta, pois o montante de fazendas disponíveis para o PNCF é bem menor do que o número de demandantes por terra no Brasil.

Foi comprovado, pelo estudo dessa tese e por pesquisas já realizadas que a organização e estruturação do PNCF, da reforma agrária de mercado, tendem a contribuir com o enfraquecimento da luta de classes, dada a despolitização e desorganização políticas dos trabalhadores rurais que ingressam no PNCF. Além disso, fraciona os demandantes da terra, esvazia as reivindicações por uma reforma agrária camponesa ampla e o processo de organização coletiva dos trabalhadores rurais.

A reforma agrária de mercado, quando implantada em área canavieira, tem atuado para manutenção da agroindústria sucroalcooleira, através do assalariamento rural dos assentados, redução dos custos de produção e de da mão-de-obra, favorecendo a expansão do capital no campo. As relações desenvolvidas no interior dos assentamentos do PNCF estão subordinadas às determinações do capital. Embora o crédito para compra da terra e para assistência técnica aos pequenos agricultores gere melhorias nas condições de vida, elas não são suficientes para afirmar que esteja se superando a pobreza, pois suas causas são inerentes ao modo de produção capitalista.

Durante o percurso de estudos, revisão bibliográfica e análise dos dados coletados nos assentamentos Santa Clara e Engenho Catarina foi possível identificar que os programas de Reforma Agrária de Mercado, especialmente o PNCF não resultaram em uma alternativa de política pública que eliminasse a pobreza e a exclusão das famílias sem terra no Brasil. Nem, tampouco, alteraram a estrutura fundiária, possibilitando a inclusão de uma massa de trabalhadores rurais sem terra a condição de proprietários fundiários, visto que as fazendas adquiridas pelo PNCF são

minifúndio, muitas delas com um volume de hectares suficiente apenas para 2 a 15 famílias, em média.

As famílias assentadas pelo PNCF em Santa Clara e Engenho Catarina convivem entre a terra e o canavial, produzem sob regime de agricultura familiar, mas estão submetidas a relações de trabalho aviltantes, selecionadas desde a juventude para o trabalho bruto e escravo no canavial, que explora até os limites de suas forças vitais e que não tem sequer as condições básicas e dignas para sobreviver. Produzem culturas de subsistência e hortaliças para o mercado local, mas suas terras estão cobertas de cana-de-açúcar, de onde provém a sustentação da família. Os assentados de Engenho Catarina e Santa Clara são integrantes dessa grande teia de relações sociais de produção capitalista, são vítimas da dominação do capital financeiro na agricultura e convivem com a pobreza e a falta de perspectiva de que o PNCF lhes proporcione uma vida segura.

E ainda, ficou comprovado na pesquisa de campo e na bibliografia disponível sobre os programas de reforma agrária de mercado que majoritariamente, os projetos produtivos dos assentamentos são dominados pela agricultura de subsistência, e não por uma agricultura comercial de alta rentabilidade, como prescreve o programa nos documentos do Banco Mundial e do BIRD. A quantia concedida a fundo perdido revelou-se insuficiente para alavancar a produção agrícola, de sorte que os mutuários dos programas implementados permanecem dependentes de uma política pública substantiva de crédito rural. Não ocorreu o acesso maciço a mercados formais de crédito privado para financiar investimentos na produção agrícola. Na prática, a elaboração dos projetos produtivos não ocorreu antes da aquisição da terra, como estabelece o Programa, de modo que não serviu como pré-condição para a transação imobiliária. (PEREIRA, 2010, p.303-305)

De tudo que foi analisado até o momento, pode-se afirmar que a reforma agrária de mercado e o assalariamento rural na agroindústria canavieira vivenciados pelas famílias dos assentamentos Engenho Catarina e Santa Clara são parte de uma totalidade em curso da expansão do capital financeiro na agricultura, da extração da renda fundiária e das políticas de ajuste estrutural, expressa desde a modernização conservadora dos governos militares até a estratégia do agronegócio, da atualidade.

De fato a questão agrária, na atualidade, está atrelada a estratégia estatal-privada de reprodução do capital, que assegura o desenvolvimento econômico, no campo, através do agronegócio; do monopólio da terra; da superexploração da força de

trabalho; da exploração intensiva da produção agrícola, dada a demanda de *commodities*; da extração da renda fundiária e do processo de apropriação da riqueza natural e social.

Nessa mesma lógica, as terras improdutivas que antes eram designadas aos programas de reforma agrária, após processos de luta pela terra, agora também são disputadas pelo agronegócio. Ou seja, o capital financeiro e as empresas transnacionais que atuam na agricultura no mundo buscam associar-se aos proprietários de terras que possuem terras improdutivas ou com pouco investimento e muitos deles ainda considerados atrasados do ponto de vista tecnológico e produtivo. Mas, estes detêm o que mais importa ao capital internacional: a terra. E deverá, num curto espaço de tempo, modernizar-se e capitalizar-se, sob pena de perder sua terra para as empresas internacionais do agronegócio, através da compra ou do arrendamento. Assim, percebe-se uma identidade de classe entre os grandes capitalistas do agronegócio e os proprietários de terras atrasados, com a cumplicidade dos Governos Estaduais e Federal.

Mas a análise da questão agrária requer sempre um aprofundamento teórico-metodológico e crítico-dialético, dada sua amplitude e a essência da sua vinculação ao projeto de desenvolvimento do capital em curso no campo. O enfrentamento desse modelo hegemônico agrícola é urgente e necessário e poderia ser facilitado pelas crises cíclicas do capital, que alterasse o mercado externo do capital, desestruturasse a demanda por *commodities*, inibindo a expansão do setor primário-exportador e do agronegócio.

Nesse modelo de agronegócio não há espaço para agricultura familiar e a reforma agrária camponesa e popular. Vale destacar a luta pelo direito a terra que envolve um significativo número de atores sociais que se comprometem na busca de solução para o conflito agrário em favor dos trabalhadores rurais sem terra. Da perspectiva das famílias participantes desses processos de lutas, em sintonia com suas representações e aliados, estas foram capazes de gerar uma prática política que contemplou a formação das lideranças; a articulação de entidades e movimentos sociais urbanos; mobilização de recursos financeiros e materiais; uma vivência de novos valores que poderão contribuir para a construção de outra sociabilidade.

A luta pela terra e pela reforma agrária se insere na luta contra o modelo do capital na agricultura, na figura do agronegócio, colocando desafios mais amplos e

complexos não só para os movimentos sociais do campo, mas para toda sociedade brasileira.

A terra é um bem maior e comum a todos, mas foi apropriada privadamente para produzir. A terra não é uma mercadoria, retida sob o domínio de poucos; ela é o habitat natural da humanidade, é vida e proporciona a vida. A terra só tem sentido quando produz para toda população sobreviver com dignidade. É urgente e necessária uma política de reforma agrária consistente, ampla, massiva, junto com uma política agrícola de apoio a pequena produção familiar e camponesa.

Por fim, pode-se afirmar que a luta pela reforma agrária que atenda as demandas dos camponeses continuará no cenário político nacional; novas estratégias forjarão as lutas por terra e pela defesa das águas, das florestas, dos recursos naturais, dos povos originários, da soberania nacional. A mobilização, a resistência, a organização dos camponeses e seus movimentos sociais aproveitarão as contradições presentes no modelo capitalista em curso no campo, para impulsionar as mudanças e conquistas da classe trabalhadora.

Nessa trajetória, o campesinato continuará sua longa caminhada em busca de um lugar para assentar sua vida e seus sonhos e ver os/as meninos/as crescerem com saúde e alegria. Caminham contra a barbárie do capital financeiro na agricultura, contra a violência e a expropriação, contra a reforma agrária de mercado que só favorece ao mercado de terra e ao latifúndio. A alternativa é continuar a caminhada até a conquista da terra e como cantam os poetas: “[...] *penso que cumprir a vida seja simplesmente, compreender a marcha e ir tocando em frente [...]*”¹²³.

¹²³ Trecho da música “Tocando em Frente” de autoria de Almir Sater e Renato Teixeira.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigma do Capitalismo Agrário em Questão. Estudos Rurais. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNICAMP; Editora Hucitec, 1998.

_____. Agricultura familiar e uso do solo. Revista São Paulo em Perspectiva – Abr/jun de 1997, vol. 11, nº2, p. 73-78.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, ano 3, v. 15, p. 90-98, set/dez. 2006.

_____. Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o Corte da Cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do complexo agroindustrial canavieiro? IN: NOVAES, José Roberto e _____(Orgs.). Migrantes – Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007

ALVES, Giovanni. O Que é a Mundialização do Capital. Trabalho e Mundialização do Capital - A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. São Paulo: Editora Praxis, 1999.

_____. Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaio de Sociologia do Trabalho. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANDRADE, Manoel Correia. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

_____. Espaço e Tempo na Agroindústria Canavieira de Pernambuco. Estudos Avançados vol.15 nº43 São Paulo, Setembro/Dezembro, 2001. (Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300020>. Acessado em 12/12/2013).

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Século XXI: Nova Era da Precarização Estrutural do Trabalho? Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 2008.

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. (Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>)

ARAÚJO, Severina Garcia. Terra e Poder: A Luta pela Terra no Município de Touros/RN. Rio de Janeiro – Abril/1992 (Dissertação de Mestrado) UFRJ, mimeo.

_____. Assentamentos Rurais - Trajetória dos Trabalhadores Assentados e Cultura Política. Natal/RN: EDUFRJ, 2005.

_____. Relações e Condições de Trabalho no Universo Produtivo – Escravidão Contemporânea ou Acumulação por Espoliação? IN: BOSCHETTI, Ivanete; BERING, Elaine Rossetti; MIOTO, Regina Célia Tamaso; SANTOS, Silvana Mara de Moraes (Orgs). Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Assentamentos Rurais: Expressão da Questão Agrária. IN: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo II. Brasília: UNB, 1999.

_____. O PRONERA e os Movimentos Sociais: Protagonismo do MST. IN: ANDRADE, Márcia Regina, et al. A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: Uma Avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

_____. Universo Canavieiro e Reprodução das Desigualdades Sociais. Revista em Pauta nº 26, dezembro 2010, p. 49-64. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Relações e Formas de Trabalho no Complexo Agroindustrial Canavieiro em Tempo de Biocombustíveis: LDC Bioenergia – Usina Estivas/RN. Relatório Final do Estágio Pós-doutoral. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. (mimeo)

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Transgênicos. IN: Dicionário da Educação no Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 2012.

BACELAR, Tânia. Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro – Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000.

BANCO CENTRAL. Boletim Regional Semestral, 2013.

BANCO MUNDIAL. Responsabilidade e Transparência no Banco Mundial: 10 anos do Painel de Inspeção. Washington/EUA, 2014.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo e ADAMI, Andréia Cristina de Oliveira. Valorização recorde dos preços garante faturamento do agronegócio em 2011. Piracicaba/SP: CEPEA/ESALQ-USP, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em Contra-reforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BERGAMASCO, Sônia; BLANC-PAMART, Chantal; CHONCHOL, Maria-Edy. Por um Atlas dos Assentamentos Brasileiros. Espaços de Pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BIONDI, Aloysio. O Brasil Privatizado. Edição Especial. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

BIRD – Relatório Final Sobre o Programa Cédula da Terra, 2003.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.

_____. Lei nº 8.629. Lei Agrária. 25 de fevereiro de 1993.

_____. Lei nº 11.326, 24 de julho de 2006.

- _____. Lei nº 15.223, 25 de novembro de 2013.
- _____. Lei nº 7.802, 11 de julho de 1989.
- _____. Lei nº 10.803, 11 de dezembro de 2003.
- _____. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.
- _____. Lei nº 8.029, 12 de abril de 1990.
- _____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal).
- _____. Decreto Lei nº 76.593 de 14 de novembro de 1975.
- _____. Decreto Lei nº 83.700, 05 de julho de 1979.
- _____. Decreto nº 97.455, de 15 de janeiro de 1989.
- _____. Decreto Legislativo nº 3, de 05 de abril de 1989.
- _____. Decreto nº 99.180, de 15 de março de 1990.
- _____. PLS 362, 25 de maio de 2006 (Apresentada ao Senado Federal)
- _____. Medida Provisória Nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001.
- _____. Medida Provisória Nº 2.027-38 de 04 de maio de 2000.
- _____. Emenda Constitucional Nº 81 de 06 de junho de 2014.
- _____. II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Brasília, 2003.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Relatório de Gestão, 2013.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Anuário Estatístico do Crédito Rural, 2009.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa INCRA nº 15, de 30 de março de 2004. Diário Oficial da União, nº 65, seção 01, p.148. 05 de abril de 2004.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Estudos de Reordenamento Agrário nº 6. Brasília, 2007.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário: Uma Avaliação Qualitativa (2003 – 2010). Estudos de Reordenamento Agrário nº 7. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Trajetória do Crédito Fundiário: da implantação a consolidação. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário. Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural. Brasília, 1999.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão – 2013. Brasília: MDS, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. Painel de Indicadores Gerenciais da Secretaria de Reordenamento Agrário, 2013. Brasília: MDA, 2013b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário, 2005. Brasília: MDA, 2005.

_____. Ministério de Minas e Energia. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município de Água Preta. Brasília/Recife, 2005.

BORGES, Pompeu Accioly. A propriedade territorial no Brasil e os caminhos para a reforma agrária. IN: Donos da terra e a luta pela reforma agrária. Rio de Janeiro: CODECRI-IBASE, 1984.

BRUNO, Regina. Um Brasil Ambivalente – Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica/RJ: EDUR, 2009.

BUAINAIN, Antônio Marcio *et al.* Relatório Preliminar de Avaliação do Projeto Cédula da Terra. Brasília: UNICAMP/NEAD/MEPF, Junho, 1999.

CAMPANHA CONTRA OS AGROTÓXICOS. Caderno de Formação, 2011.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

CARTER, Miguel (org.). Combatendo a Desigualdade Social – O MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CEPAL. Economia Campesiana y Agricultura Empresarial. Siglo XXI, México, 2ª edição, 1985.

_____. Relatório Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU-HABITAT), 2010.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Org.). A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. (Coord.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. Revista Outubro nº 05. São Paulo: Editora Alameda, 2005.

CHOSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da Pobreza: Impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional. Brasília, 1993.

CONSULTA POPULAR. Resoluções Políticas: IV Assembleia Nacional “Carlos Marighella”. Cartilha 21. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CONTAG. Pauta de Reivindicações dos Assalariados/as Rurais. Brasília, 2012.

_____. Pauta de Reivindicação do 20º Grito da Terra Brasil. Brasília, 2014.

_____. Informativo da CONTAG. Agosto, 2013. (Disponível em <http://www.contag.org.br>. Acesso em 14/01/2014)

COSTA, Edmilson. A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. (série debates e perspectivas).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Espinhoso Caminho para Liberdade. Conflitos no Campo, 1990.

_____. Conflitos no Campo Brasil, 2010.

_____. Conflitos no Campo Brasil, 2011.

_____. Conflitos no Campo Brasil, 2012.

_____. Conflitos no Campo Brasil, 2013.

DAL MORO, Maristela. Entrevista com Severina Garcia de Araújo – Professora e Militante da Questão Agrária no Serviço Social. Revista Temporalis, ano 12, nº 24, julho/dezembro – 2012. Brasília: ABEPSS, 2000.

DEGADO, Guilherme da Costa. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo: Editora da UNICAMP; Ícone Editora, 1985.

_____. A Questão Agrária e o Agronegócio no Brasil. IN: CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social – o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. Do Capital Financeiro na Agricultura a Economia do Agronegócio – Mudanças Cíclicas em meio século (1995-2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

_____. Reestruturação da Economia do Agronegócio – Anos 2000. IN: STEDILE, João Pedro (Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

D'INCAO, Maria Conceição. O Bóia Fria: Acumulação e Miséria. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil e Democracia – Um Debate Necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FAO. Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Declaração Final. Porto Alegre, 2006.

_____. Anuário Estatístico, 2013.

FELICIO, Munir Jorge. Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT UNESP, Campus de Presidente Prudente, 2011. (mimeo)

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). Lutas Camponesas Contemporâneas: condições dilemas e conquistas. Vol. 1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário – NEAD, 2009.

_____. Lutas Camponesas Contemporâneas: condições dilemas e conquistas. Vol. 2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário – NEAD, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária, Pesquisa e MST. Questão da Nossa Época. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita. IN: SADER, Emir (Org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. São Paulo: Global Editora, 2008.

FETAPE. Diretrizes para Reestruturação Sócioprodutiva da Zona da Mata: Uma Contribuição da Sociedade Civil. Recife, 2013.

_____. 20º Congresso dos Delegados e Delegadas Sindicais da Zona da Mata de Pernambuco, 2013b.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ALENTEJANO, Paulo; PEREIRA, Isabel Brasil; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). Dicionário da Educação no Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 2012.

GIGLIOTI, Francisco e CATANEO, Angelo. Comparação dos sistemas de remuneração nas colheitas mecanizadas e manual em uma usina de açúcar e álcool da região de Bariri/SP. Revista Energia na Agricultura, vol 24, n.4, 2009, p. 50-64. Disponível em

http://www.fca.unesp.br/CD_REVISTA_ENERGIA_vol24n4/vol24n42009/Francisco%20Giglioti%20final.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2010.

GOENDER, Jacob. Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro. Disponível em www.ufsm.br/enev/docs/genese.pdf. Acesso em 23/08/2013.

GORGEN, Sérgio Antônio. O Círculo Vicioso dos Venenos Agrícolas. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Caderno 01, 2011.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis/RJ: FASE/Vozes, 1987.

GUERRA, Yolanda. A Dimensão Investigativa no Exercício Profissional. In. CFESS (ORG). Serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. A Produção Capitalista do Espaço. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villella. Trabalho e Indivíduo Social. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Estado, Classes Trabalhadoras e Políticas Sociais no Brasil. IN: BOSCHETTI et al (orgs). Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

IANNI, Octavio. Capitalismo, Violência e Terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. A Construção da Categoria. s/d (mimeo)

IASI, Mauro. Ensaio sobre Consciência e Emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBGE. Censo Demográfico, 2010.

_____. Censo Demográfico, 2006

_____. Censo Agropecuário, 2006b.

_____. Censo Agropecuário, 1996.

_____. PNAD, 2008.

_____. PNAD, 2009.

_____. PNAD, 2011.

_____. PNAD, 2012.

_____. Atlas do Espaço Rural Brasileiro, 2013.

IPEA. PNAD 2008: Primeiras Análises – O Setor Rural. Março 2010. Comunicados do IPEA. Brasília, 2010.

_____. Revista Desafios do Desenvolvimento. Ano 8. Edição 68 - 16/10/2011. (Disponível em <http://www.ipea.gov.br>, acesso em 13/08/2013)

_____. Evolução da Desigualdade no rendimento domiciliar per capita nos municípios brasileiros. 10 de novembro de 2011. Comunicados do IPEA nº 120. Brasília, 2011b.

_____. Evolução do Analfabetismo e do Analfabetismo Funcional no Brasil – Período 2004/2009. Comunicados do IPEA nº 70. 09 de dezembro de 2010. Brasília, 2010b.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LARA, Ricardo; et all. O processo de mundialização do capital e sua forma “adequada” de conhecimento. Serviço Social e Sociedade nº 98, abr/jun. São Paulo: Cortez, 2009.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A Construção do Saber – Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Sérgio P. e ÁVILA, Rodrigo V. Um Futuro para o Campo: Reforma Agrária e Desenvolvimento Social. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2007.

LEITE, Sérgio Pereira. Assentamento Rural. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; ALENTEJANO, Paulo; PEREIRA, Isabel Brasil; CALDART, Roseli Salette (Orgs.). Dicionário da Educação no Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 2012.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Estudos NEAD, 6).

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980b.

_____. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. Lênin e a Questão Agrária (1917-1922). São Paulo: Portal, 2012.

_____. VII Conferência (de abril de 1917) de toda a Rússia do POSDR (b). IN: Lênin e a Questão Agrária (1917-1922). São Paulo: Portal, 2012b.

_____. Segundo Congresso dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de Toda a Rússia. In: Obras Escolhidas. 2ª edição. V.2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

_____. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

LIMA, Eduardo Sales de. Cana-de-açúcar, mais máquinas e produtividade, a mesma exploração. Jornal Brasil de Fato, junho 2011.

LIMA, João Policarpo R., PINTO, Malu e FERREIRA, Syllas. Economia da Zona da Mata de Pernambuco: Algo de novo? Mais ou Menos?. IN: MATOS, Aécio Gomes de (coord.). Modernização Conservadora e Desenvolvimento na Zona da Mata de Pernambuco. Recife: Editora da UFPE, 2012.

MAFRA, Rivaldo e JANSEN, Wilame. A Zona da Mata de Pernambuco. (Disponível em http://www.ancora.org.br/textos/011_jansen-mafra.html. Acesso em 04/08/2012).

MARINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. Revista Lua Nova nº 23, São Paulo, Março 1991.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. 5ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. O Cativo da Terra. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. Caminhada no Chão da Noite. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

_____. A Sociabilidade do Homem Simples. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Expropriação e Violência. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Reforma Agrária: Um Diálogo Impossível. São Paulo: EDUSP, 2000

_____. A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. Sonhos e Desejos dos Lavradores. São Paulo: CPT/Edições Loyola, 1992.

_____. A Reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. Tempo Social, Revista de Sociologia, USP, V.06, nº 1-2, 1994.

MARTINS, Mônica Dias (org.). O Banco Mundial e a Terra: Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 3, vol 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro 02, vol 3. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1983.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro 1, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro 1, vol. 2. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro 3, vol. 2. São Paulo: Abril Cultural Ltda, 1982.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro 3, vol. 1. São Paulo: Abril Cultural Ltda, 1983b.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro 3, vol. 5. São Paulo: Abril Cultural Ltda, 1981.

_____. Crítica da Economia Política. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

_____ e ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

_____. Capítulo VI inédito de o capital. Tradução: Klaus Von Puchen. 2ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

_____. A Miséria da Filosofia. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

_____. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. Movimentos Sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. IN: CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social – o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. Setembro, 1983. (Disponível em <http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>. Acesso em abril 2011).

MEDEIROS, Leonilde Sérvo e LEITE, Sérgio. A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, José Roberto. Parceria e os negócios do coronel: trabalho familiar residente e competição no complexo rural. Revista ABRA nº 2, vol. 25, maio/dezembro, 1995.

MORISSAWA, Mitsue. A História da Luta pela Terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da Pobreza e Aumento da Desigualdade: um Desafio Teórico-político ao Serviço Social Brasileiro. IN: MOTA, Ana Elizabete (Org.). As Ideologias da Contrarreforma e o Serviço Social. Recife: Editora da UFPE, 2010.

_____. Questão Social e Serviço Social: Um debate necessário. IN: _____. (Org.) Mito da Assistência Social. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A Centralidade da Assistência Social na Seguridade Social Brasileira nos Anos 2000. IN: _____. (Org.) Mito da Assistência Social. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

MST. Informativo, abril de 2012.

_____. Programa Agrário do MST. Texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo, 2013.

NAVARRO, Zander. O projeto-piloto "Cédula da Terra" - comentário sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente. (Disponível em <http://www.nead.gov.br>. Acesso em agosto 2010).

NETO, Manuel Domingos. O "Novo Mundo Rural". In: MARTINS, Mônica Dias (org.). O Banco Mundial e a Terra: Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: Uma Introdução Crítica. Biblioteca Básica do Serviço Social. Vol. 01. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Estudo do Método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Abertura da Conferência. IN: Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais. Anais. Salvador, 2008. Disponível em http://www.cfess.org.br/pdf/jose_paulo_netto.pdf Acesso em 10/11/2013.

_____. Ditadura e Serviço Social. Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; ALENTEJANO, Paulo; PEREIRA, Isabel Brasil; CALDART, Roseli Salette (Orgs.). Dicionário da Educação no Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 2012.

NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco (Orgs.). Migrantes – Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007

NOVAES, José Roberto Pereira. Idas e Vindas: Disparidades e Conexões Regionais – Um Estudo sobre o Trabalho Temporário de Nordestinos na Safra da Cana Paulista. IN: _____ e ALVES, Francisco (Orgs.). Migrantes – Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Rio de Janeiro: Editora Laemmert S.A, 1968.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. A Questão Agrária no Brasil: Não Reforma e Contrarreforma Agrária no Governo Lula. IN: Os Anos Lula – Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. Barbárie e Modernidade – As Transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil. IN: STEDILE, João Pedro (Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica a Razão Dualista – O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório PNUD, 2013.

_____. Relatório “Humanidade Dividida: Confrontando a Desigualdade nos Países em Desenvolvimento”, 2014.

_____. Relatório PNUD, 2014

ORNAGHI, Tiago. Mecanização engorda fileira de sem-terra. Folha de São Paulo em 12 de setembro de 2004.

PAIVA, Irene Alves. Escolaridade, Exclusão e Participação no PRONERA. IN: ANDRADE, Márcia Regina, et al. A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: Uma Avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Ignácio Rangel. Revista Estudos Avançados, vol.15 nº41, São Paulo, Jan/Abr 2001. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 13/08/2013)

PEREIRA, João Márcio Mendes. A Política de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial – Fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro – 1944 a 2008. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

_____. Neoliberalismo, Políticas de Terra e Reforma Agrária de Mercado na América Latina. IN: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio Mendes (orgs.). Capturando a Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PLIHON, Dominique. A ascensão das finanças especulativas. Economia e Sociedade nº05. Campinas/SP, dez, 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RANGEL, Ignácio. A Questão Agrária Brasileira. Rio de Janeiro: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento, 1967.

REZENDE, Gervásio Castro de. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): Institucionalidade, Subsídio e Eficácia. Cadernos IPEA. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

RIGOTTO, Raquel Maria e ROSA, Islene Ferreira. Agrotóxico. IN: Dicionário da Educação no Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 2012.

SADER, Emir (Org.). Lula e Dilma – 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Biotempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. São Paulo, nº 1, V. 32, 2005.

SANT'ANA, Raquel Santos. Trabalho Bruto no Canavial – Questão Agrária, Assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Adriano Pereira. A Usinagem do Capital e o Desmonte do Trabalho: Reestruturação Produtiva nos anos 1990, o Caso de Zanini S/A de Sertãozinho/SP. São Paulo: Expressão Popular e FAPESP, 2010.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; MENEZES, Sócrates Oliveira; SOUZA, Suzane Tosta (Orgs.). Novas Configurações do Espaço Agrário Nordeste: Expansão do Capital versus Movimentos e Organizações Sociais de Luta pela Terra e pelo Trabalho. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

SAUER, Sérgio. A Terra por uma Cédula: Estudo sobre a “Reforma Agrária de Mercado”. In: MARTINS, Mônica Dias (org.). O Banco Mundial e a Terra: Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio Mendes (orgs.). Capturando a Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SCOPINHO, Rosimeire Aparecida e VALARELLI, Leandro (Org). Modernização e Impactos Sociais. O Caso da Agroindústria Sucro-alcooleira na região de Ribeirão Preto (SP). Rio de Janeiro: FASE, 1995.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro e CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. IN: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004, p. 21-50.

SIGAUD, Maria Lygia. Debaixo da Lona Preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na Mata Pernambucana. IN: CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social – o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. O Trabalho Oculto nos Canaviais Paulistas. Revista Perspectivas, São Paulo, v. 39, p. 11-46, jan./jun. 2011.

_____. Trabalho nos canaviais, o que mudou? Revista Teoria e Debate. São Paulo: Editora Perseu Abramo, edição 84, setembro 2009.

STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária no Brasil. 10ª Edição. São Paulo: Atual, 1997.

_____.(Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate tradicional: 1500 – 1960. Volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____.(Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate na esquerda: 1960 – 1980. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____.(Org.). A Questão Agrária no Brasil. O Debate na década de 2000. Volume 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____.(Org.) A Questão Agrária Hoje. 3ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente – A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

SUDENE. Desempenho Econômico da Região Nordeste do-Brasil 1960-97 (Síntese). Recife, Março, 1999.

TAVARES, Maria Augusta e LIMA, Roberta Oliveira Trindade de. A “Liberdade” do Trabalho e as Armadilhas do Salário por Peça. Revista Katálysi. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 170-177 jul./dez. 2009

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canaveira paulista. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

_____. A Classe Trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? IN: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). Campesinato e Agronegócio na América Latina: A questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

UNESP. Relatório Dataluta Brasil, 2012.

VEIGA, José Eli. O que é reforma agrária. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ZIEGLER, Jean. Destruição em Massa – Geopolítica da Fome. Tradução de José Paulo Netto. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2013.

Sites consultados:

- ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária: <http://www.abrareformagraria.org.br>
- AGRAFNP – Empresa de Consultoria Econômica do Agronegócio - www.portaldoagronegocio.com.br
- Ancora: <http://www.ancora.org.br>
- ANPUH – Associação Nacional de História: <http://www.anpuh.org>
- CFESS- Conselho Federal de Serviço Social - <http://www.cfess.org.br>
- CNA – Confederação Nacional da Agricultura: <http://www.cna.org.br>
- Consultoria Informa Economics FNP: <http://www.informaecon-fnp.com>
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura: <http://www.contag.org.br>
- CPT – Comissão Pastoral da Terra: <http://www.cpt.org.br>
- DATALUTA – Núcleo de Pesquisa e dados estatísticos de conflitos no campo da Universidade Estadual Paulista – Campus Presidente Prudente: <http://www.dataterra.org.br>
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos: <http://www.dieese.org.br>.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: <http://www.embrapa.br>.
- FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco: <http://www.fetape.org.br>
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <http://www.ibge.gov.br>.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: <http://www.incra.gov.br>
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: <http://www.ipea.gov.br>
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário: <http://www.mda.gov.br>
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: <http://www.mds.gov.br>.

- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: <http://www.mst.org.br>
- NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: <http://www.nead.gov.br>
- UFSM - Universidade Federal de Santa Maria: <http://www.ufsm.br>
- UNESP – *Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"*: <http://www.unesp.br>
- USP - Universidade de São Paulo: <http://www.usp.br>

APÊNDICE 1: ENTREVISTA COM A ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO DO PNCF

MUNICÍPIO: _____ UF: _____

NOME DO ASSENTAMENTO: _____

Nº DE FAMÍLIAS: _____ ANO DE CRIAÇÃO: _____ CAF () CPR ()

1) Foi feita alguma mobilização para compra da terra? Quando? _____

2) Quantos sócios tem a associação? Mulheres _____ Homens _____

3) Como surgiu a associação?

a[] formada a partir de um grupo de parentes

b[] formada a partir de um grupo de compadres

c[] formada por trabalhadores rurais da redondeza ou moradores do próprio imóvel

d[] formada a partir de uma associação pré-existente

e[] a associação foi criada especificamente com o propósito de conseguir o financiamento do CF

f[] alguém de fora sugeriu a criação da associação e liderou o processo de sua criação

Quem de fora sugeriu a criação da associação? _____

g[] Outro _____

4) Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta de compra da terra, o grupo estava vinculado a algum movimento social: Contag, MST, Associação Comunitária, etc?

a() sim, qual movimento? _____

b() não

c) Se sim, como era o vínculo? () Militante de movimento () Direção de movimento

() Participantes de ações do movimento

() Outra _____

5) Depois da aquisição da terra, vocês estão organizados em algum movimentos social?

a() sim, qual movimento? _____

b() não

6) Antes de vocês começarem a ser organizar para apresentar a proposta de compra da terra, os representantes do grupo participavam de:

a[] Feiras de produtores b[] Eventos promovidos por ONG's

c[] Reuniões de representantes de Assentados no Estado d[] Reuniões de Sindicatos

e[] Conselhos Municipais ou Estaduais f[] Reuniões com outras associações comunitárias

g[] Reuniões Partidárias h[] Reuniões com autoridades municipais

i[] Pastorais j[] Outros _____

7) Quantas famílias associadas já moravam no imóvel comprado antes da assinatura da escritura? [_____] () não sabe

8) Quantas famílias associadas estão morando no projeto atualmente? [_____] () não sabe

9) Quantas famílias que não são associadas moram no projeto ? (agregados ou não) [_____] () não sabe

10) Porque o grupo optou pelo Crédito Fundiário para a aquisição das terras e recursos produtivos?

11) Qual é o principal aspecto positivo do Crédito Fundiário?

a) () Adquirir a terra

c) () Incentivo do Governo Federal

- b) () Local para morar e trabalhar d) () Crédito para produzir
e) Outro _____

12) Qual é o principal aspecto negativo do Crédito Fundiário?

- a) () Falta de assistência técnica para produção
b) () Demora para liberação dos créditos para moradia e produção
c) () Curto prazo de carência para começar a pagar a terra (apenas 3 anos)
d) () Endividamento das famílias no Banco do Brasil
e) Outros _____

13) A associação recebe apoio do Sindicato de trabalhadores rurais do município? () não recebe
Se sim, qual? a) () Financeiro b) () Assistência técnica para produção

- c) () Formação política d) () Assistência médica e previdenciária
d) () Outro _____

14) Quantos assentados são sócios do sindicato de trabalhadores rurais? [_____] () não sabe

15) Existem outros movimentos sociais atuando no município ou região do projeto de assentamento? a) () sim b) () não

16) O grupo participou de reuniões promovidas pelo Crédito Fundiário para a organização e implementação da associação?

- a) () Sim b) () Não c) () Não houve reunião

17) Se sim, essa reunião foi importante para o grupo entender o quê?

- a) () nada
b) () entender o funcionamento do PNCF
c) () organizar a associação
d) () entender as obrigações da associação perante o PNCF
e) () outra _____

MERCADO DE TERRA

18) Vocês ficaram satisfeitos com a negociação do imóvel?

- a) () sim b) () não

19) Valor e área dos imóveis considerados

- a) () R\$ _____ área _____

20) Qual o valor pago pelo imóvel depois da negociação? _____

21) Qual o valor do hectare na região? _____

PRODUÇÃO AGRÍCOLA:

22) Quais as benfeitorias (máquinas, animais de tração, implementos e infra-estrutura) já existentes no assentamento no momento da compra?

23) Quais as benfeitorias (máquinas, animais de tração, implementos e infra-estrutura) que o grupo conseguiu fazer no assentamento, após a compra da terra?

24) Qual é o tamanho da área?

- a) Área total do imóvel [_____] ha b) Área de reserva legal [_____] ha
c) Área de cada lote individual (sem a reserva legal) [_____] ha
d) () Coletiva (sem a reserva legal) [_____] ha

- e() individual por lote
f() coletiva, uma área para todo imóvel

25) Quantas famílias associadas já implantaram alguma atividade agrícola no projeto? [_____]
a() não sabe

26) Quais as principais culturas plantadas no assentamento? _____

ASSALARIAMENTO RURAL:

27) Você conhece algum assentado que trabalha na cana-de-açúcar? () sim () não
Quantos? _____ Em qual empresa? _____

28) Essas pessoas já trabalhavam na cana-de-açúcar antes da aquisição da terra? () sim () não

29) Há quantos anos, trabalham na cana-de-açúcar? _____

30) Quantos assentados (ou familiares) trabalham permanente na cana-de-açúcar?

31) Quantos assentados (ou familiares) trabalham no período da safra (época do corte da cana)?

32) Porque esses assentados (ou familiares) optaram por trabalhar na cana-de-açúcar?

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

33) Existe projeto técnico elaborado para a produção agrícola no assentamento?

- a() sim, para o coletivo b() sim para o individual
c() para o individual e coletivo d() não tem projeto elaborado

34) Vocês tiveram assistência técnica para elaboração do projeto de financiamento da produção?
a() não b() sim

35) Quem forneceu assistência técnica para elaboração do projeto de financiamento para produção?

- a() técnico estadual b() técnico municipal c() técnico do sindicato d() técnico de ONG
e() empresas privadas f() outro _____

36) Quais foram às dificuldades encontradas para conseguir o financiamento para produção?

- a() organizar as pessoas para produção
b() documentação das famílias para formalizar o projeto
c() documentação exigida pelo banco
d() elaboração do projeto técnico
e() outra _____

37) Quais foram às dificuldades encontradas para conseguir o financiamento para compra da terra?

- a() organizar as pessoas para criar a associação
b() documentação para formalizar a associação
c() documentação exigida pelo PNCF
d() elaboração do projeto técnico
e() encontrar o imóvel adequado para produção
f() encontrar imóvel com valor compatível com o do financiamento
g() outra _____

APÊNDICE 2: ENTREVISTA COM ASSENTADOS/AS DO PNCF

MUNICÍPIO: _____ UF: _____
 NOME DO ASSENTAMENTO: _____

SOBRE O PNCF:

1) Como conheceu o PNCF?

- a() Rádio b() TV c() Jornais d() Panfleto
 e() Sindicato f() Cooperativa g() Associação
 h() Técnico do governo estadual (EMATER) i() Técnico governo municipal
 j() Liderança política
 l() outra fonte _____

2) Você sabe o que é o Conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS)?

- a() sim b() não

3) Você participou de reuniões promovidas pelo Crédito Fundiário para a entender o funcionamento do Programa?

- a() Sim b() Não c() Não houve reunião

4) Quem auxiliou você a conseguir o financiamento do PNCF?

- a() Sindicato dos trabalhadores rurais
 b() Agente da prefeitura
 c() Agente da assistência técnica local (EMATER, etc)
 d() Algum amigo/familiar
 e() outro _____

5) Por quê você optou pelo Crédito Fundiário para a aquisição das terras e recursos produtivos?

6) Na sua opinião há aspecto positivo no Crédito Fundiário? () Sim () Não

Se sim, qual?

- a() Adquirir a terra c() Incentivo do Governo Federal
 b() Local para morar e trabalhar d() Crédito para produzir
 e) Outro _____

7) Na sua opinião há aspecto negativo no Crédito Fundiário? () Sim () Não

Se sim, qual?

- a() Falta de assistência técnica para produção
 b() Demora para liberação dos créditos para moradia e produção
 c() Curto prazo de carência para começar a pagar a terra (apenas 3 anos)
 d() Endividamento das famílias no Banco do Brasil
 e) Outros _____

8) Você já morou ou trabalhou na área antes da compra? a() sim b() não

9) Qual o município em que você residia quando entrou no programa? _____

- a() Mesmo município da propriedade

10) Onde mora atualmente?

- a() Fora da propriedade Mora na zona urbana ou rural? a() rural b() urbana
 b() Na propriedade Quando mudou-se para a propriedade? ____/____ (mm/aa)
 c() Parte do tempo na propriedade e parte fora (dorme alguns dias da semana em cada local)
 Desde quando? ____/____ (mm/aa)

CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS:

11) Quantas pessoas moram em sua casa?

a) Filhos/as _____ b) Agregados _____

12) Qual sua escolaridade?

a() Ensino fundamental completo b() Ensino fundamental incompleto
c() Ensino médio completo d() Ensino médio incompleto
d() Ensino superior e() Analfabeto

13) Qual a renda da sua família?

a() Até 01 salário mínimo b() Entre 1 e 2 salários
c() Entre 3 e 4 salários d() 5 salários e mais

14) você e sua família tem acesso aos programas sociais? () Sim () Não

Se sim, quais?

a() Bolsa família b() BPC c() PETI d() Programa municipal
e() Programa do leite f() PAA
g) Outro _____**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:**

15) Você participava de alguma organização social, política ou religiosa antes da compra da terra?

a() sim qual? _____ b() não

16) Você é sindicalizado? a() sim b() não

17) Você se informa sobre os acontecimentos políticos do país, através de:

a() Jornal da Televisão b() Revista
c() Jornal impresso d() Internet
e() Reunião com grupo político f() Conversa com amigos
g() Não me interessa por acontecimentos políticos**PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ASSALARIAMENTO RURAL**

18) Qual o tipo de trabalho agrícola que você realizou nos últimos 12 meses?

a() Trabalho no lote do assentamento b() Trabalho assalariado na cana-de-açúcar
c() Diarista, Outro: _____

19) Sua família teve produção agrícola nos últimos 12 meses? a() Sim b() Não

Se sim, quais produtos? _____

20) Qual a condição de exploração da terra?

a() No lote do assentamento
b() posseiro (uso fruto formal da área - contrato de uso)
c() arrendatário
d() meeiro ou parceiro
e() concessionário - cedido pelo proprietário
f() ocupante - sem formalização ou litigiosa

21) Você conseguiu comercializar sua produção agrícola, nos últimos 12 meses?

a() sim b() não

ANEXO 1: ASSENTAMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

	ZONA DA MATA SUL		Imóvel	Área	Nº Famílias	SAT	SIC	CAS/CA	Capacitação	SIC Total	SAT + SIC
26.08.2002	Água Preta	Associação Comunitária dos Trabalhadores do Engenho Cumbe de Cima	Faz. Santa Clara	180,66	14	111.329,39	98.670,61	0,00	0,00	98.670,61	210.000,00
30.07.2002	Tamandaré	Associação dos Peq. Produtores da Fazenda do Porto	Faz. Porto	150,55	17	160.600,00	94.400,00	0,00	0,00	94.400,00	255.000,00
11.11.2003	Amaraji	Associação dos Trab. Rurais dos Assentados no As. Santa Helena	Engenho Caboclo	113,89	12	97.582,60	118.417,40	0,00	0,00	118.417,40	216.000,00
06.09.2006	Amaraji	Associação dos Seringueiros de Riachão do Sul	Lessa de Andrade	34,63	5	44.282,09	45.717,91	5.000,00	800,00	51.517,91	95.800,00
4				479,73	48	413.794,08	357.205,92	5.000,00	800,00	363.005,92	776.800,00
ZONA DA MATA NORTE											
30.11.2007	Itambé	Associação dos Trabalhadores Rurais de Ibiranga	Faz. Catarina	40,5	8	107.384,23	61.415,77	8.000,00	800,00	70.215,77	177.600,00
1				40,50	8	107.384,23	61.415,77	8.000,00	800,00	70.215,77	177.600,00

Fonte: Unidade Técnica do Fundo de Terras de Pernambuco / Instituto de Terras de Pernambuco.